TRATADO DE ASTROCARACTEROLOGIA

Parte III
Aulas 29-40

OLAVO DE CARVALHO

Novembro de 1990.

AULA 29

EM TORNO À ALMA ALHEIA - HONÓRIO DELGADO

1. Propósito

O tema da pessoa preocupa de maneira principal aos homens de hoje. O imenso desenvolvimento da psicologia no curso do presente século, com o crescente realce da caracterologia, assim como o auge da antropologia Filosófica e existencialismo, são sintomas significativos de tal preocupação no campo da filosofia.

Entre os fatores que podem invocar-se para a explicar o fato, parece ser importante a condição de desamparo em que caiu o homem com a dessubstanciação da vida além- túmulo, inerente à ideologia do progresso. Abalada a fé numa ordem transcendental por obra das generalizações desmesuradas do saber científico, e frustadas as promessas da técnica acerca de uma ordem terrestre satisfatória, o espírito humano volta-se sobre si mesmo. Busca em seu próprio seio a segurança que lhe negam a civilização e o domínio da natureza.

Na história das idéias, o ingresso pleno da pessoa na arena filosófica deve-se ao idealismo alemão. Fichte coloca vivo, como espontaneidade primária e ação criadora, como sustentáculo dos fenômenos da consciência em geral e entidade da qual deriva a consciência de si: Superado a concepção Kantiana da dualidade natural-racional da pessoa humana, que não deixa espaço à peculiaridade individual, Fi chte sustenta que em todos os impulsos naturais, a que a razão está ligada ainda, se encontra o impulso primordial do eu, e que o verdadeiro mundo é um mundo de indivíduos. "Não há agir senão em forma individual". "Eu sou aquilo que de mim faço" : anto, ser livre, que luta interiormente e tende a conceber possibilidades, a realizar projetos a plasmar-se a si mesmo.

No presente ensaio não intentamos analisar o processo que assim começa, mas examinar de maneira geral alguns aspectos da pessoa alheia, de peculiaridade e de sua vida.

2. Acertos e enganos no conhecimento dos demais

Todo homem, por disposição de sua natureza, se defronta com os demais de modo que forma idéia do que lhe interessa saber acerca de suas particularidades. Este conhecimento, mais ou menos ingênuo, mais ou menos crítico, que se produz desde o primeiro encontro, se organiza principalmente em relação com os fins que o sujeito busca a respeito das outras pessoas. Porém, ademais, exerce-se para além das necessidades circunstanciais, em parte obedecendo a sentimentos e tendências de apreensão do que seja significativo para a própria vida, em parte seguindo a impulsos mais desinteressados e objetivos, entre os quais entra em jogo simples curiosidade. Pode surgir inclusive de disposições generosas, como a simpatia e a admiração, que de certo modo garantem a amplitude do intento. Não se trata, pois, de uma intencionalidade puramente vital, de instintos dirigidos à defesa ou à luta, como postula o personagem de Mateo Alemán, ao afirmar que "todos vivemos em emboscada, uns contra os outros, como o gato contra o rato".

Esta forma espontânea do conhecimento dos outros está sujeita à ilusão e ao engano em medida maior do que a forma reflexiva. No que diz respeito ao observador, o discernimento falha sobretudo pelo egocentrismo da estimativa e pela influência da fama, boa ou má, que amiúde precede à relação direta com o sujeito observado. E no que conserne a este, fora a inata propensão do homem a exibir só os melhores aspectos de seu ser, intervém sempre uma circunstância psicológica fundamental: em cada situação a pessoa não mostra senão parcialmente e de forma muito determinada. Não é como sustentam alguns ilustres analistas da alma humana, que haja em cada um de nós uma infinitude de persônulas diferentes, mas sim que a adequação funcional da nossa vida de relação nos obriga, em cada momento e ante cada interlocutor, a por em ação o especificamente à conjuntura.

A margem de erro na apreciação corrente da figura distinta das pessoas varia de incontáveis fatores, entre os quais são notórios, em igualdade de condições nativas e de cultura, a idade e o sexo.

Acerca da idade, na infância é típica a tendência a julgar os indivíduos de acordo com a sua função, olhando mais ao que devem ou deveriam ser do que ao que são em realidade; na juventude domina a propensão a sobrevalorar, positiva ou negativamente, os aspectos mais impressionantes; na idade média da vida os problemas do momento e as paixões turvam a visão do conjunto; na senectude falta o vigor para a percepção dos matizes, o que leva a esquematizar a imagem do ser alheio. Não há dúvida de que a maturidade é a idade de ouro para percatar-se da riqueza e da peculiaridade das pessoas, por influência de dupla inclinação: análise crítica da realidade fugidia e o exame panorâmico da experiência.

No tocante aos sexos, o feminino avantaja-se ao masculino no acerto da impressão sintética daquilo de que são capazes os indivíduos, particularmente em matéria de qualidades morais. É um fato comprovado por muitos casais que, depois de anos de trato com terceiros, se confirmam mais amiúde a convicção da mulher do que do homem. Embora seja certo que, na consideração do aspecto intelectual dos indivíduos, o homem acerta mais e de imediato. O conhecimento metódico das pessoas supõe uma formação científica especial, tanto o escrutínio do indivíduo quanto para a avaliação da informação indireta sobre o mesmo. Graças a ela reúnem-se, verificam-se, cotejam-se e avaliam-se os dados e testemunhos, a um tempo com imparcialidade e com amor, tratando de recisar a significação real dos fatos. O investigador de almas reflexivo cuida de não violentar com seus métodos ou com idéias preconcebidas a filigrana da vida cujas manifestações concretas intentas aquilatar. Esforça-se em seguir com a imaginação os possíveis caminhos interiores do tu, interrogando cautelosamente numa e noutra direção, num processo que avança gradualmente das verificações empíricas às suposições plausíveis, até chegar a formar representação completa da pessoa, dessa determinada pessoa. A empresa não se coroa perfeitamente se à competência psicológica não vai selada uma certa delicadeza de espírito, respeitosa da singularidade e da majestade do ser do homem.

A capacidade inata é decidida para acertar o mais possível em matéria tão espinhosa. O saber e a técnica ajudam-na em muito, mas nunca a substituem. Como todos os dons naturais o de penetrar almas é suscetível de perfeição, não só com as luzes da ciência e da experiência, mas com a habilidade do exercício e da arte. Por isto é mister adquirir um considerável arsenal de informações no contato ativo e alerta com gente interessante das mais diversas condições e caracteres.

Mas tudo isso nem sempre basta. Costuma ser essencial para aprofundar-se no conhecimento de uma pessoa certa afinidade de vocação. Ilustra-o de maneira impressionante o caso de César, cuja figura, quase sobre-humana, só depois de dois milênios é compreendida primordialmente por um historiador genial, penetrado de vocação política até a raiz do seu ser. Referimo-nos a Mommsen, cuja identificação com as necessidades de sua própria pátria e cujo domínio da essência histórica de Roma lhe permitiram ver o imperador por excelência a uma luz mais real que ninguém.

3. Análise da relação cognoscitiva interpessoal

A profundidade de nosso conhecimento de um homem depende em grande parte da amplitude da observação e da informação a eles concernentes. A presença momentânea, a atuação no ambiente próprio e a continuidade da vida são como o ponto, o círculo e cone da geometria da alma em ação. Assim, consideremos as linhas gerais da manifestação da pessoa na entrevista, na familiaridade e no devir histórico.

A entrevista, por breve que seja, dá oportunidade ao observador para percatar-se de circunstâncias que lhe permitam descobrir alguns aspectos da realidade pessoal. Este escrutínio funda-se na possível revelação do agente em seus atos, o que não quer dizer que o modo de ser do sujeito se franqueie ao observador numa elementar e simples. Pelo contrário, trata-se de um processo a um tempo total e complexo. Total porque corresponde a atos de apreensão fisionômica, no mais amplo sentido do termo, atos que abrangem o reconhecimento instintivo da expressão global pela impressão global. Chega-se assim à atividade interna de quem se exterioriza através da exteriorização. Certamente que, analisando, determinan-se atitudes, gestos, palavras, ações, que são da pessoa, mas não a pessoa. Mas o quid da apreensão fisionômica, quando é certeira, está em alcançar a atualidade da pessoa na sua manifestação expressiva.

No que diz respeito à natureza complexa do processo que discutimos é preciso distinguir duas polaridades: a do fenômeno individual e o da relação interindividual. O primeiro, individual só de certo modo, é um fenômeno no sentido mais relevante do conceito, que Heidegger define em toda a sua profundidade,

opondo-o ao conceito vulgar: "É manifesto algo que precisamente não se mostra de imediato e no mais das vezes, algo que, em contraste com o que se mostra de imediato e no mais das vezes, está oculto, mas ao mesmo tempo é algo que pertence de uma maneira essencial ao que se mostra de imediato e o mais das vezes, precisamente de tal maneira que constitui seu sentido e seu fundamento."

De tão exata definição resulta claro que a fenomenologia própria do fato psicológico corrente -- estados de consciência, atividades, funções -- exercita-se mais com a mira voltada a captar viva e deslindar a manifestação anímica, do que com o propósito de descobrir o sentido e o fundamento da mesma. Em contraste, a fenomenologia corresponde ao estudo da pessoa dirige-se a desentranhar esse sentido e esse fundamento, tomando a manifestação como indício e produto. Ademais, há outra diferença: ao passo que a fenomenologia do primeiro tipo tem por fim multiplicar os dados psicológicos em momentos independentes, a do segundo tipo orienta-se à busca da unidade anterior aos dados e aos momentos, chave da peculiaridade arquitetônica do ser pessoal.

A complexidade da relação interindividual, inerente à entrevista, dimana da situação do sujeito observado. Não é a de um objeto que se situa passivamente no campo de observação, mas de um mundo original de atividade espontânea e reativa, na qual surgem disposições e intenções em consonância e sutil encaixe com as incitações procedentes do mundo similar do observador. A situação da entrevista começa informa ou cingida a um motivo que mal diz respeito à intimidade do sujeito; mas, pouco a pouco, ou de repente, ganha determinação, estrutura e desenvolvimento, movendo-se a intencionalidade em direções que mudam por instantes, até que chega a seu término o colóquio.

De certo modo é uma palestra na qual cada indivíduo se mostra segundo o que está manifesto no outro, segundo o que busca e o que consegue no conhecimento do outro, e em segundo enfim, o que presume que o outro presume. A importância dos incidentes do complexo dar-se, receber e furtar-se, e até a significação mesma do enfrentamento das intenções e resistências não são necessariamente percebidas pelos sujeitos; às vezes o são com extrema agudeza por ambas as partes; mas em geral as situações transcorrem com uma consciência mal vigilante, inclusive com respeito aos frutos imediatos do conhecimento pessoal obtido. Sem embargo, uma coisa é certa nessas diversas eventualidades: que qualquer entrevista, exceto a trivial, tem como resultado a formação, a confirmação ou o enriquecimento da imagem que um homem concebe de outro homem.

Âmbito de informação maior que a entrevista é a familiaridade. A atuação do sujeito no ambiente próprio ou que ele eventualmente constitui como tal é assunto cuja consideração amplia e precisa o conhecimento da alma alheia. Nicolai Hartmann chamou atenção acerca de seu significado para fundamentar a personalidade como categoria real. Denomina-o "círculo de vida da pessoa" e reconhece-o como constituído pelos atos transcendentes com que a pessoa supera a interioridade de sua consciência numa relação viva com um pedaço do mundo, do qual, ao mesmo tempo que se apropria, a ele se entrega. Este arraigamento começa nas coisas inanimadas e se estende a todo o ambiente da vida cotidiana, no qual as outras pessoas são o principal, pois com elas a relação é recíproca de maneira ativa. Os círculos de vida cruzam-se, fundem-se, produzem conjuntos de ordem superior: de ordem da amizade, do amor, da família, da profissão, das aspirações e até da luta.

Não nos interessa aqui seguir Hartmann em sua exposição dos fios e estruturas espirituais vinculadoras da pessoa às pessoas. Pois o pertinente a nosso assunto não são as influências recíprocas na vida de relação, mas a maneira distinta por que cada qual é objeto da influência na perene objetivação social da intencionalidade individual, a fim de distinguir o ser objetivante da figura objetivada.

Com a perspectiva da sociosfera de uma pessoa, amplia-se, matiza-se e completa-se o verificado em entrevistas bipessoais isoladas. A observação direta e as referências acerca do sujeito no comércio com os demais projetam nova luz sobre sua idiossincrasia, já que cada indivíduo manifesta aspectos muito distintos conforme os interlocutores e as situações, sendo freqüente o caso de que um obsevador-interlocutor, por alguma circunstância, provoque reações que não sejam as mais apropriadas para por de manifesto o genuíno de uma pessoa, por numerosas que sejam as entrevistas exclusivas.

Entre as muitas direções em que se encaminha o conhecimento dos demais, podemos assinalar três principais, que têm por objeto apreender, respectivamente, a fisionomia anímica do sujeito frente ao conjunto de sua vida, suas peculiaridades em relação a cada uma das configurações em que se diferencia

seu círculo, e o modo de ser que revela ante as pessoas mais relevantes de seu trato. Assim é possível aprofundar-se, primeiro, na amplitude, na qualidade, no modo e na integração da pessoa, enfoca panoramicamente; segundo, no qual é próprio de sue ser frente a ordens determinadas de valores e de situações especiais, e, por último, no que diz respeito à suprema manifestação da estimativa pessoal concreta, reveladora por excelência do cerne próprio.

A existência nos põe continuamente em condição de adquirir impressões acerca de nossos semelhantes, inclusive nas esferas mais circunscritas da ação, como, por exemplo, o esporte ou a vida acadêmica, e com maior razão naquelas a que consagramos preferentemente nossos esforços, como a profissão ou o amor. Até sem querer acabamos por conceber uma imagem mais ou menos substancial de cada um de nossos companheiros, clientes ou familiares. Assim seu ser tornar-se-nos transparente em maior ou menor grau no que diz respeito ao sistema concreto dos motivos de seu comportamento, à qualidade a força de suas paixões, à qualidade e força de suas paixões, à vida e dos homens, aos pontos débeis e fortes de seu moral.

A perspicácia do observador revela seus quilates particularmente ao apreciar a autenticidade das manifestações pessoais na complexa relação das propensões e no domínio das mesmas, e ao distinguir os atos que correspondem ao ser real daqueles que lhe servem como instrumento para consecução dos fins ou para a dissimulação das fraquezas. O conhecimento é então a fundo se desentranha o sentido das contradições, amiúde desconcertantes. Com isto tem-se talvez o segredo do estilo próprio da pessoa ou pelo menos o sentido de sua ação em geral. A pedra de toque da justeza do discernimento nesta matéria é a predição do que fará ou não fará fulano em circunstâncias extraordinárias, as quais ponham à prova o mais consistente e original da substância própria.

O máximo âmbito para o conhecimento da pessoa é o curso total da sua vida. Ninguém pode abarcá-lo só com os dados da observação direta. Mas, em todo caso, esta é não só a fonte mais preciosa, mas o único acesso para o contato realmente vivo, suscetível de dar vislumbres acerca do mistério da mesmidade de uma pessoa. Toda outra referência, seja a que oferece o próprio sujeito em seus escritos e em suas obras --, seja a devida a testemunhos, é matéria mais questionável, dado refratado. Certamente que a penetração de uma existência não depende só da proximidade do observador, mas da qualidade deste. Por isto as melhores biografias nem sempre são escritas pelos autores que conviveram com o biografo. Apesar de tudo, a impressão da presença é um elemento primário, um fenômeno original, cuja maravilha nada substitui, e sem o qual resulta de segunda ordem o conhecimento, por equivocados que sejam os juízos que se formem acerca dele. Não há dúvida de que com Mommsen compreendemos melhor a César, mas é inegável que Bruto ou Cícero conheceram o inefável de sua presença tangível, atuante, geradora e mágica, que nenhum historiador é capaz de ressuscitar.

Na continuidade de sua vida a pessoa nos revela o desenvolvimento, ora dramático vicissitudinário, de seu devir particular com a concatenação de seus atos, nos quais a cada vez se realiza a si mesma no sentido de expressar tanto sua idiossincrasia quanto as possibilidades criadoras de sua liberdade, incluindo no curso dos acontecimentos e no da configuração do seu mundo interior. Frente aos acontecimentos e também frente a seu mundo privado, amadurece sua experiência ao mesmo tempo que, secundariamente, se estrutura seu modo de ser, ora submetendo-se às resistências, exigências e limitações do novo, ora submetendo-as ao império da compleição própria.

O conhecimento de uma pessoa cuja passagem pela cena do mundo nos é dado recapitular, como acontece, por exemplo, na ocasião da morte de um amigo de sempre, pode ser mais ou menos grande ou meramente sinóptipo. Isto depende tanto da participação entre seu círculo de vida e o nosso, que nos oferece maior informação e um ponto de vista mais próximo ou menos próximo, quanto de nossa sensibilidade para perceber suas manifestações e de nossa aptidão para ajuizá-las.

No caso de pessoas menos próximas, a extensão e a exatidão do conhecimento -- em igualdade de condições por parte do observador -- são forçosamente menores. Mas, em todo caso, o escrutínio não é realmente profundo no âmbito máximo da vida se não cumpram certos requisitos. Além daqueles que indicamos ao longo de tudo o que dissemos, são essenciais os seguintes: uma visão que abarque em perspectiva temporal o desdobramento das disposições mais características; um sentimento inequívoco do ritmo e do tônus singular da alma, que denunciam sua identidade ao longo da existência; uma imagem viva das particularidades da relação do homem com seu mundo concreto e com o mundo de seus ideais; e,

enfim, uma medida da energia manifestada na maneira de ser autônomo ou heterônomo nas situações mais significativas para o destino pessoal.

4. Impossibilidades de certeza acerca da intimidade alheia

Depois de revisar os modos e os âmbitos da averiguação da pessoa, é hora de perguntar pelos fundamentos e pela fidelidade do conhecimento resultante.

Cada indivíduo é um ente radicalmente fechado e impenetrável desde o ponto de vista da particularidade da consciência, dentro da qual ele mesmo se reconhece imperfeitamente. Sem embargo, como quer que todos os indivíduos tenham a vida anímica e espiritual, lhes é possível percartar-se, de alguma maneira, da pessoa alheia.

O problema consiste em determinar qual é a importância de semelhante comunidade da constituição dos seres humanos para seu recíproco conhecimento. Segundo Scheler, o indivíduo vive, de imediato, mais nos outros do que em si mesmo; mais na comunidade do que na sua interioridade. E assim como apreendemos nosso eu atual primariamente no fundo de nossa vida psíquica em marcha -- e não como uma síntese do eu atual com a recordação dos estados anteriores -- assim também apreendemos o eu e a vida psíquica de todos os demais como dados ou contidos em princípios na "grande corrente da vida anímica universal". Scheler crê que o processo recíproco de compreender-se a si e compreender os demais é aquele que Scheler expressa nestes versos:

Willst du die Anderen versteher, blick in dein encenes Herz. Willst du dich selber verstehen, sieh, wie die Anderso es treiben.

"Se queres compreender os outros, olhe em teu próprio coração;
"Se queres compreender a ti mesmo, olha como se comportam os outros".

Scheler vai mais longe com sua concepção da Einsfuhlung. Pensa que o eu próprio pode identificar-se com o alheio, unimesmar-se, não ilusoriamente, mas pela faculdade de simpatia, num ato de "telepatia relativa"; embora opine que esta capacidade divinatória ou de conexão supra-empírica dos seres se atrofia no homem adulto normal, menos na mulher, que conserva algo dela na relação da mãe com os filhos.

Em nosso entender, nem o ser anímico comum nem o exame de si podem fundar o conhecimento da alma alheia, pois o que importa é aceitar com o que nela há de singular e destino. O único que fundamentam é a compreensão da experiência vivida em geral e também a compreensão do conteúdo de atos expressivos determinados, sempre que estes sejam autênticos e de natureza emocional. No que diz respeito ao conhecimento por simpatia na Einsfuhlung, só pode aceitar-se que seja uma operação translativa do sentir de um indivíduo a um outro, tão real e tão excepcional como a telepatia. De nenhum modo podemos invocá-lo como evidente em nossos juízos ou impressões acerca de modo de ser efetivo de um indivíduo.

No que diz respeito ao espírito objetivo, é patente que condiciona e relaciona a vida das pessoas. Tanto as virtualidades e potências vinculadoras transcendentes ao indivíduo e à sociedade, quanto as variedades concretas de sua manifestação na cultura, influem como substância na qual participa o espírito pessoal. De modo que, para apreciar a experiência e a qualidade espiritual de um indivíduo, serve o conhecimento do que é significativo para ele nessa matéria. Assim como o olhar o próprio coração oferece vislumbres acerca do alheio, a visão do espírito universal as oferece para a compreensão individual. Mas nem pelo comum denominador psíquico nem pela comum participação no reino do espírito se chega ao interior do ser alheio. Assim cada pessoa é solitária, obscura, impenetrável -- uma verdadeira mônada -- por muito que aproxime os homens a simpatia e a vida do espírito.

Se nem uma nem outro nos aplainam o caminho para a raiz da subjetividade, resta a promessa de um secreto poder divinatório: a intuição interindividual. Esta resulta tanto mais tentadora quanto é impossível avançar só com os dados da percepção e os recursos do pensamento discursivo. A percepção, inclusive a mais substanciosa, se bem que possa fazer transparentes os atos humanos, mal discerne a trama do sentir íntimo e nunca nos dá a certeza de franquear a capacidade a opacidade abismal da alma alheia.

Os recursos de pensamento discursivo não são mais eficientes para apreender o homem verdadeiro em sua singular, complexa e cambiante manifestação; pois sua aplicação sistemática forçosamente aborta em conceito abstrato e interpretação doutrinária. A verdade do ser individual não é acessível a saber

sistemático algum, pois não se reconstrói com a soma -- inesgotável por infinita -- das pequenas verdades comprováveis.

A intuição interindividual, a única que parece oferecer-nos o tão anelado acesso, é problemática. Poetas a historiadores crêem nela e defendem sua legitimidade com argumentos que provam a necessidade que temos de verdades absolutas acerca do ser concreto dos homens, e não a efetividade do poder cognoscitivo de tal intuição. Certamente, um grande poeta ou um historiador genial avançam na visão de um personagem mais além do que nos dizem os fatos averiguados; mas, à parte o eventual descobrimento de relações novas e iluminação de valores inadvertidos, nada nos garante que sua imaginação -- à qual devemos uma figura rica, interessante, encantadora e até conveniente -- acerte em revelar a realidade recôndita, e que o mais original de sua obra não seja pura criação fabulosa.

Em conclusão, todo esforço encaminhado a conhecer nossos semelhantes ;e frutífero, e tanto mais quanto maiores sejam nossa informação, nossa imparcialidade e nossa perspicácia. Mas a visão que obtenhamos não está livre de incertezas, de ilusões e de preconceitos; nunca abarca todos os aspectos nem todos os momentos de ninguém: A essência da peculiaridade, inclusive do mais compreendido dos nossos, é inescrutável. Assim, irremediavelmente, tateamos em torno à alma alheia, como tateamos mundo adentro.

DE LA CULTURA Y SUS ASTIFICES, Barcelona, Aguilar, 1961, pp. 60-74

...

Hoje a aula será dada com base num comentário de um texto que está profundamente relacionado ao trabalho que lhes foi pedido. O texto é bastante complexo e foi escrito por Honório Delgado, psiquiatra e pensador peruano. Intitula-se "Em Torno à Alma Alheia". Vamos começar comentando as seguintes linhas:

"No presente ensaio não intentamos analisar o processo histórico que assim começa, mas examinar de maneira geral alguns aspectos da pessoa alheia,de sua peculiaridade e de sua vida".

Dito isto, podemos ler:

"Acertos e enganos no conhecimento dos demais.

Todo homem, por disposição de sua natureza, se defronta com os demais de modo que forma idéia do que lhe interessa saber acerca de suas particularidades. Este conhecimento, mais ou menos ingênuo, mais ou menos crítico, que se produz desde o primeiro encontro, se organiza principalmente em relação com os fins que o sujeito busca das outras pessoas".

Neste estudo o grande psiquiatra peruano vai propor um conjunto de critérios, de observações e de críticas para que possamos estar mais seguros de que aquilo que sabemos ou dizemos saber a respeito de uma outra pessoa corresponde mais ou menos com a realidade. Ele é bastante modesto, como veremos, quanto à possibilidade de um conhecimento real de um ser humano por outro. Este conhecimento é justamente o nosso problema.

Não será possível nenhuma astrocaracterologia, nenhuma interpretação do caráter do indivíduo a partir do mapa se ao mesmo tempo não tivermos um outro veículo de conhecimento do indivíduo. Senão só poderemos conferir a interpretação dada ao mapa com esta mesma interpretação, e não com o real aprendido por um outro meio. Seria um conhecimento unilateral. Por isso precisamos ter, como já foi dito no início, de um lado uma caracterologia e de outro uma astrocaracterologia. Esta caracterologia é o que tentamos desenvolver um pouco nesta aula.

A primeira observação de Delgado é extremamente óbvia, mas que nem sempre levamos em conta: todo e qualquer conhecimento que tenhamos de uma pessoa se organiza em função dos fins que objetivamos no convívio com a mesma.

Esta finalidade está sempre no sujeito cognoscente, nunca na pessoa a ser conhecida. Mas este fim determina as perguntas, o quadro das direções de atenção com os quais enfocarei o indivíduo. Já é um critério de seleção, consciente, voluntário ou não. É impossível lançarmos o menor olhar de atenção a qualquer pessoa sem que haja nisso, implícita ou explicitamente, um fim. Desde o sujeito que está no ponto de onibus e olha a garotinha que passa por ele até o analista que procura conhecer seu paciente,

todos os conhecimentos do ser humano pelo ser humano estão orientados por um fim, que está dado no observador e não no observado. Em primeiro lugar, este fim será o princípio da organização da atenção, o gerador das perguntas, e em segundo lugar será o critério de hierarquia das respostas, o critério que disporá as informações obtidas numa ordem de importância, relativamente aos fins que nos propomos.

Vamos ver agora um pequeno diagrama dos tipos mais gerais de finalidades, que o homem tem ao buscar o conhecimento do outro. Delgado coloca aqui basicamente três tipos.

"Porém, ademais, exerce-se para além das necessidades circunstanciais, em parte obedecendo a sentimentos e tendências de apreensão do que seja significativo para a própria vida, em parte seguindo a impulsos mais desinteressados e objetivos, entre os quais entra em jogo a simples curiosidade. Pode surgir inclusive de disposições generosas, como a simpatia e a admiração, que de certo modo garantem a amplitude do intento".

O primeiro tipo de fins que poderíamos ter é o que ele chama de necessidades circunstanciais, ou seja, é a quase totalidade dos interesses que os homens têm uns pelos outros. No dia a dia nos defrontamos com dezenas de pessoas, estranhas ou não, e o nosso padrão de observação, o critério subjacente com que nós as enfocamos são necessidades que sentimos no momento. Conforme sejam estas necessidades olharemos para elas por um lado, quer seja o balconista da padaria que me atende, a garota que passou de mini-saia, o caixa do banco, a empregada a quem eu peço um serviço ou o filho em que dou bronca, todos estes encontros estão presididos por necessidades circunstanciais.

É bom saber que todas estas necessidades estão no observador, são necessidades dele. Quando a atenção dele se dirige à esta ou aquela pessoa esta necessidade circunstancial preside totalmente a hierarquização da sua atenção, e portanto dirige o seu olhar para cá ou para lá, selecionando os dados em vista de respostas, num processo muito rápido, que nem sempre se dá ao nível da consciência reflexiva. Obtemos informações, captamos dados, processamos estes dados e formulamos mais ou menos implicitamente julgamento sobre as pessoas o tempo todo, ao saber de nossas necessidades circunstanciais.

Evidentemente que a partir das minhas necessidades posso captar algo ou traços que sejam significativos naquele indivíduo, mas, como o encontro foi circunstancial, pode ser que o aspecto que eu tenha captado seja igualmente circunstancial e que ela pertença não tanto ao indivíduo quanto à situação em que se deu o encontro. Esta fonte de informação não é muito fidedigna, mas é ela a causa produtora da maior parte das opiniões que temos a respeito dos seres humanos. À medida desses encontros fortuitos vamos consolidando certos retratos, perfis que nos parecem relatar os indivíduos têm a ver com ele só metaforicamente. É como se, quando vamos comprar uma lata de extrato de tomate Elefante, ficássemos sabendo algo sobre elefantes ou quando falamos sobre a Constelação do Cão ficássemos sabendo algo a respeito de cães. O cão e o elefante entraram no jogo de alguma maneira, mas o nosso interesse por eles era meramente circunstancial. Não é exagero dizer que boa parte dos nossos relacionamentos com a maioria das pessoas é deste tipo.

O conhecimento das pessoas fornecidos pelas circunstâncias e fins se deposita na sua memória, e se for muitas vezes repetido passa a construir para você um perfil daqueles indivíduos, embora nada tenha a ver com eles. Depois de algum tempo não conseguimos mais pensar em elefantes sem nos lembrarmos de massa de tomate ou pensar em cão sem nos lembrarmos de constelação.

Basta isto para vermos que o conhecimento que temos dos indivíduos é quase nada. Conhecemos um montão de coisas que nada tem a ver com eles, e nos quais os indivíduos entram como parte das circunstâncias.

O segundo tipo de fins que ele assinala é sentimentos e tendências de apreensão do que seja significativo para a própria vida.

Ao contrário do tipo anterior, aqui já temos o intuito de obter conhecimento, já temos uma atenção dirigida, ao contrário do outro caso onde a atenção era difusa, conforme o jogo das circunstâncias. Neste caso a atenção já está dirigida em busca de alguma coisa. Por exemplo, quando vou ao supermercado comprar massa de tomate, não estou buscando conhecimento sobre elefantes e nem sobre massa de tomate. Quando vou ao banco descontar um cheque não estou buscando conhecimento sobre o sistema bancário e nem sobre a personalidade do caixa. Porém neste caso estou buscando apreender algo que seja

significativo para minha vida. Já há um intuito de conhecimento. Mas sobre qual objeto incide esta busca, estamos exatamente o que? Algo que interessa fundamentalmente a nós, de maneira que ainda estamos no círculo da auto-referência.

Se olho para uma pessoa para ver se está vestida mais elegantemente do que eu, se é mais gorda ou mais magra do que eu, tudo isso são acontecimentos que se referem fundamentalmente a mim, no qual o outro entra como elemento de comparação ou elemento fortuito. Logo em seguida ele é dispensado. Se procuro saber se uma pessoa gosta ou não de mim, se é leal ou não a mim, ela está entrando apenas como personagem da minha vida. Na verdade estou procurando conhecer a mim mesmo. Se pergunto se alguém é leal ou desleal a mim, estou querendo saber o que? Se posso contar com meus recursos e das minhas forças. Não estou interessado em conhecer a moralidade desta pessoa em si mesma, mas somente nas suas relações comigo. Se eu constatar uma deslealdade e generalizar atribuindo a ela a deslealdade como traço constante de seu caráter estarei cometendo um equívoco lógico, pois esta pessoa poderá não ser desleal no geral e o ser comigo, por antipatia, por não gostar de mim ou por qualquer outro motivo.

Enquanto estou observando as pessoas buscando aprender nelas informações, dados de que eu precise para a minha vida, elas ainda estarão sendo usadas como mero pretexto se meu autoconhecimento. No primeiro caso -- das necessidades circunstanciais -- elas são um pretexto, um elemento de uma prática que pode ser econômica, social, erótica, política, mas que de qualquer modo é uma ação. No segundo caso -- da apreensão do que seja significativo para a própria vida -- os indivíduos já são momentos, ou elementos do meu autoconhecimento, e somente isso. São um espelho no qual ocasionalmente me reflito, e sei tanto sobre eles quanto sei sobre a água na qual me olhei um instante para ver o meu reflexo. Nada.

Como terceiro tipo de fins ele coloca impulsos mais desinteressados e objetivos. Neste caso, os indivíduos já não aparecem apenas como elemento, como um elo numa cadeia de uma ação prática e nem como um reflexo ocasional de minha própria pessoa, e sim como um objeto em si mesmo, como um objeto de conhecimento.

O indivíduo, o outro, só se torna objeto de conhecimento quando existe isto que Delgado chama de impulso desinteressado e objetivo. No entanto esses impulsos são de uma grande variedade. Em primeiro lugar eles podem estar determinados também por uma necessidade circunstancial. Por exemplo, o médico que você consulta. Ele vai procurar conhecer a sua saúde de uma maneira desinteressada e objetiva. Em princípio ele tem uma postura que não visa nem uma necessidade circunstancial nem um autoconhecimento. Ele está tratando da sua saúde e não da dele. No entanto se ele não está interessado nas suas idéias filosóficas ou religiosas, nem na sua vida econômica ou matrimonial. Tudo isso, em princípio, está fora da área de interesse dele, porque sua área de interesse é delimitada por uma necessidade circunstancial. Aí existe uma mistura, onde o conhecimento que o indivíduo busca é desinteressado e objetivo, porém a seleção dos aspectos nas quais ele vai te enfocar é determinado por uma necessidade circunstancial: você precisa de tratamento médico e ele do dinheiro da consulta. O interesse e o objetivo do médico, embora existam, estão subordinados lateralmente por uma necessidade prática. Claro que ele pode ter uma teoria qualquer de que as doenças não são processos isolados mas dependem da personalidade inteira, mas isso não muda substancialmente a situação. Muitas vezes podemos ter curiosidade de conhecer determinados indivíduos tais como realmente são, mas a necessidade ainda assim pode estar presente limitando de maneira mais ou menos acidental a esfera de atenção. Então quando dizemos impulsos desinteressados e objetivos é preciso notar que isto abre uma gama imensa de fins.

O fim com que o psiquiatra observa o cliente é desinteressado e objetivo, meramente descritivo, ou visa uma intervenção curativa? Ele procurará conhecer o outro além das necessidades do tratamento? Não, uma vez conhecido o que é necessário para estabelecer sua conduta psiquiatrica ele dará a investigação por encerrada. Então podemos fazer um diagrama:

1. Necessidade circunstancial

Fins 2. Autoconhecimento

3. Motivos desinteressados e objetivos

Ele dá somente dois exemplos do último tópico, mas bastante distantes e diferentes entre si. Ele dá o exemplo da simples e pura curiosidade, quero conhecer, me interesso por conhecer, esta pessoa como por

conhecer uma borboleta ou um disco voador. A curiosidade também é uma motivação que tem a ver com o sujeito, e não com o objeto. O sujeito curioso não é o que se interessa por coisas curiosas, mas o que se interessa por coisas que para os outros são perfeitamente anódinas, não dizem nada. Porém estes motivos podem surgir por disposições generosas, como a simpatia ou a admiração. Eu simpatizo com alguém, admito-a e quero então compreendê-la mais, de certo modo, para me tornar mais próximo, assimilo algo mais próximo. Me tornando mais próximo assimilo algo de suas qualidades, dos seus talentos ou valores. Em todos os casos existe sempre um fim, e todos estes fins estão no sujeito que conhece. Então:

Regra no 1: De qualquer investigação do caráter ou da personalidade alheia. Com que fim estou investigando?

Este é um dado de autoconhecimento que é prévio à investigação, porque fins eu já tenho. Notem muito bem: os fins que vou investigar uma pessoa não são arbitrariamente decididos por mim, não tenho império sobre eles. No instante em que me interesso, este interesse já foi determinado por um fim. Não se trata de eu decretar um fim, de eu inventar, mas reconhecer o fim com que já estou examinando esta pessoa. Já nesta passagem o mínimo artificialismo, o mínimo engano de si neste ponto prévio à investigação dará por terra com todos os resultados que venham a ser obtidos em seguida. Posso desejar conhecer uma pessoa com a finalidade de destruí-la. Quero saber seus defeitos, seu ponto fraco, para poder usá-lo contra ela. Se reconheço que meu autoconhecimento visa este fim e não a outro, então nada sei sobre o indivíduo realmente.

Note-se que quaisquer destes fins, tanto os interessados quanto os desinteressados, tanto os generosos como os mesquinhos, todos eles podem nos dar algum conhecimento sobre o indivíduo. Mas o conhecimento estará delimitado e portanto limitado pelos fins com que foi obtido. Obtemos a resposta conforme a pergunta, e a pergunta depende de motivos, ou seja, com que motivo, com que fim estou investigando. É só levar este dado em conta e daí por diante o nosso conhecimento sobre os indivíduos começará a ser um pouco mais criterioso.

O conhecimento crítico é conhecimento que tem consciência de suas próprias bases, do seu próprio fundamento e portanto dos seus próprios limites. Se desejo conhecer um indivíduo para ter poder sobre ele isso é muito diferente do tipo de conhecimento que eu obteria se desejasse conhecê-lo por admiração, por amor ou por outro motivo. As duas coisas podem me dar conhecimento: quando olho a pessoa com boa vontade, com a ingenuidade do admirador, do amigo, do amante, quando olho assim obtenho informação. Quando olho com o olhar malévolo, suspeitoso do intrigante, do caluniador, também obtenho informação, mas só que preciso saber qual foi o critério, em que chave foram feitas as perguntas para eu saber quanto valem as respostas.

O interesse que eu tenha por uma pessoa também pode ser decidido por um fim que eu vise com relação a outra pessoa. Por exemplo, vocês estudaram algo das suas biografias com qual fim? Por que motivo você interessado em D. Pedro I ? Você está interessado em D.Pedre I ou no curso de astrocaracterologia? Dá para compreender que isto cria o que em ciência se chama viés: você olha um certo ângulo acreditando que isso lhe dará melhor resultado no curso. É preciso que você, tendo iniciado a sua observação por este ângulo, em seguida, após as primeiras respostas obtidas, saiba neutralizar os desvios que isto possa causar. Vou investigar a vida do sujeito para ver se ela confere com o mapa astrológico. Naturalmente vou olhar apenas os aspectos que sejam flagramente semelhantes ou diferentes daquilo que eu vi no mapa. Por mais honesto que eu seja já tenho um critério de seleção que não visa diretamente aquele objeto, porém à sua comparação com outra coisa, e este é o grande obstáculo do conhecimento psicológico obtido pelos astrólogos. Nem sempre eles conseguem fazer a abstração suficiente do mapa astrológico e olhar o indivíduo. Sempre o conhecimento buscado é comparativo, mas conhecer um indivíduo, conhecer um ser é uma coisa, e conhecer a sua comparação com outro ser é outra coisa completamente diferente.

A finalidade inicial que nós temos não é em si mesma um desvio, mas é em si mesma uma limitação prejudicial quando:

1. Me esqueço de quais eram os fins com que olhei, e tendo observado por um ângulo específico, atribuo à resposta obtida uma validade geral, generalizando indevidamente.

2. Quando, tendo olhado por um certo ângulo e tendoo me esquecido de qual era esse ângulo, fico então

sem meios de comparar o que eu sabia antes com o que eu sei depois.

A finalidade com que eu olho, por estrita que seja, não tem que ser limitativa. Ela se torna limitativa quando, sem motivo justo, se torna o ângulo único ou predominante, base de generalizações. Também quando por exclusão dos outros ângulos ou aspectos não chego a conclusão dos alguma. Para obter a uma conclusão será preciso ter olhado por vários ângulos, ou seja, ter vários tipos de interesses num só objeto.

O que é interessante desinteressado? O que é o interesse objetivo? É o interesse que concorda em olhar o objeto por um número maior de ângulos conforme as necessidades do próprio objeto ou conforme as necessidades da investigação, e não conforme as necessidades apenas do sujeito ou da situação. Em todos os outros casos, a não ser o da investigação desinteressada, o critério da observação é sempre o sujeito cognoscente, nunca o objeto.

Podemos entender que mesmo o impulso moralmente desinteressado e objetivo pode levar a resultados desastrosos quando estes interesses e objetivos são apenas morais, são apenas intenções. Quero conhecer objetivamente a pessoa, mas isso não basta, será preciso que eu consinta em observá-la por outros ângulos, segundo uma multiplicidade de interesses de modo que as observações contraditórias feitas de um ângulo e de outro possam se neutralizar.

Regra no 2: É preciso ter muitos interesses diferentes, conforme o objeto o surgira.

Quando se estuda a vida de um estadista e se sou um sujeito pessoalmente alheio ao mundo político, ao mundo do poder, e no entanto sou um indivíduo afeito a indagações psicológicas, posso centrar as minhas observações exclusivamente no comportamento individual do sujeito, e tentar explicar suas ações por motivos pessoais. Mas sendo um estadista, a própria natureza do objeto exige que eu encare nele a lógica das razões de Estado, que não são psicológicas. O próprio objeto informará por onde ele quer ser olhado, o que não exclui necessariamente que ele seja olhado por outros ângulos que ele mesmo não conhecia.

Nunca podemos nos esquecer que os indivíduos que procuramos explicar também se explicam a si mesmos de alguma maneira. De que ângulo se explicam? Por quais aspectos e movidos por quais interesses se olham a si mesmos? Podemos ver que este pequeno ensaio de Honório Delgado pode ser desenvolvido num tratado da investigação da personalidade.

"Não se trata, pois, de uma intencionalidade vital, de instintos dirigidos à defesa ou à luta, como postula o personagem de Mateo Alemán, ao afirmar que todos vivemos em emboscadas uns contra os outros, como o gato contra o rato".

Não se trata apenas disso, mas também não o exclui. Nem sempre a motivação que nos leva a investigar um indivíduo é a motivação de agressão ou defesa, mas às vezes também o é. Não resta a menor dúvida que as pessoas que nos olham com extrema má vontade às vezes conseguem captar aspectos psicológicos nossos. Apenas estes aspectos estarão desligados, estarão dentro de um quadro desproporcional com qualidades positivas que eventualmente possuamos, mas não deixarão de ser isso fatos reais. Do mesmo modo que as pessoas que admiram, nos amam, poderão ver certos traços aumentados.

Nesses dois casos, o olhar malévolo e o olhar benévolo, os dois revelam algum conhecimento. Quando olhamos alguém com malevolência captamos facilmente o seu auto- engano, a sua mentira existencial, aquilo que nela existe de farsante, de palhaço. Evidentemente que se o olhar se limitar a este aspecto e o absolutizar estará inventando o seu próprio objeto. O ponto de vista criou, determinou a natureza do objeto, inventou, e isso é falso.

E o olhar benévolo, também é falso? Vejamos: por que um olhar é malévolo? Não é porque tem uma seleção prévia que exclui de antemão o ponto de vista do próprio objeto, as suas razões e suas qualidades? Então o olhar malévolo se define por uma exclusão. E o olhar benévolo implica a exclusão de tudo isso? Não. Podemos amar, admirar, gostar de uma pessoa conhecendo o que existe nela de falso de mentira existencial e até de defeitos profundos. Entre o malévolo e o benévolo, se é preciso optar, sem dúvida opte pelo benévolo. O olhar benévolo não exclui o malévolo, mas este exclui o benévolo.

E quando criamos um mito, olhando apenas as qualidades e excluindo os defeitos, criando uma fantasia, porque o outro tem defeitos que você também tem e não quer enxergar? Bem, isto já viola nossa primeira regra -- saber qual o fim com que você está olhando. Se esta regra for cumprida, isto não acontecerá.

Os processos de idealização dos indivíduos geralmente acontecem justamente quando não queremos conhecer. Exemplo disto é quando você vai fazer uma psicanálise. Logo você entra numa relação com o terapeuta que se chama relação transcendental. Você deixa de encará-lo como um indivíduo humano, real, concreto e ele passa a construir como que uma função na sua psique. Ele se torna sua consciência. Você só o vê por este lado, e neste caso que conhecimento do outro você está tendo? Você está buscando apenas o seu conhecimento. O analista não está sendo analisado na medida que analisa, está apenas analisando. A própria relação já determina o circuito one way. Já não existe o interesse real em conhecer o indivíduo. Este é o processo que chamamos idealização, que pouco ou nada tem a ver com admiração, porque admirar significa ad mirare, olhar a. Quando admiro uma obra de arte eu a olho, ao passo que o indivíduo que é idealizado não é olhado, é inventado na sua cabeça, você não presta atenção nele. Ele funciona como fornecedor de certas informações que são úteis para você. Estamos, então, dentro do segundo fim assinalado por Delgado, apreensão do que seja significativo para a própria vida.

Num ambiente em que as pessoas sejam muito frágeis psicologicamente, muito imaturas, a relação transferencial pode se universalizar. Elas não acontecem somente nas relações terapêuticas. Eu, com alunos, já tive esta amarga experiência. Dei duas aulas para o aluno e ele já estava transferenciado. Reduz o professor a uma função nobre da sua mente -- nobre, mas apenas uma função --; ele não é mais um ser humano exterior.

No Brasil todo mundo é um paciente psicoterapêutico em potencial, e para que ele fique transferenciado não precisa penetrar nos meandros de sua alma, basta você conversar uma vez e se você mostrou que compreende meia coisa a respeito dele, ele já está transferenciado. Isto é um péssimo sinal, imaturidade, doença mental mesmo.

É fácil perceber que numa situação onde a convivência humana parece não ter princípios e nem regras que possam regê-las, as motivações neuróticas são muito constantes. Nunca se sabe o que a pessoa espera de nós, às vezes o que ela espera é algo que jamais poderíamos advinhar, o modo como ela te encara é um mistério e um abismo, às vezes nem ele mesmo sabe por onde ele olha.

P.: E o caso de Lincoln? O povo americano o idealizou?

No caso de um homem público esta mesma situação não é mórbida, é normal. A atuação pública é a de um homem que se dá para uma finalidade que o transcende: a política, a revolução, etc. Neste sentido ele não está pedindo para ser compreendido como indivíduo total. O político, o chefe de Estado que peça ao seu povo que tenha compreensão com ele é só o José Sarney -- "Coloque-se no seu lugar". O político não está lá para ser compreendido e sim para exercer um papel público. É normal que a nação o encare somente por estes aspectos e o julgue independentemente de suas intenções subjetivas ou o mistifique positiva ou negativamente -- tudo isso faz parte da regra do jogo.

Onde isto se torna demência é quando entra na relação interpessoal. O processo é mais ou menos análogo, porque se trata de uma seleção. Do indivíduo você olha apenas alguns aspectos que dizem respeito a você. O jogo é positivo ou negativo dependendo desses aspectos. Em geral é sempre assim, como na primeira transferência, positivamente e depois negativamente. Isto é inegável, toda transferência é seguida de uma contratransferência, onde você rejeita aquele indivíduo como símbolo. Primeiro ele representa a sua consciência, depois você quer a sua consciência de volta e então rejeita aquele indivíduo como símbolo dela. Isto é normal apenas numa situação de terapia. Nas relações interpessoais isto é inteiramente doentio e no momento em que você estabelece este tipo de relação com o professor, por exemplo, você está perdido. Como o aluno você vale zero, porque a posição do aluno é diferente da do paciente. Paciente é aquele que padece e o analista conduzirá o raciocínio do analisado em todos os seus detalhes, ele raciocinará no lugar do paciente porque ele está incapaz de raciocinar. O analista costura as partes que o paciente vai fornecendo dos aspectos soltos. Supõe-se que o mesmo não está se entendo a si mesmo, ele perdeu a unidade de seu mundo psíquico. Ora, com o aluno é ao contrário, se ele perdeu sua unidade psíquica ele não vai entender uma palavra do que o professor está falando. Mesmo porque na análise o centro de atenção é a pessoa do paciente e numa aula, qualquer que seja o assunto, a atenção não é na pessoa do aluno mas no objeto do ensino. Acima do professor, acima do aluno, existe o objeto do ensino ao qual as nossas atenções devem convergir ativamente. Portanto se formou uma relação transferencial isto já fica impossível. O aluno se transforma num paciente, que é a mesma coisa que um espectador passivo.

O professor compreenderá cada vez mais e o aluno cada vez menos. O professor faz esforços para explicar-se, vai recordando a matéria, vendo-a por novos ângulos e aprendendo mais. No fim o professor virou um sábio. Mas ativo do aprendizado é o aluno; quem conduz uma análise é o analista, mas quem conduz o aprendizado não é o professor, é o aluno. Isto é muito importante. O professor fala do objeto, ele não fala do aluno. Claro que no aprendizado primário, elementar, lida-se muito com o aluno, mas à medida que se vai avançando, o aluno vai cada vez mais saindo do foco do interesse, até que enfim, no mundo do ensino superior, o aluno deve ser ignorado. Só interessa o assunto, pressupõe-se no aluno a capacidade de aprender.

...

Quando os indivíduos fazem um curso como este pode haver uma motivação que não é intelectual, mas psicológica. Por exemplo, o aluno nota que aquilo que está sendo estudado tem um efeito benéfico sobre sua alma e ele se sente bem, então continua assistindo só porque faz bem, não porque esteja aprendendo. A tentação de ficar nesta atitude passiva é muito grande, principalmente no Brasil, onde todos se consideram pacientes, necessitados de ajuda, e dificilmente se colocam na posição de pessoas autoconscientes e responsáveis que podem perfeitamente assumir um ensino e se esquecer de seus próprios problemas durante dois minutos. E é isto que lhes estou pedindo exatamente. Esta característica é própria de indivíduos neuróticos, nunca se esquecem de seus próprios problemas, tudo se refere a ele. E se ficar psicótico os mais mínimos movimentos do cosmos podem se referir a ele: acredita que os eventos estão contra ele ou que é sua força psíquica que os estão movendo.

Isto tudo é para que vocês tenham uma idéia de quanto é complexo o mundo das motivações que nos levam a obter conhecimento de um indivíduo. Isto dito também fica claro que os processos de transferência e contratransferência acontecem exclusivamente na cabeça do observador e nada revelam sobre o objetivo em si. Posso estabelecer com o analista uma relação de transferência e depois de contratransferência, isto é, julgá-lo e encará-lo, primeiro, como se fosse um deus que tudo enxerga, e depois como o diabo, um louco, um inimigo, sem saber de nada sobre ele. Tudo isto se refere a mim, é o meu jogo interno, subjetivo.

Nas faculdades de psicologia os professores não conscientizam os alunos disto. Não pode confundir o processo pedagógico com o processo terapêutico, este último tendo como finalidade o alívio do sofrimento do paciente, e esta aula não tem por finalidade o alívio, mas o conhecimento de um objeto. Se casualmente isto representa alívio ou prazer isto em nada muda o conteúdo da aula. A única coisa que diz respeito é o objeto. O bom professor será aquele que rege o conteúdo das suas aulas exclusivamente pelo objeto. Quanto mais fiel ao real, melhor ele será. Isto deveria ser uma regra para todo homem de saber: o objeto de estudo é soberano. Ao contrário, para uma situação psicoterapêutica, soberano é o estado de ânimo do paciente.

Honório Delgado está se referindo a um conhecimento não sistemático, e ele diz em seguida:

"Esta forma espontânea do conhecimento dos outros está sujeita à ilusão e ao engano em medida maior do que a forma reflexiva".

Portanto existe também uma forma reflexiva, crítica de conhecimento do outro que seria matéria de interesse da psicologia propriamente.

"No que diz respeito ao observador, o discernimento falha sobretudo pelo egocentrismo da estimativa e pela influência da fama, boa ou má, que amiúde precede à relação direta com o sujeito observado".

O autor ainda está falando do conhecimento espontâneo, dos limites inerentes ao observador, do qual demos mais exemplos do que este texto, que é um ensaio e como tal não pretende jamais ser exaustivo; ou seja, é uma teoria na qual não se dá provas, mas exemplos suficientemente sugestivos, submetendo-se que toda a argumentação poderia ser desenvolvida num tratado; é uma tentativa. Deveremos neste curso ter este trabalho de Honório Delgado como ponto de partida para uma investigação sistemática, como que visando transformá-lo em tratado.

Tomando os exemplos que ele dá e captando o conceito, podemos então subdividí- los nos seus gênero e espécie num diagrama:

CONHECIMENTO DO OUTRO

1. Espontâneo

a) fins * necessidade circunstancial

(ingênuo) * auto-referência

* impulsos generosos e objetivos

* curiosidade, simpatia etc.

b) limites * da parte do sujeito

* egocentrismo

* influência da fama

* cultura

* idade

* sexo, etc.

2. Reflexivo (crítico, sistemático)

Todo e qualquer conhecimento que tenhamos de toda qualquer coisa será sempre ingênuo de início, para depois ser crítico. Então a ciência nasce justamente da crítica sistemática do conhecimento ingênuo.

Há toda uma fenomenologia da fama e da infâmia, às vezes, sem que percebamos, basta uma palavra de suspeita, dita casualmente, para que nós delimitemos a área de interesse por uma determinada pessoa. Suspeita que não nos parece, no entanto anormal, visto parecer bastante lógico suspeitar do que é suspeito. Vejam como é infinitamente fácil desviarmos o olhar de uma pessoa em relação a outra, predispor um indivíduo contra ou a favor. Isto sem falar dos métodos que existem como a Programação Neurolinguística, que podem desviar seu olhar de uma coisa para outra, de olhar para uma pessoa por lados que dizem respeito à sua observação. Tudo isto são imensos obstáculos que se oferecem ao nosso conhecimento do outro, pois conhecer uma pessoa nos dias de hoje é um empreendimento inglório.

O outro elemento que atrapalha esse conhecimento é o que nós poderíamos chamar, de pressa, pois acabamos por limitar o nosso relacionamento com as pessoas às necessidades circunstancias. Os relacionamentos entre as pessoas são fugazes, se tornam puramente instrumentais.

"E no que concerne a este, fora a inata propensão do homem a exibir só os melhores aspectos de seu ser, intervém sempre uma circunstância psicológica fundamental: em cada situação a pessoa não se mostra senão parcialmente e de forma muito determinada".

Portanto da parte do sujeito conhecedor tínhamos fundamentalmente esses dois obstáculos: o egocentrismo, que nos devolvia à auto-referência, e por outro lado a influência da fama. Da parte do objeto temos então esta seleção melhorada do que o indivíduo apresenta, e por outro lado temos a adequação funcional à situação, ou seja, em cada momento estamos nos relacionando com cada indivíduo por um único canal, e isto não quer dizer que o comportamento do indivíduo em todos os setores da existência seja idêntico, terá que ser forçosamente análogo, mas não idêntico. Nossa convivência com todos os seres humanos está definida sempre pelos limites da situação. Esta adequação funcional do comportamento à situação faz com que grande parte dos atos do indivíduo não venha dele, mas da própria situação.

Tão longe vai o papel da adequação funcional à situação que alguns autores sustentam a tese que Delgado vai desmentir em seguida:

"Não é, como sustentam alguns ilustres analistas da alma humana, que haja em cada um de nós uma infinidade de persônulas diferentes, mas sim que a adequação da nossa vida de relação nos obriga, em cada momento e ante cada interlocutor, a por em ação o especificamente pertinente à conjuntura".

Tão grande é a importância do nosso comportamento funcional em cada situação que algumas correntes de psicologia chegaram a propor a idéia da multiplicidade do que Delgado chama de persônulas diferentes. (Traduzi persônulas por personulas porque a palavra não existe em espanhol e também não existe em

português, é uma palavra inventada pelo autor; aliás é muito interessante essas palavra, porque dá a idéia de uma cápsula, poderiam ser revestimentos, uma infinidade de pseudo personalidades ou de substitutos da personalidade que o sujeito veste e desveste conforme a situação.) Tão importante é a idéia dessas persônulas e a adequação funcional à situação para determinar qual a persônula a ser posta em ação e quais reservar para melhor oportunidade, que alguns autores chegaram a propor que aqui trata-se da dissolução do eu humano na infinidade de papéis. É um processo que se verificou em primeiro lugar na literatura. O primeiro autor a escrever a estória de um personagem que não tinha personalidade alguma foi um russo. Se vocês lerem os grandes clássicos do romance irão perceber que até certo ponto da história do romance as personalidades estão bem definidas. Não há possibilidade de confundir Raskolnikoff com Eugenia Grandet ou Tom Jones; eles são perfis definidos. A unidade do caráter do personagem entra como elemento determinante. Porém surge a idéia de personagem que não é ele em si mesmo, é interiormente determinado pelo curso dos acontecimentos. Depois disso esta idéia foi muito trabalhada, particularmente por Marcel Proust, que chega a dissolver a idéia do eu numa sucessão de estados, de momentos; o personagem não tem personalidade, só vivências que mudam conforme a idade, o tempo, a situação, de maneira que fica muito difícil você dizer quem o indivíduo é.

Um grande filme de Woody Allen, Zelig, é uma discussão aprofundada deste tema; embora caricatural, é no final uma apologia da unidade da personalidade. O drama da fragmentação é transformado em caricatura e você ri, e no final com a força do amor que o invade, ele restaura sua verdadeira personalidade. É como se este drama da dissolução do eu, desde o século passado, fosse apenas um sonho mau e por isso mesmo transforma-se numa comédia, que é o contrário de tragédia. Tragédia em grego significa o canto do bode, o bode representa o capeta; dá-se uma tragédia quando no fim quem sai ganhando é o capeta. A força das circunstâncias, a alienação da sociedade humana, a pressão das situações sociais aparecem num certo ponto da história como vitoriosas sobre o indivíduo. Então o indivíduo humano -- que antigamente se pretendia ser uma espécie de rei da criação -- durante uma fase da história aparece como um valor que é pisoteado, negado pela força das circunstâncias, e esta derrota do eu autoconsciente é assinalada por estes livros. Flaubert em parte trata disso, pois Madame Bovary é uma pessoa que não é uma pessoa, já é um monte de estilhaços.

Após quase um século de dissolução ou esfarelamento da pessoa humana, este artista, Woody Allen nos mostra tudo sob o aspecto de uma vasta farsa, a pluralidade de situações que parecia se dissolver é na verdade uma gigantesca comédia. É um filme muito curativo.

Existem dois grandes personagens de mentirosos na literatura: Peer Gynt, de Ibsen, e Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Ele é plástico, se amolda às circunstâncias e neste sentido não pode responder por seus atos, muito menos responder pelas suas memórias, pior aquilo que fez, a memória já trabalhou e já disse que ele não fez. Quando vemos Macunaíma como retrato da psicologia nacional, assim como Peer Gynt é o retrato da psicologia norueguesa, entendemos que num meio assim -- cujo personagem símbolo é um tipo plástico -- podemos encontrar dificuldades terríveis no conhecimento das outras pessoas, porque, como dizia Sto. Tomás de Aquino, "o conhecimento que temos deste ser não pode ser mais coerente do que este mesmo ser". Se a unidade do indivíduo é tênue, dificilmente conseguiremos criar um perfil que seja muito definido a respeito dele. Se perguntássemos quem agiu durante o transe do Zellig, se ele mesmo ou os outros, não poderíamos definir, porque estamos numa zona de indistinção. Uma coisa é conhecer o caráter dos indivíduos, outra é conhecer seus estados e suas ações, e isto é uma coisa que os astrólogos esquecem com muita facilidade.

P . : E os casos de múltipla personalidade?

Este já é um caso psicopatológico, onde a dissolução, o desmembramento do eu em várias personalidades não é apenas funcional, mas estrutural. O Zelig se comporta como um camaleão, se adequada à situação e desenvolve uma personalidade de improviso, porém conserva um fio condutor, e no fim este eu que parecia dissolvido por baixo de todas as outras persônulas reaparece íntegro e vitorioso. No caso da múltipla personalidade não se trata de uma adequação múltipla a várias situações diferentes, mas de uma ruptura estrutural, o fio condutor inexistente. Podemos encarar este problema de duas maneiras: primeiro nesta esfera psicopatoógica, quando o indivíduo não chega a ter unidade suficiente para atuar na sociedade civil, ou seja, para responder pelos seus atos judicialmente, sendo a versão mais grosseira. Em seguida, podemos perceber uma outra fragmentação que é socialmente aceita, o que já seria um mal sociológico,

que é uma coisa muito disseminada hoje em dia, ou seja, um indivíduo, sem chegar a esta fragmentação total, não tendo o mínimo de unidade funcional, não tem unidade psicológica. É a situação na qual a única coisa que "costura" o indivíduo entre seus vários personagens é um determinado papel, ao qual se refere continuamente, mas não tem mais unidade do que isto. Isto é uma demência coletiva, hoje em dia muito difundida, sendo quase o normal. Estes casos em que a unidade da pessoa é muito tênue, estando a ponto de ser rompida, estudaremos mais tarde. Este aspecto sociopsicopatológico é muito importante.

P . : Existe uma teoria que diz que, em função de certas circunstâncias históricas, pessoas determinadas como que são tomadas por um espírito, Hitler por exemplo, assumindo um papel radical e repentinamente. Como Chaplin, que num filme sai do bueiro com uma bandeira.

Sim, este é um símbolo do que acontece, o sujeito é tomado por uma corrente histórica que penetra no seu subconsciente. Todas as situações de crise são ricas nisso. Porém seria lícito interpretar assim todos os personagens históricos que desempenharam papéis em momentos decisivos? Ou há casos que são exatamente o contrário, onde a personalidade do indivíduo é jogada sobre a sociedade e se torna um molde? Pergunte-se qual o motivo de todos os loucos do mundo sonharem ser Napoleão.

P . : Porque nunca ouviram falar de Mao Tsé Tung.

Será que é por isto? Houve uma propaganda com o fim de influenciar uma geração inteira, mas hoje em dia ninguém quer ser Mao Tsé Tung, mas Napoleão virou um molde para os outros depois de morrer, quando os seus inimigos já estavam no trono. Napoleão é que foi possuído pela alma coletiva ou ao contrário? Ele é que montou em cima dela? Outro, Júlio César. Vemos então que, num caso, temos uma alma fragmentada por onde passam as correntes sociais que ela passa a personificar. No outro caso, o oposto, uma alma que tem uma força de coesão tão grande, que se torna o molde no qual se plasmam as correntes históricas.

O caso dos processos mediúnicos que mencionamos poderiam estar presente nos casos citados, e talvez no último de maneira invertida, pois onde existe o médium existe também o magnetizador. O médium é o que recebe, uma força o personifica. O magnetizador é o sujeito que às vezes nem parece, mas é quem está determinando o curso de eventos. O médium é um meio, é apenas como que um cano onde passa a água, sendo que ele não é nem a fonte da água, nem o consumidor. Os atos que pratica como um receptáculo de forças psicológicas não são atos dele, pouco ou nada dizem do ser caráter, embora no mais das vezes o caráter deva ser harmônico com o papel a ser representado. Mais tarde veremos o mapa de Hitler, por exemplo, é particularmente propício a esta reflexão.

...

Se queremos conhecer uma pessoa teremos de nos perguntar qual é a forma psíquica desta pessoa, ou seja, qual o padrão de unidade que costura tudo isto por trás, e neste padrão de unidade qual a hierarquia, o que é mais ou menos importante, o que ela fez como expressão da sua alma e o que fez por contingência ou até se fez mediunicamente por influência de forças que ignorava, etc.

Supomos sempre uma unidade da personalidade, porém esta unidade no ser humano é potencial, nem sempre se realiza, assim como em princípio as vacas dão leite, mas se isto não acontece, percebemos que estão doentes. Entretanto, quando a personalidade humana perde sua unidade e começa a ser apenas reflexo passivo do exterior nós nos perguntamos se isto não é normal. Aí invertemos toda a nossa visão do ser humano, revertemos nossa visão a respeito de tudo e todas as coisas. Fazendo isto estamos também a um passo da dissolução. Para o indivíduo que tenha pouca coesão é mais difícil perceber a coesão alheia mesmo quando ela existe, ao passo que se o indivíduo for fragmentado não haverá dificuldade para perceber os estados e momentos do outro, apenas o perceberá de acordo com o seu próprio critério, o qual poderá ser muito diferente do outro.

Toda e qualquer possibilidade de compreensão do ser humano repousa em última análise na hipótese de uma unidade da pessoa. Não tendo esta unidade, sendo ela um conjunto de persônulas como pretendia Proust, depois Gurdjieff, então qualquer possibilidade de conhecimento dela será absolutamente ridículo, porque estaremos pressupondo que existam espécies sem o gênero, que podemos provar as personalidades sem no entanto ter nenhuma que as gere. E se supomos que a personalidade humana possa resultar inteiramente de causas, reduzindo-as às suas causas, também estaremos desmembrando-as, e teremos uma

parte que veio pela hereditariedade, outra pela educação, pela influência do meio etc., reduzindo-a assim a uma espécie de colagem.

Para o estudo da astrocaracterologia estudaremos o indivíduo como um composto de partes independentes porém, o que é um composto, um agregado de partes diferentes é o horóscopo e não o indivíduo, ou seja, a pessoa humana tem uma unidade, mas, se vamos estudá-la pelo lado astrológico este lado só nos permitirá ver aspectos ou ângulos separados, não a unidade da pessoa. Então, muito cuidado, não confundam, o ser humano não é composto de partes, porém o método astrocaracterológico só permite abordá-lo desta forma.

P . : Por isto que você disse que a astrocaracterologia ficava a um passo da caracterologia de Klages?

Claro, Klages procura pegar a unidade de dentro da pessoa, por isto é mais uma coisa artística, pois esta unidade vivente só pode ser captada intuitivamente e não reconstruída conceptualmente.

Nós precisamos construir uma ciência que ao mesmo tempo observe o indivíduo por partes e vá montando, mas que por outro lado controle esta montagem pela apreensão intuitiva da unidade do indivíduo, e esta é uma operação de extrema delicadeza.

Continuando o texto, vamos terminar o conhecimento expontâneo:

"A margem de erro na apreciação corrente da figura distintiva das pessoas varia em função de incontáveis fatores, entre os quais são notórios, em igualdade de condições nativas e de cultura, a idade e o sexo".

Com isto Delgado voltou às limitações da parte do sujeito, além da limitações ditadas pelo egocentrismo e pela influência da fama existem outras intrínsecas, que vêm do nível de cultura do observador, da sua idade e do seu sexo. O nível de cultura é enormemente plástico, imprevisível e pode ser mudado, a idade pode ser mudada para frente mas não para trás, e o sexo a princípio não muda.

"Acerca da idade, na infância é típica a tendência a julgar os indivíduos de acordo com a sua função, olhando mais ao que devem ou deveriam ser do que ao que são em realidade".

Isto quer dizer que a criança tem uma mentalidade autoritária, absolutista, ela sempre vende o peixe pelo preço que comprou, tal como na função que o indivíduo lhe foi apresentado tal ele continuará. A criança age por uma lógica onde não tem meio termo, e também por imitação. Ela não tem a menor capacidade de conhecer os indivíduos como tias, ela conhece apenas figuras, símbolos, arquétipos e funções, é uma abstratista. Aos poucos é que ela vai começando a aprender a observação do concreto e a distinção entre os seres concretos.

"Na selectude falta o vigor para percepção dos matizes, o que leva a esquematizar a imagem do ser alheio".

Então de certo modo volta à infância, quer dizer que o velho não tem mais muita energia para pensar, observar diferenças de matizes, aí ele consolida, cristaliza certas visões e opiniões que tem a respeito das pessoas e não muda mais.

"Não há dúvida de que a maturidade é a idade de ouro para precatar-se da riqueza e da peculiaridade das pessoas, por influência de dupla inclinação: a análise crítica da realidade fugidia e o exame panorâmico da experiência".

Só existe um momento onde as várias tendências tomam um certo equilíbrio. Curiosamente o planeta urano dá uma volta no zodíaco em 84 anos, e dizem que esta é a princípio a duração ideal da vida humana, e dividindo o zodíaco em pedaços de 7 anos, cada casa ou signo referindo-se a 7 anos de vida, então é quando se chega ao signo de Libra que se está com 42 anos. Este seria o meio da vida ideal, e ao mesmo tempo esta libra, ou casa VII, representa justamente o outro. Neste caso o símbolo confere com a biologia, o signo do outro corresponde cronologicamente à idade onde realmente se presta alguma atenção no outro, ou como dizia Arnold Kaiser, "a idade onde se começa a entender que as pessoas são aquilo que são".

"Nos tocante aos sexos, o feminino avantaja-se ao masculino no acerto da impressão sintética daquilo de que são capazes os indivíduos, particularmente em matéria de qualidades morais. É um fato comprovado por muitos casais que, depois de anos de trato com terceiros, se confirma mais amiúde a convicção da mulher do que a do homem".

O que ele está dizendo é que a mulher apreende sinteticamente melhor o potencial moral dos indivíduos, e

que a experiência diz que se homem acha uma coisa e a mulher outra a respeito de um terceiro, com o tempo acaba-se confirmando a opinião da mulher.

P. : Isto se deve à intuição?

Não, um dos grandes mitos é achar que a mulher é mais intuitiva. Acontece que os dados recebidos pelo homem e pela mulher são muito diferentes. Não se trata de uma diversidade de funções, de que uma função seja mais desenvolvida em um menos no outro, porque intuição e razão são funções que todo mundo tem que ter, e é até difícil dizer qual predomina.

P . : Mas o que interessa nos dados?

A mulher recebe sobre o seu próprio corpo muito mais dados do que o homem; por exemplo, todo mês durante a menstruação ela é obrigada a prestar atenção no estado de seu corpo, e o homem passa direto sobre estes dias. Se são intuitivos ou racionais a diferença não está aí, o caso é que a mulher recebe um dado a mais. Depois tem a gravidez, onde durante nove meses ela é obrigada a prestar atenção nisto, e ainda há a amamentação. Isto são dados que vêm não do predomínio da razão ou da intuição, mas da diferente forma corporal, que faz com que um receba um tipo de dados e um outro não. Quando existe uma diferença nos é evidente que os comportamentos serão distintos. Não é preciso apelar para uma diferença de constituição hierárquica de predomínio da razão ou da intuição.

P . : O único autor que estudei dentro da psicanálise que me parece coerente com isto foi Eric Ericsson, que dizia que no caso do ser humano masculino não há nada que o lembre que ele é homem, e no caso da mulher não há uma que possa esquecer disto, todo mês ela é lembrada de que é mulher e que não pode escapar disto.

Quer dizer que existe um monte de funções que são neutras, e outras que são exclusivamente femininas. Minha teoria é de que a mulher é uma espécie de homem.

P . : A mulher tem uma característica de uso dos dados cerebrais diferentes do homem, a mulher não vê o mundo do mesmo jeito que o homem.

Esta é a teoria dos hemisférios cerebrais, eu a estudo faz doze anos e ela está completamente errada. Mesmo que a estrutura cerebral apresente diferenças isto não é decisivo, porque a intuição não depende de estrutura cerebral, é completamente independente. O funcionamento da razão depende, mas o da intuição não, porque a intuição está no objeto, no dado. A estrutura do cérebro não fará que um elefante deixe de ser um elefante. A intuição não é uma função cognitiva no mesmo sentido que a razão, não estão no mesmo plano, não dá para comparar, e se não dá para comparar não tem sentido dizer que um sujeito é mais intuitivo ou menos racional.

Há entre homem e mulher uma diferença fisiológica que por si mesma não determina um modo de recepção diferente dos dados. Os objetos é que são diferentes, e pela repetição de informações diferentes se consolidam comportamentos e uma visão também diferentes.

Teoria de uma nova sexologia.

A mulher é uma função do homem. A mulher foi desenvolvida para uma função extra, em excluir todas as outras que o homem faz. Não há propriamente dois sexos, existe um só, há um acréscimo pelo lado da mulher. Homem e mulher não estão como dois no mesmo plano, e sim como gênero (homem) e espécie (mulher). Não se trata de gênero humano neutro, com duas espécies, homem e mulher. Weininger é fundador desta mentalidade, escreveu um livro chamado Sexo e Caráter, e Platão também ajudou muito a confundir a história com tal andrógino primordial.

Estou com o mito bíblico de que havia um homem cuja forma corporal de certo modo se esgota em si mesmo, e depois surgiu, tirado deste, um outro, com um certo desenvolvimento de alguns órgãos. Tanto que para cada órgão que existe no homem há um correspondente na mulher, menos um, o útero. A conclusão lógica é que a mulher tem uma função a mais. Por isto é gênero e espécie. Por exemplo: animal define o gênero, racional especifica a diferença, por isto ;e espécie.

Agora, se definimos que um objeto que é um é dois, não conseguiremos achar a unidade nunca mais. Só está unido no fim o que estava unido no princípio. se partimos de dois conceitos antagônicos nunca

acharemos a unidade, nunca chegaremos à raiz comum, a não ser que inventemos um andrógino primordial, ou algo assim.

Para mim a unidade da forma humana está no homem, e a sua existência, portanto a possibilidade da sua multiplicação, está na mulher.

O corpo da mulher é todo constituído de dualidades ressaltadas. Então se 1 é 1 e o outro é 2 se explica pelo 1; onde tem 2 tem que haver um 1 antes.

A mulher se resolve, reabsorve no homem, portanto ela é homem, e o homem não é mulher porque nela é que foi acrescentado algo, que a diferencia como espécie, e que se chama útero.

P . : A nível genético o homem consegue reproduzir as duas sexualidades na expressão genética de si mesmo e a mulher só uma. O cromossomo sexual da mulher só possui o elemento X e do homem possui X e o Y.

O homem tem esta dualidade embutida nele, dualidade a qual se manifesta exteriormente na própria mulher. Pelo mito ela foi tirada de uma parte do homem.

Em princípio todas as tarefas socialmente masculinas podem ser exercidas pela mulher, mas a tarefa de procriar e amamentar, o homem não faz . Não há na mulher nenhum impedimento essencial, o impedimento é acidental. De fato a maior parte das tarefas masculinas a mulher acaba não fazendo porque está ocupada com esta que lhe é própria, mas nada a impede que faça as outras.

AULA 30

O trabalho de Vivian sobre Benito Mussolini mostra que ela entendeu perfeitamente a pergunta. Está exemplar. Não é preciso dar um resumo total da biografia, mas somente das circunstâncias em que o indivíduo vislumbrou o que sua vida poderia ser. Neste trabalho você tem um esboço de um conjunto de hipóteses que podem orientar, facilitando o estudo da biografia. Para entendê-la melhor, consideramos que a meta do indivíduo vai se esclarecendo aos poucos. Podemos discernir três etapas, que chamamos de genérica, específica e particular. A genérica é quando o indivíduo entende que tipo de pessoa ele é. Por exemplo, Mussolini aos nove anos de idade já fazia discursos, e já havia percebido que tipo de pessoa era -- um Júlio César. É claro que com esta idade ele não podia ter uma visão muito clara, concreta e particular de onde estava. Com o tempo a meta vai se especificando, saindo do genérico e entrando no específico. Se ele se entendia um Júlio César, está claro que este é o tipo, o gênero. Depois poderia se fazer a seguinte pergunta: aonde cabe um Júlio César neste lugar? Mais tarde entra a meta particular que é a realização ou a luta pela realização. A meta vai se particularizando aos poucos e no caso de Mussolini houve uma antevisão. Outro caso, o de Graciliano Ramos, que fazia poemas aos doze anos. Ele já sabia que tipo de pessoa era. Porém ninguém escreve livros genéricos, mas um determinado livro, o que você escreve. A figura vaga e genérica do escritor foi se transformando na figura do escritor em particular. Os percalços, aquilo que leva da visão genérica para a específica, é a história da meta. Os antagonismos justamente podem em grande parte servir para apreciar a meta, pois conforme o obstáculo ela se define: por exemplo, Mussolini queria ser Lenin ou Júlio César, então ele entrou num partido comunista, mas este agiu de uma maneira que o desagradou. Se isto não tivesse acontecido talvez ele tivesse continuado nele. Isto é um antagonismo, o tipo de pessoa que ele queria ser não cabia naquele tipo de movimento. Quanto à colocação sobre Hitler está muito boa. Aceitando outro modelo, sua personalidade tornou-se frágil. Se ele era chefe não poderia ter aceito outro. Então ele entrou num beco sem saída, arrastando junto a Itália. Mas foi um grande administrador e pacificou as regiões que estavam em conflito, acabando com a máfia. No entanto seu comportamento com relação à política internacional não foi inteligente. Qualquer um teria percebido que o projeto de Hitler era inviável. O homem que em face do destino, das circunstâncias, é arrrastado por elas quase não tem uma biografia, pois esta se dissolve na história do seu meio.

Voltando ao que foi visto, Delgado diz que para o conhecimento do outro existe dois tipos: o metódico, crítico ou sistemático, e o espontâneo. Ambos se definem pelos fins que o indivíduo tem ao conectar outro, ou seja, o conhecimento que ele adquire das pessoas depende dos fins com os quais as observa. A finalidade que orienta a sua atenção determina os pontos nos quais ele colocará sua atenção, as perguntas

que fará. O indivíduo seleciona os dados em vista de um fim que é dele e não do observador. Estes fins, por sua vez, determinam os limites do conhecimento obtido.

O conhecimento espontâneo é em primeiro lugar segundo os fins das necessidades circunstanciais, ou seja, daqueles ditados pelas circunstâncias da vida do observador, que o colocam, mais ou menos casualmente, em face desta ou daquela pessoa. Em segundo, é conforme os fins do que seja significativo para a própria vida do observador, ou seja, quando ele olha o outro como um espelho ou padrão de comparação para ele mesmo, que é o que se faz quase o tempo todo. Em terceiro é segundo os fins, os quais ele chamou de objetivos ou generosos, como por exemplo quando o indivíduo tem curiosidade de conhecer o outro por admiração.

Em seguida Delgado aborda os limites do conhecimento espontâneo. O primeiro é o egocentrismo, ou seja, quando o indivíduo olha o outro com um interesse centrado nele mesmo, por exemplo, quando conhece o caixa do banco não porque tenha curiosidade em conhecê-lo, mas apenas para trocar o dinheiro. O segundo coloca a fama boa ou má que antecede o relacionamento com o indivíduo, predeterminando um tipo de olhar.

Ele faz também uma divisão de limites, os que estão no sujeito e os que estão no objeto. Quanto aos limites que estão no objeto ele diz que os indivíduos têm a tendência de se mostrarem apenas segundo certos aspectos. Em seguida existe o que ele chama de adequação à situação, ou seja, quando se convive com alguém dentro de determinadas circunstâncias, nas quais ela se manifesta segundo certos canais de comunicação; deste modo a visão que se obtém é muito parcial. Por exemplo, se conheço alguém apenas na condição de aluno, então não recebo dele as informações que ele transmite à sua família ou no ambiente de trabalho.

Quanto aos limites que estão no sujeito ele fala que estes são determinados, primeiro, pelo nível de cultura, o qual não abordaremos por ser infinitamente variável; pela idade, onde existe um tipo de apreensão própria a cada idade; e pelo sexo, onde ele diferencia dois modos de observação que seriam característicos do homem e da mulher.

Este último é um tópico que eu discordo, não quanto às observações que em si mesmas estão certas, mas quanto às razões apresentadas. Delgado coloca que a diferença de observação entre o homem e a mulher é pela predominância de certas funções na mulher e outras nos homens. As faculdades cognitivas não preponderam neste sentido, mas todas elas operam em cima do material que é dado pelos cinco sentidos; estes dados por sua vez são selecionados não pelo predomínio desta ou daquela faculdade cognitiva, mas pela forma corporal do sujeito considerado. É simples: por exemplo, um gordo tem mais sensação do peso do seu corpo que o magro; o homem frágil tem mais sensação de peso que o forte. Isto se dá não pela predominância de uma faculdade cognitiva, mas pela estrutura corporal que faz parte não do sujeito mas do objeto. As diferenças sensoriais entre o homem e a mulher não são cognitivas no sentido estrito do termo, mas conforme a forma corporal que seleciona certos dados. A mulher recebe maior informação dos seus sentidos internos que o homem, mas a sensibilidade corporal não é uma faculdade cognitiva; também não é que a mulher tenha mais sensibilidade que o homem, mas é que ela é muito mais atenta a seu corpo que o homem; se ele ficar doente; se tiver perturbações corporais, evidentemente prestará mais atenção no seu corpo e poderá ter a mesma sensibilidade que a mulher. O famoso exemplo, Marcel Proust, que vivia doente, desenvolveu uma sensibilidade mórbida aos estados corporais; se estivesse são certamente escreveria coisas completamente diferentes.

Assim a diferença que existe é corporal e não cognitiva. A estrutura cognitiva é humana, não sendo por sua vez nem masculina nem feminina. De qualquer modo existe sim uma diferença de percepção, mas ao nível dos sentidos.

P . : Não se pode dizer grosseiramente que o homem pensa com a cabeça e a mulher com o corpo?

Não, evidentemente. Isto é o que se diz comumente, e foi isto que neguei radicalmente. O homem pensa com a cabeça e a mulher também; o homem sente com o corpo e a mulher igualmente. A única diferença, como já expliquei, é que ela é mais sensível porque presta maior atenção ao seu corpo, mas a estrutura cognitiva é igual, os dados é que são diferentes. A diferença está assim no objeto e não no sujeito, sendo que nosso corpo é objeto de nosso conhecimento. Prova disto é que tem coisas que passam no nosso corpo

e não percebemos. O corpo também nos informa de coisas diferentes conforme a idade, mas ele não faz parte da estrutura cognitiva. É também uma mentira dizer que o homem é mais racional e a mulher mais intuitiva. A experiência de sala de aula me inclina a pensar justamente o contrário, pois o processo de conhecimento da mulher é mais por relances.

Tudo isto são mitos culturais. é só observar a sociedade em que vivemos hoje. Que tipo de relacionamento de estabelece num casal, e que relação este casal estabelece com os outros? Não se esqueçam que este texto foi escrito no peru em 1945. Se a mulher fica mais tempo em casa, isto lhe dá um recuo maior para observar. Ela se identifica mais com o interesse próprio da família do que com a participação num grupo externo de pessoas. O homem, por sua vez, se sente um membro do grupo de trabalho, e se identifica com este, ao passo que a mulher não está interessada nisto, mas na própria família. Certamente com este recuo ela terá oportunidade de julgar mais severamente. É mais fácil julgar as pessoas com as quais não se tem de conviver. Quando Delgado diz que em geral a opinião que a mulher tem de um terceiro é mais realista, e isto se deve ao fato de que as opiniões dela são mais negativas, pois considera o marido como propriedade sua.

As diferenças causadas pela idade não são cognitivas também, mas sensitivas. Retomando Aristóteles, conforme a idade se tem um compleição física que seleciona os dados. A criança que está em pleno crescimento naturalmente evita constatações desagradáveis. Ela não capta as situações concretas; simplifica. A criança está aprendendo a classificar, mas não tem ainda todas as classes, então suas definições são simplórias; por isto Delgado diz que a criança não vê a situação real, mas vê apenas modelos e funções. Depois, na adolescência, o indivíduo está iniciando a sua participação no mundo, então ele deseja se afirmar, e o fará mediante um pró ou contra, mediante um sim ou não. Nesta fase o sujeito começa a perceber quem é. O adolescente tende assim a ressaltar exageradamente as qualidades positivas ou negativas que ele julga nos indivíduos. Já pelos trinta anos, quando está em plena luta, ele tenderá a ver positivamente aqueles que estão de acordo com o seu objetivo e a depreciar os demais. Na velhice, quando já não há mais energia para prestar atenção em tudo, o velho volta a encarar os outros mais ou menos como criança, esquematizando e cristalizando a sua visão das pessoas. Assim, a maturidade é a fase ideal para o conhecimento do outro, diríamos dos 35 aos 45 anos.

P . - Quando foi que Delgado afirmou esta diferença cognitiva entre o homem e a mulher?

Ele está endossando implicitamente esta teoria, que é opinião corrente. Não é preciso defender isto explicitamente como não é preciso defender o fato de que a terra é redonda, pois está implicitamente pressuposto. Certas teorias errôneas adquirem tanta credibilidade quanto a de que a Terra é redonda. Uma delas é que existe uma diferença intransponível entre o homem e a mulher. Esta idéia foi muito trabalhada pelo romantismo, e influenciou profundamente a mentalidade moderna. Foi colocado como que um abismo: se são seres cognitivamente diferentes, a comunicação entre eles é impossível. Mas isto não é assim, como já explicamos.

Quando o corpo está agitado não dá para manter a concentração, a continuidade de raciocínio. Em geral nós temos um bom rendimento intelectual quando esquecemos do corpo. A saúde é o silêncio dos órgãos. Se há uma explicação corporal é a nível do objeto, não do sujeito. Tudo estaria mais bem fundamentado se eu entrasse na teoria ontológica do é é o homem e do que é mulher.

Começamos agora e explicar o conhecimento metódico do outro; vamos ver também a questão da múltipla personalidade, da dissolução e da possessão, onde o indivíduo é tomado por outra personalidade. Estes três casos são evidentemente espinhosos, porque quando estamos fazendo uma biografia pressupomos que exista uma unidade pessoal ao longo de todos os atos, que esta unidade se transforma e que se aprimora na luta com os antagonismos. Mas se os antagonismos que circundam o indivíduo, se estas forças tomam dele e o fragmentam, isto é, se solicitado por múltiplas forças externas ele perde o fio da meada, o estudo de sua biografia se torna extremamente difícil, pois já não se trata de um único objeto mas de vários. Tudo o que Delgado disse pressupõe a unidade do sujeito cognoscente. Esta não é uma verdade que se mantém em todos os casos; num esquizofrênico, por exemplo, ela se dissolve ; no caso de alguém que está possuído por outra força psíquica ela também não existe. Estes casos necessitam de uma abordagem específica. O que é absurdo é inverter o processo, fazendo destes psicopatológicos a norma, e onde existe uma unidade a exceção. É um absurdo aplicar ao estudo de um indivíduo normal, daquele que conserva sua unidade, os

mesmos métodos e critérios usados nos casos psicopalógicos, tratando o indivíduo como se fosse um composto de eus, de persônulas diferentes. (vide Jung)

A idéia de Gurdjieff de que o sujeito é uma multiplicidade e que depois adquire uma unidade é uma impossibilidade pura e simples. É impossível uma unidade feita a partir de partes inconexas; o que é possível é o contrário, fragmentar uma unidade preexistente, mesmo que seja virtual. Deste modo, estudar o homem a partir de partes que o compõe para depois recompor uma unidade é impossível. No entanto hoje está muito na moda anular a unidade do sujeito cognoscente. É um problema filosófico gravíssimo. Depois que estudarmos o conhecimento dos indivíduos normais partiremos para os casos psicopatológicos.

"O conhecimento metódico das pessoas supõe uma formação científica especial, tanto para o escrutínio do indivíduo quando a avaliação da informação indireta sobre o mesmo. Graças a ela reúnem-se, verificam-se, cotejam-se e avaliam-se os dados e testemunhos, a um tempo com imparcialidade e com amor, tratando de precisar a significação real dos fatos. O investigador de almas reflexivo cuida de não violentar com seus métodos ou com idéias preconcebidas a filigrama da vida cujas manifestações concretas intenta aquilatar. Esforça-se em seguir com a imaginação os possíveis caminhos interiores do tu, interrogando cautelosamente numa e noutra direção, num processo que avança gradualmente das verificações empíricas às suposições plausíveis, até chegar a formar uma representação completa da pessoa. A empresa não se coroa perfeitamente se à competência psicológica não vai selada uma certa delicadeza de espírito, respeitosa da singularidade e da majestade do ser do homem."

Em primeiro lugar é necessário que o investigador da alma alheia esteja ciente de que o que ele está estudando é o indivíduo singular, ou seja, o que não pode ser conhecido mediante a sua redução à espécie e ao gênero. Se conhecemos alguém tipológicamente ou "catalogamente", sabendo catalogá-lo segundo certos critérios não estamos captando o indivíduo em particular, mas apenas os aspectos que ele tem em comum com os seus semelhantes. Nós obtemos um conhecimento de tipo conceitual, e estamos conhecendo o indivíduo apenas pelos traços que permitem enquadrá-lo dentro de várias categorias. Estamos captando assim justamente o oposto do singular. É claro que este lado não existe, porém na individualidade humana há algo que é irredutível e que só pode ser conhecido pela intuição, pela experiência. Quer seja uma intuição sensível, quando por exemplo se esteve na presença do sujeito, quer seja uma intuição imaginativa, como é aquela que se obtém quando se estuda uma biografia.

Os traços misteriosos que existem numa pessoa são a garantia de que ela existe realmente como singularidade. Se ela fosse totalmente explicável ou redutível a categorias seria simplesmente uma espécie, um conceito, que teria apenas uma existência lógica. A faculdade da intuição tem esta característica, de captar o ser, mas não as suas causas e razões. Tem uma parte que conhecemos assim: conhecemos o ser e sabemos que é, mas não sabemos o que é.

A irredutibilidade não é propriamente o limite do conhecimento, mas o próprio conhecimento. Por exemplo, alguma pessoa com a qual você conviva no seu círculo certamente tem uma profissão, uma nacionalidade, etc., mas sabendo tudo isto você efetivamente não a conhece, e se ela fosse trocada por outra que tivesse a mesma profissão e nacionalidade não serviria. Isto que é insubstituível e irredutível à explicação, isto é a existência real do indivíduo, que só pode ser plenamente conhecida quando, além de conhecer os traços genéricos que o aparentam a tais ou quais indivíduos, ainda reconhecemos algo que é intransferível.

Quando quero conhecer por exemplo uma pedra, quero conhecer nela tudo aquilo que a torna semelhante a umas pedras e diferentes de outras. É um granito? É um basalto? Mas se eu só quero conhecer nela sua basalticidade ou graniticidade ela não vai diferir em nada substancialmente. É um conhecimento específico. Mas se quero conhecer alguém não é para conhecer a espécie humana, mas para conhecer este ou aquele em particular. É claro que devo conhecer minha identidade específica com relação a eles, ou seja, saber que não possuo fundamentalmente nenhum traço que possa me diferenciar, sou um indivíduo da mesma espécie.

Fora disto nos colocamos numa distância ou elevação que é falsa, quer dizer, ninguém pode ser conhecido com tamanha distância, como podemos conhecer a raiz quadrada, ou as leis da geometria, das quais nós temos pleno domínio. Porém para conhecer o ser humano não podemos conhecê-lo assim, pela simples análise dos nossos pensamentos, como fazemos para conhecer a geometria. Em primeiro lugar porque eles

não se comportam inteiramente conforme as regras da minha dedução, e em segundo, é na interação que efetivamente nós os conhecemos.

Conhecer um homem requer uma atitude metodológica que evidentemente não é a mesma coisa que adotamos perante as ciências naturais, o que não quer dizer que o conhecimento do homem seja mais impreciso que o conhecimento das outras ciências, a matemática, por exemplo, pois a precisão de um conhecimento vem da adequação entre as idéias que nós formamos e a presença do objeto. (ver Jung). Só um burro busca um conhecimento mais preciso do que o próprio objeto apresenta. Por exemplo, um pintor não pinta do mesmo jeito uma fumaça e o perfil de um prato. Se o fizer é uma pintura estilizada, isto é, que não retrata a realidade. Quer dizer, a fumaça tem um perfil indefinido por sua própria natureza, não é o desenhista que não sabe dar um perfil a ela. Do mesmo modo, este coeficiente de imprecisão que existe no conhecimento do ser humano não é uma imprecisão deste conhecimento, mas é uma imprecisão que está no objeto. Se não for resguardada esta franja de incognoscível, estaremos inventando um homem ideal, puramente lógico, e estaríamos assim nos afastando da realidade do objeto conhecido.

Podemos conhecer muito mais precisamente o ser humano do que certos objetos matemáticos, que às vezes nos parecem mais confusos. É nisto que Delgado está tocando quando diz que é necessário uma delicadeza de espírito que respeite a singularidade do observado, o que implica reconhecer que por mais esperto que sejamos, por mais versados, tem coisas no indivíduo que só ele sabe.

Conhecer o mundo de um outro ser humano tem deste modo um coeficiente de liberdade, pois ele pode mudar a qualquer momento. Um homem que enxerga algo de um certo modo pode passar a enxergar repentinamente outro. Por isto este mundo não é totalmente redutível a um modelo ou esquema. É mais difícil dominar a alma humana do que dominar a geometria ou biologia.

O olhar malévolo implica um olhar de superioridade sobre o outro e exclui a visão de certas qualidades que, se percebidas, são explicadas em função do que é negativo. Por exemplo, se alguém é generoso se explica que é por vaidade. Se é inteligente, é porque almeja o poder. Este tipo de olhar tem esta interpretação pronta, ao passo que o olhar benévolo não exclui o que no outro possa haver de falsidade, de auto-engano, de ilusão. No começo do século houve uma certa tendência em privilegiar o olhar suspeitoso. Nietzsche é um exemplo disto, quando diz que pensando mal do outro podemos compreender dele mais do que ele mesmo. Assim se desvenda o problema da falsa consciência, revelando que uma pessoa se ilude a respeito de sua própria generosidade quando, por exemplo, constrói um mundo falso para defender um interesse social no fundo; ou que ela se ilude com a sua própria bondade para defender o seu bem estar psicofisiológico. Nietzsche propunha este método de olhar os outros da pior maneira possível justamente para desvendar a mentira existencial dela. É lógico que algum resultado se alcança, mas se voltarmos este olhar para o próprio Nietzsche chegaremos a resultados completamente decepcionantes. Por que um sujeito lança olhar tão suspeitoso para outro? Será que ele não é mais complexado que aqueles aos quais observa? E necessita, por isto, se iludir, fazendo de conta que olha sem ser visto. Isto significa que ele está escondendo muito mais coisas que o indivíduo para o qual ele olha. Por isto não é bom para a formação do aluno que ele não participe da aula. Esta atitude de suspicácia coloca o observador numa posição falsa, o que foi cultivado também por Freud, na medida em que colocou o analista numa posição impessoal. Mais tarde a escola de psicanálise modificou isto, suprimindo o divã. Mas em princípio tal posição se justifica por ser uma necessidade técnica profissional; a distorção é quando isto se torna um vício. Esta posição é legítima quando alguém procede assim na vida prática, ou seja, analisa sem ser solicitado, é sinal de covardia. São recursos que um sujeito fraco usa para fugir da circunstância real, onde efetivamente se conhecem os homens. Freqüentemente quem estuda psicologia cria este vício de analisar o mundo sem querer ser percebido. É um princípio de loucura.

Perceber que os outros te percebem restabelece a objetividade da situação. Também não apelar para explicações subconscientes quando as conscientes (como por exemplo quando o aluno perguntou a Freud se o charuto era símbolo fálico, e ele respondeu que não, era apenas um charuto). O próprio Freud estava consciente de que não se deve apelar a motivações inconscientes.

Observar o mundo de cima é uma posição onde você se coloca para observar certos aspectos, certos processos em particular,. O que é um pensamento que, observando certos fatos particulares tira deles conclusões gerais ou de alcance mais universal? É a ideologia.

P . - O padre no confessionário tem consciência de que está olhando o outro e não está sendo visto?

Claro, mas isto se justifica. As coisas que você conta a ele, de modo genérico, sem poder entrar em detalhes, ele não pode contar a ninguém, nem para o papa.

P . - Quando você vê um objeto você não é um interferente no processo, um componente a mais? Uma discussão de hoje na física quântica é que quando um sujeito faz uma experiência não há como fazê-la sem interferir nela. O resultado das experiências que um determinado físico faz diferente de um outro que faça a mesma, mesmo quando elas são feitas no vácuo. Eu não conseguiria conhecer o átomo?

Isto faz parte da própria natureza dele, portanto a sua observação não está distorcida, mas acrescentada, melhorada, e o átomo não existe na realidade do vácuo. É o famoso exemplo que eu já dei do homem, do sapo e águia. Nós temos na terra um sapo, no céu uma águia e um homem que observa os dois. O sapo nada sabe da águia porque a visão dele é 300o em torno, mas ele não olha para cima; então para ele não existe a águia, mas somente a morte repentina, quando ele almoça, ao passo que a águia o vê a dois mil metros de distância. O homem é que sabe que o sapo não vê a águia, mas ela não sabe disto. O homem sabe onde se completa o mundo destes dois. Nós sabemos da história inteira e sabemos do nosso lugar. O sapo está mal informado? Não, faz parte da natureza dele enxergar assim, senão não seria sapo. Concluindo, a percepção de um ser faz parte da sua própria natureza, não é um limite, muito menos um desvio. É que nós estamos acostumados a pensar o ser apenas como objeto, e não como sujeito.

A concepção de hoje de que o ponto de vista subjetivo é um limite é um desvio. Acredita-se que o ideal da objetividade é descrever o objeto como se você estivesse ausente. Isto é impossível, um objeto não pode ser descrito sob o ponto de vista de um observador ausente. Quando tentamos fazer estamos fugindo da realidade e não o contrário. É uma interpretação errônea do que seja objetividade científica. Em primeiro lugar devemos observara o que um sujeito está modificando no objeto.

Este problema começou na renascença, com idéias pitagóricas mal interpretadas. Queriam reduzir o mundo a um sistema de formulas matemáticas, já que havia a idéia de que Deus pensava matematicamente. São erros científicos com fundo religioso mal entendido. O culto da "visão invisível" se desenvolveu a partir da renascença e ganhou relevo extremo no século XIX. Somente hoje está sendo revisto.

P . - Se você estabelece uma condição de observador, quando o objeto percebe que está sendo observado, ele sofre uma retração natural. Então você obtém uma informação menor, menos precisa?

Não, maior. Eu sei por exemplo como ele reage a um observador. Eu não sei como ele reage sozinho. Em algum momento poderia observá-lo sem que ele me visse.

P . - Quando um antropólogo vai observar um meio cultural, tanto o que enxerga de dentro tem uma visão parcial quanto um que enxergue de fora.

Porém qual das duas visões é mais real? Certamente aquela que você obtém participando. Por exemplo, se você resolve se disfarçar de moita para observá-lo, daí fará uma descrição do ponto de vista da moita, que é o que precisamente você não é. Se eu observo alguém sem que ele me veja eu sei como ele se comporta na minha ausência, mas é como se eu não soubesse de nada, ao passo que estando na presença dele e trocando por exemplo uma palavra o estou reconhecendo realmente. O ideal de observar os entes como realidade matemáticas é um erro, este tipo de abordagem só é possível com relação aos objetos matemáticos. Todas as coisas, até uma partícula subatômica se dá conta da minha presença. Se eu matematizasse uma visão do mundo estaria inventando, ao invés de me aproximar da realidade. O real descrito assim dá a vantagem de se poder manipulá-lo. Um homem que corta uma árvore para fazer uma cadeira entende do que, da árvore ou da cadeira? Da cadeira.

Existem dois modos de conhecer o mundo, um técnico, outro científico, filosófico ou contemplativo. O primeiro se interessa pela pergunta: O que posso fazer com este objeto? O segundo pela pergunta: O que é este objeto? Sempre que fazemos uma descrição puramente objetiva chegando ao máximo da objetividade, temos um modelo para aplicação técnica, mas isto nos afasta enormemente do próprio objeto.

A pergunta é a seguinte: por que isto começou? Por uma má interpretação de Pitágoras, Platão e depois de Plotino. Pensaram assim: nós pensamos com lógica de números, então temos que descrever o mundo matematicamente. Porém Pitágoras distinguia muito bem entre números arquétipos e números de cálculo.

Os modelos dos quais fala não são aplicáveis ao cálculo. Mas os renascentistas acharam que fazendo cálculos estavam pitagorizando. A ciência da filosofia tinha apenas começado, e eles não tinham o hábito de, quando liam um texto, averiguar sua origem. Por exemplo, quando leram Marcílio Ficino, grande filósofo neoplatônico, acharam que seus textos eram do próprio Platão. A renascença foi uma época de enorme confusão esotérica. Todos ainda acreditam que a ciência moderna que nela nasceu, nasceu numa época puramente anti-esotérica. Ao contrário, todos eram esoteristas.

A matemática nos informa do que podemos fazer com a natureza, e nos informa também, por exemplo, do estado da cultura,. Os cálculos matemáticos nos revelam algo não sobre a natureza em particular, mas sobre a natureza em geral. A idéia do modelo geométrico perfeito que projetaria o mundo numa tela veio vindo até Galileu, depois até Einsten e Heisenberg. Eles confundiram algo que não existia, que era mitologia.

Esta constatação de que o homem interfere no mundo físico por um simples olhar os gregos já sabiam, e os físicos modernos foram os últimos a saber. Certos fatos para os físicos demoram a ser reconhecidos porque eles procuram esquemas que os expliquem. O que não for matematizável fica colocado entre parênteses até que seja encontrada uma fórmula matemática para descrever o que é percebido. Mas hoje mal uma tese é formulada já tem um sujeito acabando com ela. Quando há uma tese não se deve concluir dela uma visão de mundo, o que seria ideologia. O que é novidade para a física pode não o ser para a filosofia. Por exemplo, em Aristóteles já encontramos o tipo de raciocínio de Einstein. Esta história da águia e do sapo é puro relativismo einsteiniano.

Para a filosofia qualquer fato descoberto que aparentemente suscite problemas vale muito pouco, porque ela não tira suas conclusões dos fatos. Por exemplo, quando Copérnico percebeu que era a Terra que girava em torno do Sol e não o contrário os escoláticos disso nada concluíram. Foi quando Giordano Bruno interpretou que se não é a Terra o centro então não é o homem a figura central da criação, foi aí que surgiu um problema, aparente, pois hoje sabemos que a posição do homem no cosmos não depende absolutamente da posição da Terra no espaço.

Se o homem tem uma posição funcionalmente central, neste sentido mesmo do exemplo da águia e do sapo, este ponto depende de onde ele esteja. Entre a águia e o sapo, ele é central, ele capta os dois lados da questão, e costura as duas visões numa única sintética. É um observador privilegiado.

Os raciocínios primários que são deduzidos dos fatos da ordem física nada têm a ver com filosofia. Se os fatos desmentem a teoria, pior para os fatos. Por exemplo, o marxismo, que é uma teoria sobre o processo capitalista e o seu desenrolar, não previu a história como realmente aconteceu. O fato de que o capitalismo não tenha tomado a direção que Marx falou não quer dizer que sua teoria esteja errada. Basear uma teoria em conclusões erradas acontece muito. O homem que inventou a máquina a vapor tinha uma teoria completamente errada sobre o funcionamento da máquina, no entanto ele conseguia fazer com que a máquina funcionasse.

P . - O caso da descoberta de Plutão é esclarecedor sobre esse assunto, porque quando viram e souberam da natureza dele, esta contrariava a própria teoria. Ele era diferente do que a teoria dizia que não poderia ter sido descoberto por ela.

Mas foi. Cada caso é um caso, e precisa ser verificado direitinho. Uma coisa é verdadeira não pelas razões apresentadas, mas por outras. Acabamos de ver isto com uma tese de Delgado. O fato é verdadeiro mas ele pode ser explicado por outras razões.

O procedimento científico é posterior ao filosófico. Hoje há uma confusão com relação a isto dizendo que a filosofia precisa partir dos fatos. Por exemplo, parto do conceito puro de que a liberdade é a ausência de limitações. Há algum fato empírico que tenha este atributo? Há algo no mundo que seja livre totalmente? Não. Ao contrário, existe alguma coisa que não tenha liberdade nenhuma, que esteja limitado em todas as direções? Não. Então nada no mundo corresponde ao conceito de liberdade, no entanto não podemos negar que os vários seres manifestam alguma liberdade. Então a liberdade existe, mas a um nível que só podemos captar pelo conceito puro e não empírico. O próprio conceito de fato -- que quer dizer feito, acabado. Algo é fato neste mundo? Há algo no mundo que acabou completamente? Não. Fato é um conceito puro. Compreender isto é uma dificuldade hoje, pois nossa educação arrasa com o raciocínio

quando confunde conceitos filosóficos com empíricos.

Existe uma ciência que é suprema que é filosofia. A rigor só existe uma ciência, as outras são aspectos relativamente autônomos que se aplicam em campos limitados pela filosofia. As ciências são relativamente autônomas ou temporariamente autônomas, pois a cada dois passos que dão têm que voltar para os problemas fisiológicos. Nenhum setor do conhecimento pode ser separado dos demais, que é o mesmo que dizer que os fenômenos físicos estão completamente desvinculados dos fenômenos químicos. As ciências fazem parte da história, são produtos humanos. Elas nascem e crescem, morrem ou não, se transformam. O que hoje chamamos de física pouco ou nada tem a ver com o que Aristóteles chamava física. Mas há algo que permanece e que não muda.

P. - Energia é um conceito puro?

Energia não é conceito filosófico, é físico, portanto hipotético. Temos um conceito puro quando não há nenhum ente real que esgote as notas deste conceito, e ao mesmo tempo não há nenhum escape dele. Fato não existe factualmente; liberdade não existe factualmente. São conceitos puros, e só na hora em que se percebe isto podemos começar a pensar em fazer filosofia. Algo que é verdadeiro filosoficamente não pode ser mudado pelos fatos.

O conceito filosófico tem esta característica, de que escapa da esfera da experiência e ao mesmo tempo abarca esta mesma esfera, Nós enquadramos toda a experiência a partir deles, mas não podemos entender filosofia enquanto buscamos uma base sensível; para entendê-la é preciso escapar do sensível. Por exemplo, toda a causa precede o efeito temporalmente, porém toda a causa é simultânea ao efeito, no sentido de que permanece dentro dele. É um raciocínio dialético. Nós defendemos duas proposições contrárias, a causa é anterior ao efeito, porém é simultânea. Apesar de ser uma afirmação contraditória, ela é uma necessidade ontológica absoluta. Tem algum fato que ocorra de outro modo? Nunca. para observar isto você pode olhar pelo lado da causa, ou do efeito. (Sincronicidade) Quando raciocinamos e compreendemos o mundo a partir dos conceitos puros estamos fazendo filosofia.

As ciências são uma especialização da filosofia para tirar certas dúvidas em particular. Qual é o mundo em que a filosofia e move? Ela se move no mundo dos conceitos puros. Qual é o objetivo que ela trata? Todo objeto é objeto dela e nenhum objeto é objeto dela.

P . - Como surgem estes conceitos?

Este é um outro problema. Nós podemos tratá-lo filosoficamente ou cientificamente. Cientificamente perguntamos qual é o processo da evolução da psique do homem que o torna capaz de apreender os conceitos puros? Uma coisa é estudar as leis da geometria e outra estudar como uma criança chega a raciocinar geometricamente. São dois estudos diferentes. Uma coisa é o estudo do conceito puro, que é filosofia, e outra o estudo de como captamos os conceitos, que é psicologia, e se refere ao campo dos fatos já delimitados pela filosofia.

P . - Mas estes conceitos não se referem a alguma coisa?

Sim, mas se referem a coisas que não são as coisas literais. Eles transcedem a esfera das coisas. É isto que as pessoas confundem e não sabem que existe um pensamento puro que articula todo o mundo cognitivo, todas as ciências, e elas não se dão conta de que existe. Hegel compara esta passagem do empírico ao abstrato a um abismo.

Confiamos na nossa faculdade intuitiva como confiamos um dia na mão de nosso pai, e confiamos no nosso sentimento como confiamos no colo de nossas mãe. Assim como não quisemos abandoná-los, não queremos abandonar tais dificuldades. Quando pensamos puramente a intuição não nos acompanha. Não existe, por exemplo, uma intuição do infinito. Não tenho uma intuição disto, mas alguns dizem que quando este tipo de pensamento é exercido por algum tempo ele se torna como uma intuição, uma espécie de segunda natureza do filósofo. Mas a maior parte não sai da esfera da intuição sensível. O pensamento puro é como estar numa montanha gelada, onde a intuição não sobe, e portanto é frio e solitário. O topo da montanha representa a esfera do pensamento puro. Quanto mais se sobe mais longe se fica da esfera da percepção cotidiana.

O homem vive entre estas duas esferas, ele sobe e desce. Mas desce não por uma exigência da filosofia,

mas pela constituição humana. A filosofia não precisa de filósofos. A resistência se adquire gradativamente. Não é de se estranhar que a maioria se sinta desconfortável, pois as condições que este tipo de raciocínio exige contrariam a intuição. O homem não quer sair da intuição e do raciocínio que ele faz com suas intuições. Aos poucos ele vai se acomodando a raciocínios mais complicados que escapam da intuição. É como o aluno que passa da arte para a filosofia.

P . - É o Capricórnio?

Não por coincidência, o planeta que rege a razão, e está portanto associado à filosofia é Saturno, que é regente de Capricórnio. É o mundo da necessidade absoluta, e o nosso pensamento só alcança alguma perfeição quando se eleva a este mundo, mas sem perder sua raiz na contingência, que é aquilo que está em constante mudança e transformação, simbolizada pelo signo oposto, o de Câncer.

O homem é um animal racional, ele está entre o Capricórnio e o Câncer, sendo que o racional está no primeiro e o animal no segundo. O signo de Leão é o mundo da intuição. Quem rege este signo? O Sol. Nele nós saímos da esfera da natureza.

P . - E se colocássemos o signo de Aquário na casa X?

Será como afirmar que a intuição é base de tudo. Mas a base de tudo é o sentimento que é a quarta casa, a matéria-prima, a água de onde nascem as coisas. Para a caracterologia o que surge dela? A intuição estética. O signo de Câncer é o signo da origem do processo cognitivo.

A astrologia é o coroamento do trivium e do quadrivium. Não há síntese sem os elementos que são oferecidos por estas sete ciências. Para conhecê-la é necessário primeiro conhecer os princípios da gramática, da lógica, a retórica; depois da aritmética, da música, da geometria e da astronomia.

Se o astrólogo não passa por elas é como ter uma síntese sem elementos, como ter uma partitura de música sem valor das notas. Se você só tem as relações entre elas daí ela pode ser tocada de qualquer jeito, do modo que você imaginar. Conhecendo o valor das notas fica difícil, mas é real.

AULA 31

"A capacidade inata é decisiva para acertar o mais possível em matéria tão espinhosa. O saber e a técnica ajudam-na em muito, mas nunca a substituem. Como todos os dons naturais, o de penetrar almas é suscetível de perfeição, não só com as luzes da ciência e da experiência, mas com a habilidade do exercício e da arte. Por isto é mister adquirir um considerável arsenal de informação no contato ativo e alerta com gente interessante das mais diversas condições e caracteres.

Mas tudo isso nem sempre basta. Costuma ser essencial para aprofundar-se no conhecimento de uma pessoa certa afinidade de vocação. Ilustra-o de maneira impressionante o caso de César, cuja figura, quase sobre-humana, só depois de dois milêneos é compreendida primorosamente por um historiador genial, penetrado de vocação política até à raiz do seu ser. Refiro-me a Mommsen, cuja identificação com as necessidades de sua própria pátria e cujo domínio da ausência histórica de Roma lhe permitiram ver o imperador por excelência a uma luz mais real que ninguém".

Compreendemos melhor e mais facilmente pessoas que tiveram vocação análoga à nossa e que viveram numa situação também análoga. Mommsen chegou a compreender César melhor que seus antecessores por dois motivos: primeiro por ele pessoalmente ter vocação política. Segundo por viver numa época em que seus país, a Alemanha, atravessava uma situação parecida com aquela em que César tomou o poder em Roma. Nem sempre podemos contar com esta feliz coincidência, de modo que temos que criar analogias pela imaginação, nos colocar na pele de sujeitos muito diferentes de nós e que viveram situações completamente diversas das nossas. A analogia da vocação leva a uma compreensão mais profunda, mas nem sempre podemos esperar por isso, mesmo porque quanto mais diferenciados dos outros vocês se tornam pelo estudo, pelo conhecimento, menos pessoas análogas haverá.

Resumo do que é necessário ao conhecimento metódico:

1. Formação científica.

2. Imaginação (tentar adivinhar os motivos interiores dos atos, razões, que o indivíuo apresentou a si mesmo).

3. Delicadeza de espírito (respeito pela singularidade e majestade do ser humano).

4. Capacidade inata (vocação).

5. Considerável arsenal de informações (conhecer muita gente).

6. Analogia (que pode ser natural ou artificial, imaginária).

"Análise da relação cognoscitiva interpessoal.

"A profundidade de nosso conhecimento de um homem depende em grande parte da amplitude da observação e da informação a ele concernentes. A presença momentânea, a atuação no ambiente próprio e a continuidade da vida são como o ponto, o círculo e cone da geometria da alma em ação."

Essa fórmula é uma preciosidade. Devemos observar a pessoa em três momentos, três situações diversas:

1. Sua presença momentânea (a impressão viva da pessoa que permita uma apreensão intuitiva da sua forma total, ou seja forma física, Tônus vital, expressão do olhar, tom de voz etc.) impressão essa que pode ser imaginária no caso de pessoas que não conhecemos pessoalmente.

2. Sua atuação no seu próprio ambiente (sua relação imediata: onde mora, com quem vive, o que faz no dia-a-dia, como distribui suas horas). Mapear as várias esferas de atuação do indivíduo.

3. A continuidade (ponto de vista biográfico, narrativo, propriamente dito).

Então, o autor compara isto ao ponto, ao círculo e ao cone.

"Assim, consideremos as linhas gerais da manifestação da pessoa na entrevista, na familiaridade e no devir histórico".

"A entrevista, por breve que seja, dá oportunidade ao observador para percartar-se de circunstâncias que lhe permitam descobrir alguns aspectos da realidade pessoal. Este escrutínio (exame minucioso) funda-se na possível revelação do agente em seus atos, o que não quer dizer que o modo de ser do sujeito se franqueie ao observador numa operação elementar e simples".

Todo e qualquer proveito cognoscitivo que tivermos da entrevista (encontro momentâneo) se funda na hipótese da revelação do interior pelos atos exteriores, desde que não temos contato imediato com a psique do outro. O contato com a psique chega-nos através de atos físicos (atos, expressões, qualidades físicas), e estes sim se revelam imediatamente. Uma intenção interior, um tônus interior deveria nos ser revelado através de sinais exteriores, mas isto não quer dizer que o modo de ser íntimo do indivíduo se entregue na primeira entrevista (encontro) sem mais nem menos.

"Pelo contrário, trata-se de um processo a um tempo total e complexo".

Total e complexo não quer dizer que seja um processo longo, porque está se referindo justamente ao conhecimento momentâneo. Este conhecimento momentâneo, esta impressão geral não é uma coisa simples, é a percepção de uma estrutura muito complexa e que deve ser analisada em partes e aspectos posteriormente, caso contrário a impressão se desvanecerá.

"Total porque corresponde a atos de apreensão fisionômica, no mais amplo sentido do termo, atos que abrangem o reconhecimento instintivo da expressão global pela impressão global".

É um processo total, no instante onde se dá, não está desmembrado em partes. Existe uma impressão global fisionômica que, ou é obtida naquele instante ou não é obtida nunca mais. Esta impressão depois terá que ser desmembrada e descrita, porém, se não formos capazes de captar a expressão global na hora, não captaremos nunca mais. Esta impressão fisionômica não é analítica, nada tem a ver com o estudo fisionômico mas a apreensão fisionômica que é essencial. Esta apreensão certamente é mais rica em algumas pessoas e mais pobre em outras. Neste momento da primeira impressão são os fins, metas valores e hábitos do observador que determinam boa metade do que você percebe. Conforme nossa estrutura perceptiva pessoal prestamos mais atenção espontaneamente em certos traços e não em outros. Muitas vezes os traços nem podem ser expressos em palavras, mas apenas através de recordações físicas, por

exemplo, a força muscular, o cheiro, etc. Do conhecimento da alma faz parte um monte de expressões verbalmente intransmissíveis.

A capacidade de perceber ou não estas impressões está no observador e não no sujeito observado. O observador seleciona as impressões de acordo com sua conformação. O hábito de percepção de impressões físicas terá que ser dominado conscientemente para que nos tornemos bons observadores das pessoas, ou seja, precisamos estar disponíveis para perceber coisas que não estamos acostumados a perceber. Este conhecimento terá que ser ampliado pela imaginação. Por exemplo, enquanto você está vivendo num mundo de sentimentos e imagens o outro pode estar vivendo num mundo de sensações e coisas. Faça uma lista de tudo aquilo que você percebe e que você não percebe no outro numa primeira impressão. Por exemplo, como o sujeito estava vestido, a classe social, tristeza ou alegria, dispersão ou concentração, etc. Sempre lembre que aquilo que você não percebe pode ser muito importante. Devemos nos reportar à nossa memória, puxando os dados faltantes pois, em algum lugar da memória, estes dados foram depositados inconscientemente.

"Chega-se assim à criatividade interna de quem se exterioriza através da exteriorização. Certamente que, analisando, determinan-se atitudes, gestos, palavras, ações, que são da pessoa, mas não são a pessoa. Mas o quid da apreensão fisionômica, quando é certeira, está em alcançar a atualidade viva da pessoa na sua manifestação expressiva".

Aqui ele está dividindo o conhecimento em duas partes:

1. É o conhecimento que você obtém por análise da sua impressão (a impressão que ficou gravada na memória).

2. Uma infinidade de critérios podem ser usados para isto. Por exemplo, um critério tipológico (somatônico, viscerotônico ou cerebrotônico), ou fisionômicos (traços do rosto). Esta análise ressaltará certos aspectos dentro do conjunto.

"No que diz respeito à natureza complexa do processo que discutimos, é preciso distinguir duas polaridades: a do fenômeno individual e o da relação interindividual. O primeiro, individual só de certo modo, é um fenômeno no sentido mais relevante do conceito, que Heidegger define em toda a sua profundidade, opondo-o ao conceito vulgar: É manifesto algo que precisamente não se mostra de imediato e no mais das vezes, algo que, está oculto, mas ao mesmo tempo é algo que pertence de uma maneira essencial ao que se mostra de imediato e no mais das vezes, precisamente de tal maneira que constitui ser sentido e seu fundamento."

Esta apreensão intuitiva, além de ser total (irredutível a seus aspectos), também é complexa (existe o fenômeno individual e existe a relação interindividual).

a) Fenômeno individual: é aquilo que você percebe, de imediato e no mais das vezes. Por exemplo: quando encontro um sujeito, percebo que ele tem um tique nervoso (pisca e vira a cabeça para o lado) e isto aparece de imediato e no mais das vezes. Agora, por que este fenômeno é individual só de certo modo, e não individual propriamente dito? Isto se deve ao fato de eu observar este fenômeno (tique nervoso) neste indivíduo em particular mas que, embora seja próprio dele, não é exclusivo a ele.

b) Relação interindividual: é aquilo que se encontra no sujeito mas que também pode estar em outro. Por exemplo, observo que um sujeito é gordo, mas que essa gordura poderia ser encontrada em outra pessoa.

Agora, como chegar no individual propriamente dito? É isto que diz Heidegger: não é aquilo que é manifesto de imediato e no mais das vezes, mas algo que está sempre por trás disto que é imediato e que se manifesta no mais das vezes. Isto é o fundamento último dos traços que eu discerni no indivíduo. Por exemplo: sempre que o vejo, eu percebo que o indivíduo é tímido e concentrado, porém estes traços que saltam aos olhos não são individuais no sentido próprio. Individual é somente o fundamento singular que neste indivíduo faz que os traços se combinem segundo um fundamento intransferível.

Notem a diferença entre a psicologia geral e a psicologia da personalidade. A psicologia geral divide seu estudo por tipos de fenômenos psíquicos (sensação, memória, sentimento, linguagem). A psicologia da personalidade não se interessa por essa catalogação, mas pelo modo em que estes vários aspectos se unificam numa singular e irrepetível forma. São métodos completamente contrários. O aporte intuitivo da

psicologia da personalidade é muito maior.

"De tão exata definição resulta claro que a fenomenologia própria do fato psicológico corrente -- estados de consciência, atividades, funções -- exercita-se mais com a mira voltada a captar viva e deslindar a manifestação anímica, do que com o propósito de descobrir o sentido e o fundamento da mesma".

Se estamos fazendo a fenomenologia dos fatos psíquicos, então captamos os fatos tal como aparecem, por exemplo, o sujeito é tímido, gago, etc. Estes fatos estão sendo catalogados; estou pegando aquele fenômeno particular, o qual não é individual.

"Em contraste, a fenomenologia corresponde ao estudo da pessoa dirigir-se a desentranhar esse sentido e esse fundamento, tomando a manifestação como indício e produto."

Ou seja, é por trás de todas as manifestações, todos os hábitos, todas as qualidades e de todos os traços que, como diria Heidegger, se revela de imediato e no mais das vezes, existe a singularidade de um indivíduo. Esta singularidade é o quid do qual emanam todas estas manifestações como produto ou indícios. Enquanto que a psicologia dos estados de consciência (fenomenologia do fato psicológico isolado) capta estas manifestações em si mesmas e as descreve e cataloga, a fenomenologia da pessoa pega todos esses traços e manifestações como indícios, indícios de quid, que é a singularidade daquele indivíduo. Para estudar a psicologia da personalidade não basta então a mentalidade puramente científica, é preciso ter a mentalidade por assim dizer clínica, isto é, a apreensão intuitiva do caso singular. Existe um elemento intuitivo irredutível que não pode ser substituído por nenhum conceito lógico.

O singular pode ser descrito (reproduzido artisticamente), mas não pode ser definido, porque toda definição é por gênero e espécie. Isto não é mistério e sim um dado. Ele não pode ser demonstrado, só pode se mostrado.

"Ademais, há outra diferença: ao passo que a fenomenologia do primeiro tem por fim multiplicar os dados psicológicos em momentos independentes, a do segundo tipo orienta-se à busca da unidade anterior aos dados e aos momentos, chave da peculiaridade arquitetônica do ser pessoal'.

A fenomenologia da personalidade busca uma unidade que é logicamente anterior às suas manifestações. Antes que o indivíduo se comporte timidamente, que manifeste sua concentração, ele já é alguma coisa, ele já é alguém. Quando se manifestar será alguém que vai se manifestar. É este alguém que nós estamos procurando. Este quid insubstituível, na circunstância normal da vida dos indivíduos, só é procurado quando se está apaixonado. Quando se está apaixonado é que se sabe que aquela pessoa é insubstituível. Nos demais momentos se faz abstração disso, e tratam os indivíduos por gênero e espécie.

A postura que favorece o conhecimento é o amor permanente pelo ser humano enquanto tal, isto independentemente de se estar apaixonado. Sem este enamoramento permanente não conseguiremos captar a singularidade.

"A complexidade da relação interindividual inerente à entrevista, dimana (provém) da situação do sujeito observado. Não é a de um objeto que se situa passivamente no campo de observação, mas a de um mundo original de atividade espontânea e reativa, na qual surgem disposições e intenções em consonância e sutil encaixe com as incitações procedentes do mundo similar do observador."

Quer dizer que a coisa observada não poderá se encarada só como objeto; além de ser objeto ela também é produtora de causas. Isto significa que ela não pode ter explicação total. Há situações em que o sujeito não agiu por causa de um trauma de infância, por condicionamento ou hereditariedade, mas agiu porque quis. Existem correntes psicológicas que reduzem o sujeito a simples papéis sociais, negando a existência do seu eu autoconsciente.

Conhecer o outro é identificar-se de tal forma, compreendê-lo de tal forma e portanto justificá-lo; seria quase como torna-se responsável dos atos dela. Como carregar a cruz do próximo, compreender as razões do pecador, compreender que nas situações tais e quais era justo pecar, e portanto não é pecado.

AULA 32

"A situação da entrevista começa informe ou cingida a um motivo que mal diz respeito à

intimidade do sujeito; mas, pouco a pouco, ou de repente, ganha determinação, estrutura e desenvolvimento, movendo-se a intencionalidade em direções que mudam por instantes, até que chega a seu término o colóquio."

"De certo modo é uma palestra na qual cada indivíduo se mostra o que está manifesto no outro, segundo o que busca e o que consegue no conhecimento do outro, e segundo, enfim, o que presume que o outro presume. A importância dos incidentes do complexo dar-se, receber e furtar- se, e até a significação mesma do enfrentamento das intenções e resistências não são necessariamente percebidas pelos sujeitos; às vezes o são com extrema agudeza por ambas as partes; mas em geral as situações transcorrem com uma consciência mal vigilante, inclusive com respeito aos frutos imediatos do conhecimento pessoal obtido. Sem embargo, uma coisa é certa nessas diversas eventualidades: que qualquer entrevista, exceto a trivial, tem como resultado a formação, a confirmação ou o enriquecimento da imagem que o homem concebe de outro homem."

Então, todo esse problema do confronto direto, esse encontro interpessoal coloca em questão, ou antes, recoloca esse problema de ligação, no observador, das suas intuições com o seu pensamento. O grande problema humano é sempre estas intuições que temos da infinita variedade das circunstâncias pessoais nas quais transcorrem a nossa vida. Ou seja, só podemos intuir aquilo que apareceu na nossa frente, aquilo que coincidiu de aparecer. Isso é absolutamente imprevisível. Qual é o conteúdo do mundo intuitivo do sujeito? Imprevisível, porque para cada um é um. Por outro lado, o mundo da razão, o mundo da lógica é constituído de estruturas que são absolutamente iguais em todos os seres humanos; é o mundo dos conceitos universais. Esses dois mundos operam como se fosse mundos independentes. Na maior parte dos indivíduos as intuições pouco ou nada têm a ver com os seus raciocínios, ou seja, o desenvolvimento da razão é independente do enriquecimento do mundo intuitivo. O sujeito continua tendo intuições ao mesmo tempo onde, por outro lado, tenta desenvolver seu domínio da razão. Essas duas coisas não nascem costuradas, de maneira que na maior parte dos casos nossas crenças, princípios e normas em que cremos por motivos racionais pouco ou nada têm a ver com o nosso mundo intuitivo, pessoal. Podemos descrever a evolução cognitiva do indivíduo como o processo de transformar duas cabeças em uma. É evidente que a maior parte das pessoas raciocinam; raciocinar não é tão difícil, o computador raciocina, até o macaco de certa maneira. Apenas nossa razão é um pouco mais rica. Mas se a maior parte raciocina, por que tem tanta dificuldade de captar a veracidade das coisas? Porque o sujeito não raciocina exatamente a partir das intuições que efetivamente teve; raciocina sempre a partir de premissas gerais, de princípios. O raciocínio segue como se fosse no vazio, sem ligação com a experiência pessoal. Por outro lado a experiência pessoal parece demasiado múltipla, demasiado confusa para que ela possa tirar qualquer conclusão racional dela. O indivíduo fica metade do tempo diante do computador e outra metade intoxicado de LSD.

Na entrevista interpessoal isso se revela de uma maneira muito clara, por que? O indivíduo que está na nossa frente é matéria da nossa intuição. Nós intuimos sua forma, ouvimos sua voz, sentimos seu tônus. Acontece que esta experiência direta nos parece às vezes demasiado rica, demasiado variada para que possamos enquadrá-la em quaisquer categorias racionais. Por outro lado as categorias racionais de que dispomos às vezes são demasiado estreitas de fato. Isso quer dizer que continuamos sempre observando uma coisa e pensando outra. Por exemplo, vimos aqui a reação quase espontânea dos indivíduos que, solicitados a falar de uma recordação, nos responderam com raciocínios. Por que? Porque o mundo racional é um mundo coletivo, interpessoal. É mais fácil comunicar-se de modo racional do que de qualquer outro modo; ninguém é artista para produzir poemas líricos a todo momento. Acontece que, como o mundo racional dos indivíduos tem pouca relação com sua experiência pessoal, o resultado é que a única coisa que as pessoas trocam entre si são generalidades. No processo da compreensão do indivíduo particular isto é um desastre para o observador, porque o que você realmente capta por intuição no indivíduo permanece inexpressável para você, permanece um mundo misterioso e inexpressável.

Isto resulta exclusivamente da falta de hábito de raciocinar a partir dos dados intuitivos, as intuições vêm e passam, você as esquece. Então elas não lhe servem de premissas. Para que as intuições do indivíduo possam servir de base ao raciocínio elas tem de primeiro ser conservadas na memória. Assim como na imagem do botânico, que vai tirar conclusões a partir da planta que colheu nos bosques: se ele colhe a planta, mas no meio do caminho da casa perde a planta, vai poder observar o que? Vai ficar só com uma botânica teórica, potencial, constituída de conceitos de possibilidades de plantas. Para estudar as plantas

efetivamente existentes não basta tê-las visto. É preciso possuí-las.

A maior parte dos indivíduos não está acostumada a reter o material obtido de suas intuições. O indivíduo não se sente seguro para raciocinar a partir delas. O mundo da intuição parece mais confuso aos indivíduos do que ele realmente é.

É só você tentar reter certas intuições que teve para perceber como isto é difícil. Por exemplo, entra a Sílvia na minha sala; eu tenho uma primeira impressão dela, mas essa impressão vai embora, eu não consigo exprimí-la para mim mesmo. Intuição inexpressa é a intuição perdida, porque a intuição de certo modo é expressão, e existem graus de expressão. Existe uma expressão momentânea, fugaz; existe uma mais permanente. O que o artista faz é dar expressão plena à intuição, cristalizando-a numa obra de arte.

P . - O material da intuição é a partir do primeiro contato? Essa é a intuição pura?

Vamos dizer que você tem intuição de uma coisa a partir da hora em que presta atenção nela. Posso conviver com uma pessoa durante vinte anos e não ter nenhuma intuição porque nunca prestei-lhe atenção. Tive apenas dados disformes, mas na hora em que articulo aquele conjunto numa figura humana completa a que eu chamo de Sílvia, Joel ou Cacau, então identifiquei, não conceitualmente, mas sou capaz de produzir nomerativamente a lembrança daquela figura. Esta lembrança é o dado. A partir dele posso raciocinar.

Se não estamos acostumados a prestar atenção nas intuições que temos e tentar retê-las de algum modo, isto é, expressá-las, ou, dito de outro modo, se não somos um pouco artistas, nunca o material da intuição poderá servir de partida para o raciocínio. Sempre ficaremos entre a apreensão completa, direta de um mundo fugaz sobre o qual nada pode ser dito, e de outro lado, todos os discursos lógicos que partem de premissas gerais e chegam a conclusões igualmente gerais. É muito mais fácil dizer generalidades sobre as pessoas do chegar ao conhecimento concreto de alguma coisa existente.

É muito mais fácil eu supor que tal ou qual comportamento do indivíduo pode ser descrito ou interpretado, por exemplo, como fruto de trauma de infância. Isso é um raciocínio emprestado de Freud. É só pegar a noção do id, ego e superego e tirar uma série de deduções. Isto é uma generalização. Só que meu raciocínio, por certo que esteja, pode não se aplicar àquele caso em particular. A noção básica que permite ao indivíduo raciocinar a partir de suas intuições é a noção de dado e de fato. Este dado ou fato precisa ser expresso em palavras ou em sinais que fixe para mim, senão ele se perde e não pode ser premissa para o raciocínio. Esta captação intuitiva é a coisa mais preciosa, porque raciocinar todo mundo é capaz. Se não se conseguir tornar o conteúdo da intuição comunicável, ela não terá qualquer valor cognitivo. Se perante as situações concretas ou indivíduos concretos temos intuições e elas se perdem numa fumaça e de outro lado faço um raciocínio perfeitamente claro e correto, mas que não se aplica ao caso concreto, então é uma mistura de fumaças com generalidades.

Não é preciso que você expresse a intuição de maneira totalmente completa e exteriorizada, mas num grau suficiente de expressão para ser recordada, mesmo que você não consiga comunicá-la a um outro. Você tem que saber o que você sentiu, o que você intuiu. Se você sentiu mas já passou, não dá para tirar conclusão alguma, você não tem fatos. A maior parte dos erros vem disto. Fazemos raciocínios que não se aplicam aos casos concretos, embora possam estar certos e expressem possibilidades. Todo raciocínio lógico que é coerente expressa uma coisa que é possível; se for incoerente expressa o impossível. Porém para saber se aquele possível é real e efetivo ou não, a lógica não pode lhe dizer isto. A lógica só separa o possível do impossível. Agora, dos muitos possíveis qual foi que aconteceu? Isto é matéria da experiência, não da lógica.

Eu posso raciocinar só sobre possibilidades, sobre conceitos gerais que expressam possibilidades. Mas isto o computador também faz. Podemos dizer que intuição um gato também tem. Como sintetizar o gato com o computador? Não dá. É preciso alcançar o plano da unidade. Esse ponto de unidade você tem, é a sua identidade. O homem tem uma só identidade e dois modos de conhecimento. Assim como nós temos um só corpo e dois olhos. Quando você olha com o olho esquerdo o corpo está numa posição, quando vê com o direito o corpo está em outra. Como é que você sabe que está num só lugar? Porque está acostumado a sintetizar as informações de um e de outro, as quais, cruzadas, dão a perspectiva. Com a intuição e a razão é a mesma coisa. Na hora em que você começa a cruzá-las é que entende o que Hegel queria dizer com "

todo real é racional e todo racional é real." Você está raciocinando sobre o real e o real que você intui também está enquadrado dentro dum sistema racional. A história de que duas cabeças pensam melhor que uma é balela. Duas cabeças pensam cada uma uma coisa. O homem tem naturalmente o dom do raciocínio e o dom da intuição. O raciocínio muito desenvolvido não é muito diferente de um raciocínio tosco. O homem intuitivo também não intui muito mais que o pouco intuitivo. Só há uma diferença: para um a intuição é retida e é fecundada pelo contato com a razão, e para o outro não. As pessoas se sentem divididas e procuram alcançar uma unidade, por exemplo, tomando um comprido de LSD, porque acha que o que divide em pedaços é o mundo da razão; que a razão é analítica. Isso é uma grande bobagem: a razão não pode ser analítica sem ser também sintética. Como é que você vai dividir as partes se não tem o todo, serão partes de que? Se eu corto uma fatia de bolo eu sei que é uma fatia de bolo. A parte se define como tal em função do todo do qual ela é parte. Portanto todo processo de análise subentende uma síntese. Síntese e análise são processos racionais.

Não há nenhuma experiência que possa restituir a unidade do homem, porque o homem é uma unidade que por si mesma inclui a experiência e transcende a experiência. Não adianta querer uma vivência que te faça sentir sua própria unidade não pode ser intuída neste sentido. sua unidade é exercida, não intuída. Não é por intuição que conhecemos a vontade. Eu conheço a vontade pela vontade. Por exemplo, se estou querendo ter uma intuição da minha vontade, o que é que estou fazendo? Estou querendo me ver tendo vontade. a vontade não faz parte do mundo conhecido; a sua unidade não é conhecida, ela é exercida, vivenciada, efetivada.

O que sintetiza a visão dos dois olhos não é o olho. A visão dos dois olhos sintetiza- se numa outra coisa que não enxerga nada, que é cérebro. O cérebro não enxerga, e no entanto ele sintetiza duas visões. Então, o que sintetiza a intuição e razão? A vontade. O que é vontade? A vontade é você mesmo. Só há um jeito de conhecer essa unidade sintética: é fazê-la. Se você a fizer, ela existe, senão não. Mas na hora em que você vai conhecê-la ela já passou? Então o que você vai conhecer? A recordação do seu ato de vontade. Essa recordação você conhece intuitivamente, não racionalmente. Aqui já há divisão novamente. A unidade do homem se dá no ato de vontade, e só naquele momento. Mas isto já é prova suficiente de que ela existe.

É a circunstância do conhecimento pessoal do indivíduo onde mais se revela esta inadequação cognitiva do sujeito com ele mesmo. A ênfase colocada em toda essa descrição do que é a entrevista pessoal é a ênfase no valor destes dados intuitivos. Nosso raciocínio, como é sempre desenvolvido em situações como escola, trabalho, etc., geralmente só sabemos aplicá-lo em situações intersubjetivas ou coletivas. Sabemos raciocinar para fazer exame na escola, para trabalhar, mas não sabemos raciocinar sobre nossa própria experiência, porque isso ninguém pode nos ensinar.

O raciocínio não se torna personalizado, não se torna seu mesmo enquanto você não consegue raciocinar em voz baixa, para você mesmo e a partir dos dados que você conhece. Isso é extremamente difícil. Conheço pessoas com mais de cinqüenta anos que nunca raciocinaram neste sentido. Ou se entregam ao fluxo de imagens visuais, acústicas, motoras etc., um desfile de intuições que não se relacionam, ou então fazem raciocínios sobre matemática, mecânica, sobre ações utilitárias do dia a dia, mas não sobre si mesmas, sobre sua própria experiência. Por um lado tem experiência interior constituída do fluxo informe de intenções que são esquecidas imediatamente, por outro tem a imitação dos procedimentos racionais coletivos. Na hora em que você começar a pensar de fato verá que é bem mais fácil você se entender do que admite agora. Por que é só expressar para você mesmo qual é o problema. Se você está com temor difuso basta dizer para si que está com medo e em geral verá que aquele medo é uma bobagem. Estamos acostumados a vivenciar as intuições mas ao mesmo tempo, escondê-las, deixando que elas fiquem no fundo escorrendo numa espécie de rio subterrâneo. Na hora em que as expressamos elas se tornam fatos e começa o raciocínio. Se estou sozinho em casa e começo a imaginar que há um ladrão debaixo da cama e fico com medo, só há um jeito; olhar debaixo da cama. Só continuo a pensar uma bobagem enquanto não declaro, não expresso claramente porque não tenho a honestidade de confessar para mim mesmo o que é que estou sentindo, ou seja, não pego a intuição e a transformo em premissa do raciocínio A hora em que eu fizer isso geralmente o raciocínio já soluciona, porque toda intuição produz uma reação, um sentimento. Conforme o que eu intuo, tal será o que sinto; se o que sinto é bonito, agradável, tenho um sentimento agradável; se o que sinto é feio tenho sentimento de repugnância, de medo, de raiva. O que é o sentimento?

É a repercussão da intuição. Então fico nesse processo: intuição-sentimento, intuição-sentimento ... Cada intuição provoca um novo sentimento e eu fico num fluxo de intuições que reverberam num fluxo de sentimentos. Por que isto acontece? Porque eu não seguro a intuição, deixo que ela se transforme em sentimento imediatamente e se perca na noite do esquecimento. Fico só com o sentimento. Se eu expressar a intuição, isto é, se eu completar o ato intuitivo, então essa intuição se transforma numa declaração de um fato, e sendo assim, já pode ser premissa do raciocínio. A intuição pode ser prosseguida de várias maneiras. a primeira é retê-la na memória mediante esforço, ou seja, recordando-a. A segunda é deixar ela reverberar imediatamente no sentimento. Ora, para ter um sentimento não é preciso recordar o que produziu o sentimento. O sentimento continua repercutindo uma intuição que você já teve. Por exemplo, se uma pessoa te ofende, você teve a intuição na hora em que ela estava te ofendendo, depois você não tem mais, não quer nem pensar naquilo, mas continua magoado. A intuição foi embora mas o sentimento continua. A vida psíquica da maior parte das pessoas é fluxo de sentimentos provocado por intuições que elas não lembram mais. A terceira maneira de prosseguir o trabalho da intuição é completá-la, isto é, expressá-la e fazer dela matéria prima do pensamento.

A memória, dizia Aristóteles, é a mãe da ciência. As intuições tidas estão na memória, mas geralmente não vamos até a memória, nos contentamos com a reverberação sentimental. Por que fazemos isso? É simples: porque o sentimento é passivo, ele funciona sozinho. É uma coisa meio corporal, não depende da vontade. Você tem o sentimento que pode e não o sentimento que quer, ao passo que a memória não, você tem que voltar a ela, tem que fazer uma reflexão, ter de novo uma intuição análoga àquela que teve num momento. Isto requer esforço.

"Âmbito de informação maior que a entrevista é a familiaridade. A atuação do sujeito no ambiente próprio ou que ele eventualmente constitui como tal é assunto cuja consideração amplia e precisa o conhecimento da alma alheia. Nicolai Hartmann chamou a atenção acerca de seu significado para fundamentar a personalidade como categoria real. Denomina-o "círculo de vida da pessoa" e reconhece-o como constituído pelos transcendentes com que a pessoa supera a interioridade de sua consciência numa relação viva com um pedaço do mundo, do qual, ao mesmo tempo que se apropria, a ele se entrega."

Como é que podemos demarcar o círculo de vida da pessoa? Esse círculo de vida Nicolai Hartmann, filósofo, define como constituído por atos transcendentes nos quais a pessoa supera o mundo fechado da sua interioridade e estabelece relações reais com alguma coisa que não é ela. Tudo aquilo que você apenas pensou, que está dentro de você, não faz parte do seu círculo de vida. Círculo de vida é onde você efetivamente atua. Claro que você pode ter um círculo potencial imaginário infinitamente maior. Posso estar dando aula aqui apenas para vocês mas imaginando que sou o papa, falando na praça de S. Pedro para uma multidão de fiéis. Porém de fato o meu círculo de vida está restrito à esta sala de aula.

O que significa atos transcendentes? A palavra transcendente é muitas vezes referida como se fosse o divino, mas não é nada disso. Aquela casa é transcendente a esta, ao passo que este teto é imanente. Imanente e transcendentes querem dizer o que fica somente dentro ou o que sai para fora; por exemplo, minha voz é transcendentes à minha pessoa porque ela irradia para algo que não sou eu. Um conhecimento que eu tenha, por exemplo, sei este fósforo, quando riscado, acende. Esse conhecimento tem uma transcendência ele reage, ele capta algo que não sou eu. Ele tem um objeto que é transcendente ao sujeito conhecedor. Já o sonho é imanente, foi você quem inventou e se refere aos próprios estados. O sonho expressa seus sentimentos, seus desejos, seus temores, ele não fala sobre objeto nenhum. Se aparece no sonho um elefante, esse elefante não tem nenhuma elefanticidade, ele não se refere a nenhum real. O elefante é um símbolo de alguma coisa que talvez pudesse ser simbolizado por outra coisa. Também o delírio, a loucura. Tudo o que o louco pensa é imanente. O sujeito está em plena loucura quando todo pensamento dele não sai do círculo da imanência. Isto quer dizer que o cara louco não tem nenhum círculo de vida, neste sentido. O louco não atua; é lógico que o louco pode pegar um machado e rachar seu crânio, porém seu pensamento não é transcendente, embora seus atos o sejam. Os atos corporais são transcendentes por sua própria natureza. Tudo aquilo que age sobre o restante é sempre transcendente, ou seja, o nosso corpo nos transcende, o corpo tem uma existência fora do que eu penso. Por exemplo, eu penso que ele não dói, mas ele dói. Eis a prova de que ele me transcende. Quando Nicolai Hartann fala de atos transcendentes ele está referindo não apenas aos atos, que são sempre transcendentes, está falando de atos psiquicos: falar, pensar, julgar, sentir, dar valor. Por exemplo, sinto afeto ou raiva por uma pessoa

efetivamente existente, e este afeto ou raiva preside as decisões que eu tomo a respeito dessa pessoa e a reação dela a mim, este afeto ou raiva tornou-se transcendente a mim. Ele já saiu de mim para demarcar o espaço do meu círculo de vida. Assim, o círculo de vida do indivíduo é constituído de todos os pensamentos, julgamentos, sentimentos etc. Que demarca relações efetivas. Por exemplo, não gosto de abacaxi. O abacaxi existe para mim, eu tenho uma atitude em relação a ele; eu o rejeito. Então está no meu círculo de vida. O círculo de vida não é propriamente o raio da ação. O raio de ação do indivíduo pode ultrapassar infinitamente o seu círculo de vida, porque as nossas ações têm consequências impensadas. Por exemplo, estou dirigindo um automóvel e atropelo uma pessoa, e acontece que ela era o presidente de república. Então eu causei uma crise nacional. Isto ultrapassa infinitamente o meu círculo de vida.

P . - O pensamento transcendente é quando o objeto pensado é real?

Não, o que define a transcendência do pensamento não é o seu objeto ser real, porque o elefante que você sonha também é real. É, se esse pensamento estabelece uma relação real entre você e esse objeto.

A palavra transcendente pode ser usada no sentido lógico e no sentido psicológico. Pela lógica podemos dizer que o pensamento transcende o sujeito sempre que ele tem um objeto externo a esse sujeito; agora psicologicamente é dito transcendente o pensamento que estabelece uma relação entre o sujeito e um objeto real externo a ele.

"Este arraigamento começa nas coisas inanimadas e se estende a todo o ambiente da vida cotidiana, no qual as outras pessoas são o principal, pois com elas é recíproca de maneira ativa".

Veja que aí já temos o início preciso para o que mais tarde será a teoria das casas na astrologia. A teoria das casas é o que? É o círculo de vida de Hartmann. Mais tarde vamos ver isto com detalhe.

Se estes atos psicológicos são ditos transcendentes então se entende que são atos conscientes. O subconsciente opera com símbolos que não se referem a coisas externas. No subconsciente tudo é imanente. O que penso no subconsciente como gato pode não ser gato; expressa um estado de espírito meu. O subconsciente não tem esta força de objetivação dos seus conteúdos, ao contrário, ele usa conteúdos objetivos depositados na memória como símbolo de estados imanentes.

Comecem a reparar como, atendo-nos somente ao conjunto das coisas inanimadas, como círculo de vida das pessoas pode ser diferente. Veja o número de objetos inanimados que existe para certas pessoas e o que existe para outras, o número de objetos inanimados em que um pensa e no qual o outro não pensa nunca. Não repara e portanto não age sobre e nem recebe o impacto da sua ação. Por exemplo, por que uma pessoa é muito sensível à desordem ambiente e outra nem percebe? Porque num caso os objetos que estão em desordem, embora fazendo parte do seu raio de ação, não fazem parte do seu círculo de vida. O indivíduo, de certo modo, não age sobre aquilo e nem percebe o impacto daquela situação. Se você pega os objetos de uso pessoal de um indivíduo: quantos são? algumas pessoas poderão dizer: "não tenho nenhum". Tem pessoas que não tem nenhum; é um caso extremo, mas existe. Quer dizer que o indivíduo não estabelece uma relação psíquica com determinado objeto de maneira que ele aja voluntária e consciente sobre este objeto e este objeto reaja sobre ele. Por exemplo, S. Francisco de Assis. Quantos objetos de uso pessoal inclui o seu círculo de vida (não o seu raio de ação, claro, porque em alguma cama ele dormia, alguma roupa ele vestia)? Essas coisas tinham alguma representação na cabeça dele?

É a atenção que vai puxar o objeto para a consciência. Ora, se eu visto e desvisto uma calça durante anos sem perceber que ela está furada, então não prestei a mínima atenção nela. Portanto nem agi nem recebi ação dela. Ela faz parte do meu raio de ação, está fisicamente presente, mas não houve nenhum ato psíquico significativo em relação a ela.

"Os círculos de vida cruzam-se, fundam-se, produzem conjuntos de ordem superior: de ordem da amizade, do amor, da família, da profissão, das aspirações e até da luta."

O círculo total de vida de um indivíduo pode estar inserido dentro do círculo de vida de um outro. Por exemplo, tudo o que seu filho pequeno faz, repara, valoriza, teme, desgosta, tudo isso é o círculo de vida dele, mas você sabe de tudo isto. Isto tudo tem um valor informativo para você. Todo o círculo da vida dele está dentro do seu. Do mesmo modo, o nosso pode estar dentro do de outras pessoas.

Aqui podemos fazer toda uma tipologia das relações, porque estar contido é somente uma das relações

possíveis. Existem casos onde certos círculos de vida se excluem, onde uma pessoa, de tanto prestar atenção em certas coisas, não deixa você prestar atenção nas coisas que você quer. Em certa medida é incompatível, um dos dois vai querer vencer, vai querer puxar a atenção do outro para onde ele não queria, ou seja, o que não existia vai começar a existir. Por exemplo, você quer estudar matemática e seu filho quer estudar lambada. Lambada para você pode não existir, você não sabe diferenciar lambada de rock n'roll, porém ele força, força, e aquela porcaria acaba entrando na sua rotina e você fica obrigada a prestar atenção naquilo e dizer: "não gosto dessa porcaria!", quando antes você não gostava nem desgostava, porque aquilo não existia para você. Você pode invadir todo o círculo de vida do sujeito, fazer um arraso, obrigá-lo a se posicionar e fazer um monte de coisas que para ele não tinham importância.

P . - Aliás, de tão importante, a incompatibilidade de gênios é motivo de anulação justo do casamento, não?

Sim, mas isto é o gênero para a espécie, pois a incompatibilidade de gênios pode ser para outra coisa. Mas isto é incompatibilidade cognitiva, não afetiva. O marido diz: eu quero ir ao futebol, e a esposa quer que ele fique em casa, porém ambos estão informados da mesma coisa e já têm uma possibilidade a respeito; portanto o futebol já faz parte do círculo de vida da dona de casa e do marido. Mas tem coisas que você é indiferente e quer continuar indiferente, não quer nem prestar a atenção suficiente para dizer se gosta ou não gosta. Você pode ser forçado, mesmo sem hostilidade, para prestar atenção naquilo, e quando você se dá conta já está com outro círculo de vida que não é o seu. Isto é uma influência muito mais profunda do que você persuadir uma pessoa de qualquer coisa, mais ainda, esse processo pode passar totalmente despercebido, você vai mudando, mudando, sem perceber que mudou, você pode dizer sim ou não. Porque para dizer sim ou não a uma coisa você precisa ter prestado atenção nela.

A única maneira de você respeitar o círculo de vida de uma pessoa é observá-la sem mexer nela durante todo um tempo, e não chamar atenção dela para nada que ela não queira prestar a atenção, a não ser que ela se sujeite a isso. Por exemplo, vocês não vieram aqui para estender o círculo de vida de vocês? Então eu lhes mostro coisas a que vocês não tinham prestado atenção, mas vocês pediram; então esta influência se dá pela persuasão. Mas na maior parte das vezes você não precisa persuadir de nada, basta ficar ao lado da pessoa prestando atenção naquilo. Por isso que conviver com uma pessoa louca é muito ruim -- pois o círculo de vida dela é totalmente imanente e cheio de coisas que não têm a menor significação fora dele e no entanto ele presta atenção obsessivamente naquilo -- que mais dia menos dia você está também com as mesmas obsessões. Por isso a convivência com o louco arrasa nosso mundo.

As crianças têm um círculo de vida bastante imanente. O que o pai ou o educador vai fazer é ir puxando o círculo de vida dela para que ela preste atenção em outras coisas. Ou uma criança mais velha e uma mais nova: a mais velha quer que a menor participe de uma brincadeira cujas regras ela desconhece. O pequeno vai aos poucos ter a atenção dele voltada para isto. A mudança, a alteração múltipla do círculo de vida é um processo normal, não é maligno, ao contrário. Porém, veja que é um processo extremamente poderoso, e eu só o estou enfatizando porque a mudança do círculo de vida é um processo muito mais profundo do que qualquer persuasão. A persuasão se dá já dentro da intersecção de dois círculos de vida. Por exemplo, para que eu possa persuadi- los aqui a votar em Maluf ou Fleury é preciso que a eleição já faça parte do círculo de vida de vocês. Se vocês estiverem completamente fora disto, como é que eu poderia persuadi-los? Vocês nem saberiam sobre o que estou falando. A persuasão é um processo de influência que se dá dentro do seu círculo de vida já interseccionado por outro.

Mas você pode se perguntar: como foi que se deu a intersecção? quando foi que Maluf entrou em minha vida? Você não sabe, não se lembra. O fato é que derepente ele estava aí, na televisão, no jornal. O fato é que ele entrou em seu círculo de vida. Às vezes você não quer prestar atenção nisto, mas é inevitável. Existem meios e ténicas para o círculo de vida de uma pessoa sem que ele perceba.

É lógico que os círculos de vida estão sempre sendo alterados, agora quando você tem uma atuação no sentido da persuasão é porque o círculo de vida do outro já está alterado. Se você vem aqui para que eu lhe ensine alguma coisa, você já colocou este curso em seu círculo de vida, e aí só resta a persuasão e a argumentação.

O mero fato de você observar a pessoa não quer dizer que você altere o círculo de vida dela, a não ser que você fique olhando-a fixamente, fazendo com que ela se sinta observada, basta isto às vezes para virar tudo

de cabeça para baixo. O círculo de vida não é estabelecido por um indivíduo conscientemente, como se ele fizesse uma lista: isto eu quero, aquilo não, isto eu gosto, aquilo não. Não é assim; o sujeito não lembra mais como é que se formou, e por isso mesmo ele não percebe quando vai mudando. É um processo lento, baseado em automatismo, baseado sobretuto na busca da comodidade; eu me acomodo a certos temas e presto atenção somente eles, dos outros eu fujo; ou para evitar uma discussão nova, prefiro ignorar. Uma das formas mais profundas de influenciar um indivíduo é alterar seu círculo de vida, obrigando-o a prestar atenção numa coisa que ele não queria.

Conheci um guru que fazia as pessoas prestarem uma enorme atenção nele, assim: marcava um encontro com os discípulos numa outra cidade, e você viajava para lá, chegava na hora marcada, e ele chegava com oito horas de atraso. Você não pensava em outra coisa o tempo todo, só pensava nele. Durante oito horas você pensava no nada ... por que ele ainda não chegou, o que aconteceu ... Daí ele chegava, e começava a falar sem dar explicação nenhuma. Chamava mais atenção. Um truquinho deste tipo vira o círculo de vida do sujeito de cabeça para baixo, e mudando o círculo de vida mudam as idéias, os hábitos, muda toda sua orientação. É assim que faz o pessoalzinho do Rajneesh, da macrobiótica, do Gurdjieff, etc.

Do mesmo modo que você pode estender o círculo de vida do indivíduo, você pode restringir, diminuir, fazer com que ele preste atenção em menos coisas. A programação neurolinguística faz isso, desvia a atenção do sujeito de certas coisas que lhe estão sendo comunicadas no mesmo momento. Tudo isto faz parte da patologia da comunicação humana.

'Não nos interessa aqui seguir Hartmann em sua exposição dos fios e estruturas espirituais vinculadoras da pessoa às pessoas. Pois o pertinente a nosso assunto não são as influências recíprocas na vida de relação, mas a maneira distintiva por que cada qual é objeto de influência na perene objetivação social da intencionalidade individual, a fim de distinguir o ser objetivante da figura objetivada."

Isto aqui também será muito importante para nós com relação à teoria das casas astrológicas, porque nela também o que interessa não é discutir o interrelacionamento das pessoas e os processos pelos quais se influenciam mutuamente, mas saber no indivíduo em particular como é que ele, por sua estrutura, recebe e processa essa influência; sobre isto o mapa astrológico dá informação

"Com a perspectiva da sociofesra de uma pessoa, amplia-se, matiza-se, concatena-se e completa-se o verificado em entrevistas bipessoais isoladas."

Quer dizer o círculo de vida vai começar com objetos inanimados e vai se completar numa sociofesra, ou seja, num imenso círculo de pessoas, hábitos, normas, valores, etc., dos quais ele está informado e que têm importância para a vida dele. Note que círculo da vida do indivíduo pode estar notavelmente deslocado do seu meio ambiente. Quer dizer, na esfera das coisas, valores, pessoas que o sujeito sabe que existe e que corresponde a atos psíquicos determinados da parte dele, pode haver uma hierarquia, uma topografia, que não coincida absolutamente com a do seu meio ambiente.

"A observação direta e as referências acerca do sujeito no comércio com os demais projetam novas luzes sobre sua idiossincrasia, já que cada indivíduo manifesta aspectos muito distintos conforme os interlocutores e as situações, sendo freqüente o caso de que um observador- interlocutor, por alguma circunstância, provoque reações que não sejam as mais apropriadas para por de manifesto o genuíno de uma pessoa, por numerosas que sejam as entrevistas exclusivas."

É possível que haja certos traços dentro do indivíduo que apareçam na sua presença mas que não estejam presentes no restante do círculo de vida dele. Particularmente, quando você se relaciona com um indivíduo por certo canal profissional você corre este risco. E você pode generalizar o restante do círculo de vida num traço que só aparece na sua frente. Por exemplo, eu lhes garanto o seguinte: quando as pessoas estão falando comigo elas são todas maravilhosas, qualidades morais excepcionais, incríveis. As pessoas estão cheias de bons sentimentos, raramente as pessoas brigam comigo porque em geral eu tenho um interesse real pelo indivíduo. As pessoas que não estão acostumadas que alguém tenha interesse por elas acham bom que eu tenha, então comigo, elas ficam boazinhas. Resulta que geralmente eu não sei como é que a pessoa trata os outros. Isto eu levo um tempo para perceber. É preciso ver o relacionamento dele com o outro para ver como é que ele faz com o outro, porque comigo está num certo canal. Eu já fiz erros trágicos por causa disto. Você precisa ir corrigindo isto aos poucos, precisa ver o que é que você faz ressaltar na pessoa. eu

sempre tive muita facilidade para prestar atenção nas pessoas; torna-se natural que o sujeito então se mostre mais amável. Bom, mas se fosse o contrário? Então precisaria ver o indivíduo em outra ou imaginá-lo. O que interessa é pegar o que se chama idiossincrasia. A palavra idios em grego quer dizer o mesmo, ou seja, a mesmidade, a mesmice do sujeito, aquilo que ele é de modo que este ser determine um padrão de recepção da influência ambiente, um padrão de respostas ao ambiente, inclusive aquela resposta que ele dá a você. Quer dizer, não precisa excluir. É evidente que se ele manifesta um certo traço em relação a mim este traço é tão real quanto os outros.

P . - Pode ser até uma potencialidade, não?

Sem sombra de dúvida; se você exerce a profissão de professor, está ali para fazer surgir as potencialidades do aluno. É natural que comigo ele manifeste melhor essa potencialidade, principalmente porque estou interessado neste potencial. Então a presença do professor transforma de certo modo o indivíduo e faz surgir uma coisa que certamente está nele, mas que pode não ser o que ele manifesta nas outras circunstâncias da vida. Trata-se apenas de distinguir, não se excluir. Não no sentido de "eu estou transformando o objeto, tenho que deixá-lo inalterado", não, eu não posso deixá-lo inalterado porque eu não sou um observador invisível e eu ajo também sobre ele, e o modo como ele me responde é um dado importante; mas certamente a maneira como você reage ao professor mostra muito mais o seu potencial do que o seu atual é óbvio. Na posição de professor é muito mais fácil conhecer o potencial dos indivíduos do que saber como é que eles estão agora. Para isto você precisaria observá-lo dentro de uma outra circunstância. Por exemplo, tentar ofendê-lo para ver como ele reage. Ás vezes uma experiência dessas já revela tudo. Ou então ver a pessoa atuando com os outros. Aí você diz: bem mas a sua presença pode alterá-lo. Não, se tornar uma presença habitual. Tem certas coisas que na minha presença o nego não vai fazer, mas eu convivo com ele um mês, dois meses, ele me esquece, e então ... Tem um monte de truques que se pode fazer para poder observar o sujeito de vários lados e tentar chegar a esta fórmula dele.

"Entre as muitas direções em que se encaminha o conhecimento dos demais, podemos assinalar três principais, que têm por objeto apreender, respectivamente, a fisionomia anímica do sujeito frente ao conjunto de sua vida, suas peculiaridades em relação a cada uma das configurações em que se diferencia seu círculo, e o modo de ser que revela as pessoas mais relevantes de seu trato."

Podemos aqui completar nosso diagrama, dividindo em dois tipos ou níveis do estudo metódico:

1. O encontro interpessoal

2. O exame do círculo de vida

3. o curso total da vida (biografia)

a) círculo de vida com um todo

b) subdivisões do círculo de vida

c) trato com as pessoas relevantes

"Assim é possível aprofundar-se primeiro, na amplitude, na qualidade, no modo e na integração da pessoa, enfocada panoramicamente; segundo, no que é próprio de seu ser frente a ordens determinadas de valores e situações especiais, e, por último, no que diz respeito à suprema manifestação da estimativa pessoal concreta, reveladora por excelência do cerne próprio."

A providência a tomar aqui seria, primeiro, descrever a amplitude do círculo. Fazer uma espécie de descrição quantitativa. O que é que tem dentro do círculo; segundo, subdivi-lo em setores. É claro que esta subdivisão em setores, no caso, não se confunde com o círculo das casas, é apenas um esquema abstrato pelo qual você pode fazer a catalogação destes setores de modo teórico; é abstrato, é antes do conhecimento do caso concreto. As casas representam os setores nos quais todo e qualquer círculo de vida pode se dividir. Mas não é isto que estamos falando, estamos falando do círculo de vida de fulano, em que áres irão se subdividir efetivamente.

P . - Pode não abranger todas as casas possíveis?

Claro. Para fazer a descrição do círculo de vida pode se socorrer do esquema das casas para não se esquecer de alguma coisa, mas só serve para isso, é só um recurso memônico por enquanto; quer dizer, o

círculo total das casas não corresponderá necessáriamente ao círculo de vida do indivíduo. Em terceiro lugar, você deve determinar quais são as pessoas relevantes e como se diferencia o trato dele com cada uma e por que. Entre essas pessoas relevantes pode estar obviamente você mesmo, caso você seja astrólogo, professor, psicólogo ou terapeuta do indivíduo.

É evidente que tudo isto é impossível se você não consegue fazer com seu próprio círculo de vida. Mais um lembrete: você está consciente, você está notificado de quais são as esferas nas quais você atua e de como você diferencia não só o seu comportamento mas as suas valorações, os seus critérios, os seus sentimentos em face de cada uma dessas esferas?

Podemos transformar este texto em uma série de perguntas a serem respondidas pela ordem (e eu vou fazer isto na próxima aula). Vou transformar isto numa espécie de "siga a seta", numa seqüência de operações que seria preliminar a qualquer conclusão sobre qualquer pessoa e acrescentando alguma coisa, inclusive.

"A existência nos põe continuamente em condição de adquirir impressões acerca de nossos semelhantes, inclusive nas esferas mais circunscritas da ação, como, por exemplo, o esporte ou a vida acadêmica, e com maior razão naquelas a que consagramos preferentemente nossos esforços, como a profissão ou o amor. Até sem querer acabamos por conceber uma imagem mais ou menos substancial de cada um de nossos companheiros, clientes ou familiares. Assim seu ser torna-se transparente em maior ou menor grau no que diz respeito ao sistema concreto dos motivos de seu comportamento, a qualidade e força de suas paixões, a sua visão da vida e dos homens, aos pontos débeis e fortes de seu moral".

Todo este esquema que o autor está desenvolvendo nós, implicitamente, já temos a respeito de cada pessoa que conhecemos. Quer dizer que se formou uma maneira mais ou menos espontânea, e não crítica. Não se trata de você começar a responder todas as perguntas desde o zero, mas, antes disso, trata-se de você ver como você já tem respondido de uma maneira ingênua, espontânea e não-crítica, e portanto, muito provavelmente, articulada segundo finalidades que são suas e pouco refletem o objeto considerado. Trata-se não de adquirir o conhecimento, mas de rever o conhecimento. Não há nenhum conhecimento científico que não parta de um conhecimento espontâneo a ciência é inútil., é um formalismo que se acrescenta em cima de você e vai te mudar tanto quanto um chapéu que você bota em cima da cabeça. Particularmente neste setor da psicologia, não se trata absolutamente de acrescentar, mas talvez até, de tirar, de coar todas convicções que foram sedimentadas. Por exemplo, a respeito do círculo de vida de outras pessoas que é que você acha que é realmente importante para fulano ou sicrano? Daí perguntar: Será que não é porque eu observei somente um determinado ângulo? Será que esse é o julgamento que ele mesmo faz? Será que o peso que eu imagino que ele dá a cada coisa é o que ele mesmo acha que dá? Então, experimente fazer isto com umas duas ou três pessoas, e daí vai ter uma idéia bastante precisa de quais são os pontos furados que você na verdade ignora.

P . - O importante seria você entrar na motivação do outro?

A motivação também é só um aspecto; não é só a motivação, é todo o mapeamento do que existe para ele, e evidentemente os componentes do círculo de vida podem ser motivos de comportamento. Quer dizer, aquilo no qual reparo, aquilo que não existe para mim, não me move absolutamente. O que vejo em certas pessoas, objetos, circunstâncias, etc., pode não ser aquilo que você supõe que estou vendo. É extremamente difícil chegar a alguma conclusão correta. A visão seria correta na hora em que você fosse capaz de repetir quase que literalmente o argumento que o sujeito usou para si mesmo: por que eu devo fazer tal coisa, ou, o que acho realmente determinada postura ou coisa, ou trabalho, ou divertimento. Muitos desses argumentos ficam, por assim dizer, inexpressos para o próprio indivíduo, ou seja, o que ele pensou ou intuiu, ele em seguida esqueceu, e continuou agindo em função deles. Isto não está abordado neste texto, mas vamos ter que ver mais tarde. Porque o que nos move à ação são só duas coisas, o sentimento e a vontade. A intuição, a razão etc., só agem quando movem a imaginação, que por sua vez move o sentimento, e do sentimento passamos para a vontade ativa ou reativa. Isso é o que veremos mais tarde. Isto quer dizer que na maior parte dos casos o indivíduo não está consciente do pensamento que fez ou do objeto de intuição que teve, o qual despertou o sentimento, e está consciente somente do sentimento, o qual não é fonte originária do comportamento; o sentimento é o intermediário. Por exemplo, se eu fico com raiva do Sérgio é porque eu soube alguma coisa que ele fez ou que falou. Se eu não fico sabendo de nada, se não existe este ato cognitivo precedendo o sentimento, o sentimento não aparece, eu não tenho

sentimentos a respeito de coisas que não chegam a meu conhecimento. É possível até que o sentimento seja elaboração interna, porém aquilo que despertou essa elaboração inconsciente foi consciente em algum momento; foi esquecido depois.

Os motivos de nossas ações não são tão transparentes para nós, o que é transparente é apenas o sentimento imediato, ou seja, o motivo imediato, mas todo motivo se encadeia numa seqüência que vai do motivo próximo ao motivo remoto, ao motivo primeiro. Somente se eu for capaz de reconstituir a seqüência -- não somente como o indivíduo a compreende agora, mas todos os momentos do processo -- eu estarei verdadeiramente compreendendo a ação dele. Quer dizer, que se eu sei que no mês passado ele ficou sabendo de tal coisa, essa tal coisa provocou nele uma reação sentimental; essa reação por sua vez, também foi esquecida, mas continuou trabalhando de alguma maneira; ele rejeitou este sentimento; de repente o sentimento implodiu e ele implodiu já com a justificação pronta. Se eu sei tudo isto então sei por que ele fez a coisa, e ele mesmo talvez no momento não consiga refazer a cadeia toda. Ele esqueceu a origem do sentimento e encontrou uma outra justificação. Mas eu preciso ter acompanhado de certo modo a história toda, ou como testemunha ocular ou pelo menos imaginativamente. Esta reconstrução imaginativa às vezes é de precisão assombrosa. Às vezes os motivos das pessoas são tão estranhos aquilo que a agente supõe, as maneira de interpretar uma situação são tão diferentes entre um personagem e outro, que a gente fica assombrado, parece que estão em mundos diferentes.

Eu me lembro a primeira vez na vida em que fui me confessar para o padre. Eu tinha sete anos de idade -- até os sete anos eu tinha sido muito doente e não podia sair da cama, não sabia nada do mundo. Aos sete anos eu entrei na escola de padres e me chamaram dizendo que eu precisava confessar. Eu nem sabia direito o que era. Cheguei lá e o padre perguntou: "Você fez porcarias?" Eu interpretei a situação como se fosse uma espécie de prova oral, e eu não sabia que raio de porcarias ele estava se referindo, e fiquei aterrorizado; pensei: tirei zero. Num relâmpago respondi: "Fiz". Saí-me bem, que alívio, pensei. Daí ele falou assim: "Com meninos ou meninas?" Epa, e agora. Eu nem sabia o que é que eu tinha feito; por via das dúvidas, saí à mineira: "Com os dois" (num relâmpago, de novo). Ele disse então: "Tá bom, reza três Pai Nosso e três Ave Maria e está absolvido." Então saí todo contente: "Oba, passei!".

Onde é que o padre estava e onde é que eu estava? As minhas motivações eram completamente diferentes das motivações de qualquer pessoa que estivesse se confessando. Fui entender o que era para fazer numa confissão muito tempo depois. E fui entender o que era a tal porcaria mais tempo depois ainda. A voz do padre chegava até mim e provocava uma resposta, mas a resposta estava num outro canal. Um ligava no canal 4 e outro respondia no 9. Isto acontece com uma frequência assustadora.

P . - Eu tenho um exemplo disto. Há muito tempo meu marido trabalhava para uma firma, e ele teve que viajar -- ele nunca havia andado de avião --, e ele achou aquilo norma, mas começou a ter um comportamento estranho diferente, e aquilo me chamou a atenção; ele normalmente não agia dessa maneira. Depois que ele saiu para a tal viagem, eu fiquei me lembrando de tudo o que ele tinha dito, de tudo que ele tinha feito sem tentar explicar se estava com raiva disto ou daquilo; aí lembrei quando ele disse que ia viajar de avião, e pensei: ele estava com medo da viajem. Aí, quando ele voltou conversei com ele e foi como que um alívio, ele tomou consciência do quanto aquilo o estava incomodando, e então o comportamento dele voltou ao normal.

É isto mesmo, é exatamente assim que se faz. Você falou bem: se você tenta explicar você não acha nada. Antes de ter o porquê você tem o quê. Se em todo o seu material intuitivo você não acha nenhuma pista, nenhuma raiz em nada, também não vai adiantar pensar. Primeiro o fato e depois a explicação do fato. Quanto mais você reduzir o trabalho da razão melhor para você, pois o trabalho da razão pode te levar muito longe, a razão busca a generalização. Se você quer chegar a um conhecimento de valor geral sobre psicologia, sobre não sei o quê, aí muito bem, é com a razão mesmo, mas se você quer encontrar a explicação de um caso concreto, o pensamento tem que ser reduzido ao mínimo. Na maior parte dos casos você não poderá encontrá-la pelo pensamento, porque se trata de explicar um caso concreto, então não poderia ser um pensamento indutivo, que vai do particular para o geral; teria que ser ao contrário, dedutivo. Ou seja, você vai ter que conhecer a regra da qual aquele caso é um exemplo, e o fato é que a gente, na maior parte dos casos, não conhece. Se você vai para o pensamento indutivo você só vai para a regra geral, que não resolve aquele caso, e se você vai pela dedução não adianta, porque para dedução você parte de uma regra geral já conhecida. Por isso que o pensamento não nos socorre nesta hora, a única coisa

que nos socorre é a memória. Alguma coisa daquilo você já sabe, e é lá mesmo que você tem que buscar. Depois o pensamento pode entrar para conferir aquilo, aí sim. Mas em princípio o pensamento só descobre ou regras gerais, ou aplica regras gerais já conhecidas a um caso particular.

"A perspicácia do observador revela seus quilates particularmente ao apreciar a autenticidade das manifestações pessoais na complexa relação das propensões e no domínio das mesmas, e ao distinguir os atos que correspondem ao ser real daqueles que lhe servem como instrumento para a consecução dos fins ou para a dissimulação das fraquezas."

Esta aqui é a obra prima, é a peça de resistência do repertório do psicólogo. De tudo o que você pode fazer no estudo do outro o mais fino é quando você consegue perceber que ele não está sendo ele mesmo, quando você consegue discernir nele o que é autêntico e o que é fingido, imitado, automatismo, dissimulação. Você precisa ter se colocado num ponto de vista que é muito anterior ao sujeito. Você precisa já conhecer as chaves dos valores fundamentais daquele indivíduo, os quais, em muitas pessoas, podem ser só potenciais, sobretudo se a pessoa é nova. Às vezes o que existe de melhor, de mais autêntico nela é algo que é apenas latente, não existe ainda, só existe como potencial. Por exemplo, por que um professor te corrige? Porque ele sabe que você pode acertar, embora não tenha acertado. Corrige o desvio atual em face do acerto potencial. Isto, em pedagogia, é uma coisa, mas na área psicológica é outra. Não se trata de corrigir o raciocínio errado que o sujeito fez, mas de corrigir a direção de uma vida, e, de certo modo, repor o sujeito no caminho que é o dele. Isso é a coisa mais difícil que existe. Essa é a operação mais bonita e a mais perigosa, e exige, evidentemente, uma postura ética absolutamente implacável consigo mesmo. Qualquer tendência que você tenha no sentido de fazer com que o sujeito seja aquilo que ele não é. Qualquer raciocínio projetivo que você tenha, e você está frito. Existe uma veracidade a que você tem que ser fiel, doa a quem doer. O indivíduo pode ter ido muito longe de si mesmo, e de você está absolutamente seguro do que está fazendo e o indivíduo te pede implícita ou explicitamente para intervir, você deve intervir mesmo que isso o desagrade. Quer dizer, pode chegar casos -- e de fato em qualquer processo terapêutico chega -- onde o terapeuta é a consciência do cliente, como o grilo-falante. Na história do Pinóquio o único que sabia qual era o destino reservado ao Pinóquio não era Pinóquio, era o grilo-falante. Ele sabia como o Pinóquio podia ser, e portanto podia corrigi-lo. O Pinóquio não entendia o que o grilo-falante estava fazendo, mas o grilo entendia muito bem. E a situação ali é muito bem representada, porque o grilo é um bichinho pequenino, que não tem nenhum poder sobre o outro -- ele não pode obrigar o outro a fazer aquilo que ele quer. Se o sujeito quer errar, o máximo que você pode fazer é falar que o cara vai errar.

Não se trata de repor o indivíduo nos trilhos de uma moral determinada, isto é muitíssimo importante. Uma coisa é se eu vou te corrigir e digo que o que você fez é contra o nosso código penal ou contra a moral cristã, ou contra o regulamento do PT ou a moral proletária, etc. Isto é absoluta perda de tempo. Qualquer moral determinada é expressa, e ela já está errada por isto; não é que está errada, mas inútil, porque a ciência da moral visa obter regras gerais, ou seja, princípios gerais do comportamento, as quais jamais se aplicam a nenhum caso concreto. A idéia de que você, dentro das regras gerais, possa deduzir para cada caso particular, é uma idéia tão maluca que jamais havia ocorrido a nenhum homem do século XVIII. O século XVIII é a época das luzes. Foi nesta época que pela primeira vez se pensou em fazer um código moral inteiramente dedutivo, e foi no Ocidente, com Santo Antônio de Liguório. Foi ele quem pegou os princípios gerais e vagos e achou que dava para fazer uma dedução completa para cada caso particular. O negócio é um prodígio, de um raciocínio quase que matemático, só que, de fato, na prática não se aplica.

Entre a situação pessoal de qualquer indivíduo e a regra geral existe um abismo, o camarada só pode ser corrigido em função de uma espécie de ética imanente ao destino dele mesmo. Neste caso eu estou muito mais com a ética hindu do dharma. O dharma é o seu caminho de vida ideal, é o melhor que você pode ser, e somente este código moral é que podia ter autoridade sobre você. O código moral genérico é como uma régua, nada vai exatamente do tamanho da régua. Uma régua é um ponto de comparação, tem um valor, por assim dizer, heurístico.

Uma outra coisa: a diferença do círculo de vida dos indivíduos e a diferença das motivações daí decorrentes faz que eles dêem nomes diferentes a coisas diferentes. É claro que podem estar equivocados, mas para corrigir o comportamento do indivíduo não adianta eu corrigir em função das denominações e dos critérios que eu tenho. Eu precisaria primeiro fazer com que ele tivesse esses conceitos, e isso é uma

trabalheira infernal, e na maior parte dos casos é um tipo de influência que se esgota no pensamento lógico, mas o pensamento lógico não é causa de comportamento.

Só é causa de comportamento o que atinge a imaginação, e através da imaginação vai o sentimento, do sentimento para a vontade. O pensamento lógico só chegará a influenciar o indivíduo se toda a imaginação dele estiver perfeitamente coerenciada com o pensamento lógico. Quer dizer, só se ele tiver um grau de integridade psíquica muito grande é que o pensamento lógico cumprirá essa cadeia causal rapidamente, e determinará seus atos. Mas isso é muito raro.

...

Não é possível reduzir o comportamento humano a uma norma moral, pois para cada indivíduo a vida vai colocar desafios, problemas e tentações completamente diferentes e que não estão em código algum. O sujeito tem de agir de acordo com a sua consciência, e isto ninguém vai poder ensiná-lo. A vida é isto. Alguém poderá te ensinar a ciência, ou seja, algo muito genérico, mas o seu caso particular ninguém poderá te ensinar.

De certo modo, o indivíduo tem de advinhar a coerência ética imanente aos atos, e é justamente este esforço de adivinhar, de interpretar situações novas que fará eventualmente de um idiota um homem bom. Ao passo que, se tiver sempre um professor, um padre, para lhe mostrar o código, o indivíduo acaba perdendo o próprio cerne da moralidade, que é o esforço de melhorar.

O código ético não foi feito para melhoramento moral dos indivíduos e sim para preservar a ordem social, ao nível do mínimo suportável, é uma providência de ordem prático-econômica. O fato de todas as pessoas não saírem matando nem estuprando não as torna melhores absolutamente, tornam a sociedade mais tolerável. O aperfeiçoamento moral só começa na hora onde o indivíduo busca uma espécie de elo, de continuidade, dentro dele mesmo. Isto é que é o esforço de coerenciação da própria vida, não de acordo com um código externo já dado, mas de acordo com o ideal que vai se perfilhando aos poucos no indivíduo, é como se a norma fosse sendo elaborada à medida que os atos transcorrem, e por isto mesmo ela é naturalmente difícil, e isto é que o dharma.

O dharma é um destino ideal que vislumbramos de maneira muito vaga, e que vai se tornando real à medida dos nossos atos, mas que podemos também perdê-lo. O dharma é a única coisa que podemos ser, ou podemos também ser o nada. Este é o único código moral real. A rigor este é também o único código estético, porque não existe um padrão de beleza geral que se possa determinar. Existe a teoria das proporções, certos padrões, que se seguirmos poderemos ou não obter um belo resultado, mas também poderemos alcançar um resultado belo fugindo destes mesmos padrões. Isto tudo é apenas uma técnica, mas tem casos que deu certo sem isso, e isso nem sempre deu certo.

Só existe uma lei estética, que é a harmonia intrínseca da coisa com ela mesma, e essa lei cada coisa tem a sua. Precisa-se observar a coerência de cada objeto em particular, e não compará-lo com outro.

Existe um texto muito bonito de Ortega y Gasset em que ele conta que estava passeando de bonde e, como todo espanhol, ficava olhando as mulheres bonitas. Um dia se perguntou o por que dele achar umas mulheres bonitas e outras feias, e dentro de sua cabeça começou a fazer hipóteses. Recapitulou praticamente todas as fases, todo o desenvolvimento lógico, da teoria estética. Começou com a idéia da estética platônica, que deveria haver um arquétipo, modelo externo de beleza. Porém percebeu que as mulheres que considerava bonitas eram tão diferentes umas das outras que não haveria meios de chegar num único padrão para todas. Outra hipótese que formulou era que a beleza poderia estar nele. Uma coisa que ele projetava. Mas percebeu que existia formas de beleza que não conhecia antes, que o surpreendiam. E assim foi fazendo hipóteses: vamos supor que o padrão de beleza esteja esboçado na própria figura, esboçado mas nem sempre realizado. As partes exigem algo das outras para se complementarem, o padrão está na coisa mesma, só que mais ou menos realizado. As partes exigem algo das outras para se completarem, e é por isto que os objetos e as pessoas podem se tornar mais bonitas ou mais feias, conforme complementações que introduzem voluntáriamente.

Por isto mesmo uma obra de arte que está irrealizada, que não está boa, podemos consertá-la. Um exemplo disto é o maior poema do século XX, A terra Gasta, de T. S. Eliot. Ele fez este poema e levou para o guru dele, que era Pound; este leu, tirou algumas coisas, reduziu para um terço e o poema ficou bom. O poema

estava pronto, mas tinha umas partes que não combinavam.

Quer dizer que toda obra de arte, em princípio, ou já está perfeita, isto é, não se consegue imaginar um jeito de melhorá-la, ou pode ser melhorada, está a meio caminho, tende a uma certa harmonia. Então esta é a prova da teoria de Ortega y Gasset.

Do ponto de vista moral acontece a mesma coisa: cada objeto, cada ser, ou situação, tende, esboça algo. As partes já realizadas requerem a complementação das outras partes. O próprio Ortega y Gasset diz que a vida humana nos coloca um verso de pé quebrado (verso que tem tantas sílabas, mas que no último verso está faltando uma sílaba), e nós temos de completar. Só existe um certo número de sílabas possíveis que cabem ali, e uma infinidade que não servem.

Então, em face do que você foi, do que está sendo, do meio que o rodeia, das circunstâncias de sua vida, etc., tem certos atos que são cabíveis, que são harmônicos com o seu dharma. O problema é que você é livre, livre para tomar o rumo certo ou o rumo errado. O dharma você não o vê por inteiro, só o próximo passo.

Na verdade, em estética, em arte, as teorias valem pouco. Valem para a ciência estética. Entre a teoria e a realização existe um abismo, porque a realização se dá num plano concreto, momentâneo e intuitivo.

Na vida moral acontece o mesmo. Uma coisa é a ciência moral. Se estamos falando da moral no sentido prático de exercício da vida moral, não interessa a teoria que o indivíduo sustenta e sim o que ele faz. Para o desenvolvimento moral dos indivíduos não adianta dar explicações da filosofia moral, precisa-se é de uma vontade moral, de uma intuição moral. A doutrinação, por exemplo, em vez de desenvolver a vontade moral atrofia, porque já dá os enigmas por resolvidos. O ensino moral é a própria vida, é a busca a cada momento deste ato coerente possível, harmônico, o verso de pé quebrado que tentamos completar. Este é o único aprendizado moral. Se as suas conclusões teóricas estiverem todas erradas, não tem importância, porque a sua teoria você vai falá-la, não vai exercê-la.

A coisa fica pior ainda quando passamos para a história da ação coletiva, os atos ficam mais longe da teoria. Podemos ver horrores que as pessoas são capazes de fazer tendo como pretexto as teorias morais mais sérias.

"O conhecimento é então a fundo, se desentranha o sentido das contradições, amiúde desconsertantes. Com isto tem-se talvez o segredo do estilo próprio da pessoa ou pelo menos o sentido de sua ação em geral. A pedra de toque a justeza do discernimento nesta matéria e a predição do que fará ou não fará fulano em circunstâncias extraordinárias, as quais ponham à prova o mais consciente e original da substância própria".

Muito bem, quando chegamos a este ponto de captar a lógica imanente da vida do indivíduo, a lógica do seu destino, do seu dharma, então o conhecimento que nós obtemos só poderá ser dito profundo na medida em que ele seja capaz de pegar o sentido das contradições que este indivíduo está vivendo, e elucidar para ele o que está realmente em jogo na vida dele. Isto é a obra prima do psicólogo, e por outro lado, o biógrafo tem de chegar a pelo menos ter um vislumbre do que seja isto, pois a biografia subtende que algo deste dharma pessoal foi pego.

Tudo isto não quer dizer justificar moralmente os atos do indivíduo, por exemplo, na vida de Benito Mussolini evidentemente tem um dharma, mas saber se a política dele era certa ou errada isto é outro problema, que sai completamente da esfera da psicologia, sai até da própria esfera da moral.

O psicólogo ou biógrafo psicológico não tem como saber se, no conjunto, isto estava certo ou não. Eles têm o direito de ter uma opinião, mas esta vai valer tanto quanto a de qualquer outra pessoa. O que dá para eles saberem, se chegarem a este nível de compreensão, é se foi Mussolini mesmo ou se foi um farsante de si mesmo. Aí sim se captará a singularidade, a peculiaridade e a majestade do ser. E mesmo o fato de Mussolini ser acusado de mudar muito de idéia, de posicionamento, tudo isto pode ser parte do seu próprio dharma.

Esta majestade é inegável mesmo no indivíduo que seja odioso, quando pegamos a coerência interna de uma vida então podemos dizer: este foi um grande homem, embora fosse um horror. E ainda tem aqueles que foram apenas um joguete das circunstâncias, não entenderam nada do que estava fazendo ali.

Uma coisa é você julgar a qualidade vital do indivíduo, o erro ou acerto moral é outra coisa muito diferente. Quem poderia negar a grandeza de Stalin, que colocou na cabeça um objetivo e depois dominou um país por mais de 40 anos? Não é qualquer um que faz isto. Aí que se vê que existe um objetivo, um destino conscientemente vivido, aceito e realizado. O homem pode não ser bom, mas é grande.

A grandeza de uma vida e o julgamento moral dos atos particulares de uma pessoa são coisas completamente diferentes. Isto por um motivo muito simples, porque só podemos julgar atos particulares e não podemos julgar pessoas. O que podemos fazer é compreender pessoas na sua totalidade, a compreensão do sentido desta vida individual. Isto porque os atos, estamos com condição de cometê-los ou não cometê-los, porém eu posso cometer uma pessoa? Posso criar um Stalin. Não posso criar ninguém. Então, pessoas na sua totalidade escapam da nossa possibilidade de julgamento moral.

Se estamos tentando captar a vida como uma totalidade, isto significa que deixamos totalmente de lado o julgamento moral daquele indivíduo, embora possamos julgar moralmente este ou aquele ato em particular; porém, perante o indivíduo a nossa postura tem de ser admiração da grandeza do destino humano. E se for a vida de um herdeiro palhaço a grandeza também aparecerá, só que de um modo caricatural, invertido, sob a forma da imensidão do fracasso de Macunaíma, o herói sem nenhum caráter.

Em seguida Delgado tratará o problema da biografia, que nós não precisamos comentar porque já fizemos de antemão. Quero avisar vocês que eu não concordo com muita coisa que ele diz no parágrafo 4, mas isto não vai ter muita importância pois são questões de ordem filosófica que não terão consequências técnicas para nós.

* Psiquiatra e pensador peruano, autor de: Psicologia (Lima, Editorial Lumen, 1945); La Personalidad y el Caracter (id., ibid., 1946); Curso de Psiquiatria (Barcelona, Editorial Cientifico-Medicina, 1969); e da coletânea de ensaios De la Cultura y sus Artifices (Madrid, Aguilar, 1961), de onde foi extraído o presente texto.

Dezembro de 1990.

AULA 33

O Trabalho de classificação racional apenas precede o conhecimento intuitivo. Quando se trata de um conhecimento que por sua essência é intuitivo e não racional, o trabalho da razão se resume a uma esfera preparatória, de modo a orientar a atenção, fazê- la dirigir-se aos pontos chaves. O conhecimento em si não será racional, porém intuitivo, o que não quer dizer que razão não tenha nada a fazer aí. Mesmo porque o conhecimento intuitivo pode ter muitos elementos racionais dentro dele. Quando se olha um quadro, tal conhecimento é fundamentalmente intuitivo. Porém, nos elementos que estão neste quadro pode haver alguns elementos geométricos, só que serão não somente a forma do conhecimento mas também o seu conteúdo. De maneira que existe um conhecimento intuitivo dos elementos racionais, assim como conhecimento racional dos elementos intuitivos. Não se pode confundir forma (do conhecimento) com matéria (do conhecimento).

Usaram, há pouco, algumas expressões -- "semi-aberto", "semi-morto"--, que requerem esclarecimentos.

No século XX, a ciência da lógica está tão avançada que a distância que existe entre o uso científico da lógica e seu uso corrente é muito grande. Não que a lógica tenha mudado substancialmente, mas ela afinou muito, alcançando um certo nível de distinção que antes não alcançava. Durante 20 séculos, a lógica permaneceu mais ou menos como Aristóteles a inventou. A lógica que se usa hoje é muito diferente dos padrões lógicos que nós utilizamos na vida corrente. Um dos grandes passos que se deu na ciência da lógica no século XX foi a separação definitiva entre lógica e gramática, entre a abordagem da estrutura do pensamento para verificar se ela é formalmente correta e o estudo dos elementos lingüísticos em que o pensamento se apoia. E isto só foi possível a partir da hora em que inventaram a lógica matemática, que é uma lógica que não usa palavras. Quando se constitui a lógica matemática ou simbólica é que se percebeu o quanto a estrutura lógica do pensamento pode ser diferente da estrutura gramatical das frase. Ao passo que a lógica antiga, a lógica clássica, tinha certos resíduos gramaticais.

Quando dizemos que a porta está entreaberta, isto tem um sentido, gramaticalmente falando. Porque existem não duas palavras: aberto, fechado, entreaberto e semicerrado. Isto nos engana. Nós nos deixamos levar pela linguagem e supomos que para cada palavra existe um fenômemo, existe uma coisa que lhe é correspondente. Isto é um engano porque existem muitas palavras que não designam absolutamente nada, que designam apenas o modo de você encarar as coisas. Porém, se uma porta está entreaberta, certamente fechada ela não está. Não podemos dizer que ela não está nem aberta nem fechada. Entreaberta é apenas uma distinção quantitativa da classe do aberto, do mesmo modo que semi-aberto quer dizer apenas uma vida diminuída. A distinção substancial, o vivo e o morto são coisas completamente diferentes mas, quantitativamente, do semi-morto podemos dizer que ele está um pouco menos vivo do que o vivo, mas está infinitamente mais vivo do que um morto.

Quando falamos de razão e intuição, nós também podemos nos deixar enganar pela estrutura gramatical das frases. E deixamos de fazer as distinções devidas. Nunca será demais lembrar que a distinção de razão e intuição é uma distinção que diz respeito à forma do conhecimento e não à sua matéria; não diz respeito aos seus elementos, mas dizer que é a estrutura do próprio ato cognitivo que é diferente. A diferença está em nós, está no sujeito cognitivo. A diferença entre razão e intuição está no sujeito que conhece e não na coisa conhecida. Existem coisas que podem ser conhecidas de maneira racional ou intuitiva indiferentemente. Porém, a distinção entre razão e intuição continua vigorando.

Se dissemos, já, que o conhecimento do indivíduo humano é um conhecimento fundamentalmente intuito, parece em seguida ser um contra-senso entrar com uma análise, com uma descrição de classes, tipos, etc, pois aí entramos na esfera do racional. Então podemos perguntar o que esta classificação racional vem fazer um conhecimento que é fundamentalmente intuitivo. Se o intuitivo é imediato, é um conhecimento passivo, no sentido de que o sujeito recebe a marca do objeto sem colocar nada e o racional, que é um raciocínio construído, é um conhecimento ativo. Não podemos esquecer que o conhecimento pode ser racional ou intuitivo; porém, o homem, nós, concretamente, somos racionais e intuitivos ao mesmo tempo. A separação é uma distinção ideal, ou antes, uma distinção real-mental, no sentido técnico, e não real-real. O racional é racional, o intuitivo é intuitivo, mas eu, homem, sou racional-intuitivo.

Os objetos, quase todos, podem ser objetos de conhecimento racional e objetos de conhecimento intuitivo. Não existe um catálogo que diga que tal ou qual coisa pode ser conhecida apenas por intuição e as outras apenas pela razão. Quando dizemos que o indivíduo só é cognoscível pela intuição, é porque individual é uma forma. O que pode ser provado: tenho na frente vários indivíduos humanos. Porém, cada um desses indivíduos é membro de uma família, de uma raça, de uma sociedade. Sob todos esses aspectos, que ele compartilha com os outros seres humanos, ele é objeto de conhecimento racional, inclusive conhecimento classificatório. Somente quando o considero na sua individualidade, na sua singularidade e não na sua pertinência a essa ou aquela classes é que digo que ele se tornou objeto intuitivo. Mas não é o mesmo indivíduo nos dois casos? Materialmente, sim, é o mesmo indivíduo. Porém, formalmente, como eu o estou encarando enquanto indivíduo concreto singular ou enquanto membro de uma classe, o conhecimento de uma classe é um conhecimento racional -- enquanto singularidade, é um conhecimento intuitivo. A distinção não está na materialidade do indivíduo e, sim, no enfoque pelo qual se o vê: sou eu que o olho enquanto singularidade, enquanto membro de uma família, de uma nacionalidade, etc.

Essas distinções têm que ser manejadas com muito cuidado, artisticamente, e não de uma maneira primária. Essas distinções não são automáticas de forma que, uma vez aprendidas, liga-se o piloto automático e pronto! Esse conhecimento não é automatizável, assim como nenhum conhecimento sério o é. Só se automatiza um conhecimento elementar. Da mesma maneira que não se pode automatizar a equitação: não é porque o cavaleiro dominou muito bem a arte da equitação que o cavalo fará o que ele quer. O cavaleiro tem que prestar atenção, tem que estar atento para a infinita variedade de situações na qual aquele cavalo poderá se meter e metê-lo conseqüentemente. Portanto, há que haver atenção, cuidado e finura, o que também vai distinguir o cavaleiro capaz do inepto.

O ser humano, quando começa a aprender a raciocinar, sempre liga a lógica no piloto automático. A lógica infantil é inteiramente automática: quando ela generaliza alguma coisa, generaliza para todos os casos possíveis e imagináveis. Por exemplo, quando se ralha com uma criança porque ela fez tal coisa, ela diz que não fez, e você diz que se ela mentir ela apanha, então ela declara cinicamente que foi ela que fez e tudo que ela fizer de ruim ela passará a declarar, cinicamente, porque se ela mentir apanha. É uma lógica

grosseira, muito mecânica.

Se não treinamos o pensamento lógico, não o fortalecemos com a atenção, ele se torna um mero automatismo. Ele fica bobo como um pensamento de criança.

Mais ainda: o pensamento infantil já tem uma estrutura lógica mas é muito preso às imagens concretas, de maneira que ela não generaliza conceitos, mas generaliza imagens. Ela realiza uma operação lógica em si, uma operação lógica mecânica, em cima de elementos puramente imaginativos. Por exemplo, quando você olha uma pessoa e, como ela lhe lembra alguém de quem você não gosta, que é mau, e você antipatiza com essa pessoa, essa operação mental tem uma estrutura lógica -- você formou um silogismo: aquela pessoa tinha essa cara e era má, esta aqui tem uma cara parecida e deve ser má também. Você fez um raciocínio analógico com uma correta estrutura lógica. Só que você está lidando não com elementos conceptuais e sim com elementos intuitivos, imaginativos. Leva anos para o indivíduo se desligar desse tipo grosseiro de raciocínio: precisa treinar, ler, estudar, estruturar, praticar .. Trata-se de um problema de educação e cultura, portanto, a solução de tais problemas.

A: Pode nos explicar os conceitos de forma e matéria?

Por exemplo, você está vendo esta garrrafa-térmica de onde você e eu a estou vendo daqui. A matéria da nossa percepção é a mesma: estamos vendo a mesma garrafa- térmica. Porém a forma que cada um de nós percebe é diferente. De maneira simples, podemos dizer que vários objetos podem ser feitos da mesma matéria. Se estudo alguém do ponto-de-vista de sua história, quero saber de onde veio, quem eram seus pais, biotipologicamente (quanto pesa, quanto mede ...), etc, podemos dizer que a matéria do conhecimento é a mesma em cada um desses estudos. a forma (cada um desses estudos) é diferente. Essas distinções, esses conhecimentos obtidos, são distinções formais e não materiais, do mesmo modo que a distinção entre um conhecimento racional e um conhecimento intuitivo é uma distinção formal, não material. É uma distinção que está na forma do conhecimento e não na matéria ou assunto de conhecimento. Qualquer assunto pode ser objeto de conhecimento intuitivo ou racional, dependendo do enfoque, do interesse do conhecedor.

Se digo que quero conhecer o indivíduo na sua singularidade, o indivíduo pode ser conhecido na sua singularidade assim como pode ser conhecido na sua especificidade dentro de alguma espécie a que ele pertença. Se quero conhecer os membros da sua família, se quero conhecê-lo na sua singularidade, faço abstração de tudo isso: não interessa com quem seja parecido, de onde veio, pois quero conhecê-lo enquanto ele mesmo, não enquanto membro da sua família, não enquanto brasileiro, não enquanto personagem do século XX.

No termo essência não é adequado para o que quero dizer porque tal termo se usa tanto num sentido singular quanto num sentido geral ou específico. Por exemplo, a essência humana: todos nós temos a mesma. Na verdade, todo relacionamento que temos com as pessoas, pessoas pelas quais nós temos sentimentos pessoais, é um conhecimento da singularidade. Tenho conhecimento de uma pessoa não apenas enquanto membro da minha família, mas daquela pessoa em particular -- se ela de retira, morre, vai embora, sinto sua faltas; se surge outra em seu lugar, não é a mesma coisa. Na vida corrente, temos conhecimento do indivíduo na sua singularidade, que é um conhecimento intuitivo.

O conhecimento individual em si mesmo é sempre intuitivo. O mesmo indivíduo pode ser estudado sob seu aspecto geral, particular. A diferença não está no indivíduo: você enquanto membro da sua família é a mesma pessoa que você enquanto você mesma. Materialmente, é a mesma pessoa -- formalmente, é diferente.

No caso de conhecimento da singularidade, pergunto: qual o papel da razão nisso?

Na aula anterior, vimos um material de conhecimento do outro, o que é evidentemente um estudo racional, uma classificação racional das formas de conhecer o outro. Mas ao mesmo tempo dizemos que é um conhecimento intuitivo o conhecimento do outro em sua singularidade. O que se pergunta é: no conhecimento intuitivo, o que a razão tem a fazer? Ela não é perfeitamente inútil neste caso? Podemos responder que, no momento efetivo do conhecimento singular ela é inútil, nada tem a fazer. Porém, ela pode exercer um papel preparatório, no sentido em que você, conhecendo de antemão as dificuldades desse conhecimento, pode orientar a sua atenção de modo a obter as intuições de que você necessita. Por

exemplo, se você vai ver um quadro, não custa avisar: é melhor olhar esse quadro a uma distância "x". O conhecimento que você vai obter na hora que olhar o quadro, é intuitivo, porém, houve uma preparação racional. O que nós fizemos da outra vez foi apenas uma preparação para o conhecimento intuitivo do indivíduo. Não posso ver o quadro com a razão, posso vê-lo por um ato intuitivo. Porém gravo na memória essa intuição e vou compará-la com outro quadro. Neste momento entra a razão, que compara, classifica, de maneira que a dupla razão/intuição nunca pára de atuar. Razão e intuição são como respiração e a batida do coração: parando uma, pára a outra.

A.: Pode nos explicar o que significa potência e ato?

Potencial e virtual (no sentido de que é virtualmente assim) são termos que definem a mesma coisa. Por exemplo, posso dizer de um candidato, no dia das eleições: ele é virtualmente governador, quer dizer, ele é virtualmente, mas não atualmente, governador. Ou: ele é potencialmente governador.

Na língua portuguesa, podemos dizer que o virtual é um grau mais elevado de potencialidade, porém ainda não atual: é como dizer "não que o sujeito seja forte, mas tem a força (ou potência) para ser". Entre o virtual e o atual não existe apenas uma relação de oposição. É um oposto lógico, mas apenas oposto. Nestes conceitos, existe também uma relação de conseqüência, pois uma coisa passa do potencial para o atual. Por exemplo, este fio tem uma potência tal de carga elétrica, que pode gerar, efetivamente, um choque de 110 volts. Ocorrendo o choque, passou da potência ao ato. Dizemos que a potência prece o ato. Podemos compreender um ato no qual já não haja mais nenhuma potência -- é o que já aconteceu, não tem mais nada virtual. Por exemplo, uma bomba depois de explodir: ela não tem mais potência nenhuma. Podemos compreender uma potência sem ato nenhuma? Seria o mesmo que dizer: uma bomba não explosiva. Se é potência é porque é potência para um determinado ato, porque é o ato que define a potência. Temporalmente a potência precede o ato; hierarquicamente (logicamente), o ato define a potência.

Lidar com esses conceitos, saber aplicá-los a todas as situações é o que vai dar finura ao pensamento. É todo o equipamento que se precisa para ter certeza de que se captou a realidade de alguma coisa, que não se está deixando enganar pela própria linguagem. A linguagem e o pensamento são mecanismos que estão dentro de nós, são imanentes ao ser humano. Porém quando, através do pensamento, você capta alguma coisa que é real, independentemente de você mesmo, você captou uma coisa que lhe transcende. Quando percebe que dois dá quatro, você o percebeu no seu pensamento. Não é que dois mais dois dá quatro na sua cabeça apenas -- dá quatro independentemente de você. Antes de você existir dava quatro e continuará dando depois que você morrer. Nesse ponto, você transcendeu a esfera imanente do seu próprio pensamento e captou o real. Porém, muitas vezes acreditamos apreender alguma coisa quando estamos apenas apreendendo formas do nosso próprio pensar. É como um rádio. Um rádio, quando se ouve um programa, não é do rádio que precede tal programa, mas da estação emissora. O rádio está captando algo que vem de fora -- as ondas que estão no ar -- e retransmitindo-as. Quando o rádio dá estática ou tem um curto-circuito, e se ouve um ruído, este ruído vem do próprio rádio. É ele que o produz. Ele nada (ou pouco) está captando. Com a nossa mente, dá-se o mesmo: ela capta emissões e também produz estática. Como quando o sujeito pensa que o entreaberto não é fechado nem aberto. Neste caso, ele não está falando de nenhuma realidade existente, está tomando uma combinação de palavras que está dentro da sua cabeça como se fosse realidade material. Isso não é uma emissão radiofônica, é estática, ruído. Uma cabeça bem treinada é uma cabeça que emite pouco ruído -- transmite só o programa.

A comparação é rigorosamente correta, não apenas uma imagem. A nossa cabeça, o nosso cérebro, é uma máquina de pensar. O pensar serve para captar a realidade ou para não captar nada. Podemos pensar um monte de coisas que a nada eqüivalem. Isso é estática, é ruído do nosso pensar. Por exemplo, se uma pessoa me pede para pegar algo, uma colher, por exemplo, ela está se referindo a algo que transcende. Mas se o organismo dela produz ruído, ela arrota, por exemplo, este arroto não remete a nada fora dela, não quer dizer nada -- é apenas um ruído.

Existe a informação, o conhecimento daquilo que é captado e existe o ruído, que é imanente ao cérebro, ao pensamento. De fato o cérebro é como se fosse um computador. O computador, onde se pode colocar informações que vêm de fora, pode combiná-las inteligentemente. Se você não colocou nada e fica pedindo respostas ao computador, a combinatória interna do computador vai produzir respostas

perfeitamente sem sentido, embora tenham lógica. Quase tudo que pensamos tem lógica, só que geralmente não se referem a nada. Ser lógico é próprio do homem, que é lógico em tudo que faz. Até quando sonha é lógico. A loucura do mais louco dos homens tem lógica. A distinção entre o sujeito que capta a verdade e o que não a capta não é uma distinção em que um é lógico e o outro não, pois lógico tudo mundo é. O problema é ver se este pensamento lógico é um pensamento imanente, que só reflete a si mesmo ou se, ao contrário, reflete alguma coisa mais. Do mesmo modo, se pego um papel e faço alguns rabiscos e digo que esses rabiscos são uma vaca, é preciso ver se a forma que desenhei remete mesmo a uma vaca. Uma criança de três anos, que faz um rabisco e diz que é uma vaca, pode-se olhar o quanto queira o desenho que não será possível ver a vaca. É uma vaca imanente, não é um objeto, não se prolonga para além da criança mesma. Não é uma vaca -- é traços no papel.

Para que esta máquina de pensar que nós temos se transforme numa máquina de conhecer, ela precisa ser educada para isso, o que dá um trabalho imenso.

Pensar é natural -- o homem nasce e dali a pouco já está pensando. Conhecer é muito diferente, pois se trata de uma atividade imanente do pensamento, é uma relação com objetos.

Uma criança, logo que nasce, tem visão, embora não possamos dizer que ela veja alguma coisa. Ela vê, por assim dizer, os movimentos e reações de seus próprios olhos, como se fosse um jogo de luzes e sombras, que não tem objeto algum. É como se fosse um olhar desfocado, à semelhança do sujeito míope: se tirar os óculos, vê os objetos borrados. Mas não são os objetos que são imprecisos em si mesmos, tanto é assim que se o mesmo míope os toca com as mãos percebe que os limites desses objetos são perfeitamente definidos. Se o objeto em questão é fumaça e vejo que ela não tem um perfil definido, nenhuma consistência definida ao tentar pegá-la, vejo que ela é assim mesmo. Neste caso, um sentido confirmou o outro. Quando eu cruzo as informações dos dois sentidos e por um vejo um borrão e pelo outro (pelo tato) percebo contornos nítidos do objeto, vejo que o problema está na minha visão. É assim, aos poucos, cruzando informações dos vários sentidos, que o homem vai conhecendo objetos e com esses objetos vai compondo um mundo objetivo, vai percebendo aos poucos que existe um mundo fora dele. Porém, o nosso aprendizado, que vai transformar o pensar, o perceber, lembrar, transformar o funcionamento psíquico em conhecer, geralmente pára num ponto muito prematuro. Tão logo o indivíduo alcança um conhecimento objetivo suficiente para ele se orientar no seu meio social, ele pára e não aprende mais nada. Mesmo que continue estudando, conforme seja a qualidade, organização do ensino, pode ser que tudo aquilo que ele estude nada se torne conhecimento, vire tudo pensamento apenas. Porque o conhecimento implica na distinção da certeza e da dúvida, ao passo que se você estudou, leu e não tem idéia crítica do que é certo e do é duvidoso, então nada você conhece. Tudo é então apenas pensar, não é conhecimento. Uma educação mais eficiente forçará o aluno até o ponto de este perceber se está conhecendo ou apenas pensando em algo. Para isso, basta criar situações onde o aluno tenha que efetivamente testar o que julga ter aprendido, o que se consegue fazendo com que o aluno simule ser capaz de repetir o que o professor falou. Habituado a isso, quando alguém levantar alguma contradição às idéias do aluno, este não ficará escandalizado, porque então conseguirá sustentar dúvidas. E esta é uma condição indispensável para a mente que busca um conhecimento efetivo: ela deve ser capaz de agüentar a dúvida por muito tempo. A dúvida é incômoda e se quer livrar dela. Porém, deve-se livrar efetivamente.

Há várias maneiras de livra-se de uma dúvida: a primeira, é resolver efetivamente o problema; a segunda, esquecer o problema; a terceira, inventar uma desculpa qualquer: inventa-se uma crença em que você decreta provisoriamente como verdadeira uma solução qualquer para o problema de forma que não precise mais pensar nele. Com exceção do primeiro procedimento, todos os demais procedimentos são armas na luta pela vida, não são armas capazes de fazer progredir o conhecimento.

É possível viver a vida inteira sem ter qualquer dúvida -- não acontecendo nenhuma situação paradoxal, que levantem perguntas irrespondíveis, é possível não haver nenhuma dúvida dramática. No século em que vivemos, porém, século de transformação acelerada, século onde temos um paradoxo após outro, é praticamente impossível que haja alguém que não tenha a dúvida respeito de nada. Basta abrir o jornal que um monte de paradoxos salta aos olhos. Como atualmente se vê: todos os jornais noticiam que o comunismo acabou, isso porque permitiram o capitalismo na URSS. Porém, em 1921 isso já foi feito: Lênin, ao tomar o poder, tentou implantar o socialismo e não deu certo. Implantou provisoriamente um capitalismo que durou 8 anos e atraiu investimentos estrangeiros o suficiente para haver recursos e logo

depois expulsar todo mundo. Assim como isso foi feito em 1921, por que isso não poderia estar sendo feito agora por Gorbachev? E tais omissões são possíveis porque hoje em dia a coisa mais fácil do mundo é consolidar crenças absurdas. Tomio Kikuchi, inventor da macrobiótica, defendeu uma tese de que água faz mal. O argumento usado foi o de que todas as pessoas que tiveram câncer tomavam água. Ele foi recebido no Congresso Nacional para fazer conferências. Surgiu depois um outro livro que dizia que a água cura tudo: "A cura pela água". Pode-se, portanto, fazer as pessoas acreditarem no que quiser que elas acreditem.

O mesmo mundo que produz uma opinião pública tão maleável, capaz de acreditar nestes e em outros absurdos, nos produziu a nós e não somos, por definição, melhores do que as outras pessoas. Não somos mais inteligentes por natureza. Isso quer dizer que se queremos saber algo mais, se queremos entender o que não estão entendendo, vamos ter que fazer um esforço para isso, sendo que nem sempre esse esforço é recompensador. Por um lado, você não será negado numa série de coisas; por outro lado, você vai sofrer ao ver que a maioria é ignorante, enganada. Daí por diante, precisará ter muita paciência com as pessoas.

Grande parte dos pensamentos reais, verdadeiros, que se referem a algo efetivo, em geral se esgota na esfera dos atos práticos: quando alguém diz que vai ao banheiro, efetivamente está se referindo a um banheiro que existe, tanto que levanta e vai ao banheiro, se vai fritar um ovo, é um ovo de verdade. Porém, tirando os pensamentos que circulam na órbita dos atos práticos mais imediatos, o resto é um pensar no nada, é pensamento imanente, apenas. A saúde mental adviria da decisão de as pessoas reservarem os pensamentos imanentes àqueles momentos em que estão efetivamente cansadas. Criaria fantasias, então, sabendo tratar-se de mentiras.

A fantasia é saudável porque ela representa o descanso. O ser humano não pode viver de pensamento deliberado o tempo todo. A fantasia, porém, só produz matéria do conhecimento. Tudo que se pensa é conhecimento potencial, assim como fantasia também o é. Tudo quanto se fantasiou pode ser verdadeiro ou falso, portanto é conhecimento potencial. Para fantasiar, não é preciso fazer força alguma; não é algo a que a pessoa precisa aplicar-se para conseguir -- o homem nunca para de fantasiar. É algo como respirar: não se para nunca de fantasiar. Aplicar-se à fantasia é a mesma coisa que aplicar- se a respirar, a fazer com que o sangue circule. Quando a pessoa para de fantasiar, diz-se que ela ficou doida: o catatônico é aquele que parou de fantasiar.

A fantasia é matéria, nunca é forma do conhecimento. Não se faz quadro da fantasia e, sim, da intuição da fantasia, porque fantasia é sucessão de imagens, ininterruptas, que não param nunca. Se prestar atenção a qualquer uma delas, acabou então a fantasia e começou a atividade do espírito, atividade intuitiva. A fantasia produz imagens acústicas, motoras, visuais, etc, que nada valem em si mesmas. São como as sensações físicas que temos o tempo todo: para conhecê-las é necessário prestar atenção numa delas, o que já é um ato intuitivo, um ato do espírito, um ato cognitivo.

Façam o máximo de aplicação possível desses conceitos: forma, matéria, razão, intuição, ato, potência .. isso é a armadura do espírito. É em cima deles que pensamos o tempo todo, quer o saibamos ou não. Devemos usá-los refletidamente para usá-los direito.

A criatividade é ato: em meio a um milhão de bobagens pensadas, presta-se atenção numa delas. Tanto a criação é ato que, às vezes, mesmo prestando atenção numa intuição que tivemos, não conseguimos retê-la; às vezes, mesmo conseguindo retê-la, não conseguimos exteriorizá-la num desenho. Isso exige-se -- a exteriorização de uma intuição por meio do desenho -- muito esforço deliberado. É diferente, a criação artística, de qualquer ato automático. A criação artística não é natural como é natural uma vaca dar leite. A vaca não dá leite porque quer -- ela dá leite porque é vaca. Ela não pode decidir parar de dar leite. A criação artística, porém, não ocorre pelo imperativo de uma obrigação qualquer. Tanto que o artista tem que fazer grande esforço para realizá-la. É uma atividade expressiva, mas antes de ser expressiva, é intuitiva, ela quer expressar algo do interior ou do exterior de quem a faz. E isso requer muita atenção. De maneira desatenta, ninguém pode fazer nada. Há quem mencione a escrita automática, como faziam os surrealistas, como faz Chico Xavier. Porém, tal escrita automática implica num esforço tremendo: esforço de excluir sistematicamente cada pensamento voluntário que surge e pegar só o automático. Não é possível fazer isso automaticamente. A escrita automática é automática na sua matéria, mas não na sua forma, porque ela é um ato voluntário.

O conhecimento do indivíduo na sua singularidade é intuitivo. A razão só pode exercer um papel

preparatório, catalogando as dificuldades do método e chamando a atenção para esteou para aquele lado, obtenha uma intuição mais completa, uma intuição de mais coisas.

Olhando o indivíduo, como podemos saber o que é dele, de tudo que reparamos nele, e o que é do meio? Por exemplo, todos nós temos uma série de hábitos. Posso estar tentando conhecer a Célia e descubro que a Célia tem uma característica muito importante: tudo que ela fala é português. O erro nesta observação é que todo mundo aqui presente faz isso. Daí que este, como outros diversos traços, não são traços da Célia em particular. É o mesmo que um náufrago, ao chegar em uma ilha, viu um índio nu e achou que o andar nu fosse um traço característico do caráter daquele índio. Da mesma maneira colocamos no indivíduo, nele, algo que está nele mas não é dele enquanto singularidade -- é dele enquanto classe, uma das muitas classes a que ele pertence.

O náufrago só poderia corrigir o erro de sua observação ao ver os demais índios, ao descobrir seus costumes. Se no meio dos índios, todos nus, um usava pena, facilmente se concluiria que este tem algo que difere de seus semelhantes. Somente conhecendo tudo que é comum a uma dada sociedade (intuições, costumes, leis, hábitos, etc), é que podemos distinguir entre o que é o indivíduo enquanto membro da sociedade e o que lhe é próprio enquanto ele mesmo. E quando começamos este estudo, às vezes chegamos à conclusão de que quase tudo que ocupa a consciência do sujeito é da sociedade.

Se pegamos uma fruta qualquer, nela há elementos que permitem que a distingamos do ramo, do tronco, da folha, da raiz. Também é evidente que uma árvore frutífera vale sobretudo pelo fruto. Se tem uma macieira que não dá maçã, uma mangueira que não dá manga, para que serve? Podemos dizer que o fruto é o objetivo da árvore. Num determinado momento, porém, o fruto tem que se desprender da árvore. Isto, porém, no caso dos indivíduos, não acontece na maioria das vezes. Não chegam a adquirir aquela marca de individualidade que, no entanto, seria o seu destino normal. Normal por ser um poder que cada indivíduo tem. Geralmente, o indivíduo fica na potência. Não se trata de fazer o contrário -- eliminar a árvore -- não é a árvore que a gente tira e, sim, o fruto. Não é conveniente abolir a sociedade, apagar tudo que a sociedade ensinou. A gente apenas vai prosseguir até que o fruto se destaque.

A cultura é uma mãe: ela dá a luz ao sujeito, alimenta-o até que ele cresça. Mas não é normal que aos 45 anos de idade ele tenha que viver no colo da mãe. O que também quer dizer que seja necessário matar a mãe nem que seja necessário inventar um jeito de o sujeito nascer sem mãe. A independência do eu humano é uma conseqüência possível da cultura, porém, em certas condições, isso não se cumpre. Na verdade, se estudarmos a história humana, vamos ver que essa fina flor que é a individualidade humana raramente pôde se desenvolver com perfeição. Se nós formos pela média estatística, diríamos até que o normal seria o contrário: o normal seria o sujeito não ter eu nenhum e se reduzir ao coletivo, porque isso acontece na maior parte dos casos. Porém, o verdadeiro raciocínio normal e do patológico, não deve ser estatístico, deve ser um raciocínio que meça o que pode o ser e o que ele faz.

Se amanhã houver uma epidemia e todas as vacas pararem de leite, isso não quer dizer que é normal vaca não dar leite, porque elas tinha a força de dar. Ou por exemplo, uma vaca tinha capacidade de dar vinte ou trinta litros por dia. Se todas as vacas dão apenas dois litros, é porque estão muito mal alimentadas, ainda que o número de vacas que dão dois litros seja muito maior do que as que dão vinte ou trinta litros. O homem pode chegar a um desenvolvimento bem grande da personalidade individual. A prova que pode é que muitos chegaram. Porém, o fato é que a maioria não chega. E este problema não tem solução em escala social, porque é um problema para o indivíduo. Portanto, só o indivíduo pode resolvê-lo. E só pode ser resolvido em escala individual, no máximo interindividual. O uso de instrumentos de comunicação social para isso não funciona. Isso aí só pode ser feito de indivíduo para indivíduo, de viva-voz, direto. Não podemos dizer que esse é um problema social, pois problema social é aquele que pertence por natureza à esfera da sociedade. Isto não pertence a esta esfera e sim à individual: é justamente o que escapa, o que vai além da sociedade.

Uma sociedade que propicie o desenvolvimento autônomo dos seus membros, nem por isso ela é má. Porque ela pode funcionar perfeitamente bem, nos seus próprios termos. Apenas é insuficiente, como se tivesse mirrada, como uma árvore que, sendo bom que exista, é bom que dê frutos também.

Para conseguirmos operar essa distinção do que é pessoal no indivíduo e do que, nele, é social, precisamos conhecer o social. Primeiro, enfocamos o indivíduo na rodada passada de aulas e demos alguns métodos de

como cercar a nossa atenção para que ela enfoque aquele indivíduo singular e não o deixe escapar. Porém, isso não basta, porque é a parte puramente intuitiva. Teremos que fazer a operação oposta: uma operação racional de distinção, ou seja, dentro daquele conjunto que intuímos, o que tem que estar no indivíduo mas que não é ele? Para isso, nós precisamos fazer uma espécie de grade de referência que nos responda à seguinte pergunta: de quantas maneiras o indivíduo pertence à sociedade? Ou: qual é o sistema de vínculos sociais que existem? Por exemplo, sabemos que todo mundo pertence a alguma família. mas a família o esgota? A pessoa pertence também, embora não de modo fixo, a uma classe social. Também entendemos que família e classe social não são unidades fixas. Porque, por exemplo, a família no Brasil colonial era um pai, uma mãe, vários filhos, vários tios e tias, sobrinhos, tio-avós, primos, agregados, escravos, convidados, etc. A isto chamava-se família. Hoje, é um papai, uma mamãe, um filho e uma televisão. Nem cachorro há mais. Entendemos então que esses dois tipos de família vão legar ao indivíduo hábitos, traços, valores, muitíssimos diferentes.

A questão é: saber 1o , quais os tipos de vínculos sociais que existem; 2o, para cada um desses tipos, quais as variações históricas possíveis.

Quando chegamos ao mapa, chegaremos ao supra-sumo do individual. Não é possível fazer o mapa (astrológico) da classe social. Para isso, há instrumento melhor: vamos enfocar o indivíduo primeiro no seu todo singular, que é a noção de personalidade. Dentro da noção de personalidade, vamos isolar um pedaço que se chama caráter, que é o que o horóscopo pega. Para que esta parte fique nítida, é necessário separá-la de todas as outras. Por exemplo, quando o astrólogo, sobretudo americano, olha um mapa e diz: "Como você tem Marte na sétima casa, você concorre com seus colegas de trabalho por um melhor posto na empresa." Porém, perguntamos: isso aí pode ser um traço de caráter? E se ele for um camponês que nasceu na Sibéria no século III? Vê-se então que aí se está cruzando uma formação astrológica com uma informação sociológica. Só que ele está fazendo este cruzamento de modo não crítico, de modo ingênuo. Ele não está separando o que é traço astrológico do que é o meio social que tinge esse traço astrológico e caracterológico de uma conotação muito própria daquele meio. Concorrer com seus colegas na empresa não é traço caracterológico. Para saber o que é traço caracterológico, precisaríamos fazer abstração da situação social. Que situação social é essa? O que significa que além das várias caracterologias e tipologias que estudamos, é preciso uma tipologia sociológica também, de maneira que possamos enquadrar os indivíduos conforme o tipo de família a que pertence, conforme sua nação, seu tempo histórico, sua classe social, etc.

A astrologia atualmente pretende ser uma espécie de superciência que, com uma olhadinha no mapa, capta tudo isso junto. Porém se queremos conhecer alguém, teremos que usar nosso cérebro e usá-lo bem.

As aulas que daremos a esse respeito serão dadas a título de exemplo, pois essa tipologia sociológica seria necessário um estudo extensivo.

Vamos partir do princípio de que só vamos estudar indivíduos que pertençam a esta sociedade de agora, brasileira, ou a sociedade de cujo conhecimento disponhamos. Não vamos estudar mapa de esquimó, de pigmeu da Nova Guiné, etc. Vamos dar não um esquema extensivo, mas apenas algumas amostras. Por exemplo, podemos ver que temos a idéia de que existem classes sociais. Existem várias maneiras de definir as classes sociais. Como sabemos que elas existem? A maneira mais simples de distingui-las é através daquela feita por Karl Marx: as classes sociais se distinguem conforme a propriedade que elas tenham dos meios de produção ou meios de fazer coisas. Todo mundo pode possuir coisas: posso possuir uma garrafa térmica como um ricaço também pode possuir uma. Ele não pertence a uma outra classe social pela possibilidade de possuir mil ou um milhão de garrafas térmicas, mas porque ele pode possuir a máquina que faz garrafas-térmicas e eu não. A distinção é muito simples: quem possui meios de produzir, pertence a uma classe, quem não possui, pertence a outra. Não há a menor possibilidade de confusão. Se fôssemos só pelo volume de coisas que o sujeito possui, poderíamos nos confundir. Em princípio entendemos que aí existem duas classes sociais: a dos que possuem os meios de produção e a dos que não possuem. Porém vemos que existe uma outra diferença.

Consideramos este exemplo que dei da máquina de fazer garrafas-térmicas: se pensamos no século XIII, lá não havia tal tipo de máquina. Aliás, não havia máquina de fazer coisa nenhuma. Que meios de produção podiam possuir? A posse de terra. As classes sociais, como podemos ver, ainda se diferenciam pelo mesmo

critério dado por Marx. Porém, como o meio de produção era outro, então a situação deveria ser diferente.

Isso quer dizer que baseados no mesmo critério distintivo podemos encontrar muitas situações de classes diferentes ao longo da história. E que, partindo dessa distinção simples -- a posse ou não dos meios de produção -- podemos chegar a uma classificação enormemente complicada.

Por exemplo, hoje podemos entender que um indivíduo pode pertencer à classe proprietária sem mesmo possuir diferentemente meios de produção. Ele possui apenas meios de influenciar quem possui meios. O sujeito que possui um jornal: o que quer dizer ser proprietário de um jornal? Que meios de produção possui? Para ser dono de jornal preciso possuir as máquinas? Não, posso mandar imprimir o jornal num lugar qualquer. Então, neste caso, não possuo meio de produção algum. Não se trata da propriedade neste material, mas do poder socialmente reconhecido de utilizar aquilo. E se sou por exemplo um grande investidor da bolsa de valores e nem sei aonde meu dinheiro está? Aliás, há muito tempo não se lida com dinheiro e, sim, com papéis que representam a possibilidade de adquirir outros papéis, os quais por sua vez podem ser trocados por outros papéis. Materialmente falando, o maior dos investidores de bolsa de valores pode não possuir quase nada e no entanto diríamos que ele é um capitalista. Pergunto: se a pertinência do indivíduo a esta ou aquela classe social traz diferenças psicológicas, para ele, então o capitalista que possui máquinas, materialmente falando, que tem que zelar pela manutenção dessas máquinas para que não estraguem, deve ser bastante diferente daquele que só possui papéis, cujo instrumento de trabalho é apenas um único telefone. O investidor na bolsa trabalha apenas com um telefone. Basta possuir um telefone e está na posse de todo o seu meio de produção. Compreendemos que essas duas pessoas têm que ser bastante diferentes e não é uma diferença de caráter, individual. Mesmo porque esse sujeito amanhã ou depois poderá perder todos os seus papéis e com eles todas as máquinas e ser obrigado a arrumar emprego de caixa num banco.

Os modos de possuir meios de produção tornaram-se enormemente complexos. No caso que citamos, os dois possuem meios de produção: um, diretamente; outro, de maneira muito indireta. Uma coisa é o industrial que está lá na sua fábrica, dirigindo os seus trabalhadores, zelando pelas suas máquinas, pelos seus bens materiais. Outra coisa é o sujeito que nem sabe a que bens materiais corresponderão o seu dinheiro, porque é proprietário não de meios materiais mas de meios financeiros, é proprietário de dinheiro. Uma coisa é o capitalista industrial, outra coisa é o capitalista bancário. Sem sair da distinção estabelecida por Marx, essa distinção obriga a outra distinção, a outra e a outra. De maneira que o quadro total das classes sociais pode ficar muito complicado.

Para nós interessaria, por um lado, se a única distinção social cabível fosse a distinção de classe social -- o que não é o caso --, nós já teríamos algo bastante complicado nas mãos, porque nós teríamos que fazer uma tipologia entre as classes sociais possíveis e saber quais existem aqui e agora.

Noto que as pessoas, em sua maior parte, não têm consciência clara de em que classe social estão, qual é exatamente o seu lugar na sociedade. Por exemplo, quantas pessoas não se sentem pobres embora tenham pais capitalistas? Isso é muito comum hoje em dia. Uma pessoa que está assim, sua mente, sua consciência, está completamente deslocada da sua situação real. Ela terá os traços psicológicos -- não caracterológicos -- da sua classe social, porém, não sabendo que tais traços é da sua classe social, vai tomá-los como sendo inteiramente seus.

O filho de capitalista é capitalista, mesmo que seu pai não lhe dê um tostão. É capitalista por fatalidade. Não há nada que possa fazê-lo mudar de classe social, exceto o fato de seus pais perderem tudo. Neste caso, há uma mudança de classe social. Eles, os pais, então, mudaram de classe então social então o filho. Por exemplo, numa geração, a família é de latifundiários, de senhores de escravos. Por um mau negócio, perdem tudo e, na geração seguinte, tornam-se todos funcionários públicos. Neste caso, a família caiu, sua classe mudou. O indivíduo, porém, não tem como sair da classe social de sua família enquanto sua família continue existindo. Isso só seria possível se o indivíduo se desligasse completamente de sua família, mudasse de país ... Primeiro, a impossibilidade está em que ele foi educado naquele meio, lembra-se daqueles valores e a eles se refere. Em segundo lugar, existe não apenas o direito de herança como também o dever de herança: não é possível ser deserdado.

A vinculação do indivíduo à classe social é uma coisa terrível, que nunca se apaga. É possível porém desenvolver a consciência a um ponto em que a ideologia da classe não pese fundamentalmente. É

possível, mas à custa de muito trabalho. E isso se faz por meio de uma espécie de retrospecto, como se fosse uma psicanálise ideológica. Você vai ter que examinar hábito por hábito para ver de onde saiu e colocar para si mesmo: vou desistir ou vou continuar? A memória não faz isso, às vezes tenta mudar a "gravação", apagá-la. Porém, nada disso é possível. A ela só se podem acrescentar coisas novas. Pois apagando-se a "gravação", com isso vem o esquecimento e com o esquecimento a chance de repetir tudo novamente. O contrário é que deve ser feito: lembrar-se em detalhes de cada traço da classe social em si mesmo; pelo exercício da liberdade, reelaborá-los totalmente. Só o próprio indivíduo pode fazer isso, ninguém pode fazer isso por ele. Isto é algo que o indivíduo tem que fazer, recontando para si mesmo o que lhe aconteceu, revendo os seus atos um por um e tendo por auxílio apenas (apenas?) a cultura universal.

Uma vez que Karl Marx descreveu as classes, não é necessário começar do zero. Acontece que Marx começou mas não resolveu todo o problema, faltando várias coisas reais que ele nem percebeu. Vai-se usando a cultura enquanto ela tem o que lhe dar. De repente, você levanta uma pergunta que ninguém nunca respondeu. Algo que pode-se procurar e não há menção em lugar nenhum, não há qualquer proposta de resposta, porque nunca foi uma questão colocada.

O esquema das classes sociais, vamos vê-lo de duas maneiras: primeiro, classes sociais em geral, o conceito de classes sociais alguns exemplos históricos de como se deu a estrutura de classe aqui ou ali e que não tem nada de esquemático; segundo, vamos tentar ver como está a coisa neste nosso meio social: que classes sociais existem aqui e vamos exemplificar com alguns valores e hábitos psicológicos que são correntes conforme o meio a que você pertence. É claro que a classe social é só um dos aspectos, porque existe também as psicologias nacionais, raciais, as psicologias de época, estaduais, municipais, de bairro, etc.

Só para exemplificar que este aspecto existe, nós precisaremos descrever as classes sociais existentes em alguns lugares, as classes sociais existentes aqui e suas relações com a psicologia do indivíduo. Quando chega aí, este estudo, todo estudo psicológico, é profundamente decepcionante. Como na música que a Elis gravou: "ainda somos como nossos pais". Às vezes somos igualzinhos, às vezes um pouco pior. Devemos consultar sempre os dados que possuímos, eles devem ser mantidos na memória e analisados criticamente para decidir-se livremente a desistência ou continuação dos esforços. Tudo que cada um recebeu, ver-se-á, foi recebido porque foi feito da melhor maneira que poderia ser feito, que não há nada a mudar e algumas coisas que são absolutamente inaceitáveis.

AULA 34

Comentários às provas

A divisão da prova em duas partes foi apenas para eu confirmar na segunda parte algo que não me tivesse ficado claro na primeira. A prova destina-se só a saber se entenderam o texto. Porque, com tudo que falamos ao longo destes meses, o aluno deveria ser sensível ao que o autor está falando. Não era um teste da sua habilidade literária, da sua capacidade de se explicar, o que em oitenta por cento dos casos é péssima. O que estava em teste era apenas o entendimento do assunto, a capacidade de relacionar o que está sendo falado no texto (que abaixo reproduzimos), com as coisas que vimos conversando há meses. Somente isto.

TEXTO

"Minha vida, notava eu há algumas semanas no meu Diário, não seria para o tempo aquilo que meu corpo é para o espaço? Seria preciso então tentar examiná-la sob o aspecto da consistência e da organicidade -- e isto teria sem dúvida repercussões muito importantes na ordem metafísica."

Um dos inestimáveis serviços que a obra de imaginação, drama ou romance, nos presta já por sua existência, é o de nos permitir apreender distintamente, num meio privilegiado, um tipo de unidade do qual nossa experiência, não pode nos dar senão o pressentimento indistinto, e aliás intermitente.

Eu acrescentaria de bom grado, com risco de escandalizar, que por outro lado a astrologia, o que quer que se deva pensar em última análise dos seus métodos e dos resultados que produz de fato, terá apresentado,

num plano totalmente diverso, este interesse maior de atrair a atenção para a idéia de uma figura, de uma configuração do destino individual. Vivemos, ao contrário, num tempo em que as potências mais heterogêneas parecem entrar em colisão para abolir em nós toda consciência distinta dessa coesão fundamental. Gabriel Marcel, "Aperçus phénoménologigues sur l'Être en situation", em Éssai de Philosophie Concrète, Paria, Gallimard, 1940, p. 143.

TAREFA

1. Localizar as quatro reses fundamentais do texto, e reescrevê-las em palavras pessoais.

2. Explicar e comentar qualquer uma das quatro. O comentário deve conter:

a) Uma explicação do conceito principal.

b) Paralelos e comparações em idéias semelhantes lidas em outros autores, ou com experiências pessoais ilustrativas.

c) Argumentação de reforço.

O texto se divide em quatro teses. A primeira, de que há uma possibilidade de haver uma analogia de proporção entre corpo/espaço e vida humana/tempo, isto é, a vida individual humana ocupa um pedaço do tempo tal como um corpo ocupa um lugar no espaço. O tamanho do espaço, não sabemos, assim como também não sabemos qual é a duração do tempo. Não conseguimos conceber um tempo finito, um tempo que começou no dia tal e termina no outro dia. A pergunta de quando começou o tempo é non sense. Para que o tempo começasse seria necessário haver um tempo prévio, um supra-tempo, por assim dizer. Expressões como supra-tempo, anterior ao tempo, são expressões metafóricas. O que nós não podemos conceber é a idéia de totalidade do tempo, assim como podemos conceber a idéia de totalidade do espaço, que é uma totalidade indefinida, que não começa e não termina em parte alguma. Porém, concebêmo-la como um todo. O fato de ser um todo não quer dizer que tenha fim ou que tenha começo. O tempo não tem começo nem fim, assim como o espaço não tem começo nem fim. Mas podemos entendê-los como totalidades. Tanto que os nomeamos. Porém, essas totalidades indefinidas, se nós podemos concebê-las como todos, é só como um todo potencial, não como um todo real. Quando dizemos "a totalidade do tempo", essa totalidade não se consumou ainda, não terminou ainda. Portanto, nós só conhecemos a totalidade do tempo conceptualmente, não efetivamente. Concebemos que o espaço total é uma totalidade; mas não o conhecemos assim. Conhecemos o espaço só pelas suas partes e pelas diferenças entre essas partes. Conhecemos o espaço porque entendemos que tem partes cheias enquanto outras estão vazias ou mais vazias. Perguntar quando começou o tempo, é pois, o mesmo que perguntar qual é o lugar do lugar. São frases gramaticalmente corretas, porém que nada significam em termos lógicos. Não podemos tomar como coisa real algo que é apenas um esquema mental: o começo do tempo, o fim do espaço, etc. O máximo que podemos fazer é o seguinte: já que nós conhecemos apenas parte do tempo e conhecemos uma parte do espaço, podemos conceber idealmente um tempo total, isto é, todos os tempos. Esta idéia não é impossível de ser pensada, embora a coisa que ela represente não possa ser conhecida. Do mesmo modo, podemos entender uma totalidade do espaço, o espaço total: podemos concebê-lo mas não conhecê-lo por experiência. Sabemos que deve existir uma totalidade, mesmo que seja uma totalidade sem limites. A noção de infinito, entendemos que é noção de um todo -- infinito não pode ser parte, só pode ser todo. Mas o fato de ser todo não quer dizer que seja um todo limitado. Os outros todos que conhecemos dentro do espaço e do tempo são todos limitados, como se recortássemos uma parte do espaço (um corpo recorta uma parte do espaço). E o tempo? O que ocupa uma parte do tempo? Não é exatamente o que acontece, um acontecimento? Se a vida, como diz Ortega y Gassete, é "o que fazemos e o que nos acontece", é exatamente isto que ocupa um pedaço do tempo. Por isso que diz Gabriel Marcel que a vida humana, neste sentido -- não no sentido biológico -- está para o tempo como o corpo está para o espaço. Esta é a primeira tese, que é uma tese de metafísica.

A segunda tese de teoria do conhecimento, e diz que nós chegamos a conhecer que existe uma coisa chamada vida, que a vida constitui uma totalidade, constitui uma unidade, graças à imaginação. Porque efetivamente, não temos experiência de nenhuma vida inteira. Quando completamos a experiência da nossa vida, falecemos. E as vidas dos outros? Conhecêmo-las por partes. Portanto, sabemos que a vida de cada um constitui um todo com começo, meio e fim; que este todo é contínuo e não pára: desde que

começa até que não sobrevem a morte, a vida é ininterrupta. Mesmo quando o sujeito não está fazendo nada, ele existe. Mais ainda: os atos que ele fará amanhã ou depois podem estar sendo preparados justamente no momento em que ele não está fazendo nada. O seu estado de repouso e de silêncio prepara os atos que ele fará amanhã ou depois. A vida, desde que o sujeito nasce até que morre, é uma unidade. Só o sabemos por imaginação e não por experiência. É uma imaginação certa porque a experiência o confirma. Por exemplo, vemos que as pessoas conservam a sua identidade, que hoje ela é o que era ontem, ou seja, permanece a mesma pessoa. Isso é um forte indício de que a vida é um todo e não uma colcha de retalhos; e isto confirma um conhecimento do que, no entanto, só conhecemos por imaginação. A obra de arte narrativa -- o autor cita o drama, o teatro e o romance -- tem erre mérito de nos fazer ver a vida como um todo. Porque o romance e o teatro selecionam certos momentos que são os pontos chaves da vida, como que mostrando que tudo o mais se desenrolou em função desses pontos chaves. Então a vida adquire uma espécie de perfil topográfico, uma hierarquia. E esta unidade da vida que se revela de maneira tão clara no romance, numa obra, não chega ao nosso conhecimento por experiência, porque só temos experiência fragmentada da nossa própria vida. Conhecemos a unidade da nossa própria vida por imaginação, embora o que foi imaginado possa depois ser confirmado por parte da experiência. As partes da experiência que nós conhecemos, confirmam a unidade e coesão da vida, unidade coesão conhecidas pela imaginação. Esta segunda tese responde à pergunta: “como o homem conhece a unidade da vida?”

A terceira tese é a de que a astrologia faz a mesma coisa que a obra de ficção: ela ressalta o sentido de uma unidade do destino. Na medida em que o destino do indivíduo é referido a uma única figura celeste, que é o mapa do instante do nascimento, ali está sinteticamente representada a unidade da vida, exata mente como nos três ou quatro acontecimentos que se vêm desenrolar no palco durante uma pessa de teatro -- e tais acontecimentos está contida sinteticamente toda a unidade da vida do personagem.

A quarta tese é a de que esta unidade da existência do indivíduo humano hoje está mais difícil de perceber do que em outras épocas. Ele diz que há como se fosse uma conspiração -- conspiração casual, não precisa ser intencional -- de forças sociais, psicológicas, etc, que dão como resultado uma dificuldade crescente dos indivíduos perceberem a coesão da sua vida. Por exemplo, se o sujeito é insistentemente solicitado pelas forças sociais, a prestar atenção em coisas que antes não lhe interessam absolutamente, e que podem do dia para a noite se transformar no eixo da sua vida, o indivíduo não consegue sequer formar um senso de identidade. Ou ele forma vários, trocando de senso de identidade como troca de meias. Vemos pessoas que passam por fases: hoje é surfista, amanhã é intelectual, no dia seguinte é bandido e assim por diante. Fica difícil para esse indivíduo referir as várias etapas da sua vida a uma unidade qualquer. Mais ainda, uma grande parte da vida dos indivíduos é dirigida a um único objetivo que é o objetivo de adquirir certos objetos que no entanto só têm valor de simulacro. O número de coisas que nós nos esforçamos para adquirir que não são na verdade senão simulacros de outras coisas que estão sendo negadas justamente na hora em que se as adquire, faz com que os atos percam muita substância. Seria como o indivíduo esforça-se para adquirir uma roupa do Jaspion, imitá-lo, dado que este herói é uma imitação de um que lhe foi anterior, National Kid, que por sua vez era imitação de outro, Super-Homem e assim por diante. Consome-se aí o símbolo do símbolo. Ou seria também como o esforça-se para conseguir ter um carro que durará um ou dois anos, quando os primeiros carros feitos eram feitos para serem usados durante quarenta, cinqüenta ou sessenta anos. O carro seguinte que se compra nada mais é que uma imitação do anterior. E assim constatamos que o principal consumo atualmente é consumo de símbolos. A indústria que mais progride é a de bens culturais: discos, livros, sendo que nos discos estão gravadas músicas cujas letras se referem a letras de músicas que lhes são anteriores. O assunto da música tornou-se a própria música, como os sambas, que falam de samba, escolas-de-samba que contam sua própria história ... E isso é uma lástima, pois sempre se pressupõe que a obra cultural se referirá a algo fora dela. Na hora em que ela começa a se esgotar em si mesma e passa a ser limitada por uma outra que lhe segue e as pessoas dão valor, buscam por elas, pagam e as amam e até se emocionam com elas, nos perguntamos: como pode ter sentido uma coisa que nada significa realmente? O consumidor também sabe que aquilo nada significa. No entanto, dá valor e busca aquilo. Pode ser que o sujeito faça isso porque o faz imitativamente, adota essas preferências porque sabe que, sendo coisa meramente imitativas, não implicarão em nenhuma opção real. Como uma criança que brinca de Jaspion porque não vai lhe acontecer nada, que ela não terá que passar pelos percalços que Jaspion passa. É uma imitação que ao mesmo tempo não é imitação. Imita-se sem o risco de tornar-se igual. Quando se vêm as pessoas se esforçando muito para imitar símbolos que ao mesmo tempo

não são modelos para ela, então para que os está imitando? É o que se pergunta. No velho oeste, um moleque que brincava de pistoleiro o fazia porque o pistoleiro era um herói para ele e ele queria ser pistoleiro quando crescesse. Se você brinca de soldado, quer ser um soldado quando crescer. Se brinca de Jaspion, você já sabe e está avisado que não ser Jaspion.

Este problema do simulacro faz com que a vida se perca numa série de esforços, de empenhos, que visam a atingir um fim que no entanto é o fim declarado. Isso não se refere apenas a brincadeiras infantis. Há muitos sujeitos que estão estudando filosofia justamente porque sabe que jamais correrá o risco de ser um filósofo.

Estas são as quatro teses, todas mencionadas ao longo do curso. Às vezes dá para perceber que o aluno entendeu, mas para perceber isso é preciso varar um cipoal de expressões enigmáticas.

Num ensino universitário vocês já deveriam ter sido forçados a ter uma capacidade expressiva mais socializada, mais igual aos outros, para cada um saber o que o outro está falando. Não é o que vejo ocorrer na prática. Vejo pessoas que cometem muitos solipsismos (pessoas presas em si mesmas e que pensam que tudo quanto pensam o outro enxerga, que o outro tem como que um raio-x e lhe vê as coisas por dentro, capta os seus sentimentos), o que é uma coisa muitíssimo ilusória. Se fosse tão fácil assim captar o sentimento alheio, por que os camaradas da literatura sofrem tanto para conseguir isso? Por exemplo, quando se lê Jorge amado -- Capitães de Areia, por exemplo -- chora-se. Por que quando outro sujeito, não tão talentoso, faz adaptação da mesma obra para o cinema, para a televisão, ao se assistir, a gente ri ao invés de chorar? É porque ele pensou que estava transmitindo Capitães de Areia e, na verdade, estava transmitindo outra coisa. Ele não conseguiu sair do circuito do seu mundo solipsista e chegar ao sentimento de quem assiste.

Num país que não tem tradição da cultura, não existe uma linguagem comum a todos. As coisas que no Brasil a gente pode falar e todo mundo entende são muito poucas. Por exemplo, jogo de futebol. A linguagem técnica do locutor, todo mundo entende na mesma hora. Assuntos de economia, há vinte anos era algo esotérico e hoje todo mundo entende. Quando às emoções, parece que só há três que as pessoas entendem e participam ao mesmo tempo: o entusiasmo quando ocorre um gol no futebol (e ao contrário a tristeza quando seu time perde), a raiva dos governantes e, terceiro, uma certa comunidade de sentimentos durante o carnaval. São esses três os únicos sentimentos que podemos expressar no Brasil e estar seguros de ser entendidos imediatamente. É um mundo de pessoas barbaramente solitárias. Nem novela garanto que entendem, porque mesmo eu tenho dificuldades de entendê-las, pois elas às vezes têm sutilezas que o intelectual que a fez acha que está transmitindo mas não está. Percebo o que ele quer transmitir mas duvido e faço pouco que ele o consiga. Em dois ou três pontos da novela as pessoas ficam envolvidas, porém são pontos elementares, particularmente extremos de maldade. Quando um personagem chega ao paroxismo da maldade, é impossível que alguém não entenda do que se trata. Porém, vejam quantos e quantos capítulos de novelas, com o auxílio de revistas semanais, artigos nos jornais, são necessários para conseguir esculpir um personagem. O que prova que a comunicação é falha.

Fico me perguntando a respeito de que emoções seriam mais comunicáveis através de uma arte mais popular, no Brasil. Quase não encontro nada. Em outras épocas isso foi mais rico. Por exemplo, as obras de Jorge Amado. Elas são quase uma referência brasileira. Muita gente leu Jorge Amado. Mas não quer dizer que a simples menção aos personagens provoque a emoção correspondente. Jorge Amado é o escritor mais popular do Brasil. Porém, o máximo que os presentes leram foi por volta de 10 obras. Se você chega na Inglaterra e diz: Fulano de Tal é um Pickwick, todo mundo sabe do que você está falando. Isso facilita a imaginação, pois há uma comunidade do imaginário, com muitas imagens, sentimentos, símbolos, que a totalidade do povo compartilha.

Em termos de tamanho, podemos comparar o Brasil com a União Soviética e todo mundo islâmico, que são 28 países ou ¼ da humanidade. Toda esta gente -- numerosa, como o Brasil é numeroso em termos de habitantes -- tem uma comunidade de símbolos e de linguagem e você pode estar seguro de qual seja a reação do indivíduo conforme o que você fale. Isso significa que a comunicação entre eles é extremamente fácil. É o que acontece normalmente, como tem acontecido ao longo da história. Onde quer que se tenha um povo, um país, há uma comunidade de sentimentos, de símbolos, etc. Esta comunidade não existe no Brasil. Neste sentido não temos povo, não existe o povo brasileiro: é apenas um povo potencial.

Na Rússia, durante dez séculos, todo mundo sabia que havia uma ligação entre a pobreza e o cristianismo. Qualquer sujeito pobre que aparecesse, despertava sentimentos cristãos em quem o via. Sempre foi assim.

Um outro exemplo que podemos mencionar é a China. Num país onde a dificuldade de comunicação era extrema, não tinha rádio nem televisão mas mesmo assim todo o povo aceito Mao Tsé Tung como líder. Gente que nem era e nem sabia o que era comunismo gostava dele. Mao encanou um tipo que na China é China é muito popular: o líder guerreiro que é, ao mesmo tempo, guru e professor do seu povo. Sempre existiu isso na China. Mao, no seu esforço de renovar a China, usou dos mesmos instrumentos que lá já estavam presentes tradicionalmente e ele mesmo fez para ele um personagem que era igual a muitos dos seus antecessores, só que um conteúdo diferente. Há um livro, talvez o mais famoso sobre a China, que foi escrito por volta de 1960 cujo autor (Edgar Snow) analisou justamente este tópico. Este autor é o mais famoso sinólogo da Europa. Explicou o sucesso de Mao não como sucesso do comunismo propriamente dito -- coisa que o povo nem sabia o que -- mas como o êxito de ele conseguir encarar um líder popular, um tipo que era conhecido em toda China.

Qual seria o tipo de líder popular capaz de falar à alma de todos os brasileiros, ao Amazonas até o Rio Grande do Sul? Simplesmente não existe. Getúlio Vargas, de quem o povo começou a gostar -- após ficar dez anos no governo --, não dá para saber quem ele era. Depois de vinte biografias, continua uma pessoa enigmática. Jânio Quadros é outro tipo enigmático. É um tipo composto de coisas absolutamente incompatíveis, a ponto de não ser possível definí-lo.

No Brasil, não há unidade de sentimentos, ideais .. o que corrobora a tese do autor do texto que víamos tratando.

AULA 35

Na astrologia muçulmana, o signo de Áries se refere às essências individuais e o sétimo signo, Balança, aos estados e acidentes.

Entendemos como acidentes coisas que não fazem parte da essência. Assim, uma vaca para ser vaca não precisa dar determinada quantidade de leite, ou ser vendida por determinado preço. Um objeto qualquer pode continuar sendo o que ele é, ainda que não lhe aconteça nada referente a sua essência. Uma cadeira onde nunca ninguém tenha se sentado não deixará de ser cadeira, ainda que seja usada como lenha para fogueira.

Não existe nenhum ser ao qual não acontece nenhum acidente. Mas qualquer ser não poderá sofrer acidente qualquer, pois nem todos os acidentes são compatíveis com todas as essências. Embora os acidentes sejam acidentais, não são aleatórios ou puramente casuais ou sem nenhuma relação com a essência. Cada essência admite certos tipos de acidentes e excluem outros que estejam fora de seu plano de existência e atuação. Não há nenhum ser que possa sofrer indistintamente qualquer acidente a não ser "o ser em geral", que não existe. Existe o ser particular que é alguma coisa, que é esta coisa e não outra. Todo ser implica numa distinção.

O ser Universal é distinto. Até Deus está submetido a essa ordem e essa ordem é ele mesmo.

Para cada essência existe uma espécie de halo em volta, aquilo que ele é e não pode deixar de ser. Um gato é um gato e se deixar de ser gato ele deixa de existir.

Em segundo lugar temos as propriedades. Propriedades são coisas que, sem fazer parte da essência, estão sempre presentes em todos os membros daquela espécie. Por exemplo, o homem tem aptidão para aprender matemática. Sabemos que nem todos os homens aprendem matemática, que até a maioria não aprende. No entanto, enquanto for homem, ele tem esta aptidão, esse potencial. Isso não faz parte da essência humana -- aprender matemática -- mas é uma propriedade, e a propriedade é uma especificação, uma particularização da essência. Como podemos dizer que os gatos têm uma inimizade com os cachorros. É uma de suas propriedades, muito embora a maioria dos gatos não tenha nenhum desentendimento com nenhum cachorro.

A propriedade é uma esfera de qualidades que já está em volta da essência, está bem próxima dela.

Em seguida temos a esfera dos acidentes, que são as coisas que podem ou não acontecer, sem interferir na

essência.

Se dissermos: um homem que não tenha nenhuma possibilidade, nem mesmo teórica, de aprender matemática, então estaremos negando que ele possua razão. Seria então duvidosa sua condição de homem.

Se nós tomarmos como exemplo um retardo mental, ele sofre de algo que se chama privação, que é falta de algo que está mormalmente presente em todos os da sua espécie. Isto quer dizer que o retardado mental possui o uso deficiente da razão, não de direto, mas apenas de fato. Não é enquanto homem que ele possui esta privação, mas enquanto este indivíduo em particular. Os casos de privação em si já são acidentes. A privação temporária ou permanente das suas propriedades não elimina a existência dessas propriedades. Uma coisa é privação, outra é inexistência.

Não é normal que o homem possua aptidão apenas para uma das operações da razão. Se o homem tem essencialmente a posse da razão então ele tem por propriedade a capacidade para o uso de todas as expressões da razão: a fala, a música, a matemática, a dança, etc. Ele tem que ter esse potencial. Não quer dizer que tal potencial esteja atualizado, mas existe a possibilidade teórica de atualização.

Quando, portanto, em primeiro lugar, a essência, que é aquilo que o ser é; em segundo lugar, uma segunda faixa, a das propriedades que o ser possui em função de sua essência; em terceiro lugar, temos os acidentes, a esfera de tudo aquilo que pode acontecer ao ser e que não faz absolutamente parte da essência e não tem nada a ver com ela, mas por ela é limitado, pois a essência delimita um modo e um lugar na existência.

Sabemos, por exemplo, que um gato só pode existir como coisa física e sendo coisa física, ele não pode sofrer ações que acessíveis a objetos abstratos. Eu não poderia extrair a raiz quadrada de um gato. Posso extrair a raiz quadrada de uma quantidade determinada, mas um gato não é uma quantidade, é um ser de ordem física. E isso não é analogia -- deve ser entendido tal como está.

Na astrologia muçulmana diz-se que o anjo do signo de Áries cria a essência dos seres e o anjo do signo de Libra, cria os acidentes e estados.

Esses estados e acidentes não parte da essência. Estão delimitados por ela e constituem como que um outro círculo de propriedades. É o círculo dos acidentes porque está delimitado só negativamente, quer dizer, aquilo que não pode acontecer de modo algum ao ser . Tirando aquilo que não pode acontecer, todo o resto é possível.

Um gato não pode ser nomeado ministro da fazenda, mas ele pode virar tamborim, mas, antes de inventarem o tamborim, isso era algo impossível de acontecer.

O fato de o gato virar tamborim não pode ser dito uma propriedade dele, é um acidente, mas, esse acidente, usa uma propriedade do gato.

Todo o acidente se baseia numa propriedade, a qual se baseia na essência. Se o acidente for incompatível com a propriedade, ele não ocorre. Se exemplo, o gato não tem a propriedade de aprender línguas. Podemos tentar ensinar-lhe qualquer língua que ele não aprende.

As propriedades -- das quais podemos fazer uma lista -- é um número definido que se abre a um número indefinido de acidentes, que combinam várias propriedades. Na prática, o número de acidentes que pode acontecer a uma pessoa é imenso e por isso mesmo nos dá a impressão de ser um caos totalmente indeterminado. Um ser que pudesse sofrer todos os acidentes possíveis teria que ser um ser que tivesse todas as propriedades, teria que ser tudo, seria uma ser universal. Para o ser real o mundo do acidente é delimitado, embora seja tão grande que não se lhe possa definir o limite.

Dentro de uma situação já delimitada, que já exclui uma parte dos acidentes, por exemplo, um sujeito está doente na cama de um hospital, a possibilidade de não estar doente já foi excluída. No entanto o ser tem a possibilidade de estar doente ou estar são. No exemplo, citado, ele não tem mais a possibilidade de estar são, se está doente.

As situações se definem pela exclusão dos acidentes, se já aconteceu um coisa e não aconteceu outra. Isso quer dizer que a essência e os acidentes não são tão separados e nem tão opostos quanto possa parecer à primeira vista, porque a essência implica num certo rol de acidentes possíveis e implica na exclusão de

outros tantos acidentes possíveis. Porém isso não quer dizer que do acidente possamos deduzir a essência.

Se eu digo por exemplo: virou tamborim e não digo qual é o sujeito, você não poderá deduzir que foi gato, porque fazer tamborim é possível com outras peles que não exclusivamente a pele de gato. Este é um acidente compatível com a pele do gato.

Tudo o que chega ao nosso conhecimento a respeito de um ser, chega em algum lugar, em algum tempo, em alguma situação, portanto dentro de espaço acidental. Isso quer dizer que nunca conhecemos as essências em si mesmas, porque faz parte da essência poder sofrer acidentes, ou mais ainda, ter de sofrer acidentes.

Podemos distinguir entre essência e acidentes, porém nunca vemos essas duas coisas separadas. Sabemos que uma coisa é essência e outra é acidente porque os acidentes mudam. Por exemplo, um indivíduo ou está são ou está doente.

Podemos conceber que alguém nascido com sexo masculino fosse mulher. No entanto, num determinado momento, ele será uma coisa ou outra. Isso significa que a essência você nunca pega, não ser através do acidente.

A essência aparece com o acidente superposto, mas existe o acidente repetido muitas vezes. É através do acidente que se conhece o ser. Essa superposição acaba por criar uma ilusão de que aquela qualidade é essencial. Fazemos isso por indução: aquilo que vinha acontecendo tende a se repetir indefinidamente. Mas pode haver uma falsa indução: uma coisa que sempre aconteceu de repente deixa de acontecer. Pode existir uma relação de repetição necessária que chamaremos da propriedades. Com muita freqüência tomamos acidentes como propriedades.

Pergunto então porque isto acontece. Isso acontece porque o homem é fundamentalmente um animal lógico, um animal que faz silogismo nem sempre com conceitos. Às vezes o faz com figuras, ou seja, com uso da memória e da imaginação.

Só que faz muito mal superpor uma imagem à outra, a primeira imagem tomada como premissa maior, a segunda como premissa menor e o sujeito cria uma terceira, uma síntese, que é a conseqüência. Quando vamos ao cinema é exatamente esse raciocínio que se faz. A gente vê uma imagem e depois vê outra e concluímos que está acontecendo tal coisa. Vemos uma porta rangendo e a seqüência se interrompe pelo grito de alguém, do que concluímos ter visto algo que realmente aconteceu. É um tipo de silogismo que fazemos automaticamente e o tempo todo. É ao que se chama associação de idéias, que é o modo mais rudimentar de pensamento que existe e o primeiro tipo de pensamento que fazemos e continuamos a fazer pela vida afora. Só depois aprendemos outros modos mais perfeitos de pensamento. Com este é o mais rápido e fácil, nós com muita freqüência recorremos a ele e nele confiamos, quando na verdade não devíamos confiar nele confiamos, quando na verdade não devíamos confiar nele nunca. O que estamos dizendo com isso é que o dom do raciocino deve aos poucos se tornar independente da imaginação e da memória. Ele nasce da imaginação e da memória como uma árvore que brota do solo. Mas o que se diria de uma árvore cujas raízes brotassem do solo e o tronco jamais chegasse à superfície?

Na maior parte das pessoas o raciocínio não adquire um poder independente que vá para o além de sua origem. Muitas coisas que nós tomamos como intuições nada mais são que raciocínios imaginativos desse tipo, raciocínios que são feitos de maneira puramente mecânica, não se tratando de intuições reais. A intuição implica que você veja um dado que está na sua frente, sem você supor coisíssima nenhuma. Se você supôs (ou superpôs, o que é a mesma coisa), entrou então um elemento racional na constituição do objeto intuitivo. Você então não intui aquela coisa que está na sua frente, você intui foi um composto dela com algo que você mesmo colocou lá.

Deve-se pensar o real. Pensar o real implica que nosso cérebro, ou seja, todo o nosso aparelho cognitivo se deixe domar por algo que não é ele mesmo, ou seja, que ele se submeta a uma estrutura que não é a do seu próprio pensamento. Usando o exemplo do rádio: se o rádio não está sintonizado em nada, então ele emite alguma coisa, mas alguma coisa que é fruto de seu próprio funcionamento interno, sua imanência. Na hora que ele sintonizar alguma estação, ele passa a reproduzir o que veio da estação. Para isso é necessário afinar o pensamento e a memória para que se tornem efetivamente órgãos cognitivos, o que é um longo e

difícil trabalho.

As pessoas costumam achar que conhecer é natural, mas se enganam. É natural enquanto potencial, aptidão. Porém, não é natural enquanto prática efetiva, como exercício. Para que a aptidão se torne prática efetiva é necessária a ajuda da cultura, treinamentos, dedicação, perseverança e vontade

O homem, quando percebe que tem a aptidão do pensamento por imagens, o pensamento imaginativo, acha que sua imaginação o está enganado. Então ele vai procurar trabalhar sem imaginação. Ao fazer isso ele age como sujeito alérgico que acha que a sua alergia vem do ar e decide, para se livrar do problema, parar de respirar.

A imaginação não pode parar. É absolutamente impossível pará-la. Se ela pára, o pensamento também pára. Não se trata de parar a imaginação, mas de prossegui-la em um nível mais elevado, que se chama pensamento, de modo que o pensamento retroaja sobre a imaginação, orientando-a e corrigindo-a.

Pensamento é forma e a imaginação começa a dar forma. Ela dá forma aos dados dos sentidos, mas ela é o primeiro grau de abstração, o que não é suficiente para um adulto. É necessário que ela em seguida se transforme em matéria de uma forma superior e se imponha a ela. O pensar, particularmente o pensar com palavras, é que dará uma forma mais perfeita a ela, mas também o pensar tem que ser registrado por alguma coisa mais perfeita que ele mesmo. O pensamento tem que ser regido pelas coisas, pelo real.

Não podemos dizer nada do que uma criança pensa é verdadeiro ou falso, pois o que uma criança pensa não se presta a isso. Só quando o sujeito chegar ao ponto de evolução onde ele decide, ele age e somente ele sofre as conseqüências dos seus atos, aí então começa a se relacionar com o real. Porque antes disso não, antes disso ele tem papai e mamãe, ou a escola ou outra coisa que se interpõem entre os atos que pratica e a conseqüência dos mesmos. A noção de verdadeiro e falso só se consolida quando o sujeito chega ao ponto da solidão. Antes disso não importa muito se é verdadeiro ou falso o que pensa. Por exemplo, uma criança aprende muita coisa na escola e ela pode dar a resposta certa a uma determinada pergunta ou mesmo uma resposta errada. Mas nenhuma dessas respostas é verdadeira subjetivamente falando. Se lhe perguntam a população da Birmânia, a resposta, por exemplo, de 10 milhões de habitantes, não estaria na categoria de verdadeira ou falsa e sim na categoria de certa ou errada , segundo o critério do examinador. Ele, o examinador, não quer que se responda a verdade, ele quer que se responda o certo de acordo com aquilo que ele endente como certo e isso poderá ou não coincidir com a verdade.

Mesmo a educação primeiro habitua o sujeito com a idéia de que existe o certo e o errado. Muito tempo depois, é que ele, o aluno, ajustará isso com a percepção do verdadeiro ou falso. Então isso tudo e para entender que o nosso imaginário está geralmente abaixo do nível do que podemos chamar de conhecimento. Pouquíssimos seres humanos, raríssimos, chegam a ter a experiência do conhecimento. Isso não se refere aqueles que tiveram educação superior. O sujeito pode até chegar a doutor universitário e jamais chegar ao conhecimento do que seja. O conhecimento se dá na hora em que o indivíduo tem plena consciência da certeza obtida por ele mesmo e certeza crítica. Só aí ele conhece. Ele é uma máquina de conhecimento, antes ele era uma máquina de repetir, de aceitar ou recusar.

Se o homem é um animal capaz de conhecer, assim como as vacas são capazes de dar leite, o número de vacas que está produzindo leite é assombrosamente reduzido. Há algo de errado com a espécie humana! E isto é algo sempre dito em todas as épocas. Quando se fala do pecado original, traduzindo esta expressão em linguagem concreta, podemos dizer que o homem padece de um defeito de fabricação. Pecado original é erro na fonte, erro ou defeito de fabricação.

A nossa cabeça é mal feita e mal conduzida torna-se incapaz de fazer as coisas para as quais foi dotada. Isso também acontece ao nosso corpo. É só olhar as atividades corporais da maioria das pessoas e você vê que já numa idade prematura elas apresentam defeitos que seriam próprios da velhice. A situação corporal das pessoas é dar de dó, mas a situação intelectual é de chorar.

O homem é um coitado que nasce com todas as promessas, nasce com crédito universal, mas quando ele vai retirar o crédito que tem, alguém já o sacou.

Se você olha o que é a essência humana, a estrutura essencial do ser humano, você se depara com o animal formidável, um animal capaz de fazer tudo, de fazer coisas incríveis, mas que na prática, quando vê, nada

faz. A prova de que ele pode fazer tudo, tais coisas incríveis, é que alguns fazem. Mas a nossa existência tem sido marcada pela insuficiência.

Somos todos insuficientes, deficientes por alguma coisa. Se reconhecemos essa deficiência, então automáticamente temos que entender que se não conseguimos o que desejamos é porque de fato não temos capacidade para isso. Precisaríamos então desenvolver a capacidade para tanto. Em primeiro lugar devemos ser mais pacientes conosco mesmos e em segundo lugar devemos entender que não podemos esperar de nós um determinado desempenho, a não ser que nós nos treinamos para isso. Por exemplo, no que se refere às idéias filosóficas. Todo mundo tem alguma idéia sobre isso, mas para que a pessoa esteja capacitada para discutir sobre isso, é necessário treinar durante um longo tempo para que ele chegue de fato a poder captar essas coisas.

No domínio físico nós somos deficientes. Porém, geralmente nossas expectativas em tal domínio são modestas. Faz muito tempo que a humanidade percebeu que ela e deficiente e ninguém se sente muito inferiorizado pelo fato de seu desempenho físico ser ridículo. Mas quanto ao ponto de vista intelectual, não fomos avisados disso. E intelectualmente você não está melhor do que no campo físico, está até um pouco pior. Portanto é bom parar de ter a expectativa de que já sabe tal e qual coisa. Você não sabe e vai ter de aprender com muito trabalho.

No plano físico, resolver deficiências é mais fácil. A idéia de que a natureza cura é uma idéia vigente atualmente, excluindo-se a doença da natureza. Se fosse de fato assim, jamais os animais ficariam doentes.

A doença e a saúde existem na natureza e isso significa que para a natureza tais coisas lhe são indiferentes. Natureza é o fator constante que permanece por debaixo de todas as transformações do mundo real. O universo que nós vemos em volta é o mundo dos acidentes e não o Universo.

A mentalidade de hoje atribui a esse mundo do ocidente as propriedades estáveis da natureza, o que é uma ignorância total do assunto. As pessoas estão tomando como coisa concreta, física, corporal, um conceito abstrato. A natureza, no sentido grego, é eterna, imutável, positiva. Não há nada de errado com ela. Mas e o mundo real? Nele existem a patologia, a doença, o desvio, o desastre. Só que isso é a sua parte acidental.

A natureza tanto se cura a si mesma quanto se mata a si mesma. O equilíbrio ecológico é consubstancial ao universo físico, que pode criar uma nova forma de equilíbrio ecológico que seja desfavorável a tal ou qual espécie animal. Uma coisa é o equilíbrio ecológico da natureza em si mesmo, e outra é uma forma de equilíbrio que seja propícia à nossa sobrevivência.

A natureza, pós Rousseau, é uma maravilha. Mas tudo isso, que é a ideologia do movimento ecológico naturalista, faz parte do folclore de idéias e crenças do século XX.

A natureza tem uma dinâmica e a nossa cabeça não é suficiente para acompanhar a rapidez das transformações nem da natureza e nem da história. Por isso, precisamos colocar na história e na natureza um ritmo humano para que possamos acompanhar essa dinâmica. Como não conseguimos acompanha-las, tentamos humanizar tanto a natureza quanto o próprio movimento social, para que caminhem num ritmo que possamos seguir.

Natural é uma palavra neutra mas que no século XX adquiriu uma conotação de bom. O fundamento disso pode até estar equivocado, mas essa luta ecológica tem que acontecer porque o desequilíbrio que certas atividades humanas está provocando é muito grande. É óbvio que a natureza em si mesma irá se equilibrar, mas esse equilíbrio é incompatível com a existência humana a longo prazo.

Existe uma necessidade econômica na natureza. Para que as pessoas se disponham a lutar por essa necessidade inventa-se uma ideologia. E não há tudo para todos e há muitos com pouco. No núcleo da ideologia você pode encontrar alguma veracidade, porém para isso é necessário jogar muita coisa fora.

Para que se possa ter uma previsão do comportamento dos indivíduos é preciso passar a idéia de que “o que a maioria faz é melhor”. Então, se os indivíduos vão por média estatística, já sabemos para onde vão e isso facilita as coisas, isso permite criar estratégias que dirijam a ação da maioria a objetivos mais adequados. Pois se cada um começar a agir de maneira independente, não haverá meios de controlar as coisas. É um raciocínio falso mas útil o que afirma: você tem que ser um sujeito normal; se todo mundo faz assim e você não, então você é doente. Do mesmo modo é a ideologia: é falsa é útil.

Com isso, não estamos condenando o uso da ideologia em escala oscila. Estamos rejeitando, sim, que pessoas interessadas em estudar, sejam psicólogos, astrólogos, intelectuais em geral, creiam nessas bobagens. Tais interessados não têm mais esse direito. Isso é para a infância da humanidade.

A humanidade são massas humanas. Se desse para todos saberem a verdade, é claro que seria muito melhor. Mas na prática isso nunca ocorreu e nem está ocorrendo. Neste caso, vamos tratar de pelo menos nós assumirmos um compromisso para com a verdade e apenas para com ela.

Todos aqui estão interessados em astrologia. E o que é astrologia? É um estudo do macro-condicionamento que envolve o ser humano. Se não consegue entender o condicionamento social, como entender algo que lhe está acima? Se não consegue por a cabeça acima dos movimentos ideológicos do seu tempo, como colocar a cabeça acima do sistema solar para olhar as coisas de cima? Para conseguir isso, é necessário levantar a cabeça e tirá-la fora da ideologia corrente sem ter a própria segurança abalada com isso.

Caso se queira evoluir num estudo, um conhecimento, o apoio tem que ser buscado exclusivamente na verdade. Ela é melhor que qualquer outra coisa: ela é bondosa, sempre, para quem a ama. E esta é a norma: não se apegar a esta ou aquela convicção. Deve-se querer saber o que é verdadeiro, doa a quem doer, alegre a quem alegrar. Geralmente, queremos satisfação e repouso a curto prazo. A verdade acalma e conforta para sempre. E como diziam os escolásticos, a verdade é filha do tempo. Se a queremos já, agora, inteirinha, queremos o impossível. O homem é um ser temporal, vive em contínua evolução e se aproxima progressivamente da verdade (que sempre lhe vai à frente). E na medida em que se conhece algo, esse algo não inquieta mais. Deve-se buscar a verdade que se precisa.

A sétima camada -- papéis sociais -- está para o caráter do indivíduo assim como um plano lógico o acidente está para a essência. Isso significa que o papel social pouco ou nada tem a ver com caráter. Nem todo o caráter, porém, admite qualquer papel social. O caráter limita a possibilidade do papel social. Jamais chega ao nosso conhecimento qualquer ser humano senão através do seu papel social, embora amanhã ou depois tal ser humano possa estar morto. Cada pessoa que encontramos, nós a encontramos dentro de um papel social, econômico, político, familiar, etnológico, jurídico, etc. Jamais vemos o indivíduo nu, por assim dizer. Esses papéis não estão vinculados ao caráter essencial desse indivíduo. É como um alimento que só pode vir com alguma cobertura. Jamais você o pegará puro e no entanto sabemos que a embalagem não é ele.

Isso quer dizer que para conceber o caráter do indivíduo fora do papel social é necessário um esforço abstrativo. A distinção entre o indivíduo e seu papel social é uma distinção real-mental. Porque um indivíduo sem papel social, não ficando sem papel social um instante sequer. No entanto, entendemos que, embora sempre juntas, uma coisa não é a outra. O que quer dizer que a posição que ficamos para enfocar o caráter do indivíduo, distintamente do seu papel social, é uma posição extremamente desconfortável. O papel social alarga o indivíduo e veremos a seguir a dificuldade que temos em conhecer claramente essa relação do indivíduo com seu papel social.

AULA 36

Segundo Marx, o critério de diferenciação das classes sociais é a posse ou não dos meios de produção. Porém, a distinção não pára aí. Sem que ela se altere, ela pode ser mais diversificada no sentido de que existem outras formas mais indiretas de relação com a propriedade. Por exemplo, no caso do capitalismo, onde o que se chama posse dos meios de produção se refere diretamente aos meios de produção industrial (pois foi assim que surgiu o capitalismo), não há somente duas posições possíveis -- a do que possui e a do que não possui meios de produção. Os que não possuem se dividem em alguns tipos intermediários. O primeiro tipo é aquele que funciona no processo industrial exatamente como se ele fosse uma parte da máquina, aquele que ajuda a máquina a funcionar. Este, chama-se proletário, que, no sentido capitalista, não tem mais o mesmo sentido que tinha em Roma. Em Roma, proletário era toda a multidão pobre capaz de gerar filhos -- e de fato geravam um atrás do outro. No sentido de proletário industrial, o termo tem uma acepção mais restrita: refere-se aquele pessoal que trabalha com as máquinas e completa, por assim dizer, a cadeia de produção, fazendo o elo entre o serviço de uma máquina e o de outra máquina.

No entanto, o panorama não se esgota com essas duas classes. Porque também existe por um lado funcionários administrativos -- não estão envolvidos diretamente na produção e, ao invés de secundarem o trabalho das máquinas, secundam o trabalho do patrão. São uma espécie de prolongamentos do patrão, assim como o operário é um prolongamento da máquina.

Além disso, existem alguns resíduos da organização social antiga: pequenos proprietários rurais que conseguiram conservar as suas terras no meio ou através das transformações que formaram o capitalismo; alguns comerciantes e artesãos independentes, cuja classe diminui dia a dia desde que o empobrecimento os leva a ter que procurar trabalho assalariados transformando-se portanto em proletários. Existe ainda na parte do serviço administrativo alguns tipos que, não sendo propriamente funcionários, não sendo empregados, participam do processo administrativo, como os profissionais liberais (advogados, burocratas, técnicos que trabalham como auxiliares do capitalista sem serem diretamente empregados deles) e assim por diante. De modo que, grosso modo, num esquema capitalista, nós teríamos as seguintes classes:

1. Capitalista industrial -- proprietários de indústria;
2. Resíduos dos grandes proprietários rurais, alguns deles também capitalistas;
3. Banqueiro (homem das finanças);
4. Profissionais liberais e burocracia administrativa, estatal;
5. Funcionários administrativos propriamente ditos: os empregados de fábricas que

trabalham na parte administrativa;

6. Proletariado propriamente dito;
7. Pequenos comerciantes e empregados do comércio;
8. trabalhadores rurais com vínculo qualquer empregatício com o proprietário;
9. Marginais, desempregados, prostitutas, bandidos etc.

Sendo que, dentro do serviço administrativo estatal, teríamos que fazer ainda uma divisão: não poderíamos compreender que os funcionários burocráticos tivessem (desde que estamos interessados no ponto-de-vista puramente psicológico), exatamente a mesma mentalidade que o funcionário policial ou militar. Teremos que fazer pelo menos esta divisão nos serviços estatais: serviços militares e serviços civis, no mínimo. A rigor, precisaria prosseguir com essa divisão.

Para que cada uma dessas classes nós poderíamos, partindo da premissa de Karl Marx, de que "o modo de existência social do indivíduo -- o modo como ele distribui o seu tempo, o modo como distribui sua energia e o modo como ele ganha ou perde dinheiro -- é uma base constante sobre a qual a inconstância da sua vida mental encontra apoio, pelo menos na quase totalidade dos casos, a mentalidade do sujeito deriva da sua posição social e não o contrário". Partindo desta premissa (que não tem nenhum motivo para ser desmentida, já que a vida cotidiana lhe é uma comparação constante), poderíamos então perguntar, com relação a cada uma dessas classes, o seguinte: dado o seu modo de existência social, quais deveriam ou poderiam ser os seus ideais e valores, as suas normas éticas, os seus objetivos de vida, os seus critérios de julgamentos e a sua ideologia? Ideologia significa, no sentido original que deu Karl Marx a essa palavra, "um vestido de idéias". É um sistema de pensamentos que não se destina a ser verdadeiro, mas se destina a justificar um certo modo de vida já está pronto. A ideologia, em última análise, é sempre uma justificação do fato consumado ou uma justificação de um esforço já em andamento para derrubar um estado de fato consumado. O decisivo na ideologia nunca é propriamente o conteúdo do que ela está dizendo, porque este conteúdo é sempre seletivo, e tem que afirmar uma parte da realidade e esconder uma outra. A um pensamento puramente ideológico está vedado o acesso a uma visão total da sociedade: ele não pode, não quer e não deve ter uma visão total porque esta visão poderia invalidar justamente o estado que se procura manter ou, inversamente invalidar o esforço para derrubá-lo.

Vamos à seguinte pergunta: dado cada um desses nove modos de existência social, como cada uma dessas classes concebe a sociedade onde está? Como cada uma dessas concebe o objetivo e, portanto, a norma fundamental da vida humana? Isto antes de podermos levantar a questão de em que medida o indivíduo poderá eventualmente se sobrepor à ideologia e padrão da sua própria classe. Evidentemente isso é

possível, mas não é nas exceções que estamos interessados. Estamos interessados na regra, na norma, na medida estatística.

Vamos responder por parte: de que vive o indivíduo? Da onde ele extrai o seu sustento e como ele faz para obter o seu sustento no dia-a-dia? Portanto, como ele distribui o seu tempo, que é a substância da vida humana é feita de tempo? No que o sujeito emprega o tempo, é assim que ele vive.

Comecemos comparando duas classes, tentando diferenciar uma da outra: este aqui vive disto e o que faz no dia-a-dia é tal ou qual coisa e o dinheiro dele, seu sustento, vem de tal ou qual lugar. Depois de ter respondido isso com certo detalhe, é possível perguntar que idéias, que normas ou que valores essa condição social exige para não se tornar intolerável.

Proprietário (a) X Proprietário de Terras (b)

a) Está em suas mãos mudar a indústria para ela ficar mais eficiente. Preocupado em ter máquinas, fazer com que elas não se deteriorem, provê a manutenção delas para tirar o máximo proveito delas. Considera tanto as máquinas quanto seus empregados suas propriedades.

Relação com os empregados a mesma que com as máquinas:

pode substituí-los, acelerar a produção, aumentar a eficiência.

b) Extrai o sustento da própria terra e da dinâmica da natureza (latifundiário);

Depende de épocas que não pode alterar. Preocupado com a quantidade de terras que tenha: que ela aumente e que sua família permaneça unida, o que repercute na sua relação com os empregados.

A relação com os vizinhos, família, é sob a forma de "pacto".

Um (a) e outro (b) são iguais no fato de que ambos são proprietários. Sendo grandes proprietários, nenhum tem que mexer com as máquinas diretamente nem o outro tem que mexer com a terra diretamente. A matéria com que lidam é o trabalho humano, alheio.

A diferença entre ambos é dada pelo tipo de trabalho humano que cada um deles dirige: quem trabalha para o industrial e quem trabalha para o proprietário rural? Em que a relação de cada um deles com seus empregados economicamente falando?

(a) Industrial: seus empregados chamam-se operários e moram na cidade.

(b) Proprietário Rural: seus empregados chamam-se lavradores (camponês, peão, etc) e moram no campo.

Tendo sempre em mente a idéia de um capitalismo inicial, perguntamos: que diferença tais características faz para o proletariado?

O proletariado é recrutado no exército de pobretões da cidade. O campesinato é recrutado no meio de que já estava nas terras.

Podemos portanto entender que o pessoal que trabalha para o industrial é muito mais móvel, sujeito a mais rotatividade do que o camponês. Para o capitalista industrial, quem trabalha para ele é um monte de números: ele os recruta no exército de desempregados, pode mandar todos embora de uma hora para outra e sempre tem gente esperando. No campo não é assim (não estamos considerando a época atual, de um capitalismo muito transformado, onde são aplicados critérios industrias no campo). Isso significa o proprietário rural costuma ter um pessoal fixo que trabalha para ele, inclusive que passa de pai a filho. O excedente de mão de obra do campo vai para a cidade. No campo não há excedente, pois, quando houver, vai embora para a cidade. São os retirantes, que vão constituir o exército de desempregados onde o industrial recrutará os seus empregados.

Que diferença de mentalidade isso vai dar para um e para outro? No proprietário rural ainda existirá um resíduo de ética antiga, familiar, patriarcal, etc.; no capitalista industrial, a mentalidade tenderá mais a uma espécie de racionalização matemática e portanto, a sempre tratar os indivíduos que trabalham para ele apenas como um meio para um fim. Portanto, o valor de lealdade é transformado agora num valor de eficiência, o que é uma grande diferença.

Comparemos outras duas classes, sempre procedendo metodicamente:

Proprietário Industrial (a) X Empregado de Escritório (b)

Do que vivem? Do que ganham dinheiro?

(a) : - Do lucro.

(b) : - Trabalha para ele mesmo. O contador, por exemplo.

O proprietário Industrial vive do lucro e este decorre da mais alta, que é a diferença entre a receita e a despesa. No custo, há três componentes, basicamente: a matéria prima, a manutenção das máquinas e o pagamento dos salários. É do pagamento dos salários que só poderá tirar uma maior diferença, pois que lhe vende a matéria prima, assim como quem lhe vende as máquinas são outros capitalistas. Com esses dois ele não pode negociar muito vantajosamente. Ele reduzirá os custos então pagamento menos salários, o que se chama mais valia. Ele vive do valor do trabalho alheio. O que significa que a quantidade de trabalho que ele paga comparada com a quantidade de produtos que ele produz em um dia é astronomicamente desproporcional. É o tipo mais asqueroso que já surgiu em toda a história humana, embora haja ainda um pior que este, que é o capitalista bancário, que explora este.

O capitalista é um sujeito que vive de organizar o trabalho alheio de forma que esse trabalho renda fundamentalmente para ele.

Quanto ao salário, ele pode ser reduzido até um limite máximo que permita a sobrevivência do assalariado, de forma que este possa se reproduzir e manter-se vivo. Não perder de vista repetimos, o fato de que estamos considerando o capitalismo puro, inicial, pois o capitalismo seguinte teve grande influência do movimento socialista, sindical que, reivindicando bastante, gerou a obrigatoriedade de muitas negociações, inexistentes a princípio. Hoje, não existe mais capitalismo puro em parte alguma. A partir da década de 30, todo capitalismo é meio socialista. No Brasil, 70% mais ou menos, está nas mãos do estado (economicamente e não politicamente falando). Os elementos que formam a sociedade de hoje, todos provêm da França e da Inglaterra, onde começou o capitalismo. No capitalismo industrial não havia um sindicato que poderia reclamar do que quer que fosse.

Justamente foram as corporações de ofício, quando se dissolveram, que começaram a fornecer o proletariado. O proletariado vem da dissolução das corporações de ofício, do excedente de mão de obra rural e da massa de miseráveis da própria cidade. Esse proletariado não tem nada que ver com o proletariado romano. Desta situação inicial é que a coisa vai evoluindo até chegar ao estado atual, que é muito difícil de ser descrito. As distinções hoje são muito mais sutis. Para descrever a sociedade brasileira atual, já não podemos descrevê-las nestes termos. Nem se sabe se no Brasil houve feudalismo ou não, nem se tem capitalismo. De qualquer modo, o capitalista inicial, o capitalista em si mesmo, como essência abstrata, é aquilo que foi dito acima.

O empregado de escritório que trabalha para o capitalista industrial ajuda a transmitir ordens: é um ad ministro. Em latim, minister é o contrário de magister: o menor e o maior. Por exemplo, o Presidente da República é um magister, um magistrado, que manda. O minister é o menor, que transmite a ordem do magister; é subordinado a um e subordina outros. Visto por um lado, aquele empregado é a própria mão do capitalista; por outro lado, ele não é um capitalista, é um empregado, como aqueles aos quais manda, sendo evidentemente mais remunerado que eles, pois para manter um padrão de vida compatível com a sua função, com seus estudos, etc, tem que receber um pouquinho mais.

Que tipo de mentalidade cada uma dessa duas posições exige para que o indivíduo a suporte?

Se sou um capitalista, sei que vivo da mais valia: sei que pago Cr$ 2,00 para você fazer um cpo e o vendo por Cr$ 1.000,00, e não por Cr$ 4,00. Sei, por outro lado, que sou capaz de organizar o trabalho coletivo, coisa que você, empregado, não é, sei fazer o negócio crescer e sei que se vocês pararem de trabalhar, todos vamos morrer de fome. Por exemplo, se vocês quiserem implantar o socialismo, pode ser que implante e pode ser que dê certo. Mas é preciso ver se nesse ínterim, nesta transição, se não morreremos todos. Porque para organizar a economia de outro jeito, tem-se que desorganizá-la primeiro. Estou consciente de tudo isso, do mal e do bem da minha posição. Sabendo tudo isso, como tenho que me justificar perante a vida? Dizendo: graças a mim outras pessoas têm emprego (o que, evidentemente, não é

uma justificativa suficiente para minha posição). Outros poderiam dizer: há uma maneira muito melhor: nós organizamos a fábrica, cortamos a sua cabeça e distribuímos a mais valia entre todos e nós mesmos administramos essa coisa porque alguns de nós somos tão ou mais capazes que você.

Que idéias o sujeito precisa cultivar -- o capitalista industrial -- para ele poder agüentar a sua posição? Ele representa o progresso, ele é empreendedor, é um líder.

Quando ao futuro, raciocina: hoje, podem todos morrer de fome; amanhã, serão todos ricos.

A isso se chama ideologia, como o que ele se justifica não perante os outros, mas perante a si mesmo. Perante os outros, não é necessário inventar ideologia e, sim, mentiras. Perante si mesmo, é necessário uma ideologia, algo em que o sujeito acredite, que tenha também algum fundamento no real. Tudo isso que ele crê é verdade: é evidente que ele tem capacidade organizativa senão não teria fábrica; é evidente que ele produz o progresso; é evidente que no futuro, se continuar assim, acaba sobrando um pouco mais de dinheiro para todo mundo. Tudo isso é evidente, tudo isso é certo. Só tem um problema: por que ele e não outro, e não eu? Se tem um proletário mais inteligente, mais empreendedor do que o patrão, ele pode perfeitamente fazer esta pergunta: por que ele? Se eu sei resolver as coisas muito melhor, sem mim ele não seria o que é. Como o capitalista vai justificar isso? Ele pode apelar para um resíduo de ética antiga e acreditar-se um espécie de aristocrata, embora não o seja. Embora a posição fundamental do capitalista seja completamente da do antigo proprietário de terras, embora ele tenha uma ideologia voltada para o progresso econômico e não para a manutenção do status quo, como tinha o antigo proprietário de terras, ele, espremido por várias dúvidas ou por várias reclamações, vai chegar um momento quando vai ter de apelar para a ideologia antiga, porque é a única que pode justificar o injustificável. Ele tentará apelar primeiro para a razão e a razão lhe dirá: você é o progresso, é o chefe, etc. Mas continuando a raciocinar, chegará um momento quando verá que tudo isso que ele está sendo um outro poderia ser no lugar dele. Daí vai dizer que ele tem direitos de herança porque era do seu pai, ou então apelará para um vínculo tipo familiar, paterno, com os empregados: eu sou o seu protetor -- o que é mentira: o antigo proprietário de terras era um protetor de fato, porque ele era o dono do exército e protegia a terra, sua própria terra, contra o invasor, portanto protegia os moradores todos e o capitalista não faz mais nada disso. Então ele recorrerá a um pouco da ética antiga, e falará em lealdade, hierarquia, obediência, que são valores que dentro do epitalismo realmente não têm função alguma. Por isso mesmo, por incrível que pareça, os grandes capitalistas, após terem por exemplo, na França, vivido da carcaça da Igreja -- enriqueceram sobretudo com os bens da Igreja, liquidaram com a Igreja e comeram sua carcaça como hienas -- em seguida se tornam apóstolos, defensores da religião. Porque a religião é a defensora da ética antiga: hierarquia, lealdade, fidelidade à palavra, sentimentos familiares, paternos, etc. Esta é uma contradição que desde o começo do capitalismo até hoje existe -- é a parte da ideologia burguesa. A ideologia burguesa tem dois aspectos: o aspecto progressista e o aspecto conservador.

Na sua origem a ideologia burguesa é meio progressista, meio conservadora, apelando para uma coisa ou outra conforme a situação, conforme as convivências. O discurso da revolução de 64 era assim: progressista na economia (mudança e modernização econômica e de fato pode negar a obra modernizadora dos militares, sobretudo na administração pública) mas conservadora política e moralmente. Podemos entender como marca registrada do (grande) burguês, não da pequena burguesia o fato de, por lado, ele ser o agente do progresso que derruba a sociedade antiga, acaba com o sistema hierárquico e solta as forças do progresso que estavam amarradas pela estrutura antiga -- por um lado, revolucionário, homem do progresso. Por outro lado, não existe motivo racional -- depende da sorte -- que justifique que seja ele e não outro que está no comando. Não é possível provar que os capitalistas são mais inteligentes que os proletários. Tem muito capitalista que, como dizia Groucho Marx: “Para sobreviver com essa cabeça, só sendo milionário”. A alegação de méritos é algo bobo, que a ninguém engana, nem ao próprio sujeito. O que quer dizer que não existindo justificativa racional ele ocupar uma posição privilegiada, tem que partir para uma justificativa simbólica tradicional, afetiva, religiosa, mitológica e neste instante ele se torna conservador.

(Estamos seguindo apenas Karl Marx. Weber busca as origens do capitalismo uma coisa muito anterior à mudança social. Ele dirá que primeiro houve uma mudança ideal, muito antes da revolução industrial, três séculos antes. Começou a surgir uma outra mentalidade religiosa e esta mentalidade religiosa foi aos poucos criando uma situação na qual eclodiu a Revolução Industrial. Como nós não estamos investigando

as causas, a nossa abordagem não é histórica, é descritiva -- como se estivéssemos fazendo anatomia e não fisiologia. O esquema de Marx é mais fácil para o fim que temos em mente).

A burguesia industrial surge com a marca desta contradição. A igreja viu clarissimamente essa contradição e desde o início ela soube que o capitalismo era incompatível com o seu modo de ver tradicional. Isso quer dizer que ela se opôs ferozmente ao desenvolvimento da sociedade capitalista no começo. Foi preciso ter muitas revoluções, muitas guerras, para romper a santa aliança dos proprietários de terras com a Igreja e permitir o ingresso da burguesia no poder. Esta guerra -- da burguesia com a religião -- não terminou ainda. Ainda no nosso século vamos ver uma aliança de áreas progressistas da burguesia com o proletariado contra a Igreja e os proprietários rurais na Espanha, dando a guerra civil mais sangrenta de toda a história européia, em pleno século XX. No Brasil, até 1964, vimos a mesma coisa: certas alas da burguesia brasileiras mais progressistas akiadas a movimentos de esquerda contra uma santa aliança de proprietários rurais, Igreja, exército. Mas isso não terminou ainda. E antes que termine essa guerra, já começa outra guerra, da burguesia contra o proletariado. Essas coisas são em parte sucessivas, em parte simultâneas.

Pode ser realmente que o capitalista tenha algo em si mesmo do antigo proprietário rural. Porém, trata-se de mentira o fato de ele dizer que todos serão capitalistas um dia. Isso é impossível, por definição.

O funcionário de escritório está numa posição psicológica horrorosa: porque por um lado ele está lá para agir como instrumento, com mão do proprietário. Por outro lado, ele é um empregado. Por um lado, ele se sente um privilegiado; por outro, ele também pode pensar que quem manda nele não faz nada, que ele é quem faz tudo, só ele conhece a fábrica, enquanto que o dono não.

O que é importante para nós é o processo de desenvolvimento do capitalismo, mas o delinear do perfil psicológico do indivíduo a partir do seu modo de existência social. E sobretudo nos localizarmos a nós mesmos neste esquema e podermos localizar as outras pessoas. Este perfil burguês capitalista está longe de ser completo. Ele pode ser muito melhor detalhado e é necessário até que o seja.

O funcionário administrativo é um ser, como dúbil, como ser composto de lagartixa e urubu. Por um lado, ele tem que acreditar em algo da ideologia capitalista, pois é ela que fundamenta os seus atos no dia-a-dia. Por outro lado, ele não pode acreditar nela inteira. Para acreditar nela inteira e ao mesmo tempo aceitar a sua posição de subordinado, ele teria que apelar: foi o caso que pôs o patrão lá e eu aqui, o que é uma injustiça, pois neste caso quem tem que ganhar a mais valia sou eu e não ele. Segunda hipótese, o sujeito aceita isso como um destino natural e não se rebela. Mas para fazer isso ele precisaria identificar a ordem capitalista com a religião, com a ordem natural das coisas. Ele também tem que apelar para a ordem antiga: ele é patão porque Deus o fez patrão; eu sou empregado porque Deus me assim; o outro é proletário porque Deus o fez proletário. Isso significa que ele, primeiro, não é homem que tome muitas decisões: é um executor do que o capitalista pretende. Mesmo que o capitalista não dê ordem alguma, seja um relapso, ele vai ter que adivinhar as intenções do patrão.

Se ele não toma as decisões, ele não tem papel de ponta-de-lança do progresso como tem o capitalista. Ao contrário, se o capitalista é um homem que abre o caminho para o progresso, o funcionário é o sujeito que vem atrás dele estabilizando as *** . Por exemplo, sou um capitalista e você meu administrador ***: vamos lá na Amazônia abrir uma fábrica. Vou na frente *** tem que vir o serviço administrativo que estabiliza o que foi feito. Como o exército: tem a artilharia, que abre caminho, e a infantaria, que ocupa o território. Isto vai resultar numa coisa extremamente singular. O servidor burocrático do capitalista será mais conservador do que o próprio capitalista. Por isto mesmo, quando surgiu mais tarde ideologias ultra-conservadoras, retrógradas, que pregavam a volta ao mundo medieval, à ordem medieval, que pregavam a estabilidade em vez do progresso, que pregavam a hierarquia em vez da democracia, essas ideologias recrutavam, recrutam e recrutarão o grosso dos seus exércitos justamente entre essa classe média, em parte de funcionários e em parte de comerciantes independentes que vamos ver daqui a pouco.

O homem de classe média, o funcionário administrativo, representa a retaguarda do capitalismo, não a vanguarda. O capitalista pode ir tendo uma idéia atrás da outra; pode representar uma ponta-de-lança do progresso. Mas atrás dele tem que ir alguém que vai estabilizando, dando consistência àqueles passos que ele deu. Por esta razão, este indivíduo depende muito mais da ordem, da hierarquia, da paz, do que o

próprio capitalista. Com um pouco de convulsão, o capitalista pode ganhar, mas o seu funcionário, não.

Em segundo lugar, por estar numa posição dúbia, entre duas classes, por assim dizer, ele é um inseguro por natureza. Os dois papéis que ele representa são falsos: ele é um falso patrão perante os empregados e é um falso empregado perante o patrão; também é um falso patrão perante o patrão, quando fala nós. Ele está sempre numa posição falsa. Esta classe será, como resultado, a maior fornecedora de doentes mentais, neuróticos, sofredores.

É possível ocorrer de uma pessoa identificar-se tanto com a ideologia de sua classe que esta passe a ser um de seus traços de caráter, no sentido de Le Senne. Mas também pode ser que ela, sem o saber, esteja completamente em choque com essa ideologia: esteja numa classe e querendo professar a ideologia de outra. Isto no Brasil é muito comum.

Por ser dúbil, o funcionário administrativo tende, por um lado, a ser um conservador; tende mesmo a ser um radical do conservadorismo desde que a insegurança da sua posição o faz ter a nostalgia de uma situação social estável. E é no passado, na Idade Média, que ele vai encontrar isso. É uma posição muito insegura e muito fácil de perder. Por um lado, ele pode odiar o seu trabalho mas ao mesmo tempo percebe que é uma posição privilegiada. O homem da administração é um tipo medroso. Mesmo quando se revolta, não sabe fazer nada sem chefe, sem quem lhe dê ordens. É daí que saem os exércitos do fascismo, do conservadorismo, da TFP. Enquanto o capitalista tende a uma racionalidade matemática, ele tende a uma posição totalmente irracional. Tende a fugir da razão, pois chega um momento em que esta se mostra insuportável. Tende a acreditar no impossível, no sonho. As ideologias irracionalistas de todos os tipos arrebanham nesta classe média a maior parte dos seus adeptos. Por isso as pessoas querem "estados superiores de consciência", "o terceiro milênio"... Têm que apelar para isso, mesmo. Um capitalista de grosso calibre ri dessas coisas, assim como o proletário. Os dois sabem que isso não existe, enquanto que o homem da classe média, não.

Poderíamos fazer uma lista de todas as ideologias irracionalistas (irracionalista: contrário à razão; desejo de acreditar em algo que a razão desmente ou que parece desmentir) que surgiram desde o século passado: o ultramontanismo, da direita católica, tipo TFP; o fascismo, etc.

O capitalista tem que estar ancorado na razão, fugindo dela apenas quando da necessidade de justificar por que ele e não outro ocupa o lugar que ocupa.

O único ponto negro na racionalidade do capitalista é a sua própria posição. Muitas teorias se inventaram para justificar isso, durante a história: evolucionismo, a sobrevivência do mais apto, motivos genéticos... A única justificativa certa seria: "estou aqui porque Deus quis", deixando aberta a chance para o proletário ir lá e matá-lo. O que significa que a religião também pode ser usada por lados contrários ao que ela prega.

O papel social da ideologia (no qual não estamos interessados), consiste no em que contribui para que uma classe conquiste e mantenha o seu poder. Estamos apenas interessados na função psicológica da ideologia. Não estamos perguntando qual a sua função perante a sociedade, mas perante a consciência do próprio indivíduo. Mesmo limitando o âmbito do nosso assunto, as dificuldades são inúmeras.

Estamos interessados na seguinte questão: em que a ideologia da classe ajuda a manter o indivíduo psicologicamente de pé? A justificar para ele a sua vida, ou seja, o que ele é e o que lhe acontece? Nosso enfoque não deixou de ser psicológico um único instante. Por isso mesmo não é uma abordagem completa. Inclusive este estudo da ideologia é raro, pouca gente o faz. Geralmente, quando colocam o problema da ideologia, colocam-no do ponto-de-vista social, como ela se forma, qual a sua função social, se ela pesa alguma coisa na ordem das causas históricas. Há quem ache que ela é causa e outros que ela é só efeito.

Ressaltamos que nenhuma das coisas que estamos tratando -- ideologia e caráter -- se mescla e, sim se somam. Porque o caráter individual nada tem a ver com a ideologia da classe social. O indivíduo, ao mesmo tempo que tem um caráter, também pertence a uma classe social e na sua personalidade como um todo, tudo isso aparece junto e superposto, sendo difícil a separação. De maneira que se a gente não souber quais são os vários elementos, as várias camadas superpostas, é como víssemos vários vidros, com vários desenhos, um superposto ao outro. O que estou tentando é tirar esses vidros, um por um, até só restar o que se chama caráter. O caráter não existe, é uma abstração. O que existe é o indivíduo concreto. Apenas estamos tentando distinguir o que nele é caráter e o que nele é superposição, para que não atribuamos ao

indivíduo como caráter intrínseco uma coisa que é extrínseca e que eventualmente poderá até superar. Por exemplo, a insegurança da classe média não pode ser atribuída caracterologicamente a ninguém, porque toda a classe média compartilha dele. Se todo mundo participa, então não é do nosso caráter e podemos mudar de posição amanhã. Por exemplo, podemos ser reduzidos à miséria e sermos obrigados a aceitar um trabalho inferior. E esse trabalho inferior, nos dando a certeza de que estamos liquidados, tirará a nossa insegurança, nos dará um outro caráter, que seria um caráter de firmeza de um indivíduo que não tem esperança, o que é um traço proletário. E evidentemente, se o indivíduo for uma pessoa muito forte, poderá fazer com que o seu caráter se imponha à sua disposição social. E isto não dá para saber a partir do mapa astrológico do indivíduo. Dá para sabermos qual é o caráter do indivíduo e também é possível sabermos qual é a posição social do indivíduo (não pelo mapa, naturalmente). Porém, não dá para saber qual dos dois vai vencer, pois no mapa só aparece o caráter. A posição social, sabêmo-la por outros meios.

Existe o indivíduo que vence a sua posição social em vários sentidos. Primeiro, vence naturalmente: nasce numa posição e termina em outra, muda de classe social. Segunda, o indivíduo que vence psicologicamente, ou seja, ainda que sem sair materialmente da sua classe, ele percebe as limitações que a ideologia de classe lhe dá e vai aos poucos se livrando dela, podendo ter uma personalidade que não combine com os de sua classe, uma personalidade que de certo modo forjou para si mesmo, por esforço próprio. Terceira, o indivíduo pode tentar fazer isso e ser derrotado e então ele cai para a massa dos marginais. O hospícios estão cheios de pessoas que passam por isso. Qual dessas possibilidades se realizará não está no mapa. Mas também não é mistério, porque dá para saber se o indivíduo tem vontade forte ou não, e o mapa pode ser um dos elementos para saber isso. O mapa sozinho, porém, não resolve, pois nunca vai esclarecer isso completamente. Quando se diz que num determinado indivíduo predomina a vontade, quer dizer apenas que a vontade é mais forte que as outras faculdades. Mas não dá para saber se ela é mais forte que a do vizinho. Por exemplo, vê-se um indivíduo que tem uma conjunção Marte/Júpiter no Meio do Céu: neste indivíduo, a faculdade predominante é obviamente a vontade. Mas ela predomina sobre a inteligência, imaginação e sentir dele, mas não sobre a do vizinho. Então precisaria haver um procedimento de comparação daquele indivíduo com outras pessoas. Por exemplo, consideremos o mapa de Napoleão Bonaparte: ele tem Júpiter conjunto ao Ascendente, o que significa tratar-se de um indivíduo evidentemente autoconfiante, com uma vontade de ferro. Porém, vontade de ferro com relação a ele mesmo. Como daria para saber que ele teria mais força que a Europa inteira? Isso não seria possível saber pelo mapa. Só se poderia prever isso mais ou menos por média estatística. É importante saber o que não é possível saber pelo mapa.

Nestes termos, retira-se tudo com o que relacionam a astrologia, restando apenas a astrologia mesma. Ocorre que todas as vezes que uma ciência dá um grande salto, ela é precedida de uma operação desse tipo: a separação da ciência de tudo que lhe está junto por acidente.

Retornando ao tema central -- ideologia e caráter -- podemos dizer que o que estamos considerando do trabalho de Marx é o que nele há de mais firme. Ele é o verdadeiro fundador da Ciência Social. Evidentemente que a pertencença à classe social não determina o pensamento do indivíduo, porém, propende-o a pensar de tal ou qual jeito. Em geral, o pensamento dos indivíduos é condicionado pela sua pertencença à classe social. Poucos escapam disto. Esse é um dos poucos elementos seguros que existe em toda ciência social mundial. De forma que onde quer que se vá, qualquer que seja a sociedade que se busque descrever, a maneira mais fácil de fazer isso é começar por essa pergunta: qual é o sistema de distribuição da propriedade, o sistema de apropriação da natureza -- da riqueza -- que existe, quais são as classes sociais que se desenham a partir daí.

Se formos estudar agora duas classes aparentadas do funcionário, que é o profissional liberal e o comerciante, vamos ver que, embora os dois consigam preservar uma posição relativamente independente (isto é, se caracterizam por não ter patrões e se têm empregados são tão poucos que isso não basta para fazer deles capitalistas), estão, um com outro, fazendo diretamente o seu trabalho. Eles não fazem através de pessoas interpostas. Neste sentido, não são capitalistas. Porém existe uma grande diferença nos dois: um, trabalha fundamentalmente na sua propriedade, procura mantê-la e aumentá-la. Ao passo que o profissional liberal pode ter propriedade também mas não é dela e em torno dela que se desenrola o seu trabalho. O recurso, o capital do profissional liberal é o seu saber e o saber ele carrega aonde vai. O comerciante é o contrário: tem uma propriedade, deve mantê-la a todo custo, porque não é como um

capitalista que tem muita coisa -- ele tem pouca coisa e tem de lutar para preservá-la. Isto produzirá uma grande diferença de mentalidade entre os dois tipos que economicamente ocupam as poucas posições de independência que existem na sociedade capitalista. Os dois serão igualmente ciumentos da sua independência. Os dois não querem ser mandados. Porém, o comerciante tem, para defendê-lo, a sua própria propriedade -- o fato de ele ser proprietário, o torna independente. A propriedade é a garantia da independência dele. E o profissional liberal, ainda que tenha propriedade enquanto indivíduo, não a tem enquanto profissional (o advogado, não é por ser ele dono fisicamente do escritório, das instalações, que ele é advogado; não é isso que o torna advogado nem é isso que o permite trabalhar) ao passo que o comerciante tem que ser dono do seu estabelecimento.

Ambos tendo necessidade da independência, a maneira de assegurá-la é completamente diferente num caso e no outro. Porque para o comerciante a independência dele está fundada todinha na sua propriedade e portanto na liberdade de usá-la como bem queira: liberdade de comércio.

O profissional liberal não conta com essa garantia. Por isto mesmo, a única garantia que ele tem é a garantia da liberdade abstrata, da liberdade de todos os cidadãos. Isto fará em geral do profissional liberal um apóstolo dos direitos civis.

O comerciante, se ninguém na sociedade tiver liberdade, exceto os proprietários, tem a sua liberdade garantida porque ele é um proprietário, embora pequeno. O profissional liberal, para ele, isso não serve. Porque o próprio exercício da sua função depende de que haja liberdade para todos. Por isto mesmo, os movimentos liberais, democráticos, socialistas mais democráticos, etc, irão recrutar entre os profissionais liberais e intelectuais em geral a massa de seus exércitos. Onde quer que tenha havido uma revolução liberal, uma revolução que busque direitos civis, quase toda a liderança é constituída de profissionais liberais. Principalmente advogados, professores, artistas, etc. Esta gente tem sido, há duzentos anos, a garantia de que existe alguma liberdade. Ao passo que os comerciantes tenderão a cerrar fileiras no bloco conservador. Exemplo disso, a Inconfidência Mineira, onde todos eram profissionais liberais. A Independência, em 1822, a mesma coisa.

Os liberais o são nos dois sentidos da palavra: como se pode conceber o exercício da advocacia onde não haja direitos civis? É uma profissão que não progride num estado tirânico, despótico. Do mesmo modo, o médico, enquanto for clínico particular, que é uma coisa hoke em dia em extinção. Hoje em dia estamos assistindo a uma rápida extinção da profissão liberal.

Esses três tipos (o funcionário administrativo, o profissional liberal e o comerciante) estão na classe média, os três participam da insegurança própria de quem está no meio. O próprio comerciante, por um lado, pode ter que enfrentar as reivindicações proletárias; por outro lado, acima dele tem um outro poderoso que pode mais que ele e pode prejudicá-lo também. Tem tanto medo das massas sublevadas quanto dos grandes tubarões, do grande capital.

Cada um desses tipos reage à sua própria maneira. O comerciante, aderindo fanaticamente às alas conservadoras -- o pequeno comerciante é um fascista em potencial. Todos os movimentos fascistas, ultraconservadores, ultramontanos, etc, que teve no século, era formado quase que totalmente de funcionários administrativos, balconistas de lojas, bancários e pequenos comerciantes. No nazismo houve um recrutamento em massa da marginália, dos marginais: bandidos, prostitutas, etc. Foi o único movimento até hoje que conseguiu usar essa gente para alguma coisa, mas isto por certa peculiaridade que tais coisas tinham na Alemanha. Mais tarde veremos a mentalidade dessa gente.

Ainda da classe média sairá esta terceira ala dos profissionais liberais que, ao contrário, tenderá a ir para o lado liberal, democrático, socialista, etc. Tenderá também, ainda do ponto-de-vista psicológico, a ser, a rigor, a única ala que preza realmente a independência, porque é a única que tem independência real e precisa dela. Para o profissional liberal ir prá frente, é preciso que a sociedade permita o movimento livre. Por exemplo, um clínico particular necessita que as pessoas tenham liberdade de escolher o seu médico e que o médico tenha liberdade de agir a seu modo. Do mesmo modo, o advogado necessita que haja motivos para ele advogar -- ele vive da liberdade. Podemos dizer que, de todas as classes sociais, a única que ama a liberdade é essa, cujo nome já o diz, que são os profissionais liberais. As outras todas amam alguma outra coisa: o comerciante, a sua segurança; o capitalista, o poder de fazer a história (quer ser a ponta-de-lança, o grande chefe que abre o futuro); o funcionário, lojista, bancário, ama o mundo dos

sonhos, o mundo das ilusões, o mundo do passado e assim por diante.

Com isso, cada um de vocês pode estudar um pouco a história das suas famílias com relação a isso que estamos dizendo e poderão ver quantos traços de personalidade -- e não de caráter -- foram herdados da simples posição social e são iguais em quase todas as pessoas do meio.

O Financista: algo pior do que o capitalista industrial. Claro que há um monte de tipos mistos, onde o sujeito é industrial e financista ao mesmo tempo. Porém, vamos supor o tipo puro, que não tem fábrica de nada, não tem terra e a única coisa que faz é mexer com dinheiro, isto é, mobiliza o capital. Seus clientes só podem ser dois: o homem da indústria (o capitalista) e os governos (os estados).

O homem que comercia com o Estado, que empresta dinheiro para o Estado, que faz do Estado o seu devedor, está naturalmente acima do Estado. Ele não será louco de ter uma base territorial muito firme dentro da casa do seu devedor. Sempre tem uma perna no estrangeiro. Por isso dizia Karl Marx: "O capital não tem pátria".

Vamos supor o tipo puro, que não tem fazendas, indústrias, etc. O homem que é puramente dono de dinheiro só tem aqueles dois clientes mencionados, os capitalistas industriais e os governos. Sendo o governo um de seus clientes preferenciais, ele não será louco de ser totalmente dependente do governo que lhe deve.

Durante toda a história do ocidente, os judeus tiveram um aprendizado terrível: se você mora dentro da casa do seu devedor, ele não te paga -- de mata. Depois que, durante dez séculos, os governos emprestavam dinheiro dos judeus e depois mandaram matá-los, os judeus chegaram à conclusão de que esse negócio era meio perigoso: completamentaram o silogismo e concluíram "é melhor não estar em lugar algum". Quando chegou mais ou menos o século XVIII, conseguiram formar uma imensa casa bancária internacional: a casa bancária Rothschild, depois do que surgiram muitas outras. Depois que formaram o Rothschild, ninguém mais os pegou. Porque nunca estavam, os Rothschild, em parte alguma: sempre estavam em dez países e onde quer houvesse um problema com eles, sempre tinham um jeito de jogar um país contra o outro. Os interesses nacionais passavam a ser fortemente afetados por essa casa bancária. Inclusivo, a nossa Guerra do Paraguai, foi determinada pela Casa Rothschild. Nosso imperador D. Pedro II foi comprado para invadir o Paraguai. Porque o Paraguai era um país riquíssimo no século passado e começou a ter uma indústria naval, uma indústria bélica, em condições de concorrer com as melhores da Europa e a preços mais baratos. Isto fez com que fosse necessário detê-lo. O homem que entra na nossa história como cruel, tirano, que esmagava o seu povo e o mantinha na miséria, na verdade era capitalista lúcido: Solano Lopez tornou o Paraguai inteiro numa fábrica. No século passado, o Paraguai tinha um dos maiores padrões de vida do mundo. Tinha tanto dinheiro quanto a Inglaterra. Embora fosse muito desenvolvido em alguns setores e pouquíssimo em outros. Também porque Solano Lopez foi inteligente e atacou primeiro as indústrias de base, de máquinas. Ele tinha uma indústria têxtil muito precária, uma indústria de bens de consumo muito precária -- não havia sapato para comprar, simplesmente. Tinham dinheiro mas andavam descalços. Não havia um único analfabeto em todo o país. Então esse país começou a representar um grave perigo e a Casa Rothschild, por interdição do nosso Barão de Mauá -- herói nacional -- fez lá negócio com D. Pedro II e isto resultou no genocídio paraguaio. Porque a guerra do Paraguai não parou com a simples vitória militar: o objetivo não era a vitória militar, era arrasar com o país, não deixar pedra sobre pedra. Não era questão de ocupar militarmente e tomar o país para o Brasil. Era deixá-lo num tal estado que não valesse nem a pena tomar conta. Mataram 95 % da população masculina e 75 % da população total. A última batalha que teve foi uma batalha de quatro mil soldados brasileiros contra duzentos paraguaios que tinham de oito a doze anos de idade. Nosso exército heroicamente dizimou, acabou com os meninos. Daí porque disse que o capitalista bancário é muito pior do que o outro.

Quase todos os movimentos da história contemporânea têm a mão do banco por trás. É uma coisa extremamente difícil e seguir o fio da meada porque, sendo organizações internacionais, o próprio governo não tem domínio sobre o que está se passando, as informações são truncadas e geralmente a gente tem aceso a elas muito tempo depois que os acontecimentos se desenrolam. Qualquer ação eficiente da opinião pública é quase impossível. É mais fácil atacar o capitalista, atacar um governo do que atacar um poder onipresente e invisível.

A casa Rothschild começou a se fazer, a ganhar muito dinheiro, com as guerras napoleônicas, explorando o sistema de pombo-correio que, do local da batalha, informava a um agente em Londres o andamento da batalha (rapidamente: em duas horas o pombo estava lá). O sujeito espalhava geralmente a notícia contrária, de maneira que as ações de firmas que tinham interesses subiam ou desciam conforme esse jogo e ele, Rothschild, sempre comprando ações mais convenientes . Ele já sabia qual era o lado vendedor mas os demais levariam uma semana para sabê-lo e com isso ele se tornou enormemente poderoso. Daí a expressão "um passarinho me contou". (A bird told me). Os vencedores de Napoleão ficaram na mão dos Rothschild.

A Inglaterra tem uma dívida com esse mesmo pessoal da família Rothschild desde 1400, o que nunca foi pago. O acordo que fizeram foi da seguinte maneira: os Rothschild emprestaram o dinheiro mas não exigiram que o devolvessem. Pediram (e conseguiram) o direito de explorar o Banco da Inglaterra. Isso ocorreu assim: quando houve a revolução de Oliver Cromwell, que proclamou uma república na Inglaterra, a família real, para retomar o poder, precisou de dinheiro para formar um exército e invadir a Inglaterra. Foram a dos antepassados do homem dos passarinhos e pediram-lhe dinheiro emprestado. Ele emprestou uma quantia fabulosa e disse que não precisariam pagar, bastando apenas dar o dinheiro se explorar indefinidamente o Banco da Inglaterra (semelhante ao nosso Banco do Brasil). A dívida externa da Inglaterra está vigindo até hoje. Graças a isso, tiraram Cromwell, reinstalaram a monarquia, que está lá até hoje. Foi assim que foi possível, num país tão conservador quanto a Inglaterra, em pleno século XIX, ter um judeu como Primeiro Ministro, foi Disraeli, homem de grande gênio.

Da Idade Média até hoje, a situação muito. Os judeus, de queimados, passaram a mandar. Aprenderam a lição.

Por volta do século XVIII os judeus começaram a compensar tudo o que sofreram durante uns 15 séculos. Essa desforra ainda não terminou. E este é um fator muito importante na história contemporânea, que não podemos esquecer.

Evidentemente que nem todos os banqueiros são judeus, mas quem inventou essa história foi judeu. E além do capital por si mesmo não poder ter pátria, pelos motivos já explicados, a própria nação judaica não tinha lugar no espaço. Então somaram-se fatores. Qual será, pois, a mentalidade desses banqueiros ou de seus familiares? O que ele pensa?

Em primeiro lugar, há ausência de compromisso com qualquer coisa, pessoa, país, grupos, etc. Não se pode falar que tenham compromisso nem com judeus. Eles querem é saber de si mesmos, pouco ligando para os judeus.

Há uma teoria -- assunto dificílimo, esse, de estudar -- de que esses grandes capitalistas do mundo não são propriamente judeus, mas descendentes de uma tribo húngara, chamada Kazars, que no século XIII se converteu maciçamente ao judaismo. É o único caso de conversão maciça ao judaismo, caso estranho em vista do fato de os judeus não aceitarem conversão de ninguém. Há um mistério nesta história, história esta estudada por Arthur Koestler, em seu livro "A 13a Tribo", livro muito interessante (A. Koestler foi um dos grandes conhecedores do judaismo atual). O que levou a alguns a acreditarem que a atual dissolução do judaismo -- enquanto religião, está em plena dissolução, inclusive pelo grande número de casamentos de judeus com não judeus, em particular com não judias, porque a herança se transmite por linha materna no judaismo. Se o judeu casa com uma não judia, o filho não é judeu. Como muita gente começou a fazer isso, a casar fora da raça, existe uma grande massa de judeu numa posição indefinida, que não dá para saber se o sujeito é ou não judeu. Disse Jesus a João, na ilha de Patmos "... da sinagoga de Satanás, os que dizem que são judeus mas não o são -- eles mentem." Frase enigmática para a época. Um dos grandes enigmas da história, a tribo dos Kazars, é que não são propriamente judeus.

Segundo alguns, é dessa gente que sai o grosso dos grandes banqueiros que nos dominam hoje. De modo que, passando por judeus, contribuem de certo modo para extinção do próprio judaismo. No Estado de Israel, apenas 3% são judeus praticantes. Esses 3% são perseguidos, ridicularizados, de vez em quando suas sinagogas são invadidas, eles apanham, de maneira que esse famoso poder dos judeus que os nazistas, o pessoal antisemita atribuiu à maquinação dos próprios rabinos, na verdade não existe, pois os rabinos são os primeiros que estão perdendo com essa história. O judaismo está se dissolvendo. Existe agora um pseudo-judaismo, que é um vínculo que não é mais religioso, não é racial, não é cultural e só existe em

função do dinheiro. A estes, chamar de judeus é incorreto. O correto seria chamá-los americanos.

Os banqueiros não têm, portanto, compromisso com nada nem ninguém. Se são judeus -- basta estudar a história da II Guerra Mundial -- porque o mundo inteiro, até a véspera da guerra, queria um acordo com Hitler. Se tinham poder no mundo, tinham dinheiro, por que não armaram os judeus pobres, fizeram-nos fugir, por que não tomaram uma providência? Simples: estavam interessados em alguma outra coisa. Os mesmos que financiaram o reerguimento econômico e rearmamento da Alemanha: bancos americanos pertencentes a judeus. Esses deveriam ser crucificados em praça pública como traidores da nação judaica.

Sempre que ocorre guerra, perseguição, morte, o banqueiro jamais é atingido. Quem vai para a câmara de gás é o judeu da alfaiataria.

Uma coisa certa em tudo isso é o fato de que o sujeito que está vinculado ao grande capital financeiro não tem compromisso com nada, nem com ninguém. Como tudo que existe tem um valor positivo qualquer, o valor positivo destes é a visão internacionalista. Ele -- o capitalista internacional -- não está compromissado com nações, com religiões, com nenhuma organização social em particular e ele realmente pode e precisa ver o mundo como um todo. É um tipo enormemente plástico, internacionalista e que fica colocado numa posição por assim dizer acima da humanidade. Tenta ser co-regente da história, regente do mundo, não de uma nação em particular. Este pessoal e as pessoas que mais diretamente estão ligadas a eles são pessoas que não têm nenhum limite à sua atuação, que encaram a situação humana -- são as pessoas de fato as mais aptas a encarar a solidão do homem no cosmos. Das duas uma: se Deus existe, ele tem que dialogar diretamente com Ele, porque não dialogam com mais ninguém; se ele não acredita em Deus, então vão ter que tirar tudo da própria cabeça porque não têm quem lhes diga o que fazer. Isso é o máximo de autonomia e liberdade que se pode conceber. É uma liberdade quase alucinante.

Um pouco dessa liberdade quase alucinante, esse mesmo pessoal conseguiu insuflar em algumas camadas da população que, no entanto, não têm os meios de viver livremente como eles. É por isso que se forma, às vezes, uma estranha aliança entre esse pessoal do grande capital e certas faixas da classe média ou mesmo de proletários, anarquistas, revolucionários... porque esses também não têm compromissos com nada. Aí entramos na marginália.

Esta mentalidade de ilimitação nós encontramos também no que Marx chamava Lumpen Proletariado, que é o conjunto dos bandidos, prostitutas, marginais em geral, grupos terroristas... para esses também não há limites. Para os tais, a idéia de patriotismo é ridícula.

O internacionalismo existe na mentalidade do banqueiro e no movimento anarquista, onde havia uma parte proletária e uma parte lumpen, uma parte marginal. Os mais poderosos e os menos poderosos se unem -- todo mundo na sociedade tem algum poder, mas o pessoal da marginália não tem poder algum, no máximo têm o poder da sua força física, que é um poder ridículo. Esses dois vivem fora dos limites. Podemos acreditar que uma boa parte da ideologia de liberdade absoluta, de liberação total vem de cima usando tendência do pessoal de baixo. Ideologia de levar tudo às últimas conseqüências. É tendência da marginália. Por outro lado, o banqueiro, o homem de cima, também não tem limite algum. Ele não tem limite mas tem poder e quer alguma coisa, ao passo que a marginália não quer nada. Porém, ela é naturalmente sensível a mensagens de liberdade absoluta. Porque já não são capazes de incorporar nenhuma norma social. De certo modo, já desfrutam de uma liberdade no sentido moral da coisa, mas não têm poder, portanto não têm liberdade física, o poder de fazer tudo o que queiram. Não há nada mais atraente para um bandido do que isso aí. Mas quem pode fazer efetivamente tudo o que quer é só o banqueiro. Daí que haja uma certa mensagem, um certo intercâmbio, passagem inclusive de pessoas das esferas marginais para as altas esferas do capital, coisa tão bem retratada entre nós nas peças de Nelson Rodrigues -- "O Boca de Ouro", filme asqueroso mas que retrata bem isso. Sociologicamente é um filme importante.

Hoje em dia já estamos passando por uma outra fase que é a fase do banditismo organizado em escala mundial -- os banqueiros do jogo do bicho o ilustram, o Cartel de Mendelín, etc. No entanto, essas idéias todas não podem favorecer o sujeito marginal porque na maior parte dos casos ele sairá derrotado. Qualquer tentativa e ele sai derrotado -- mas o banqueiro sai ganhando.

Estas idéias, quando chegam aos ouvidos das demais classes sociais, provocam uma devastação. Por

exemplo, o funcionário de classe média, que é o homem que vive de sonho, quando ele ouve essas promessas de liberdade absoluta, caos total, pode aderir a essas coisas do mesmo modo que ele aderiu ao fascismo. Ele aderiu ao fascismo porque o fascismo é loucura e ele adere a isso porque é loucura.

O proletariado industrial (que não analisamos ainda) possui uma mentalidade altissimamente organizada e coletivista tende a se organizar em verdadeiros exércitos políticos, constituindo a opinião publica organizada como um grupo de pressão e combate sindical, político, etc. Quando esta ideologia dos banqueiros e da marginália chega aos ouvidos do proletariado, dissolve a sua organização, arrasta, leva cada um para longe. E isto é o fato mais constante na história contemporânea.

Não digo que tudo isso tenha sido concebido propositadamente. Porém, uma vez que as idéias e ideologias já estejam correndo para lá e para cá, não custa utilizá-los para alguma finalidade que pareça útil. É por isso que os grandes teóricos do movimento comunista desde o começo do século compreenderam uma guerra terrível contra as teorias irracionalistas. Os grandes teóricos e líderes do movimento comunista internacional logo de início perceberam que as teorias irracionalistas -- caos, droga, misticismo, pseudo--misticismo, esoterismo, ufologia, bruxaria, etc, não só na sua versão grosseira mas também na sua versão filosófica mais requintada -- representa um perigo para o movimento proletário. E moveram desde o começo do século contra essa ideologia da qual se pode encontrar a expressão mais clara no livro de George Kukács que se chama "A Destruição da Razão".

O homem das finanças exerce a liberdade. Se vive ilimitação total, já está no caos. Por exemplo, não é possível saber quanto dinheiro tem um banco, é algo impossível de saber. Há um livro chamado "The Money Game" (O jogo do Dinheiro"), assinado com o pseudônimo Adam Samith, que foi escrito por um sujeito importante da Bolsa de Valores de Nova York, que resolveu explicar como a coisa funciona. Somando tudo, controlar a Bolsa de Valores é como mais ou menos aquela peça de Peter Weiss "A Perseguição e o Assassinato de Jean Paul Marrat, representado pelos loucos do asilo de Cheraton sob a direção de Sade". Dirigir e alcançar algum resultado na bolsa de valores é como dirigir um banco de loucos, que não cedem a argumentação racional e nunca agem de maneira previsível. Isto é a bolsa de valores, que é um jogo psicológico muito fino, de perceber tendências absolutamente irracionais.

Um industrial não pode agir assim. Ele está no mundo da razão, do planejamento, da ação conseqüente, visando a um fim.

Essa não é a ideologia dos grandes banqueiros e, sim, o caos é a ideologia da marginália, pois o sujeito marginal é o sujeito que permaneceu infantil.

O marginal é o sujeito que vive à margem do processo econômico, ele não tem função definida. Ele é incapaz de incorporar uma norma social e incapaz de agir de maneira conseqüente e em vista de um fim. Ele é incapaz porque a razão individual não opera diretamente sobre as coisas do mundo físico. Ela usa como intermediária a organização social, a racionalidade imanente à própria organização social. Isso quer dizer que um homem sozinho, como por exemplo, Robson Crusoé, na sua ilha, relaciona-se com a natureza usando todos os elementos da sua cultura e da sua sociedade. Ele era um marinheiro bem treinado e representava a presença da sociedade inglesa naquela ilha. Isso significa que o homem só pode agir de maneira conseqüente sobre a natureza inserindo a sua ação dentro da racionalidade da sociedade e da cultura onde ele está e não diretamente, nua e cruamente. O marginal é capaz de ação conseqüente porque ele não consegue inserir a sua ação dentro da mecânica social, porque ele não pertence a ela. O que ele deseja fazer não é aceito como legítimo pelos outros. Claro que ele poderá eventualmente fazer algo se conseguir passar despercebido.

O vigarista, tecnicamente falando, é um estelionatário. Estelionatário vem de stelium, que quer dizer lagarto. O lagarto, em Roma, era mais ou menos o que significa raposa entre nós.

O que é o estelionatário? É o sujeito que vive de criar uma aparência de negociação onde um dos elementos da negociação é subtraído. Isso quer dizer que ele precisa saber simular uma negociação normal; portanto, algo do código comercial ele precisa saber. O código comercial evidentemente não prevê tudo e as pessoas, por sua vez, também não conhecem o código comercial. Então existe um ponto de falha. A racionalidade social não é completa. Nenhuma sociedade é perfeita. O vigarista vive deste ponto de falha.

Isto pode chegar a um requinte fabuloso. Hoje em dia, existem organizações internacionais de estelionatários. No jornal O Estado de S. Paulo de hoje (09.12.90), há uma notícia na primeira página do segundo caderno que há anos venho dizendo que vai sair e finalmente saiu. É a seguinte: a última moda na Itália é o assalto por hipnose. Há muito tempo eu dizia que isso seria usado no mundo inteiro e que seria uma praga. São organizações imensas que tem uma têm uma tecnologia psicológica -- têm técnicos, psicólogos que trabalham para eles -- que treinam indivíduos para executarem certas operações ilícitas. De maneira que fique difícil ou quase impossível pegá-los, porque operam no limite entre o legal e o ilegal, explorando portanto, dentro da regra que acabei de formular, o ponto de falha. O truque é o seguinte: o sujeito chega numa loja, é sempre um estrangeiro que fala mal a língua. Compra alguma coisa e na hora que vai receber o troco, diz: "por favor, em queria notas da série tal, porque sou colecionador, queros levar notas estrangeiras desta série. "Não sei o que ele faz em seguida, mas a partir desta hora o homem do caixa pega a primeira nota, continua repetindo o gesto, dando nota por nota até esvaziar o caixa. E passa meia hora que o caixa acorde e perceba o que se passou. Depois ele recorda de ter feito uma coisa inexplicável: narra que sentiu uma compulsão e não conseguia parar o gesto.

Aqueles que tiveram notícia da Programação Neurolinguística sabem que não e tão difícil obter este efeito. Desde o tempo que comecei a estudar esse negócio de seitas, em 1985, venho vendo coisas de perto, uma organização dessas começando a sua atenção. Pela lógica, era possível (como foi) prever que eles cresceriam, aperfeiçoariam suas técnicas até chegar a este ponto. Chegou até antes que eu esperava. Na Itália, isso virou uma verdadeira epidemia.

Por enquanto, é só na Itália. Os lojistas, banqueiros, todos estão com saudades do tempo em que eram assaltados com armas. Porque agora é quase impossível pegá-los, por não haver prova. Em segundo lugar o sujeito sempre poderá escapar dizendo que "não roubei nada, foi ele que me deu". Não existe jurisprudência suficiente para pegar o sujeito. O livro dos Vedas, há uns 10.000 já dizia que "no fim dos tempos surgiria uma infinidade de crimes não previstos pelas leis". Esta é a notícia mais importante que já saiu nos últimos anos. Mesmo Sadam Hussein ou análogo é bobagem perto disto. Os praticantes desta forma de crimes são todos paquistaneses. Portanto, há uma organização dentro do Paquistão que treina esta gente -- não se forma um técnico destes do dia para noite -- e isto vem sendo preparado há muito tempo e agora já soltaram um bando, que em breve andarão por aqui, no Brasil.

O mundo islâmico é cheio de organizações secretas que nem os próprios governos conseguem controlar, a saber, nem conhecer. É um mundo tão obscuro que até 1930 não havia registro civil.

Esta notícia é verdadeiramente importante. Fui jornalista 15 anos e sei o que importa e o que não importa. Também sei que os jornais só dão importância aos fatos quando ele chega às suas últimas conseqüências. E quando você vê o fato nascente, a força história que está surgindo, eles não percebem. Por exemplo, esse negócio de bandidismo organizado no Brasil, em 1977, 1978, li num jornalzinho -- imprensa nanica, que edita uns 1000 exemplares e poucos lêem -- uma entrevista de um sujeito que era um intelectual e terrorista que, obtendo estado na cadeia durante algum tempo, dizia ter ensinado muita coisa e treinado muitos marginais, ensinando os princípios de organização que ele tinha aprendido em Cuba, União Soviética, China, a alguns bandidos. Um jornalista avisado como este que os fala, olha isso e já sabe como vai estar a coisa daí a sete, oito anos. A grande impressa só imprensa só percebe a coisa quando já é fato consumado.

Coisas deste tipo é como o vírus da AIDS, que é pequeno, invisível mas mata. O assalto por hipnose mata a sociedade, muito mais do que uma guerra, do que a miséria (assim como a instrumentalização da marginália com técnicas científicas). Imaginem então o uso sistemático desta coisa para roubar algo mais do que dinheiro. Tem coisas mais vitais que o dinheiro. Vamos entrar no século XXI, que será um século de combate entre técnicas psicológicas e vocês estão tendo a honra insigne de se preocuparem em primeiro lugar com o problema. Se comentarem isso por aí, julgarão que estão loucos. Daqui a uns 10 anos, o que hoje flagela apenas a Itália, será um flagelo mundial. Os assaltantes chamam-se hipnoladri . Serão um flagelo mundial e estarão roubando coisas bem piores do que caixas de lojas.

Quando mexemos nestas classes, a dos grandes banqueiros e a dos marginais, nós entramos no mundo do horror. Portanto, vamos sair deles rapidinho.

A maioria da humanidade não é nem banqueiro nem marginal e espero que continuemos assim. Portanto,

faço um apelo aos presentes. Este curso não é um curso de moral mas tenho o direito de dar a minha opinião moral sobre alguma coisa. Creiam no que quiserem mas, quando vierem este tipo de ideologia marginal, que só pode ajudar de um lado aos banqueiros, de outro ao caos, fujam disto. Sejam socialistas, comunistas, pró- capitalistas, democratas, cristãos, muçulmanos, sejam o que forem. Mas isso aí não. Porque isto é o fim da humanidade. Quando falamos coisas sobre Gurdjieff, Madame Blavatsky, futebol (que está mais ou menos nesta linha) ... este é o começo de uma injeção de caos em toda a humanidade. Ninguém sairá ganhando.

Existe uma ideologia, de certo modo. Em primeiro lugar, uma ideologia cínica. Existem grandes faixas da população que hoje, nem pertencendo a uma ou outra dessas camadas, ficaram contaminadas sobretudo a classe média, sobretudo a classe dos funcionários, bancários, etc. É mais fácil contaminá-los com essas coisas porque aderem a qualquer coisa que pareça louca e pareça libertá-los da sua situação opressiva. Hoje em dia, os estudantes universitários, em grande número, já estão aderindo a essas coisas. A maior parte da humanidade, graças a Deus, não adere. Não aderirá nunca. Porém, no meio social de sua frequentação, isso é dominante. E esta é uma ideologia cínica, a de que se pode fazer tudo o que se quer fazer. É a ideologia do quero espaço, do sou mais eu. Um capitalista industrial não pensa assim, um proletário, um comerciante, um lavrador, um militar não pensa assim. Só quem pode pensar assim ou é banqueiro internacional, sujeito que, de certo modo, se coloca acima da humanidade, e a colocar-se acima coloca-se fora da humanidade; ou o marginal que, estando abaixo e não conseguindo entrar, pretende agir como se tivesse um poder total.

Há um filme que deveriam assistir: Dr. Mabuse, de Fritz Lang. Este filme foi feito em 1920, era cinema mudo, ainda. Dr. Mabuse era um jogador, um marginal, que fazia fortuna jogando baralho e hipnotizando o seu adversário, de maneira que o adversário sempre dava as cartas que ele queria e ficava ali como bobo. A história do Dr. Mabuse começa com ele subindo na vida com jogo. Depois já nas altas esferas, metido na política, com governantes, ministros de estado, etc. Daí ele é descoberto, desmascarado e posto num hospício. No hospício, ele organiza uma rebelião que tomará o poder e transformará a sociedade numa tirania sangrenta. Hitler quase fez tudo isso.

Quando começa a ideologia irracionalista, este é o poder dos marginais. Se os marginais, que nunca têm força suficiente, conseguirem apoio dentro de certas áreas da classe média, é o nazismo. Pode ser outro nome mas é o nazismo. Se quer saber qual é o inimigo, digo: este é o inimigo da humanidade. Ele é difícil de você pegar porque ele não está localizado neste ou naquele lugar. Se disser: são os judeus, são outros, são a maçonaria, é a Igreja Católica, seria fácil. Mas isto não é um inimigo localizado. É um estado de espírito que perpassa desde as grandes esferas do capital até as camadas do submundo e que vai envenenando as outras camadas.

Vale lembrar que Hitler era vegetariano, praticava o culto do corpo, não fumava, não bebia, acreditava em UFOs, na reencarnação, astrologia e era de extração marginal. Viveu em asilos de pobres, onde conseguiu lá sua primeira liderança. Era quase o Dr. Mabuse. Era um soldado, tinha sido um bom soldado mas não sabia fazer mais nada. Quando acabou a guerra, voltou para casa e não tinha emprego, acabando parar no asilo dos pobres, onde, sendo um homem muito paciente, muito compreensivo, muito bondoso, conseguiu que os caras o amassem. Virou o chefe o asilo dos miseráveis. Pouco faltou para ser o Marquês de Sade dirigindo os loucos na peça da morte de Jean Paul Marrat.

Essas obras de arte não podem deixar de conhecer porque são educativas, é o mundo que nós vivemos, não totalmente, mas a parte dimensional do mundo. Essa do peça de Peter Weiss é obrigatória. O curioso é que os autores dessas duas obras (Dr. Mabuse e "A Perseguição e Assassinato de Jean Paul Marrat ...") um é alemão e o outro judeu. Weis é judeu e Flitz Lang alemão. Vê-se que lá na Alemanha, entre judeus e alemães já estava se resolvendo toda a miséria que ia acontecer no restante do século. Na Alemanha, entre as duas guerras, todas as loucuras que ameaçam o mundo ou ameaçam varrê-lo, já estava tudo formulado lá em plano pequeno. Nós somos uma gigantesca Alemanha.

Se tem um sentido a atividade de estudo, de ciência, do ponto de vista ético, o fundamento é a defesa do homem contra isto. Porque isso não é humano. Isto, pretendendo ser sobre-humano, acaba sendo na verdade infra-humano, menos que animal. Esta é a guerra. A guerra não é contra o comunismo, contra o capitalismo, contra os jesuítas ou anti-jesuitas, não é contra os muçulmanos ou contra os judeus e, sim

contra isto. Que nome tem isso? Não dá para saber. Talvez seja o capeta, que tem mil faces. É um espírito, não é uma coisa. É o espírito do erro, espírito do engano. Dizia São Paulo apóstolo: "nossa luta não é contra a carne e o sangue, nem contra a matéria, mas contra o espírito do mal e do engano. "Todo esforço do homem. Toda a cultura, em todas as suas expressões, em todas as suas variáveis, as suas correntes, às vezes hostis entre si, todas elas são uma defesa do homem contra isso. Se você defende o socialismo, está defendendo o homem contra isto; se defende o capitalismo, a religião, a liberdade de não ter religião, está defendendo o homem contra isto. Se defende o caos, a loucura, daí defende- se o que é contra o homem. O homem é o animal racional -- acabou o homem. Como recomendação, só para entender melhor isso aí, procurem ver essas obras, principalmente a do Fritz Lang e leiam o livro de Lukács, "A Destruição da Razão, onde ele vai pegar as raízes filosóficas dessa coisa.

Daí porque este curso não tem posição pró ou contra qualquer postura: marxista, religiosa, anti-marxista ... somos é a favor do ser humano. A coisa a que nos referimos não é humana. Caso saísse vencedora, seria a extinção da espécie humana, daí porque eu acredito que o homem, no fim, vence. Enquanto existir gente, isso aí não vence, embora faça grande barulho. Sobretudo, entra na mente de grandes faixas da classe média e é contra isso que temos que colocar a barreira do conhecimento, da lucidez, da consciência. Este terreno onde estamos, que é a astrologia, é um terreno em disputa. A astrologia é como uma dama que está sendo disputada por duas forças. Ou ela será usada totalmente para enlouquecer a humanidade ou ela via virar uma ciência. Não tem meio termo. Os camaradas que estão na esfera científica, que levaram a astrologia a sério fizeram muito mal. Entregaram-na para os dementes.

Podemos entender que a psicologia de classes é fundamental para o entendimento de qualquer indivíduo, independentemente do seu caráter. Porque uma ideologia dessas pode possuí-lo de tal maneira que apaga seu caráter, não sendo possível ver qualquer coisa além da classe social. E isto é uma coisa terrível, é uma espécie de desumanização. Temos que primeiro conscientizar o indivíduo da sua posição de classe social para que ele possa optar livremente e fortalecer o que é dele, sua maneira pessoal de ser.

Quem foi Gurdjieff?

Gurdjieff foi um balão de ensaio. Foi mandado para a Europa para ver até que ponto a intelectualidade européia seria trouxa de aceitar algo assim. A resposta foi "mais ou menos": uma certa parte é refratária mas outra aceita de bom grado, se entrega de mãos amarradas.

Antigamente, quando vocês eram pequenos, no tempo em que havia ensino religioso, mãe, pai e padre ensinavam: existe o capeta, existe o mal, cuidem-se, fujam, não de deixem enganar. Mas aí o diabo foi proibido, foi censurado. Então, não se pôde falar mais dele. Já dizia Baudelaire que o truque mais velho do diabo é fazer de conta que ele não existe,. Ou então fazer de conta que é algo ridículo, assumindo uma personalidade ridícula, como um bichinho com rabo e chifre que as pessoas pensem "uma coisa tão ridícula dessas não pode existir". De fato não existe. Quando se diz "é um espírito", como as pessoas não conseguem conceber o que é espírito, pensam que espírito é uma espécie de vaporzinho que se desloca no ar, uma espécie de energia ... mas não é isso. Espírito é isso: é uma tendência da inteligência. No caso, uma tendência para o erro, a qual é uma força histórica. É contra isso que combate a humanidade desde que ela existe. Como agora a humanidade cresceu muito, aprendeu muita coisa, e está chegando numa época onde vive sem uma autoridade intelectual, moral, etc, de agora em diante, ou vamos viver numa democracia com liberdade e nós mesmos vamos enfrentar essas coisas ou estamos fritos: antigamente, tinha a Igreja para proteger, tinha o bedel, pai e mãe e hoje em dia não tem mais nada.

Não falamos da burocracia estatal, dos militares, do camponês. Continuaremos mais tarde. Além disso vamos ter que cruzar esta referência das classes com uma outra grade, que é uma grade histórica, temporal, para que possamos chegar a uma descrição melhorzinha da sociedade tal como está no mundo e no Brasil em particular. Mas por enquanto, acho que esta tipologia das classes tem que ser guardada na cabeça, de maneira que, vendo o sujeito, se saiba de imediato: é alguém que saiu da classe média, tem X % de ideologia marginal, X % de tal outra ideologia, de forma que se possa sociologicamente o indivíduo e não atribuir a eles traços devido a Saturno estar aqui, Urano ali, etc. Porque os dados astrológicos definirão o caráter pessoal dele. Esse caráter pode estar simplesmente sumido embaixo da classe social. Porque todos os indivíduos da mesma classe pensam igual. É como dizer para um sujeito da classe média: "você é muito inseguro porque tem Urano quadrado Marte. "Não é isso, você é inseguro porque é um sujeito da classe

média: seu pai era um pequeno funcionário, sempre apavorado, tem um dinheirinho na poupança, está com medo de perder, mas ao mesmo tempo sabe que tem algumas vantagens, quer que a situação mude mas tem medo de que a mudança lhe seja desvantajosa ... Ou seja, sempre está nesse vai-não-vai faz gerações. Então, você é inseguro por isso, esteja lá Urano onde estiver. Não é aí que veremos surgir o traço astrológico. Precisa descascar isso primeiro. O que a astrologia vai revelar é alguma coisa muito mais próxima de você mesmo como indivíduo. E que às vezes precisa de fato você mesmo tirar um pouco essa determinação da ideologia de classe para que você possa ser você mesmo, seja você proletário, banqueiro ...

Janeiro de 1991.

AULA 37

O texto que vamos estudar nesta aula é de importância central para a resolução de muitos enigmas relativos ao método da astrocaracterologia. Praticamente tudo aquilo que discutidos a respeito de método, buscando comparações no campo de algumas ciências para podermos elaborar um método próprio, será retomado agora à luz das idéias de Max. Talvez tenha sido Weber o maior metodólogo da ciência de maneira mais pura o que é quem vem a ser um cientista, um sábio. Um homem incorruptível do ponto de vista intelectual, cuja obra abarca praticamente toda a cultura mundial do seu tempo.

Em relação ao método, podemos dizer que o trabalho de Weber é aceito até hoje como parâmetro no mundo científico. "Apesar de muitas realizações, Weber não deixou um escala. Talvez se possa atribuir isso, em parte, ao fato de que sua má saúde lhe impediu uma carreira normal de ensino em instituições do mais letivo e, em parte, ao fato de que a obra madura de Weber foi publicada (postumamente) em uma Alemanha encarada com suspeita, especialmente no campo das idéias sociais. A ausência de uma escola Weberiana também reflete o fato de que semelhante desdobramento não interessou ao próprio Weber. De acordo com as normas da ciência e do estudo, ele procurava a verdade, e não seguidores."

Não lidaremos aqui com o Weber sociólogo, mas, antes, com o filósofo, com o metodologista das ciências. Mesmo tratando de questões que julgaremos especializadas, restritas a certas áreas da ciência, o pensamento de Weber tem um alcance sobre toda a cultura ocidental moderna; somos weberianos sem saber, a forma mentis deste homem foi determinante para criar o nosso perfil atual. Assim se conhecer a si mesmas, é bom conhecermos as idéias que entraram tão profundamente no subsolo da nossa cultura. No que diz respeito ao estudo do fenômeno da influência astral, quanto à questão de que tipo de ciência caberia para resolvê-lo, vamos encontrar em Weber, a resolução de quase 80% do enigma. Karl Jasper dizia de Weber: "Este homem não tem uma filosofia", tentaremos então absolver da melhor forma estas lições lembrando que nenhum estudo de metodologia, para qualquer fim, será sério sem tudo o que vermos adiante.

1. Método Naturalista e Método Histórico

1. "A reflexão epistemológica de Max Weber tem por base a disputa metodológica que dividiu os universitários alemãs no fim do século XIX.

O objeto do litígio relaciona-se com o estatuto das ciências humanas: seria preciso reduzi-las às ciências da natureza, ou, ao contrário, afirmar sua autonomia?

[Dos partidários da autonomia,] uns, e entre eles Dilthey, acharam que o fundamento da classificação [das ciências em dois grupos] seria a diferença de objeto, com base na distinção entre o reino da natureza e o do espírito, ou da história.

Outros, entre os quais Windelband e Rickert, rejeitaram o fracionamento da realidade, e propuseram um fundamento lógico: a diversidade dos métodos constituiria o princípio da classificação: o sábio procura conhecer as relações gerias ou leis, ou então o fenômeno em sua singularidade. Haveria desta forma duas

espécies de métodos principais: um que se pode chamar generalizante; e o outro, individualizante. Daí resultam duas categorias fundamentais de ciências, que Windelband chama nomotéticas e idiográficas, e Rickert, ciência da natureza e ciência da cultura".

Aqui entramos num tema que nos diz respeito, de maneira muito próxima, que é o fato de que se existe um grupo de ciências que busca leis, isto é, regularidades que se observa em todos os fenômenos de uma mesma espécie e outras ciências que se aprofundam na singularidade de um único fenômeno, parece evidente que uma caracterologia no sentido estrito do termo, deveria estar incluída neste último tipo de ciência. Vamos ver então as conseqüências que isso tem.

Quando, no século passado, se formou com uma auto-consciência própria o grupo das ciências humanas, logo surgiu, como na formulação de qualquer ciência, o problema do método. Novas ciências não surgem pelo aparecimento de novos objetos de ciência, geralmente os objetos materiais são os mesmos e o que aparecer são novos objetos formais. Com o aparecimento das ciências o que surge é um no ângulo, ou um novo objeto formal, que se definiu aos olhos do sábio do século XIX à medida em que eles perceberam que este não podia, de maneira alguma, unilateralmente pelos métodos das ciências naturais, ou seja, que o homem comportava um algo mais que os enfoques da ciência natural e mesmo das antigas ciências humanas (História, Política, etc) não bastavam para abarcar, que havia algo de específico e de particular no fenômeno humano que requeria um olhar diferente.

Este problema é formulado por Wilhelm Dilthey que coloca uma diferença objetiva -- de constituição ontológica entre o mundo natural e o mundo humano, ou mundo cultural, ou, ainda, do espírito, como ele chamava. Tal diferença vinha do fato de que os eventos (fenômenos) da ordem natural sempre ocorriam de acordo com as leis e hierarquizados em gêneros e espécies, de maneira que ao captar a lei geral que governava uma certa ordem de fenômenos nada mais havia para ser compreendido ali, desde que cada um deles não seria nada mais do que a repetição do seu modo, do seu protétipo -- expresso pela lei; no entanto, isso não se dava de maneira alguma, no mundo cultural porque, a rigor, jamais havia repetição, porém, a formação de certas estruturas ou totalidades que só poderiam ser compreendidas de modo singular, ou seja, sem nenhuma esperança de captar leis gerais que governassem o mundo histórico e cultural. Por exemplo, se pegássemos certos produtos da ação humana, da criatividade, humana, como a constituição de Atenas, a Divina Comédia ou a Catedral de Notre Dame: mesmo que chegássemos às leis gerais que governassem esses fenômenos, isso não significaria que nós os tivéssemos compreendido. Só poderíamos compreendê-los na medida em que penetrássemos no que eles têm de singular e irrepetível. Por que é que tem valor, importância, para nós a Divina Comédia? Porque ela é única, não tem outra igual. Isso se aplica às obras de arte, aos eventos históricos, ou seja, o que interessa nesses eventos não é aquilo que eles têm em comum com outros eventos da mesma espécie, mas, justamente, a diferença. Dilthey viu uma diferença de natureza entre esses dois mundos e essa diferença fazia necessária a existências de dois tipos de ciência; ele expressou essa diferença nas palavras explicar e compreender. Dizia ele que as ciências naturais explicam o fenômeno e que as ciências culturais não buscam explicar o fenômeno, porém, compreendê-lo.

A explicação consiste em remeter o fenômeno às leis gerais que constituem, ou seja, em catalogá-los por gênero e espécie. Nas ciências da natureza, quando dizemos que compreendemos um fenômeno é porque sabemos remetê-los a um princípio geral. Já com o fenômeno do mundo histórico isso não se dá. Se pegarmos a Divina Comédia e a reduzirmos a leis gerais, verificaremos duas coisas: primeiro que essas leis gerais não existem; segundo que, mesmo que conseguíssemos reduzir, nós perderíamos de vista o objeto em si mesmo. De maneira que um fenômeno da natureza pode ser desdobrado, sem prejuízo, em vários aspectos, sendo cada um deles remetido a uma lei; porém, no mundo humano é diferente, seu objetivo é a captação da totalidade da estrutura singular de fenômeno. O que seria compreender a Divina Comédia? Seria captar a sua organização interna única e irrepetível. Foi assim que Dilthey colocou a questão, Wildelband e Rickert em seguida concordaram parcialmente com ele no sentido da idéia de que poderia haver dois tipos de ciência porém discordavam da idéia de que houvesse dois objetos distintos. Praticamente, Dilthey colocava a natureza e o homem como dois objetos que em si mesmos são distintos um do outro, não havendo, de maneira alguma, uma passagem entre eles, mas uma espécie de abismo entre o mundo da intransponível natureza nos ajuda para a compreensão da história e vice-versa. Wimdelband e Richert notaram, então, que a distinção não poderia ser entre dois objetos materiais e sim entre dois objetos formais, porque a natureza e o homem fazem parte do mesmo real, não existindo uma separação rígida

mais sim uma infinidade de fenômenos que estão na fronteira entre natureza e cultura. De qualquer modo, sustentaram a distinção feita por Dilthey, ela é valida nos termos colocados por ele, somente a razão que a fundamente deve ser outra. Concordaram no item essencial e divergiram no acessório.

Feitas todas essas distinções, os estudos que empreenderam a partir daí para explicar o mundo humano, aplicando esses critérios à história, à economia, à história da arte, à sociologia, etc, legaram ao século XX um conhecimento extremamente precioso. A "escola" de Dilthey, Windelband e Rickert foi responsável por uma fertilização sem precedentes dos estudos históricos, antropológicos, etc. O método deu certo até determinado ponto, porém, uma coisa é um método dar certo, se revelar fértil, e, outra coisa é ele adquirir o estatuto de lei; ou seja, ele mesmo ser tomado como uma descrição da realidade e foi isto, precisamente, que Weber não aceitou : a generalização dessas distinções feitas por Dilthey, Windelband e Rickert vai exigir um "algo mais" e com isto chegamos ao estado atual da discussão.

1.2. "Weber não aceita as condições de Windelband e Rickert. Nada mais contestável do que reservar um desses métodos a uma série de ciências e o outro a outra série. Ao contrário, qualquer ciência utiliza, ao sabor das circunstâncias, um e outros desses caminhos. É falso dizer que na prática as ciências da natureza utilizam exclusivamente o processo naturalístico ou generalizante, e os da cultura o processo histórico ou individualizante. As primeiras se ocupam de singularidade (por exemplo, as propriedades particulares de um planeta ou se um tecido) e as outras podem interessar-se pelo estabelecimento de leis gerais."

De fato, os dois métodos (generalizante e individualizante) existem, porém, não é verdade que sejam exclusivos, um, de um grupo de ciências e, outro, de outro grupo de ciências, porque ambos os tipos de ciência têm usado os dois métodos. Por exemplo, como que as chamadas ciências generalizantes ou ciências da natureza, poderiam chegar a catalogar os seus objetos e a reduzir a espécies, gêneros e, finalmente, às leis gerais, se não tivessem preliminarmente feito a descrição dos objetos um por um, à medida que os encontra? Como poderíamos ter uma ciência como a filosofia -- que é uma ciência que reduz o funcionamento do organismo, animal ou humano, a leis gerais --, se não tivéssemos tido, primeiramente, uma ciência totalmente descritiva como a anatomia? Numa ciência como a mineralogia o trabalho é fundamentalmente descritivo e, numa ciência como a geografia, como seria? É ciência humana ou natural? Hoje em dia se diz que é humana, mas não podemos esquecer as razões políticas em tal afirmativa, pois a geografia não é nem humana nem natural, é, sim, uma ciência mista como a ecologia. O estudo ecológico aborda a natureza como casa, morada -- do grupo oikos; ecologia é o estudo da casa. Se encararmos a natureza como nossa casa, estamos estudando a relação do cultural, do humano, isto é, da nossa ação, com as leis da natureza que nos circunda, vistos esses dois aspectos na unidade do seu resultado único. A ecologia não poderia caber no esquema de classificação de Dilthey. As ciências humanas não vivem sem gêneros e espécies, sem criar tipos e sem formular leis de algum modo e, as ciências da natureza também não vivem sem a apreensão do singular enquanto tal.

Weber coloca a questão através da impossibilidade de generalização buscando a resolução de caso, ou seja, ciência por ciência. Em cada uma delas haverá uma mistura e, portanto, uma dosagem, um padrão de relacionamento entre os dois métodos, que constituirá, por sua vez, o próprio método de cada ciência. Essa é a primeira lição de Weber: para haver o geral é preciso haver o específico e para haver o específico é preciso haver o singular. Weber é o homem do caso e essa mensagem é imorredoura -- antes de formular leis e generalizações vamos estudar caso por caso e descrevê-los com a paciência. Talvez nosso resultado final não seja tão brilhante, mas será seguro. Considerações deste tipo estão na base de qualquer ciência que pretenda ser aceita como tal, mas nunca foram levadas em conta para uma questão enormemente complexa quanto a da relação entre os homens e os astros. Os astrólogos, há séculos, generalizam, estão aí criando leis. Qualquer livro de astrologia traz para cada posição planetária uma lei geral, ao mesmo tempo onde o astrólogo diz ser, cada mapa natal, único e intransferível! Se o astrólogo fornece uma interpretação para cada posição planetária isto vigora como uma lei porque se repetirá em cada posição planetária, e se os mapas individuais são descritos apenas por acúmulo de várias posições, o que há de individual nisto? Teremos apenas uma combinatória feita dentro de um padrão genérico de leis! Se se precede por aplicações de leis, de princípios gerais da interpretação que devem valer sempre que as mesmas posições planetárias se repitam, então não temos algo tão individualizante assim ... Se é, por sua vez, individualizante, então o método deveria ser puramente descritivo, ou seja, teria que descrever determinado mapa em particular, sem qualquer referência às leis genéricas da influência astral! Os

astrólogos estão, parecem, inconscientes deste problema e, em astrologia, isto ainda não colocado. Aquele que está inconsciente de um problema corre grave risco de passar à margem da realidade.

É certo que na vida prática procuramos contornar e até evitar problemas, tentando número possível, mas, em ciência, não pode ser assim. Em ciência uma consciência do problema, das contradições, das dificuldades é o requisito número 1 do processo, e se procedo evitando a consciência das dificuldades seguindo seguro como se tal problema não se colocasse de maneira nenhuma, então, das duas uma: ou estou cego ou sou um iluminado pela divina Providência e entendi toda a realidade! A prova, no entanto, de que esta última alternativa não é verdadeira, é que neste caso, os astrólogos seriam colocados dentro da categoria dos Profetas e, dentre os Profetas, seriam aquela espécie que acumulam o maior número de profecias falsas, não realizadas. É preciso dizer que uma espécie profecia não realizada bastaria para desmoralizar um profeta. Se estudarem as histórias de Moisés, de Maomé, etc, vocês verão que o prestígio que tinham perante o seu povo vinha do fato de que aquilo que eles diziam que aconteceria, acontecia, como se estes homens tivessem um misterioso acordo com a natureza das coisas e esse acordo permitisse que aquilo que rege a estrutura ontológica do mundo regresse, ao mesmo tempo, a consciência deles, de maneira que os Profetas vêem as coisas como elas são. Justamente, por causa desta capacidade extraordinária de captar o movimento real das coisas no tempo antes que esse movimento se manifeste é que dá ao Profeta o prestígio que ele tem e que o torna um chefe, um governante. Profeta vem de profero, grego, e não quer dizer profetizar no sentido do que vai acontecer, mas quer dizer mandar acontecer, mandar fazer. O profeta não só é alguém que anuncia mas alguém que manda fazer e que é obedecido, a história o obedece. Ou seja, quando anunciavam uma possibilidade mais remota e era justamente essa que dava possibilidade mais remota e era justamente essa que dava certo, é evidente que isso oferecia uma posição de prestígio e de comando. Não são apenas os profetas que fazem isso mas, praticamente, todos os grandes chefes e líderes pelo menos uma vez na vida leram corretamente o futuro. Por exemplo, quando, depois da França ter sido invadida pela Alemanha na 2a Guerra, o general De Gaulle percebeu que nem tudo estava perdido porque aquela Guerra iria se mundializar. Os EUA ainda não tinham entrado na Guerra e o envolvimento da URRS ainda era pequeno, de maneira que tudo ainda levava a crer que a II Guerra seria como a 1 a : uma guerra entre as potências européias e todos entendiam, porém, De Gaulle estava certo. Ele captou o movimento real das coisas.

Um grande líder ou um profeta se errasse quatro, cinco, seis vezes, estaria completamente desmoralizado, isso, inclusive, se o seu povo não fosse completamente extinto nessa brincadeira! Dentro da categoria dos profetas os astrólogos não se agüentariam de pé. Não há a menor conveniência em nos colocarmos nesta categoria. Devemos mais modestamente nos colocar na categoria dos cientistas, ou seja, daqueles que nada profetizam, que vão com cuidado, fazem as contas, e que ao invés de agirem pela inspiração do espírito, agem pela prudência da razão e, talvez, no campo da ciência nós nos saíssemos melhor do que temos nos dado no campo da profecia. Há uma estória engraçada, a de Jonathan Swift. Ele tinha uma briga com um astrólogo chamada Partigde, que era um astrólogo muito famoso e cujos livros ainda são estudados pelos astrólogos de hoje. Jonathan resolveu que também iria profetizar. Distribui um folheto por toda cidade dizendo: “no dia tal, às tantas horas, o Sr. Partrigde morrerá”. Quando chegou no tal dia, às tantas horas, distribuiu um folheto pela cidade com os seguintes dizeres: “hoje, a partir das tantas horas, os senhores verão o Sr. Partridge andando para cá e para lá e conversando com as pessoas como se estivesse vivo, porém, ele está fazendo isso apenas por uma birra pessoal comigo”... Então, vejam que não é possível que toda a classe dos astrólogos -- que só em São Paulo são milhares de pessoas -- seja dotada do dom de profecia. Seria simplesmente uma loucura, uma inflação de profetas na praça! Seria a época mais brilhante de toda a história humana! Quantos anos os judeus esperaram para ter um Moisés? Agora, aqui não! Moisés está brotando do solo... Há algo de errado! Seria preciso que o astrólogo deixasse de ser conduzido, como Sócrates, pelo seu Daimon e falar tudo que lhe vem à cabeça, deveria se ater mais modestamente ao exame das dificuldades e, tendo feito isso, logo chegaria ao ponto que estamos discutindo: a astrologia parece estar numa posição indecisa entre os dois tipos de ciência, não se tratando, porém, de uma síntese como, por exemplo, no caso, a Ecologia, que é de fato uma síntese entre o individualizante e o generalizante, entre o natural e o cultural e, isto, porque leva em conta todas as diferenças entre os dois domínios e compara a ação da cultura sobre a natureza e a da natureza sobre a cultura. Na astrologia nós passamos rapidamente de um fato natural para um fato cultural, sem percebermos que pode haver alguma dificuldade nesta passagem. Por exemplo, nós dizemos que “Saturno está na Casa 4”. O que isto quer

dizer? É uma realidade puramente astronômica, quer dizer que num certo momento Saturno está exatamente abaixo dos nossos pés, ou seja, está colocado na culminação inferior do céu naquele momento. É a posição de um corpo celeste e o que isto tem a ver com a cultura, com a psique humana? Em princípio, nada! No entanto, nós dizemos: "Saturno na Casa 4 faz com que você tenha problemas com a mamãe". "Problemas com a mamãe" já não é um evento de ordem natural e sim cultural, psicológica. Pode ser que exista esta passagem -- aliás, acredito que exista, ou não seria possível a astrologia -- mas reconheço que tal passagem é problemática. Na hora em que afirmo que Saturno na Casa 4 resulta em "problemas com a mamãe" ao invés de ter resolvido um problema científico, criei vários! Não é como na ecologia onde a relação dos aspectos natural e cultural vão sendo progressivamente descritos em toda a sua complexidade até captar o encadeamento causal total. O astrólogo pula de um aspecto para o outro sem perceber que pulou. Se encarássemos a astrologia como uma espécie de ecologia do sistema solar, estaremos no caminho certo. Teria que ser uma ecologia muito mais complexa do que a terrestre teria que levar em conta todo o encadeamento e entrelaçamento de causas simultâneas em muitos níveis e planos diferentes, sendo que tudo isso deveria ser descrito minuciosamente.

Dentro deste mesmo fato --- Saturno na Casas 4 = briga com a mamães -- qual é o papel da parte natural ou eletroquímica do fenômeno; qual é a parte que poderíamos dizer sociológica, ou seja, a predisposição para brigas com a mamãe que existe dentro daquele ambiente em função das normas morais, dos hábitos educacionais, etc? Qual é a parte de um e qual a de outro e como ser encaixam? Na hora que esse encadeamento estivesse descrito, aí sim estaremos fazendo uma ecologia do sistema solar, ou seja encaixando a vida humana, psicológica, histórica, social, política, etc, dentro do seu físico-cósmico, seria uma macro-ecologia que é o que a astrologia tem que ser. Por enquanto a astrologia se limitou a constatação de fatos, onde uns são verdadeiros, outros, fictícios. Mas bastaria que uma única posição planetária tivesse, comprovadamente, uma relação com o fenômeno psicológico para justificar essa ordem de estudos. O tema astrológico é importante e será difícil fugirmos dele, porém, acreditar que a mera constatação desses fenômenos vai nos explicar algo é absurdo. Ao contrário, se estará fazendo uma coleção de enigmas. Estas ciências ditas ocultas, esotéricas, longe de serem mais profundas, são hoje mais superficiais porque de tudo que compõe uma ciência ela só faz uma das operações: a coleta dos fenômenos, têm uma abordagem puramente quantitativa. A coleta de fenômenos incapaz de hierarquizá-los dentro de leis, causas, princípios, etc, é uma investigação em superfície. Essas ciências só são ocultas no sentido de quanto mais o sujeito estuda, menos ele sabe, menos enxerga.

3.1. "Nenhum desses métodos possui privilégio ou superioridade em relação ao outro. Fiel ao espírito da opistemologia Kantian, Weber nega que o conhecimento possa ser uma reprodução ou uma cópia integral da realidade, tanto no sentido da extensão, como da compreensão. O real é infinito e inesgotável.

O problema fundamental da teoria do conhecimento é o das relações entre lei e história, entre conceito e realidade. Qualquer que seja na realidade empírica.

O método generalizante despoja o real de todos os aspectos contigentes e singulares, reduzindo as diferenças qualitativas a quantidades que podem ser medidas com precisão e podem formar uma proposição geral de caráter legal. O método individualizante omite os elementos genéricos, a fim de dirigir sua atenção apenas aos caracteres qualitativos e singularidades dos fenômenos. Um e outro se afastam da realidade por força das necessidades de conceitualização."

Kant dizia que dizia que tudo o que nós conhecemos o fazemos com o nosso aparato cognitivo. Nesse sentido, todo conhecimento é antropomórfico e também seletivo. O importante é saber o que você está incluindo, isto para que não generalize conclusões para âmbitos onde elas não valem, ou seja, você delimita a esfera que vai estudar e ela vale dentro daquele conjunto. Metodologia científica não é nada mais que bom senso generalizado.

4.1. "Sendo o método uma método uma técnica do conhecimento, é comandado pela lei de toda técnica, ou seja, a eficácia. Tudo depende do fato do sábio: a oportunidade de um processo varia de acordo com os problemas a resolver. Weber é contrário a todo dogmatismo: a função de um método é fazer progredir o saber. Não se admite que possa haver um processo ideal e completo * nem tampouco uma ciência que monopolize definitivamente um campo * : segundo Weber, podem existir tantas ciências quanto pontos de vista específicos no exame de um problema. Sendo autônomas todas as ciências, em virtude de seus

próprios pressupostos, nenhuma serve de modelo às outras."

O texto é claro em si mesmo e dispensa comentários.

2. Qualificação e experiência vivida

2.1. "Com base nessas considerações, Weber submete a uma severa crítica os dois conceitos que, em sua época (e ainda hoje) se achava comandarem a investigação científica: a quantificação e a experiência vivida."

Weber vai expor, de um lado, o que é a quantificação, como é que ela vale enquanto recurso científico e quais são os seus limites e, de outro lado, o que é experiência vivida e intuicionismo. Para que serve e quais seus limites.

2.2. "É erro acreditar que não haveria conhecimento científico válido e que não fosse de ordem quantitativa. A quantificação e a medida são e não são nada mais que processos metodológicos. Como tais, não poderiam constituir a finalidade da ciência, pois esta finalidade consiste na verdade para todos os que querem a verdade.

Weber investe, de um lado, contra o prestígio de que desfrutam as matemáticas na teoria tradicional da ciência e, de outro, contra o simplismo de certos sábios e sociólogos que acreditam ter realizado uma obra científica pelo fato de haverem traduzido suas observações em números e equações.

O fato de ter sido o conhecimento matemático cronologicamente o primeiro a alcançar o rigor científico não lhe confere nenhuma superioridade lógica.

O processo matemático opera, como qualquer outro, uma seleção entre os aspectos da realidade infinita; só vale, pois, dentro dos limites dos postulados que lhe são próprios, sem jurisdição fora deles.

Não é verdade que o rigor conceitual só pode ser obtido pela precisão numérica: pode também ser obra da crítica da racionalização lógica, da exatidão nas observações ou da acuidade da intuição.

Pelo fato de se haverem moldado no cadinho matemático, muitas teorias da ciência acabaram por entrar em contradição com a experiência do infinito extensivo e intensivo, porque acreditaram que seria possível deduzir a realidade a partir de conceitos. O que se esquece é que o conceito é por essência seletivo e que a soma de conceitos, e por conseguinte de seleções, jamais equivalerá à totalidade do real. O infinito não é uma adição de coisas indefinidas.

Que pode acrescentar o número a fenômenos que se compreendem por si sós? Tudo o que pode haver é o risco de confusões em problemas que são claros, e de aparência de ciência em trabalhos que são científicos.

[Embora não seja inconveniente em tirar proveito da quantificação, quando cabível, e embora ele mesmo, como economista, se utilize dela. Weber crê que]

O importante é fazer a distinção entre uma meditação numérica capaz de ajudar a compreensão e a moda pseudocientífica que acredita ter resolvido uma dificuldade pelo simples fato de havê-la vestido de cifras e gráficos."

Os preceitos metodológicos não têm validade metafísica. Uma coisa é você ter a consciência metodológica das limitações daquele conhecimento particular que você está buscando, outra coisa é fazer uma sentença de validade universal sobre as limitações inexoráveis do conhecimento.

Entre a crença dogmática -- que a crença na veracidade total do conhecimento -- e a posição cética -- que duvida do valor do conhecimento --, nós aqui não estamos tomando partido nem a favor de uma e nem de outra; a ênfase de Weber na limitação do conhecimento é uma ênfase metodológica que não implica de maneira alguma tomada de posição entre essas duas posturas. Este seria um problema puramente metafísico.

AULA 38

"[Embora não seja inconveniente em tirar proveito da quantificação, quando é cabível, e embora ele

mesmo, como economista, se utilize dela, Weber crê que] o importante é fazer a distinção entre uma medição numérica capaz de ajudar a compreensão e a moda pseudocientífica que acredita ter resolvido uma dificuldade pelo simples fato de havê-la vestido de cifras e gráficos.

3. Outros teóricos acreditam poder dar como fundamento à sociologia e disciplinas afins a intuição, entendida ora como endopatia (Einfuhlung), ora como revivescência (Nacherleben), ou seja, o conhecimento imediato de outrem por uma espécie de introjeção da sua experiência vivida."

Endopatia quer dizer "sentir por dentro", seja num processo de imitação do sentimento, seja por imitação memorativa (ou revivescência).

"A isso objeta Weber que a intuição pertence à esfera do sentimento e que como tal não é um conhecimento e que tal não é um conhecimento científico, pois este exige conceitos rigorosos. O vago do vivido é pessoal, incomunicável e refratário à comprovação. Constitui uma abordagem estética e não científica da realidade. Além disso, a intuição jamais coincide com a diversidade do real, [como ingenuamente imaginam alguns], pois ela realiza uma seleção."

Tanto quanto o raciocínio, a intuição também é seletiva. Não pode haver intuição de tudo, por definição. Este é um ponto que geralmente se esquece quando se fala de intuição. As pessoas ingenuamente imaginam que a intuição pega um todo, ao passo que a razão fraciona e divide. Tanto a intuição quanto a razão juntam e separam e neste sentido uma não pode ser privilegiada em relação à outra. O que podemos divergir de Weber é quanto à sua colocação de que a intuição pertence ao mundo do sentimento. A intuição nada tem a ver com o sentimento. No sentimento de endopatia, "sentir por dentro", sem dúvida é sentimento.

A discussão de nada pode haver conhecimento intuitivo de matérias racionais, podemos deixar para depois. Tratar-se-ia de intuição intelectual.

Corremos -- ao enfocar intuição e razão -- depois riscos: se o indivíduo vai submeter toda sua inteligência ao critério da comunicação e da comprovação, está liquidado. Esta atitude, se tomada não como método científico, mas como atitude gera uma paralisia.

Os sociólogos costumam padecer desta doença -- de fato é disso que se trata -- não conseguem inteligir, intuir o que quer que seja, a não ser dentro dos esquemas que seriam comprovados por uma coletividade de cientistas. Isto é ignorar a diferença que existe entre a operação real da inteligência individual e o modo de verificação admitido pela comunidade científica. Não se pode pensar individualmente (na vida prática, diária) como uma comunidade científica.

A idéia da comprovação e da verificação sempre é posterior à descoberta. O sujeito não pode sufocar a sua inteligência, impedir que ela descubra coisas pelo simples fato de que tais coisas são incertas ou não são verificáveis. Isto resulta no pedantismo, numa paralisia geral da inteligência. A inteligência individual tem que ousar descobrir. Apenas ela não pode tomar como certo aquilo. Por outro lado, os critérios admitidos na comunidade científica também mudam e são suscetíveis de aperfeiçoamento. Portanto, não devem ser tomados como instância terminal.

Conhecemos no meio universitário uma infinidade de pessoas que são capazes de captar uma evidência intuitiva qualquer, pelo simples fato de não sentirem segurança na medida onde tal evidência não é comprovável. Isso é transpor para dentro da inteligência individual o que deve ser uma norma coletiva. É como se, a lei proibindo roubar, o sujeito passasse a considerar que também é proibido pensar no roubo. Se me proíbo pensar em todas as coisas que a lei condena, não posso pensar em mais nada, não posso sequer ter opção, ter qualquer alternativa e nesse sentido não posso desenvolver minha consciência moral. Se jamais penso em roubar, se isto está completamente fora da possibilidade de ser pensado, então nunca saberei o que é roubo. Podemos dizer que aquele que nunca teve vontade de roubar não pode compreender a psicologia do ladrão. Uma coisas é a norma científica externa, outra é o funcionamento da nossa inteligência.

No entanto na nossa intelectualidade (entre paulistas e cariocas), é muito comum tal tipo de doença. É comum porque o indivíduo toma contato pela primeira vez com a idéia de método e de conhecimento rigoroso quando entra na universidade e a idéia que recebe já é a idéia de uma metodologia adaptada à

especialidade que estuda. É uma mente imatura que de repente recebe a exigência de um rigor metodológico especializado e este é o único rigor que ela conhece. O resultado disso geralmente é desastroso. Não basta saber um método científico e o método da ciência que se pratica. É preciso que se forme toda a inteligência, que tenha a dimensão da racionalidade primeiro para depois aprender o método de uma ciência em particular.

O fato de que um conhecimento não possa ser verificado cientificamente não quer dizer que ele seja falso. A verdade é uma coisa e a prova é outra completamente diferente. É desejável que exista a prova. A admissão da verdade não deve ser condicionada à prova. Apenas o que é condicionado é a validação coletiva daquela verdade. Por exemplo, se vi um sujeito matar outro e sou a única testemunha; e ocorre que também sou bêbado, drogado e bandido, o meu testemunho não vai ter validação coletiva, ninguém vai acreditar em mim. O bandido, bêbado e drogado sabe que viu e pode ter a convicção íntima que não é só uma convicção subjetiva, que é uma convicção objetiva -- ele viu. Mesmo que não tenha meios de provar que viu o que viu. Nunca podemos abdicar daquilo que sabemos. Porém, um coisa é saber que algo é verdade, outra é dar estatuto de validade coletiva àquilo. No caso, tem-se que admitir: sei mas não posso provar, portanto não tem validade científica ainda. Científico não quer dizer verdadeiro não quer dizer científico. Científico quer dizer uma verdade que passou pelo filtro de um conjunto de regras de comprovação e de validação e que por assim dizer um valor legal, coletivo.

O método científico não pode admitir a endopatia. Mas o homem, na condição de homem e não enquanto cientistas, não pode viver, tomar decisões, sem endopatia. Oitenta por cento das decisões que tomamos na vida diária são baseadas numa apreensão mais ou menos sentimental das coisas. Se se sufoca isso, a cabeça não funciona mais. É apenas necessário fazer uma distinção entre o que é a vida individual prática e o que é conhecimento científico. Mais ainda: as futuras verdades científicas só podem aparecer na nossa mente sob a forma de uma intuição mais ou menos vaga. Se não posso ter uma intuição mais ou menos vaga. Se não posso ter uma intuição porque ela não é científica, então simplesmente não tenho o que comprovar cientificamente depois. Isso resulta do fato de se dar uma formação científica a um homem inculto -- a crença nesses pressupostos -- pois tudo que o sujeito aprende forma não só sua mente profissional, mas forma também sua personalidade. Se o único parâmetro recebido são as regras do método sociológico, por exemplo, estas regras passam a funcionar como regras de conduta, como regras de escolhas vitais .. em suma, penetra dentro da pessoa, ao invés de ficar fora, como deveria.

O ponto grave da rejeição do método intuitivo por Weber radica no que diz: a intuição é tão seletiva quanto qualquer outra modalidade de conhecimento. Se ela é seletiva, então ela tem a desvantagem de ter por critério de seleção a simples atenção pessoal. Ou seja, o critério de seleção da intuição é a direção da atenção (conceito que vamos estudar mais tarde e com muito cuidado). Por que tenho a intuição disto e não daquilo? É simplesmente porque prestei atenção nisto e não naquilo. Daí que o critério de seleção da intuição, por válida que ela seja, é sempre subjetivo, pois não há nenhuma razão para se intuir uma coisa e não outra. Neste sentido, ela não pode ser aceita como método científico de maneira alguma, ao mesmo tempo que não pode ser excluída do método científico, pois que chega ao nosso conhecimento chega através da intuição. Diremos que ela nos dá a matéria do conhecimento; esta matéria adquirirá uma forma racional, científica, através de outros critérios.

“Longe de reproduzir ou repetir um estado anterior, a consciência intuitiva constitui antes uma nova experiência vivida original.”

Isso quer dizer que, entre uma experiência vivida por você e a intuição endopática que eu possa ter disso, na medida em que eu reviva interiormente a sua experiência a sua experiência, existe uma diferença, não só de tempo mas também uma diferença ontológica: a sua experiência é uma e a minha é uma nova experiência. A única relação que pode haver entre a experiência de um e a experiência revivida endopaticamente pelo outro é uma relação de analogia. Entre uma experiência e a sua revivescência, a relação é muito mais remota do que entre uma coisa e o seu conceito lógico. O conceito lógico não tem só analogia com a coisa -- tem uma correspondência estrutural efetiva e sempre igual. De maneira que quando tenho o conceito, estou na verdade mais próximo do ser do fenômeno do que quando tenho a sua intuição. Esta, a intuição, pode simbolizar aquele ente, pois tem uma relação analógica e simbólica com o ente; mas pode simbolizar outra coisa também. O uso da faculdade intuitiva deve, portanto, ser cercada de cuidados,

mas não deve ser sufocada.

Há um livro onde se afirma que a verdade trazida na obra de René Guénon não pode ser aceita aos pedaços, pedaço por pedaço, pois trata-se de uma verdade que tem que ser apreendida no seu todo. Porém, uma verdade vivida que só se pode ser aprendida no seu todo só pode ter valor analógico. Portanto, ela não é uma descrição do real, mas um esquema simbólico, que tem uma validade estética, analógica. Neste sentido, ela não pode ser dita nem verdadeira nem falsa. Ela apenas é adequada. Na medida em que tenha uma estrutura interna e abrangente, é uma grande obra de arte e parece que através dela é possível ver o universo, como é possível fazê-lo através da Divina Comédia, de Dante. Mas não se pode dizer que a Divina Comédia é verdadeira ou falsa, pois verdadeiro ou falso são categorias que aplicam a juízos explícitos. Se trata de uma verdade interna vivida, tem uma veracidade analógica. E o que é analógico é verdadeiro para uns e falsos para outros. Depende de se compartilhar aquela intuição. Se compartilho, se consigo sentir, revivenciá- la nos tempos mais ou menos análogos ao que o autor propõe, então passa a ser verdadeiro para mim. A expressão racional, lógica, dessa veracidade, seria outra. Se fôssemos dizer assim: "o que existe de verdade na obra de René Guénon? "Teríamos, para responder a tal questão, que escrever uma outra obra, onde a relação dela com o real não fosse simplesmente analógica, mas uma relação de conceitos.

Isso não se aplica a toda a obra de R. Guémon, pois há algumas que escapam dessa relação analógica. Por exemplo, o que ele fala sobre as iniciações, sobre as sociedades secretas, tudo é um material histórico, portanto tem que ter uma veracidade histórica. E tem certas teses que são teses filosóficas, por exemplo, quando ele diz: "A lógica é uma ontologia do pensamento. "Isso é uma tese filosófica, que pode ser verdadeira ou falsa.

Também é preciso ver que uma obra que, deliberadamente, afirma que uma parte dela tem que permanecer secreta, com isto ela escapa do juízo sobre sua veracidade ou falsidade. É como dizer a alguém: "vou lhe contar uma história mas não vou contá-la inteira, pois tem uma parte que é secreta. Como é possível saber se é verdadeira ou falsa a história.

A intuição é, pois, o começo do conhecimento e não pode ser o seu fim. Ela pode ser o critério com que julgamos o raciocínio e vice-versa. Não existe uma precedência de um sobre o outro. O critério de veracidade de um longo raciocínio é, primeiro, a sua correção formal; segundo, a veracidade das suas premissas, a qual só poderá ser conferida ou racionalmente ou intuitivamente. Por outro lado, qual o critério de veracidade de um conteúdo intuído? Em primeiro lugar, esse conteúdo intuído em si mesmo não pode ser verdadeiro ou falso. É preciso que ele seja transformado num juízo, numa sentença a qual, sim será verdadeira ou falsa. O mundo da intuição é prévio à veracidade ou falsidade.

O método científico é o método de alcançar a verdade e afastar a falsidade, portanto ele não lida com a intuição, sendo posterior a ela.

A intuição verdadeira pode, outrossim, ser transposta num conceito falso. A intuição, por assim dizer, é sempre verdadeira. Se vejo um elefante, vi um elefante. Se pergunto se tal existe ou não, se é real ou não, isso constitui um outro problema que não pode ser resolvido intuitivamente. Isto depende de categorias e estas fazem parte da razão. A intuição mostra apenas as essências; pela intuição tomamos conhecimento de uma existência -- que a coisa existe -- mas não tomamos conhecimento de probabilidade, improbabilidade, anterioridade, posterioridade, se a coisa é princípio, meio ou fim, se é causa ou conseqüência. Isto é que vai dar as modalidades de existência e isso não tem como ser percebido pela intuição -- são conceitos que só a razão pode dar.

Se toda esta operação da razão pode ser realizada intuitivamente, é um outro problema -- acredito até que sim. Não pode, porém, ser por qualquer um pois dá um grande trabalho. À medida em que o indivíduo desenvolve o pensamento racional, desenvolve a sua intuição de assuntos racionais também. Mas a intuição racional não é prova. A prova tem que ser extensiva. Não se pode considerar provado algo apenas porque se "sacou" que isto é assim. Isto basta para se ter um convicção pessoal, mas não para funcionar como prova junto a terceiros. Nunca se pode esquecer que ciência é o que tem validade intersubjetiva entre uma coletividade de pessoas preparadas, que estudaram o mesmo assunto. Não é possível forçar a própria intuição sobre toda essa gente. Ninguém é obrigado a intuir o que você intuição. Você pode ter uma intuição pessoal mas não validá-la como lei. Por outro lado, jamais pode abdicar da intuição, de abdicar de

acreditar nela, pois se assim o fizer, sua cabeça pára. O difícil é a pessoa viver sabendo que ela sabe um monte de verdades, que essas verdades não são comunicáveis e que ninguém tem obrigação de acreditar nelas. Para escapar dessa situação incômoda, alguns que não querem mais ter intuição; outros, ao contrário, proclamam a validade universal da intuição, da sua intuição (como o faz René Guémon). Se vir algo e negar que vi, sou um covarde e sobretudo cortei o fio de continuidade da minha inteligência -- o que é um suicídio intelectual. Se eu proclamar a validade universal da minha intuição -- o fato de eu ter intuído bastar como prova para todos -- então inventei um princípio tirânico: as pessoas que não tiveram aquela intuição vão ter que se sentir seres inferiores.

"A experiência vivida nunca é, como tal, um conhecimento científico. Pode vir a sê-lo, com a condição de se submeter aos imperativos comuns da transformação conceitual, da verificação e dos demais processos da prova."

A transformação conceitual é a transformação da intuição num conceito e num juízo, é o dizer o que a intuição afirma. Por exemplo, Dante viu o céu, Purgatório e Inferno. Este é o conteúdo da sua intuição. Tal conteúdo vale, quer tudo seja real, quer tudo seja imaginário. Deve-se a seguir transpor conceitualmente o conteúdo da intuição, condição em que tal conteúdo poderá ser aceito como verdadeiro -- caso provado -- ou rejeitado como falso -- caso refutado. Mas a intuição em si mesma não pode ser negada ou aceita como falsa ou verdadeira. Às vezes a transposição é extremamente difícil. Como quando digo: "vi um elefante! " Se alguém pergunta o que eu quis com isso, se o elefante existe, verifico então que o conceito nunca está no mesmo plano da intuição. Esta pode servir de ponto de apoio, de ponto de partida para o conceito o qual, será verdadeiro ou falso. A intuição fornece dados, que sempre são verdadeiros mas nada significam em si mesmos.

Os dados são pré-categoriais, estão antes das categorias. O que é pre-categorial não é nem verdadeiro nem falso. Como uma dor de estômago psicogênica -- provocada por uma briga com a mãe, por exemplo: ela é verdadeira num sentido e falsa em outro. Assim como a intuição é verdadeira num aspecto e falsa sob outro. É preciso sempre escapar de tentar colocar a intuição como juiz da razão e a razão como juiz da intuição, pois isso é confusão. Ambos são sempre juiz da intuição, pois isso é confusão. Ambos são sempre juiz um do outro. Nunca se pode operar só com uma ou outra dessas faculdades -- passamos de uma a outra todo o tempo.

"4. Na base da teoria da quantificação, como na experiência vivida, encontra-se um mesmo preconceito: O devir físico seria mais racional do que o devir psíquico ou humano."

Os que defendem a teoria de que para ser verdadeiro tem que ser quantificável e os defendem, por outro lado, a validade universal da intuição, estão errando no mesmo ponto. Acreditam que existe um mundo da natureza e das quantidades o qual se rege por critérios racionais; e por outro lado existe um outro mundo, o mundo humano, psíquico e racional o qual misteriosamente estaria colocado fora do âmbito da razão. É impossível provar isso, pois não há nenhum motivo para acreditar que a natureza opere segundo leis mais racionais que a psique humana. A psique também dentro da natureza, as coisas estão inter- relacionadas e não vale este fracionamento do real em dois pedaços -- uma parte do real é racional e outra não. Pouco importa se num caso você valoriza o racional e no outro valoriza o irracional; o que estamos questionando é a divisão mesma.

"No primeiro caso, acha-se que o irracional é desprezível; no segundo, tenta- se preservar o irracional. As duas posições fogem à essência da ciência. Por um lado, esta não conhece domínio reservado e pode em princípio aplicar-se a toda a realidade; nenhum motivo existe, pois se excluir o irracional do campo da sua investigação."

Nenhum motivo impede que uma coisa irracional possa ser estuda racionalmente. Isso é confundir matéria e forma. Por que não pode existir uma ciência racional da demência? Não pode como aliás tem de ser assim, senão seria o caso de estar confundindo o psiquiatra com o louco. Mas mesmo que os psiquiatras fossem loucos, a psiquiatria não é a demência. Uma coisa não é outra. Neste caso, está sendo deduzido, de um traço do objeto, o seu método -- como se uma coisa irracional só pudesse ser conhecida irracionalmente.

"Por outro lado, não poderia haver duas ciências contraditórias. Que se entende, de modo geral, pela noção

de irracionalidade? A imprevisibilidade e a contingência. Ora, em quê o número de fragmentos de um bloco de pedra, que tenha caído e se espatifado é mais previsível do que um ato praticado sob o impulso de uma paixão?"

É só colocar a questão deste jeito para tudo ficar esclarecido: você joga um bloco de pedras para o alto e tenta calcular em quantos pedaços ele vai dividir, ao cair. Depois, pega um sujeito violento e o enche de pinga e pergunte: o que ele vai fazer? Basta isso para qual das duas coisas é mais previsível. Basta isso para saber que a ciência acertou com a quantificação de alguns aspectos da natureza externa depois de longos séculos de tentativas e erros. Existe um know how desenvolvido para a quantificação de certos aspectos da natureza, não todos. Nesses onde há know how, onde há experiência, acerta- se e nos outros, não.

Os outros aspectos humanos, quanto a eles, não existe tanta experiência: a tentativa de estudá-la racionalmente é recente. Houve tentativa neste sentido com Aristóteles na antigüidade e depois o interesse por tal estudo esmoreceu. Retomou-se tal interesse no século passado, o que nos dá uns duzentos anos de experiência quanto a tais aspectos e uns dez mil anos quanto às ciências da natureza. Nada espantoso que uma esteja melhor do que a outra.

"Podemos porventura prever o tempo que fará daqui a um mês, melhor do que as ações de um homem?"

Por exemplo, um terremoto pode ser previsto cientificamente no máximo com 2 minutos de antecedência, o que não dá tempo nem do observador sair correndo do observatório.

"Inversamente, uma ação que, vez definido o fim, utiliza os meios adequados, é tão racional quanto uma lei geral da física; pode então ser acessível a um saber nomológico."

Saber nomológico: que formula leis. O que é particularmente evidente na Economia. Na economia, os indivíduos procuram agir racionalmente: querem obter vantagens, não desvantagens. Quando dá errado, é porque o sujeito raciocinou errado, seja porque os dados eram, alguns, falsos, ou por falha do raciocínio. A racionalidade do comportamento se torna nítida aí, onde a irracionalidade é tida como erro. Há setores onde se faz questão, aparentemente, da racionalidade. Quando se diz: o sujeito se apaixonou e isso é irracional. Mas o comportamento do sujeito para conquistar a garota é inteiramente racional. Ele não vai começar por fugir dela, por nunca mais vê-la. Não há nada de irracional nas atitudes de quem se apaixonou.

O homem é racional em quase tudo que ele faz, pelo menos na sua intenção: ele procura agir racionalmente, embora nem sempre o consiga. É a mesma coisa que na natureza: ela não acerta sempre. O número de plantas e de animais disformes, natimortos, o número de aberrações ... Ela age racionalmente com vistas aos fins, ela se provê dos meios necessários, mas às vezes alguns meios faltam ou falham. Como para nós também se dá o mesmo: faltam alguns meios, informações ... Em geral, o procedimento é racional, ainda que possa ter uma motivação irracional. Mas mesmo esta motivação irracional por sua vez pode ser estudada racionalmente de nada. Pode haver, sim, ações irracionais, coisas irracionais.

"Entre a possibilidade de prever os fenômenos singulares da natureza e a expectativa das conseqüências de uma ação humana, não existe diferença de princípio. Também se compreende outra coisa pelo conceito de irracionalidade: identificamo-lo com o da liberdade da vontade."

O homem não seria sujeito a estudo racional pelo fato de que ele é livre, de que sua ação é imprevisível. Este é um raciocínio comum -- o homem tem liberdade, portanto não podemos reduzi-lo a leis de comportamento. Uma coisa não tem nada a ver com a outra: o fato de uma ação ser livre não quer dizer que não exista uma consecução perfeitamente racional dos fins através dos meios adequados. Uma vez decidido livremente, vai-se ter que agir em conseqüência e para isso se usa a razão. A escolha dos fins não foi operada pela razão. No entanto, ela se apoia na razão. Qualquer sujeito que escolha livremente um fim é capaz de argumentar em favor dele. Mesmo que diga: escolhi um fim arbitrário, não nega o precedente. O fato da escolha ser arbitrária não quer dizer que a coisa em si mesma seja absurda. Você naquele momento não teve nenhum motivo para decidir isto e não aquilo. Escolheu pelo acaso, então. Nesse caso, escolheu segundo uma regra de equivalência entre as opções opostas. E isso tem uma estrutura matemática bastante clara. Não escapamos da estrutura racional em hipótese alguma. A distinção entre o racional e

irracional é uma distinção que vale só psicologicamente e não ontologicamente.

Todo e qualquer conhecimento se baseia na hipótese de que as coisas têm alguma estrutura racional, todo e qualquer estudo de qualquer coisa. Os atos humanos podem ser em si mesmos racionais ou irracionais conforme a sua motivação. Mas podemos dizer que mesmo na demência a razão não está totalmente excluída.

"Também se compreende outra coisa pelo conceito de irracionalidade: identificamo-lo com o da liberdade da vontade. Na opinião de Weber, esta tese é tão errônea quanto a anterior. A liberdade humana não é mais irracional do que o determinismo, pois são as ações que temos consciência de haver executado racionalmente aquelas que fazemos acompanhar do mais alto grau de sentimento empírico de liberdade."

Isso tem dois aspectos: por que um mundo rigidamente encadeado a leis de causa e efeito e que prossegue implacavelmente o desenrolar das conseqüências, seria em si mesmo mais racional do que o mundo onde haja uma certa liberdade de opção? Em que uma dessas coisas é mais racional do que outra? Quer na esfera das ações humanas, quer na esfera da natureza, a coisa ser determinada ou indeterminada nada tem a ver com ser racional ou irracional. Por exemplo, um jogo que tenha uma estrutura racional, mas cujo resultado seja imprevisível: qual o elemento imprevisível? É a capacidade dos jogadores e a contingência. Isso não torna esse jogo irracional: se fosse irracional não poderia ter regra nenhuma; se tivesse regra nenhuma não seria jogo. Não se pode, portanto, identificar determinismo com racional e indeterminismo com irracional.

Tudo isso são coisas que já estavam escritas antes que a física o princípio da indeterminação se tornasse conhecido. Tal princípio, descoberto por Wener Heisenberg, diz: "Quando sabemos a posição de um elétron, não sabemos a sua velocidade; quando sabemos sua velocidade não sabemos sua posição." Portanto, nunca podemos chegar a uma descrição suficiente do que está acontecendo. O que implica que os elétrons mudam de órbita sem nenhuma causa.

Há um certo espaço para o jogo, para o acaso dentro da ordem física.

Isto foi proclamado como uma destruição da racionalidade da natureza -- baseado no princípio de que só o determinístico é real. Mas o determinismo causal estrito é uma forma de racionalidade e a combinatória probabilística é outra forma da racionalidade. É tudo racional do mesmo jeito, caso contrário seria o mesmo que dizer que a estatística não é racional.

Racional e irracional, determinismo e indeterminismo, são categorias completamente diferentes.

Há uma crença atual de que existe um fundo irracional na física contemporânea, crença própria de iletrados, própria de quem pensou no que é um conceito, no que é um outro conceito e falta de cultura filosófica. O desconhecimento de metodologia leva o sujeito a confundir tais noções. É lógico que é uma coisa, sendo determinada, nos da mais sensações de segurança, tranqüilidade, quanto a seus desdobramentos, sendo indeterminado, probalístico, há uma certa insegurança. Num mundo determinístico talvez o indivíduo se sentisse mais seguro e num indeterminístico, se sentisse meio solto no espaço e portanto com um pouco de medo. Mas não deve deixar de ser vista como absurda tal reação, porque o mundo determinístico é o mundo regido pela fatalidade, onde não existisse a menor liberdade, não há possibilidade de ação. Em quê isso deve ser mais tranqüilizante do que a outra situação na qual se tem uma margem de ação? É como preferir entre a segurança e a liberdade -- segurança de que vai se dar mal ou a chance de se dar bem. É algo que depende do temperamento do indivíduo, preferir uma ou outra coisa. E isso nada tem a ver com o racional ou irracional.

A única coisa que é irracional é o contrasenso, a contradição, a coisa ser e não ser ao mesmo tempo. Porém, ter uma lei natural que funcione não de modo determinístico mas de modo probabilístico, não há contradição nisso. Às vezes opera quando há condições para que opere; às vezes não opera quando as condições são suspensas: o que tem isso de irracional?

"Entre o determinismo e a liberdade, pode haver tanta irracionalidade e imprevisibilidade, ou, ao contrário, racionalidade, numa esfera como na outra. O determinismo e a liberdade são, quando muito, dados que é preciso aceitar. O sábio pode levá-los em cota a título de hipóteses, sem contudo pronunciar-se quanto à sua validade metafísica."

Weber, nesse sentido, é radicalmente positivista: as hipóteses metafísicas pouco lhe interessam. O todo ser determinístico ou indeterminístico é assunto que não lhe interessa discutir. Apenas tenta descobrir verdades científica sobre alguma coisa.

Podemos, em certas situações, adotar uma hipótese determinística: dadas certas, o efeito se seguirá necessariamente; em outros casos, podemos fazer um raciocínio probalístico, de causalidade em aberto, sobretuto quando existe uma simultaneidade, pois, uma perspectiva ou outra conforme a conveniência da pesquisa e não por convicção metafísica.

"3. Causalidades, relação com os valores e interpretação.

1. Só há ciência do que existe. O problema vem a ser, portanto, explicar o que existe, pela pesquisa das causas. Infelizmente, a relação de causalidade deu margem a malentendidos.

Uns identificam, por exemplo, causalidades e legalidade, no sentido de que só a condição capaz de ser subordinada a uma lei mereceria ser chamada causa. É um erro, diz Weber. Um efeito acidental depende tanto de causas, quanto um fenômeno dito necessário. Um acontecimento singular é também ele resultado de causas, entre as quais algumas podem ter sido apenas circunstâncias singulares. Tudo o que é produzido produz por sua vez uma ação."

Este ponto nos vai interessar muito, particularmente desde que estamos lidando com ações individuais.

As ações de um indivíduo singular, ainda que não possam ser reduzidas a leis, no sentido em que "o indivíduo agiu assim, em obediência a um princípio filosófico que define que a + b = y", ainda que não podendo ser reduzido a uma lei, as ações do indivíduo, singular têm alguma causa ou algumas causas, as quais também podem ser singulares e contigentes. Claro que tudo terá alguma relação sempre com algum princípio geral, mas relação que pode ser muito remota.

Nos eventos singulares às vezes existe um concurso de uma multiplicidade de causas que convergiram ali mais ou menos acidentalmente. Compreender esse evento pelas suas causas consiste em fazer o repertório e o relacionamento de todas essas causas, ainda que não conseguindo formular uma leu geral.

2. "Existe duas maneiras de considerar a causalidade: segundo a ratio essendi (razão de ser) e segundo a ratio cognoscendi (razão de conhecer).

Quando no curso de uma análise das causas da guerra, o ultimato da Áustria, etc., tais acontecimentos têm o valor de causas no sentido de ratio essendi; são elos reais que contribuíram efetivamente para a deflagração do conflito."

A ratio essendi é a razão de ser. Uma coisa, uma causa é estudada enquanto ratio essendi na medida onde aquele acontecimento em particular deflagrou, ocasionou um outro acontecimento em particular, concreto.

Exemplo disso pode ser: se dou um tiro na cabeça de alguém e este alguém morre. O tiro é estudado como causa enquanto razão de ser: um ato foi a razão de que o outro acontecesse. Um ato particular concreto foi causa de outro.

"No entanto, quando falamos das causas econômicas das guerras, colocamo- nos em outro plano, o do típico, isto é, o da ratio cognoscendi da guerra em geral."

Dado que dei um tiro na cabeça de alguém e tal pessoa sucumbiu, isto pode ser estudado também sob um ponto de vista geral: quais são os mecanismos pelos quais um traumatismo deste tipo geralmente ocasiona a morte. Estou estudando este fenômeno sob o aspecto das leis gerais a que ele se reporta. Mas não foram as leis da traumatologia que o mataram e, sim, o meu tiro. A causa, enquanto razão geral, é estudada não enquanto ratio essendi razão de ser) mas apenas como um meio de conhecer aquele dado. Aquele caso particular se torna mais claro à luz das leis gerais envolvidas. Mas as leis gerais, por si mesmas, não são causas de nada. São apenas um esquema coincidente entre inúmeros eventos do mesmo tipo. Por isso mesmo que neste último caso (ratio cognoscendi) é estudar o caso sob seu aspecto típico.

Dá-se o mesmo no Direito: roubei o isqueiro da Célia. Há um artigo que determina um ano de cadeia pelo crime de furto. Este artigo do Código penal é o princípio sob cuja alegação sou condenado. Mas não sou condenado porque o código penal castiga tal crime -- sou condenado porque de fato furtei.

O furto é causa da pena enquanto ratio essendi; o artigo tal do código penal é causa enquanto ratio cognoscendi.

A coisa é estudada enquanto tipo, à luz da sua tipicidade, apenas enquanto ratio cognoscendi: estudar pela tipicidade é reduzir o caso a uma lei geral -- o caso em questão é um exemplo, um caso particular de uma lei geral.

As leis gerais são elementos lógicos que não causam nada -- a lei da gravidade não faz a maçã cair: ela cai porque se desprende do galho. O fato de ela se desprender do galho e cair pode ser referido a uma lei geral segundo a qual as maçãs geralmente procederão desta maneira, nesta circunstância. Achar que o evento em particular é causado pela lei geral é conferir realidade material a um ente lógico.

Na astrologia, isso assim se mostra: por exemplo, Saturno na casa tal produz tal coisa. Isso é uma lei geral, assim como dizer que Saturno em tal casa provoca freqüentes dores de estômago. Porém, tal dia, a tantas horas, tive uma dor de estômago, causada por lingüiça estragada que comi; ou causada por uma briga que tive com quem gosto e, somatizando, meu estômago doeu. Porém, as posições planetárias apenas simbolizam leis ou elas têm uma atuação concreta no momento em que acontece?

Uma coisa é dizer que o zodíaco simboliza o esquema geral da causalidade (como considera Guémon: a visão astrológica é um compêndio de todas as causas -- todo encadeamento causal está contido dentro do zodíaco): a lingüiça fez mal porque estava estragada por tal e tal motivo; quem a estragou agiu assim e assim ... vou subindo na esfera de causalidades até chagar no zodíaco. Mas o zodíaco é um compêndio no sentido simbólico e analógico ou ele é realmente causa eficiente? Uma coisa é colocar isso como encadeamento causal -- o planeta tem uma atuação efetiva, ainda que remota, o que seria uma causa eficiente remota. Outra coisa, dizer que ele não causa, que apenas expressa simbolicamente um conjunto de causas que está agindo num momento determinado. Este é o problema central da astrologia: investigar a natureza da influência astral. É algo que nem começou a fazer -- e acho que não há condições mínimas para se começar a fazê-lo. Primeiro, tem-se que determinar a descrição do fenômeno, que é o que estamos tentando fazer, e não do fenômeno astral em geral, mas de um fenômeno em particular, que é a coincidência da figura astrológica com o caráter humano. Depois de ter várias descrições comprovadas deste tipo, daí talvez dê para fazer uma astrologia geral.

...

Ou será que essas posições astrológicas são parte da causa real? Neste ponto, a astrologia esbarra nos limites do entendimento humano, suscitando questões que levarão muitos séculos para serem respondidas.

"[As causas consideradas sob o enfoque 'geral' ou 'típico'] não são mais um elo na cadeia causal da evolução histórica e real [...] mas somente um meio de conhecer." A causalidade comporta duas idéias fundamentais: de um lado, a de uma ação relacional, de uma espécie de dinâmica entre dois fenômenos qualitativamente diferentes, e, de outro lado, a de uma subordinação a uma regra geral".

Toda relação causal pode ser estuda de dois modos: primeiro, enquanto encadeamento de fatos; segundo, enquanto tipo, enquanto manifestação de uma tipicidade.

Ao ir ao consultório, o médico diagnostica: "dengue!" O médico tipificou, reduziu a espécie de um gênero. Concluiu: você tem uma sintomatologia típica e essa tipicidade permite que lhe dê um nome -- dengue. Ter o nome, porém, não esclarece a respeito de sua causa (ou de suas causas), permite apenas saber sua causa geral. As causas, porém, nunca podem ser gerais. As causas concretas têm sempre que ser particulares: neste caso, tem que ser um mosquito, dois ou três. Em qualquer caso, tem que ser um mosquito determinado, assim como tem que ter picado o sujeito há "x" tempo, pois não acontece de alguém ser picado pelo mosquito hoje e ter dengue daqui a cinqüenta anos. O hábito de, ao dar nome tipificar), acredita que se resolveu o problema, é algo consolador apenas para o profissional. Se se for raciocinar realmente, para agir -- entrar na ação terapêutica -- essa ação também tem que ser particular, concreta e determinada. O nível das generalidades elimina o comprometimento do profissional.

Tipificar não é saber a causa. Saber a causa é conhecer a ratio essendi. No caso de furto, por exemplo -- o que o delegado tipifica: "furto de veículo automotor"-- para achá-lo terá que saber a causa segundo a ratio essendi. No caso de furto de carro, por exemplo -- que o delegado tipifica: "furto de veículo automotor"--

para achá-lo terá que saber a causa segundo a ratio nessendi: quem foi que roubou e onde o escondeu.

“3. O método generalizante utiliza a relação de causalidade de modo diferente do método individualizante. O método generalizante tende a apagar a noção de ação e, por conseguinte, a de causa, para deixar aparecer apenas a de lei, no sentido de uma igualdade matemática.

No método individualizante, ao contrário, ao contrário, é a noção de regra que tende a apagar-se para por em evidência a unicidade qualitativa do devir em geral ou a singularidade qualitativa de um de seus fragmentos.”

O médico, ao trabalhar adequadamente, usa os dois métodos: o generalizante para remeter a sintomatologia a um tipo (é um caso de dengue, de tuberculose, não é nada, etc), que é a metade do trabalho. Ao partir para o tratamento, terá que individualizar: terá que ver qual é o encadeamento causal que está acontecendo realmente neste momento e em que ponto está. A partir daí, não interessa mais tipicidade ou regra geral. Interessa até o contrário: o que for atípico, pois pode haver interferência de elementos contigentes, casuais, que nem por serem causais devem ser desprezados no tratamento.

Esses dois enfoques são absolutamente indispensáveis um ao outro e em todas as ciências.

“4. O que aprendemos a conhecer pela causalidade não passa jamais de uma visão fragmentária e parcial. Desde a diversidade do real é infinita, a regressão causal é indefinida. Se quiséssemos esgotar o conhecimento causal de um fenômeno, seria preciso levar em conta a totalidade do devir.”

Tudo tem uma causa, que tem outra causa, que tem outra causa e assim por diante. Se vamos enfocar um assunto qualquer, temos que fixar até onde vamos recusar nossa regressão causal.

Por exemplo, no diagnóstico de dengue: como se sabe que a transmissão dessa doença se dá por determinado mosquito, a regressão causal do médico para aí. Se não se tratar de um médico, mas de um epidemiologista, esta informação -- doença causada por tal tipo de mosquito -- não lhe basta: terá de saber de onde veio o mosquito, por que veio parar aqui, quem trouxe (imigrantes, animal?) Se ao invés de epidemiologista, trata-se de um patologista: quererá estudar o processo mesmo da dengue. Não basta saber como o mosquito veio parar aqui, precisará saber qual o mecanismo, qual o processo interno que torna esse mosquito o transmissor da dengue, o que existe nele, em seu organismo, e assim por diante. Pode-se ficar procurando a causa da causa da causa ... num processo que não termina nunca.

A interpretação da cadeia causal geralmente se faz pela divisão do trabalho: o médico clínico tratará do indivíduo independentemente de ser o único indivíduo que tem dengue no mundo ou de ser um entre milhares. Ele demarca sua área de interesse: o setor da realidade que o interessa é tal e ele estuada o assunto até esse limite. O que exceder a tal limite não lhe dará respeito.

“Contentamo-nos, de cada vez, com o que se chama a razão suficiente, ou seja, realizamos uma seleção [conforme] o rumo da nossa curiosidade. Apesar da hipótese teórica causa aequat effectum, na prática a pesquisa causal sempre estabelece uma desigualdade entre os fenômenos.”

Causa aequat effetum = a causa iguala-se ao efeito. Esse é um pressuposto lógico. Na verdade, isso não acontece.

Se dissemos: o mosquito provocou dengue, isso é absurdo. Pois como o mosquito pode ter esse poder? Porém, não se trata do mosquito e sim da espécie de mosquito em questão, que provoca dengue há um outro processo em questão, que provoca dengue porque há um outro processo que envolve tal espécie; dentro desse processo, o mosquito (enquanto espécie) é um elo dentro de uma cadeia causal e assim por diante. Para equalizar, obter uma causa que seja proporcional ao efeito, só se pegar a causa inteira. Como nunca fazemos isso, nunca chegamos a ter uma explicação causal perfeitamente equilibrada e homogênea. Sempre temos um efeito que parece um pouco maior que a causa. Na verdade, não é que seja maior que a causa -- apenas omitimos aspectos da causa que para efeito daquele estudo não interessa.

Se dissermos: “o atentado de Saravejo provocou a Primeira Guerra Mundial”, isso parece absurdo: porque um sujeito deu um tiro em outro, precisou um continente inteiro se matar? De fato, não é assim: aquela expressão referiu-se apenas à causa eficiente imediata, por trás da qual tinha tal problema, por trás do qual outro e assim indefinidamente. Não é necessário remontar tudo -- dá-se tal cadeia por pressuposta, ou por desconhecida e basta. O que importa não é achar a causa inteira mas a causa suficiente, a causa que

sossegue a nossa mente.

“5. Se o método naturalístico ignora a contingência, o acidental e, portanto, a classificação sob uma regra geral é o seu critério de seleção, qual é o do método histórico ou individualizante?”

Acabamos de verificar que sempre na investigação das causas, temos que fixar um limite à regressão causal: atrás do ponto “x” não interessa remontar. Se estou usando o método naturalístico ou generalizante, tenho um critério que me permite dizer em que ponto parar a regressão causal: vou pará-la no ponto do típico. Quando o médico diagnostica “dengue”, ele pára sua regressão causal no mosquito, pois seu interesse é tipificar.

Vamos supor o contrário: não estamos investigando o dengue, estamos investigando história. Esta não vai se contentar com o típico. Para a história, é necessário fazer o encadeamento real do que aconteceu, ou seja, o interesse não é a redução a tipos mas o restabelecimento da seqüência inteira. Porém, que seqüência inteira? Parar em que ponto?

Por exemplo, o sujeito que deu tiro no arquiduque -- fato que provocou a Primeira Guerra Mundial -- porque ele fez isso? Poder-se-ia responder: tratava-se de um anarquista pago pela organização tal. Pergunta-se a seguir: por que ele era anarquista? Porque desenvolveu uma revolta contra a sociedade. Por que desenvolveu tal revolta? Porque apanhou da sua mãe. Por que sua mãe lhe bateu? Porque sua mãe tinha problemas. Por que tinha problemas? ... e assim por diante.

Rimo-nos disso porque nos parece absurdo levar a regressão causal até este ponto. Qual o critério que faz com que a partir de certo ponto da regressão, julguemos desnecessário e até ridículo prossegui-la? Qual o critério que está por trás dessa nossa decisão?

No caso do método generalizante, a resposta é simples: estou interessado apenas no evento típico -- definido e investigo apenas no limite do típico. Porém, quais são os limites que fazem a gente parar a investigação da regressão causal num certo ponto e não ir para além dele?

“Weber denomina-o a relação com os valores. [Por que um historiador ou sociólogo escolhe um assunto e o considera ‘interessante’?”

Por que o tiro desferido em Sarajevo contra o arquiduque Francisco Ferdinando é interessante historicamente mas o fato de que mamãe tenha batido num anarquista não o é? É isso devido a uma tipicidade ou exatamente o contrário? Porque só estamos interessados no princípio genérico de que anarquista dão tiros em arquiduques? Ou exatamente pelo motivo contrário: não estamos interessados na psicologia dos arnaquistas em geral e só estamos interessados naquele ato daquele arnaquista e os resto da sua vida pouco nos importa? O princípio, neste caso, é o contrário do típico -- é o atípico que importa. Não estamos fazendo psicologia dos atentados, queremos saber por que foi cometido aquele atentado e suas conseqüências em particular. Nosso critério não pode ser então o da tipicidade. Aliás, o caso em questão não é nada típico: guerras provocadas pelo fato de um anarquista matar alguém só teve uma, que foi justamente a de 1914. Na segunda Guerra, as causas foram outras e a próxima está tendo causas e assim por diante. Se estamos interessados naquela causa em particular, o princípio que determina o limite da nossa investigação não é o limite da tipicidade, mas um princípio que chamamos interesse: por que este fato é interessante para o historiador e o resto não é? Que foi, este fato, a gota d’água, já o sabemos. Mas por que esta gota d’água se torna importante para o historiador e não as causas remotas que o provocaram? Em resumo, a pergunta é: o que o historiador quer saber? Por que dirige sua atenção a um ponto e não a outro? É o que Weber chama relação com os valores. A explicação disto tem um certo valor não só para o historiador como também para a comunidade onde está, ao passo que a explicação do que se passou na infância daquele anarquista não tem este valor. Dito isto, significa que o historiador tem que estar consciente dos valores que o movem a investigar isto ou aquilo, porque senão ele não conseguirá determinar o âmbito da investigação. Saber qual é a importância e o tipo de importância que tem o assunto, onde pára essa importância é tão importante para o historiador como para o biólogo importante ter os tipos e os conceitos determinados com os quais trabalha. Objetivamente (não só subjetivamente -- embora certos motivos subjetivos, do tipo “gosto de tal assunto”, possam ser motivos para o historiador), tem que saber quais os valores vigentes no meio, na cultura, etc, que justificam tal estudo. Se não souber isso, não saberá quando e onde parar.

A pergunta -- o que o historiador quer saber? -- é como se fosse uma coisa que foi solicitada. Mas quando foi solicitada? É o mesmo que pedir dinheiro emprestado sem definir a quantia. O quanto é definido pelo interesse: dinheiro para o cigarro, para conta de luz, para comprar um iate, etc. O determinará quanto é o interesse; o que determina o interesse são os valores que estão em jogo.

Toda pesquisa em ciências humanas tem interesse objetivo. O interesse objetivo, não subjetivo. O interesse subjetivo do indivíduo pesquisador apenas se encaixa dentro do interesse social. Se o sujeito não está consciente deste interesse, ele não sabe os limites da sua pergunta. É questão extremamente sutil.

Se perguntarmos: por que é necessário resolver o problema da astrocaracterologia? Esta é uma investigação em ciências humanas, embora contenha alguns aspectos naturalísticos também. Como tem um aspecto humano (psicológico, histórico, etc.), então entra a questão da relação com os valores. Ou seja, até onde vamos estudar o processo da correlação astro/caráter? Se repararem, perceberão que o curso inteirinho está formulado em termos de responder a esta pergunta até o ponto em que o movimento astrológico em geral levantou o assunto e nem um passo a mais. Embora o assunto em si mesmo, considerado objetivamente, independente da pesquisa, possa ter um milhão de aspectos a mais. Mas o que vai limitar a nossa área de investigação é justamente este por que investigar? Quando estou investigando este fenômeno -- a relação da posição astral com o caráter -- estou tomando uma questão que já existe de certo modo e à qual já é dado um valor "x" e os valores que estão em jogo nesta indagação são tais ou quais. Isto vai dar o tamanho da minha investigação.

Esta é a questão mais difícil na área de ciências humanas. É uma espécie de sexto sentido que o investigador tem que desenvolver, mesmo porque isto não faz parte de pesquisa científica. É prévio a ela, é um primeiro passo e portanto não há um critério muito científico para fazer isso. É justamente, porém, após tê-lo feito -- delimitado o âmbito da pesquisa -- que se vai criar a criteriologia científica para aquilo. Se não houve delimitação, então vale tudo e então não tem critério. O que nos permite dizer que em toda investigação em ciências humanas existe um passo inicial que não é científico. A rigor, nas ciências naturais também existe isso. Apenas que elas são mais antigas -- as ciências naturais -- e a esfera de seus interesses está por assim dizer formalizada, existindo uma habilidade já definida. Em ciências humanas, ainda é cedo para ter isto.

Há que haver relevância científica para o problema levantado, por trás da qual está presente a relevância social. Mesmo que não tenha conseqüência prática alguma o resultado da investigação, a qual pode ter uma importância objetiva (ou seja, ser socialmente), mesmo que reconhecia pela coletividade.

Por exemplo, a resolução do problema astros/caráter vai colocar a astrologia num caminho científico. Acontecendo isso, todo o panorama das ciências humanas vai ter que mudar, pois ele passará a ser referido, no seu todo, ao plano cósmico. O fato de eu saber isso não quer dizer que a coletividade esteja informada disto. O propósito d investigação astrocaracterológica é: tentar equacionar de modo cientificamente relevante um determinado tópico. O quanto até onde isso deverá ser feito: até o ponto necessário para provar a possibilidade teórica disto e fim. Isto já delimita o campo, embora seja algo extremamente complicado, como já puderam ver. Ao se demonstrar que é possível, criou-se um instrumento científico, instrumento esse que pode nunca ser usado, mas que porém existirá e estará disponível.

"O devir, em si mesmo, é indiferente ao significado: não é nele que encontra o critério que determina nossa curiosidade."

A coisa não pode ser importante em si mesma. Tudo que é importante é importante para alguém e não em si mesmo. Ser importante em si é apenas uma força de expressão -- define algo que é importante universalmente, para todos os homens. Mas de fato, a importância de um evento vem daqueles a quem ele afeta materialmente, intelectualmente, etc. Isso significa que o fato, o devir, o conjunto dos acontecimentos em si mesmo nada me diz sobre o que é mais importante ou menos importante: sou eu que tenho que tomar uma posição.

["Quando, ao estudarmos um tema, selecionamos os documentos e uns nos parecem essenciais e outros desprezíveis,] em virtude de quê realizamos essa seleção, senão segundo uma relação com os [nossos] valores? Esta relação exprime, pois o momento arbitrário que se acha no ponto de partida de toda reflexão

e de todo trabalho científico. É apenas nos limites dessa seleção que o sábio aplica os processos ordinários da investigação científica. É neste ponto que se torna indispensável afastar [daí por diante] toda apreciação valorizante."

Esta seleção inicial do tema precisa ser autoconsciente, pois não há motivo nenhum se escolher um tema a outro. Você aumenta ou diminui os limites do seu tema o quanto queira. Não há nenhuma razão para fazer isto ou aquilo, existe apenas a convergência certas investigações são convenientes e outras são inconvenientes, ou seja, não servem para nada. O que fixa essa conveniência são os valores nos quais você se apoia. É preciso estar consciente desses valores para saber por que você delimitou o âmbito "x" ou "y ". Pode ser que você faça uma investigação que não tenha importância para mais ninguém além de você mesmo. Neste caso, você sabe que está investigando uma coisa que não tem relevância científica nenhuma, só para você mesmo.

Supomos que alguém investigasse "as causas da inflação brasileira". Se quero saber o conjunto total e real das causas da inflação, preciso avançar minha explicação até um ponto "x" que satisfaça a esta pergunta, mais aquela pergunta, mais aquela outra, etc.; ou seja, se quero dar uma explicação abrangente para a inflação, tenho que encontrar respostas para todas as perguntas que vêm sendo feitas sobre inflação. Se a minha ambição não é tão grande -- quero apenas descrever um mecanismo causador da inflação -- quero descrever, por exemplo, o mecanismo psicológico que afeta os comerciantes da classe média de São Paulo. Então: a simples precisão de desvalorização da moeda faz com que eles aumentem o preço de tudo. É lógico que este estudo em si mesmo não precisa responder quais as outras causas. Sei onde parar a minha regressão causal -- ela termina na psique média do comerciante e fim. Por que o comerciante e fim. Por que o comerciante tem essa psique média não me interessa saber.

A abrangência do estudo delimita o nível de exigência causal que você tem de atender.

O poder astrológico está tão aquém de ter colocado este problema que eles oferecem explicações sobre o todo mas que não atendem a exigência causal alguma. Todas as perguntas que se fizer ficarão irrespondidas. É uma inconsciência metodológica total, abaixo da crítica. Por que é assim? Em parte, é porque s pessoas que vão estudar astrologia o fazem por motivos de complementação da própria psique que, estando aleijada, necessita de uma muleta cósmica que dê um simulacro de sentido de existência ao que não tem sentido algum. Este foi o motivo que me levou a estudar astrologia. Quando percebi era um simulacro, percebi que não dava sentido nenhum à minha vida, que era um enigma como qualquer outro, tive a honestidade de reconhecer que onde fui buscar o sentido da vida, só havia mais um problema.

As outras pessoas que recusam o problema astrológico, que são qualificadas para estudá-lo, têm medo de serem rotuladas de místicas ou idiotas, irracionais, e largam o problema, deixando-o nas piores mãos. Quem se interessa pelo problema é louco e quem é são não se interessa pelo problema. O ideal é chegar a uma média entre esses dois extremos.

"Os valores com os quais o sociólogo e o historiador relacionam a realidade são naturalmente variáveis. O especialista das ciências humanas pode-nos fornecer, graças à relação com os valores, uma visão nova sobre um problema, porque é levado a considerar como importantes elementos que outros tinham deixado à margem."

Cada vez que se formula um projeto de investigação, pode-se estar levantando temas, aspectos e problemas que passaram despercebidos mas que são importantes. Por exemplo: digamos que eu queira investigar a história da psicanálise -- em que valores estou me apoiando para fazê-lo? O que fundamenta meu interesse por tal tema?

Digamos que meu interesse decorre do fato de eu ser psicanalista, conheci vários psicanalistas notáveis que apresentaram trabalhos importantes aqui e ali e tudo isso pode se perder com o tempo. É um material científico que pode ser esquecido e não quero que isso aconteça. Isso fixou o âmbito do meu trabalho: é um trabalho puramente documental, histórico, que vai oferecer documentos de certos eventos, de ordem intelectual e científico, que ocorreram em tais lugares em tais ocasiões.

Suponhamos que não seja este o meu objetivo: estou interessado na psicanálise não como um cultor dessa disciplina que está interessado em preservar este patrimônio do conhecimento, mas que, ao contrário, acho que a psicanálise, não tendo uma estrutura científica suficiente, obteve uma repercussão científica e

filosófica indevida. Ou seja, aumentaram o tamanho da psicanálise, tirando dela conclusões metafísicas, teológicas, etc.

O âmbito da minha investigação, meu interesse, serão as repercussões da psicanálise. Interessa-me menos compreender profundamente o pensamento de Freud do que compreender as conclusões que outros tiraram dele. Interessa-me sobretudo mostrar em que as conclusões tiradas por filósofos teólogos, etc, divergem do seu -- de Freud -- texto original. Portanto, o meu material já não é o material escrito do investigador anterior.

Se eu, querendo estudar as repercussões culturais da psicanálise, tiver em mãos todo o material científico produzido por todos os psicanalistas, desde Freud até hoje, não resolverei meu problema. Se estou falando de repercussões culturais, estou falando de coisas que estão fora do âmbito profissional da psicanálise: repercussões na área da filosofia, da arte, da astrologia, etc. Meu material, por assim dizer, é marginal, está em volta da psicanálise.

Como faço a seleção deste material? Primeiro, preciso tornar-me muito consciente de qual é meu interesse. Os valores e o interesse determinam o âmbito da investigação. É em função desse âmbito delimitado que posso em seguida fazer métodos de investigação apropriados e posso também definir critérios de validade. O trabalho da criteriologia científica começa uma vez delimitado o âmbito. Este senso dos valores que sustentam a pesquisa é uma espécie de sexto sentido que o investigador tem que ter e é uma forma de autoconsciência. Autoconsciência do historiador, do sociólogo, do psicólogo, enquanto investigador -- que é diferente da autoconsciência pessoal dele enquanto cidadão. É um requisito sine qua non o fato de ter uma consciência de si enquanto membro de uma cultura e saber do encaixe preciso entre os interesses pessoais dele e os interesses conscientes ou inconscientes desta comunidade cultural. Sem isso, não adianta dar um passo em ciências humanas. Se o sujeito tem isso, as demais deficiências podem ser todas sanadas, mas a falta desta, não. O primeiro passo ao formular um problema científico é saber por que tal problema é um problema e para quem, afinal, ele é um problema. Não é qualquer tema que pode ser problema. Como o tema "a influência das barbatanas do camarão na formação das marés": não é absurdo estudar isso, embora isso só possa ser problema para o camarão, evidentemente. Não se trata apenas só da importância reconhecida e objetiva nem apenas das conseqüências práticas que a aplicação da pesquisa poderá ter, mas do seu relevo cultural.

"A variação dos valores surge como a condição da variação dos pontos de vista. É o conjunto dos pontos de vista possíveis que, precisamente, nos permite fazer uma idéia tão exata quanto possível de um problema. A ciência varia sem cessar com os problemas novos que nascem dos novos pontos de vista. A relação com os valores exprime o caráter indefinido da pesquisa. Um sábio pode ter a impressão de haver apresentado a palavra decisiva sobre um problema, porém um outro reformulará toda a questão, pois terá encontrado outra relação com os valores. A ciência é obra de todos os sábios."

É muito raro que um problema levantado por qualquer um investigador seja resolvido até o fim. É muito raro na história da ciência que um sujeito mate um problema de modo que durante algum tempo não tenha mais sentido investigar aquilo. Isso às vezes acontece. Por exemplo, acho que até certo ponto Benedetto Crocce matou o problema das relações da razão com a intuição. Quer dizer que esse problema fica assentado: ninguém consegue levantar um problema novo em torno desse tema durante um certo tempo. Quer dizer que foi encontrada a explicação suficiente para nossas necessidades de hoje. Amanhã ou depois, porém, poderá surgir um novo fato que surgira a necessidade de investigar o assunto por outro lado. É algo que nunca acaba.

"6. Em resumo, este é o papel da relação com os valores:

(a) Determina a seleção do tema, destacando um objeto da realidade difusa.

(b) Orienta, no tema escolhido, a triagem entre o essencial e o acessório, isto é, define a individualidade histórica ou a unidade do problema, vencendo a infinidade dos detalhes.

(c) É a razão do relacionamento entre os diversos elementos e da significação que se lhes atribui.

(d) Indica as relações de causalidade a estabelecer e até que ponto é preciso levar a regressão causal.

(e) Por não ser valorativa e exigir um pensamento articulado, afasta o simplesmente 'vivido' ou vagamente

‘sentido’”.

A tomada de consciência dos valores que estão implícitos numa pergunta não é em si mesmo um julgamento de valor. Mesmo porque os valores em que a pergunta se apoia poderão eles mesmos ser desmentidos pelo desenrolar da pesquisa. Você necessita dessa consciência dos valores apenas a título de um apoio para a formulação da hipótese inicial. Mas até aí não se está prejulgando nada.

“7. Daí segue-se que toda ciência humana procede por interpretação. Esta consiste no método destinado a nos fazer compreender o sentido de uma atividade ou de um fenômeno e a significação dos diversos elementos uns em relação aos outros.”

Ao formular esta hipótese inicial, estou oferecendo uma interpretação e esta interpretação consiste em investigar o sentido ou significado de uma determinada atividade, de uma determinada ação humana, seja ação política, intelectual, etc.

O que se entende por compreender, veremos mais à frente.

“Sendo o devir, em si mesmo, humanamente indiferente, é a interpretação fundamentada na relação com os valores que lhe confere uma significação, colocando em evidência os motivos e os fins de uma atividade.

8. Os malentendidos se originam de que ‘interpretação’ é tomada em diversos sentidos. Weber distingue três:

1o A interpretação filológica. -- Consiste na apreensão do sentido literal de um texto, na crítica dos documentos, etc. É um trabalho preparatório.

2o A interpretação avaliativa ou axiológica. -- Faz sobre o objeto um julgamento de aprovação ou de desaprovação. Comporta vários graus, desde a avaliação puramente emocional por endopatia até a esfera mais apurada dos julgamentos estéticos e éticos.

3o A interpretação racional. -- Seu fim é fazer-nos compreender, pela causalidade ou pela compreensão, as relações significativas entre os fenômenos ou os elementos de um fenômeno.”

Causalidades ou compreensão, que quer dizer, pelo método explicativo causal ou pelo método compreensivo (ao qual nos referimos anteriormente).

“A segunda não é um procedimento científico, embora o sábio por vezes deva levá-la em conta. A interpretação racional é a detentora do sentido, quer tente o sábio determinar a significação que indivíduos dão a seus próprios atos, ligando-os a estes ou àqueles valores, quer se refira aos nossos valores para extrair a significação histórica ou sociológica de uma doutrina, de um acontecimento ou do desenvolvimento de uma situação. É uma análise que propõe a precisar quais os valores que estavam em jogo no curso de uma atividade.”

Chegamos ao ponto central para nós -- não no miolo da metodologia de Weber mas no miolo que nos interessa. Porque todo estudo caracterológico vai procurar achar certos eixos do comportamento do indivíduo. Se quisermos achar esses eixos a partir da observação externa do indivíduo, teremos que ver os seus comportamentos e os seus atos mais ou menos tomados um a um. Vamos ter que compreender e explicar esses atos. Por um lado, vamos ter que captar de alguma maneira o sentido que uma determinada ação tinha para o indivíduo que a praticou, ou seja, qual o significado que ele atribuía àquele ato em particular e isto não pode ser por adivinhação. Na verdade, na vida diária o tempo todo atribuímos motivos aos outros; acreditamos saber o sentido das ações individuais, pelo menos das pessoas que nos são mais próximas. Por isso mesmo nunca questionamos. Se a pessoa age de uma maneira onde o sentido nos parece evidente, então estranhamos; se estranhamos é porque estamos acostumados a julgar que sabemos, de hábito, o sentido das ações dessas pessoas. Porém, uma coisa é esta intuição certa ou errada, intuição endopática do sentido que temos na vida diária e dela precisamos para viver; outra coisa é fazer um estudo científico disso. Naturalmente que esse estudo científico também afetará a longo prazo o nosso julgamento cotidiano, mas não de imediato. Se nos perguntamos então como ficamos sabendo do sentido que o indivíduo atribui a seu ato, vai haver um leque imenso de respostas.

Podemos tentar por comparação -- embora na maior parte dos casos nem cheguemos a comparar os atos

dos indivíduos com outros atos: explícita e conscientemente não fazemos uma comparação. Ao contrário, atribuímos um sentido, uma intenção.

A investigação das intenções é uma parte do nosso problema. Em segundo lugar, é preciso ver se essa intenção consciente que o indivíduo tinha -- o que ele conscientemente visava -- coincide, de um lado, com as causas reais que o levaram a agir assim ou assado. Porque nem sempre a intenção é a causa. Por exemplo, o indivíduo pode visar conscientemente um certo objetivo mas estar sendo levado àquele procedimento por outras causas que lhe escapam. Por exemplo, suponhamos que fiquei o dia inteiro trabalhando num lugar onde havia muito ruído. Estava tão concentrado no meu trabalho que não prestei atenção no ruído. Ele me perturbou de alguma maneira, mas me perturbou fisicamente, não chegou a entrar na minha esfera de consciência e cortar o fluxo de meus pensamentos, mas deixou-me enervado. Chego em casa e resolvo, por exemplo, dar uma bronca na minha mulher porque o macarrão estava frio. Qual é a minha intenção? Não era melhorar a qualidade da comida doméstica? Mas qual foi a causa da minha ação? O macarrão estar frio foi apenas uma parte da causa. Houve uma outra causa que escapou da minha intenção. Claro que as duas causas convergem. Mas e o peso relativo de uma e de outra? As demais pessoas da mesa não acharam que o macarrão estava tão frio assim. Então, digo que o macarrão foi um pretexto. A explosão emocial deveu-se a alguma outra coisa, que podia estar totalmente ignorada, não ser inclusive uma causa profunda, estrutural; podia dever-se a uma mera coincidência, a algo que aconteceu naquele dia em particular.

A investigação do sentido que a ação tinha para o indivíduo não se identifica com o estudo das causas, embora isso às vezes possa acontecer. E ocorre quando o indivíduo está perfeitamente consciente das causas e lhes confere o valor de motivos. Por exemplo, se devo um dinheiro e não tenho de onde tirar e peço emprestado. O sentido da minha ação é: preciso pagar e não tenho dinheiro. Portanto, peço emprestado. O motivo e a causa da minha ação é fato de eu não ter dinheiro. Não houve necessidade de intervir outro fator.

Em cada caso a relação entre o motivo ou o sentido de causa é muito complexo. Não há lei geral. É preciso conhecer toda a história direitinho.

É a isto que Weber chama interpretação, interpretação do ato humano. Pode haver uma ou várias causas, assim como um ou vários sentidos para uma determinada ação humana.

Posso ter, subjetivamente para mim mesmo, vários motivos, várias intenções para praticar um único ato; pode haver toda uma constelação complexa de motivos. E em certos casos esses motivos podem coincidir perfeitamente com a causa e em outros casos, não. Inclusive o sentido pode se voltar contra a causa. Ou seja, as circunstâncias, as causas desencadeadas me induzem a agir assim ou assado. Porém, como o que eu quero é outra coisa, faço outra coisa. Além disso, isto basta para compreender a ação? Não, certamente, pois toda ação implica o emprego de meios. Os meios podem ser adequados ou não ao intuito desejado, o que se refletirá às vezes no fracasso, e às vezes no sucesso casual.

Por exemplo, alguém me diz: “aposte no cavalo número 5 porque tenho informações seguras de que ele vai ganhar”. Esqueço o número do cavalo e aposto no número 6 e coincide deste cavalo ganhar. Houve uma inadequação entre meios e fim mas houve a interferência de uma outra linha de causas contingentes, acidentais. Só compreendo a ação quando sei tudo isso: sei a causa, sei o motivo, sei os meios e sei o processo causal que leva do meio ao fim. Sabendo tudo isso, compreendi inteiramente a ação.

Podemos dizer que as ciências humanas em geral visam substancialmente entender as ações humanas. Este entendimento das ações humanas tem dois momentos: o primeiro momento é a compreensão dos motivos e o segundo, a explicação das causas. Entre o método compreensivo e método explicativo, Weber vê uma continuidade perfeita. Interpretação para Weber abrange, de um lado, compreensão e, de outro, explicação. Por isso mesmo a sociologia de Weber é chamada sociologia compreensiva. Quando se fala sociologia compreensiva pode parecer que se está querendo só a compreensão e não a explicação, o que não é verdade. A denominação não foi muito bem escolhida. Seria mais adequada a denominação sociologia interpretativa, sendo que por interpretação entende-se a operação que ocorre em dois momentos: compreensão dos motivos e exposição das causas. Trazer as causas do estado de latência ao estado de patência -- do estado de ocultamento ao estado de evidência.

Tudo isso (conhecimento do motivo, da causa, do meio e do fim) ainda não esgota toda a questão. Precisaremos, para prosseguir, ler um trecho do prefácio do livro Economia e Sociedade (v. Apêndice):

"Deve entender-se por sociologia (no sentido em que Weber usa tal palavra) uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social, para desta maneira explicá-la casualmente em seu desenrolar e efeitos. Por 'ação' deve entender-se uma conduta humana (quer consista num fazer interno ou externo, quer num omitir ou permitir), sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação enlacem a ela um sentido subjetivo. A 'ação social', portanto, é uma ação na qual o sentido mentado pelo sujeito -- ou pelos sujeitos -- está referido à conduta de outros, orientando-se por esta o seu desenrolar."

Para Weber, ação é uma conduta que, para quem faz, tem um sentido. Isso quer dizer que a ação puramente não intencional, puramente reflexa, não é ação propriamente dita e cai fora do âmbito das ciências humanas. Por exemplo, quando o estômago ronca. Tem causa, evidentemente, este fato, mas não tem sentido, não resulta de um intuito. Não é portanto uma ação humana no sentido weberiano. É um simples efeito de um procedimento natural que pode ter efeitos sobre a conduta humana. Porém, não é uma conduta humana ainda. Ação humana é, portanto, uma conduta que para aquele indivíduo tem sentido, mesmo que seja um sentido falso: ação social, para Weber, é a ação na qual um dos motivos (ou um dos sentidos) seja a previsão ou a antecipação de condutas alheias.

Se tenho uma coceira na perna e coço a perna, isto tem sentido, é uma ação humana, pois cocei para que a coceira parasse. Agi assim porque supus que, arranhando a parte que estava coçando, esta pararia de coçar: a antecipação do resultado foi o motivo da minha conduta. Se suponho que vai chover e pego o guarda-chuva, trata-se de uma ação humana e tem sentido: precaver-me contra a chuva. Porém, em nenhum desses dois casos tive que prever conduta de outra pessoa.

Consideremos outro exemplo: vou à banca de jornal e ofereço cem cruzeiros ao jornaleiro. Esta ação seria impossível sem uma previsão pelo menos implícita de uma conduta dele, ou seja, de que ele aceitará os cem cruzeiros em troca de um jornal. E se por acaso ele me disser "Meu amigo, não estou aqui prá isso!", a situação torna-se non sense. Se vou ao banco e pago minha conta de luz, estou antecipando várias operações: que o caixa do banco, ao invés de embolsar a importância e ir para casa, lançará aquele valor numa conta do banco o qual, por sua vez, creditará em favor da companhia de luz. Se o caixa não fizer isso, cortam a luz, embora ela tenha sido paga. A conduta, portanto, antecipa de maneira mais explícita ou menos explícita uma conduta alheia. Neste sentido é uma ação social. O domínio do psicológico e do sociológico, para Weber, é um pouco borrado. Uma simples conduta, como dar um presente para outra pessoa (por supor que ela vai gostar disso), é uma ação social.

A ação social é a ação na qual o sentido está referido à conduta do outro.

É evidente que, tanto para a esfera sociológica quanto para a esfera psicológica, é este tipo de ação sobretudo que importa, embora a psicologia abranja algumas outras condutas.

Por sentido entendemos o sentido mentado e subjetivo do sujeito da ação, aquilo que ele realmente pensou, o intuito realmente visado por ele. Entendemos sentido nesta acepção quer seja:

a) como existente de fato (historicamente ou como média ou de um modo aproximativo);

b) tal como construído num tipo ideal.

Como ilustração do primeiro caso -- histórico ou estatístico -- podemos perguntar: por que as pessoas assistem ao programa da Xuxa? Pode-se responder: porque gostam, porque ela é bonita e acham que ligando a televisão nesta hora também vão ficar alegres.

Esta resposta está sendo dada como relato de um evento ou de um grupo de eventos historicamente considerados um a um, ou como média? Está sendo dada como média, de modo aproximado.

Um sentido, quando investigado como existente de fato, um sentido real dado efetivamente a alguma coisa, pode ser visto de duas maneiras: de maneira histórica (relatando o sentido que fulano, mais sicrano, mais beltrano, deu ou deram à sua ação) ou pode ser investigado como média -- em média, as pessoas assistem à Xuxa por causa de tais e tais razões. Pode ser que tenha um ou dois que assistam seu programa por motivos completamente diferentes. Por exemplo, o sujeito odeia a Xuxa mas assiste ao seu programa

para ficar com mais raiva da estupidez humana. Saiu da média.

O tipo ideal (sentido b) é um tipo de conduta inventado. É o tipo de conduta como o que faz, por exemplo, o romancista, como Cervantes ao escrever Don Quixote. É um tipo que age assim ou assado por tal ou qual motivo e as demais ações suas têm coerência com essa motivação. Porém, na realidade Don Quixote não existe, ele foi inventado.

Pode-se portanto estudar motivações em tipos ideais, não existentes. Não só se pode como efetivamente se faz. Caso isso não fosse possível, o romance de ficção seria impossível.

É necessário reparar neste ponto: para chegarmos a distinguir um caráter de outro caráter, vamos investigar ações, discernir o seu sentido e as suas causas e depois vamos tipificar vários tipos de motivações e de causas. Depois verão que esses tipos de motivações e de causas se combinam diferentemente em pessoas diferentes, formando individualidades em número quase indefinido. E este é precisamente o método da caracterologia. Para fazer isso, vamos ter de apelar não só para os tipos de causas mas também vamos ter de construir alguns tipos ideais de individualidades. Porque não podemos estudar todos os tipos. E um estudo em média, pela média, não faria sentido. Poderemos então estudar alguns casos existentes de fato, o que farão com os seus biografados. E estudaremos outros tipos ideais de caráter, inventados por mim, para efeito de explicação em aula, para efeito pedagógico.

O método dado por Weber refere-se exatamente ao que vamos fazer. Só que para o estudo astrológico isso tem que ser adaptado até um certo ponto, porque a astrologia está no limite entre a ação humana -- ação dotada de sentido -- e a ação reflexa, puramente causada por fatos exteriores. É assim porque neste estudo não chegaremos a discernir qual é o limite entre a ação causal do planeta e a intenção humana. Isto é um assunto de astrologia pura que não vamos poder resolver. Deixando -- como vamos deixar -- esta parte em branco, isto implicará na continuidade de existência de certos enigmas e certos problemas que não poderemos resolver e que deixaremos para vocês resolvê-los, para o que terão o resto de suas vidas. Só não dizemos que podemos aplicar o método de Weber inteiramente porque aqui a interferência de um elemento causal externo que provoca ações de maneira puramente reflexa e sem passar pela atribuição individual de sentido também pode ter lá a sua importância. Pode ser que o planeta, agindo eletroquimicamente, faça o sujeito agir assim ou assado sem que ele perceba. São Tomás de Aquino dizia que no caso do louco, demente, isso acontece. No caso do demente, o planeta é a causa da sua ação e o sentido que ele eventualmente atribua a suas ações não pesa em absolutamente nada. Por exemplo, o sujeito é louco e acha que é Napoleão Bonaparte: manda prender você por acreditar que você chefiou uma rebelião contra o imperador. Você sabe que não é nada disso que ele está fazendo, na verdade. A rigor, ele nada está fazendo. Do que se compreende que no caso do louco, o sentido não tem importância, tem importância só a causa.

Este último dado é de grande ajuda para quem trabalha em psicoterapia, pois ajuda a discernir quando é que começa a demência -- esta começa quando a ação do sujeito só tem causa, não tem sentido. Não adianta querer compreendê-la, só dá para explicá-la.

Neste caso -- como o do louco -- teríamos que admitir a possibilidade de um planeta ser diretamente, por algum processo desconhecido (de ordem eletroquímica ou qualquer outra), a causa de certas ações que não poderiam ser propriamente ditas humanas. Neste caso seriam necessários outros métodos que não têm nada a ver com as ciências humanas.

A astrologia oferece a possibilidade dessa transição -- ciência humana / ciência natural. Ela está localizada nessa fronteira mais até do que a ecologia -- esta, por isso mesmo é uma ciência tão complicada: tem uma multiplicidade de métodos. O método em ecologia chama-se método sistêmico, que investiga a confluência de uma infinidade de causas. Em astrologia, é preciso ser mais sistêmico ainda.

Inaugurar um estudo científico como um ramo não estudado é muito difícil, mas é um grande negócio. Se isso for feito, estaremos abrindo um campo de investigação tal que não é possível que vocês saibam onde isso pode parar. O mundo não precisa reconhecer que fizemos isso -- quando ele precisar disso, virá nos procurar. Pode ser que já estejamos mortos. Todo o nosso material estará aí e não estaremos trabalhando para a glória, porém estamos trabalhando para ter um resultado real, pelo menos um resultado cognitivo, para obter uma resposta e uma certeza e para abrir uma possibilidade humana. Não cabe à ciência resolver

o problema humano, mas cabe a ela oferecer-lhes instrumentos para isso. Se vão usar o instrumento ou não isto não é nosso problema -- é problema para os profetas, governantes, líderes, etc.

AULA 39

Comentário ao texto de Max Weber:

"Os malentendidos se originam de que 'interpretação' é tomada em diversos sentidos, Weber distingue três:

1o A interpretação filológica -- Consiste na apreensão do sentido literal de um texto, na crítica dos documentos, etc. É um trabalho preparatório.

2o A interpretação avaliativa ou axiológica -- Faz sobre o objeto um julgamento de aprovação ou de desaprovação. Comporta vários graus, desde a avaliação puramente emocional por endopatia até a esfera mais apurada dos julgamentos estéticos e éticos.

3o A interpretação racional -- Seu fim é fazer-nos compreender, pela causalidade ou pela compreensão, as relações significativas entre os fenômenos ou os elementos de um fenômeno.

A segunda não é um procedimento científico, embora o sábio por vezes deva levá-la em conta. A interpretação racional é a detentora do sentido, quer tente o sábio determinar a significação que indivíduos dão a seus próprios atos, ligando-os a estes ou àqueles valores, quer se refira aos nossos valores para extrair a significação histórica ou sociológica de uma doutrina, de um acontecimento ou do desenvolvimento de uma situação. É uma análise que se propõe a precisar quais os valores que estavam em jogo no curso de uma atividade. Weber insiste em que esta interpretação se submeta aos procedimentos ordinários do conhecimento científico e à administração da prova. Por isto chama-a também interpretação causal ou explicativa."

O que Weber denomina compreensão é um pouco diferente daquilo de falava Dilthey. Weber inclui neste conceito também a explicação causal.

Dilthey denominava compreensão e apreensão interna de uma totalidade singular, como por exemplo a forma interna de uma obra de arte, fazendo abstração de suas causas.

Compreender A Divina Comédia não é conhecer suas causas, mas propriamente aprendê-la naquilo que ela é, independentemente do que a tenha causado. As causas de uma obra de arte poderiam ser infinitas, mas elas não vêm ao caso. Assim, causas biográficas, psico-fisiológicas, etc, poderiam ter levado Dante a escrever A Divina Comédia; porém, elas não importam.

A compreensão e a explicação, tal como entendidas por Dilthey, são processos opostos.

Weber usa a palavra compreensão num sentido que abarca também a explicação causal. Na verdade, ele vê a fase compreensiva e a fase explicativa como etapas de um mesmo e único processo.

A interpretação filológica (interpretação do documento, do texto escrito) só ocorre quando queremos reconstituir o documento em seu significado mais ou menos originário. Se temos um documento em língua do século XIII, temos que conhecer a gramática e a semântica do século XIII, de forma a entendermos o que o documento representa. Este procedimento visa a reconstituição do material. Uma coisa, porém, é interpretar um documento, outra coisa e interpretar um fato. O fato não é o documento -- o documento versa sobre o fato. É portanto uma interpretação de duplo nível: interpretar o documento para, depois, através dele, interpretar o fato.

A interpretação filológica é um requisito preliminar em toda e qualquer ciência. Como seria possível estudar matemática não entendendo, antes, o que está escrito no livro de matemática? Podemos por isso dar como certo que a Filologia é a mãe de todo o conhecimento, porque ler e escrever são requisitos preliminares. Por ser uma parte preliminar, a filologia não faz parte propriamente da ciência. A filologia serve a todas as ciências. É uma atividade puramente histórica.

A interpretação avaliativa ou axiológica não é um procedimento científico caso não se trate de uma ciência normativa como a Lógica ou o Direito (ciências que buscam criar normas para o conhecimento e para a

conduta humanas), ou a própria metodologia (que é parte da Lógica). Nas ciências visadas por Weber, tal interpretação não é um procedimento científico. O procedimento pelo qual se faz um julgamento axiológico é completamente diferente daquele pelo qual se julga causalidades. Mesmo porque o julgamento axiológico depende dos fins pretendidos. Assim, uma casa mal construída pode ser ruim para morar, porém boa para fazer um bom negócio. Todo julgamento em geral depende da posição subjetiva e dos fins reais a que o indivíduo visa.

"Toda atividade vincula-se à relação de meios com um fim; compreendemos, com um alto grau de evidência, a atividade que se volta para um fim consciente, com pleno conhecimento dos meios mais apropriados. Neste caso, os meios se tornam as causas do fim esperado. A interpretação racional se esforça por captar a relação significativa entre os meios utilizados e o fim desejado; é importante que ela permaneça no plano que lhe é dado empiricamente, sem se pronunciar sobre o valor ético do fim ou dos meios."

Este parágrafo teria de ser desenvolvido muito extensamente, porque é uma coisa que nos interessa muito. Desde que estamos lidando com a compreensão de atos humanos, este aqui é o ponto chave para nós. Quanto a ele, quanto ao parágrafo, basta dizer que quando Weber fala de compreensão, ele está se referindo sempre a ações humanas dotadas de sentido para o agente. A chuva não pode ser compreendida, nem a tosse -- são coisas que só podem ser explicadas. Ninguém tosse com intenção (a não ser que se queira, tossindo, mostrar o quanto se está doente).

A compreensão se aplica sempre à ação humana dotada de sentido para o agente, mesmo que seja uma ação irracional mesmo que o sentido atribuído a ela seja falso, imaginário. Porém, não é isto que interessa. O que interessa é compreender primeiro o sentido que a ação teve para o agente, compreender para que para que o sujeito fez isto ou aquilo, ou para que ele achava que estava fazendo isto ou aquilo. Conhecidos os fins, investigam-se os meios usados.

Uma ação é, por assim dizer, completa e evidente em si mesma, quando sua causa real é igual a seu sentido; quando o que está fazendo o sujeito agir é o sentido que ele, voluntária e conscientemente, atribui a seus próprios atos. Por exemplo, o sujeito se levanta para ir ao banheiro. Esta ação é perfeitamente evidente. O que ele queria fazer lá? Certamente a alguma necessidade fisiológica que percebeu e, tendo percebido, concebeu um fim e agiu de maneira lógica para a sua consecução. Nem todas as ações humanas são assim. A ação pode ter causas que escapam ao intuito consciente do agente, pode chegar ao extremo de o sentido atribuído pelo sujeito agente à sua ação ser o contrário da causa real. No entanto, para conhecer a causa é necessário primeiro conhecer o sentido. Primeiro, o que, depois, por quê -- compreender primeiro o ato, para depois explicá-lo.

Esta compreensão só é possível quando existe um fim consciente. Se a ação é dotada de sentido, racional, não quer dizer que ela seja certa em tudo nem quer dizer que ela, no fim, realize os resultados desejados. Como num jogo de bilhar: ao tentar encaçapar as bolas, dou uma tacada e a bola pode não entrar no buraco.

Para medir alguma coisa, precisamos de uma régua. A régua é o que Weber chama tipo ideal. Se vamos estudar a conduta humana, as ações humanas, temos que ter alguns modelos de ação humana para, comparando estes modelos com a realidade, vemos o que de fato aconteceu.

"O tipo ideal"

1. "Obtém-se um tipo ideal acentuado unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos, ... que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente, para formarem um quadro de pensamento homogêneo.

2. [A relação com os valores, primeiro momento da seleção operada pela sábio,] apenas orienta o trabalho. Não lhe confere ainda rigor conceitual. Este é o papel do tipo ideal."

A demarcação do âmbito do estudo -- demarcação feita pela importância que tal aspecto tem para nós, para a nossa cultura, para o meio científico, etc. -- é puramente negativa, por exclusão. Para começar a observação em medição positiva, temos que ter alguns conceitos iniciais, que serão dados pelo tipo ideal.

O que é o tipo ideal? Consideremos o capitalismo. Capitalismo é um tipo de conduta na qual o indivíduo

faz uso de determinada riqueza para com ela fazer funcionar um empreendimento comercial, industrial, bancário, etc., de forma que a quantia no início empregada lhe retorne, com lucro. Pouco importa no que investe o dinheiro: agricultura indústria, banco, etc. O fato de ser investimento agrícola, industrial ou bancário não impede que seja capitalismo. No capitalismo a força considerada ativa é o dinheiro propriamente dito. Visa ao lucro, o que não quer dizer que sempre dê lucro. Pode ao contrário dar um prejuízo enorme. Mas idealmente visa ao lucro. Excluímos os erros de cálculo que o capitalista possa cometer, excluímos que numa determinada sociedade pode haver elementos capitalistas misturados (como no Brasil). No capitalismo, os indivíduos arriscam seu dinheiro. O fato real -- seguros do capital, garantias de governo, etc -- não altera a estrutura do que idealmente concebemos. De forma a compreender as diversas combinações possíveis -- capitalismo/socialismo, capitalismo/feudalismo ... --, avaliá-las, construímos um tipo ideal chamado capitalismo, um tipo ideal chamado feudalismo, um tipo ideal chamado socialismo, vários tipos de conduta humanas.

Se quisermos saber o que é um católico e o que é um protestante, procedemos do mesmo jeito. Mesmo que seja mais fácil definir um do outro (o católico é mais fácil que o protestante, pois sob essa denominação há um grupo imenso de possibilidades), não importa: o procedimento é o mesmo.

O tipo ideal pode nem mesmo existir, mas será através dele que podemos fazer as comparações.

A astrocaracterologia só lida com tipos ideais. Entender, portanto, o que seja tipo ideal, é a condição preliminar para saber que estamos falando. É possível descrever o caráter, independentemente da educação, do ambiente familiar? Sim, é possível. Porém, isso existe, assim, dessa forma? Claro que não. Porém, podemos conceber que se o indivíduo permanecesse inalterado após ter nascido, se seu caráter de nascimento encontrasse todos os canais livres de expressão, se nada o atrapalhasse, pelo contrário, se tudo o ajudasse, então ele se manifestaria cristalinamente. O fato é que ninguém é assim. Como é o sujeito realmente? Para responder isso, é preciso fazer o tipo ideal do caráter para depois comparar com que aconteceu de fato. Daí a distinção que fazemos entre caráter e personalidade. O caráter seria o tipo ideal e a personalidade o tipo real.

Existe uma infinidade de tipos ideais, um para cada astrológico. Cada mapa astrológico é um tipo ideal e a ele chegaremos pelo método de Weber. Primeiro, acentuamos unilateralmente certos traços; segundo, apagamos outros traços dados no caráter são finalidades buscadas pelo indivíduo; quarto, supomos que essas finalidades são sempre atendidas através dos melhores meios, sem erro, e que não só o indivíduo lança mão dos melhores meios para seus fins como também ninguém o atrapalha. Claro que podem nascer duas ou três pessoas no mesmo lugar e na mesma hora, as quais terão o mesmo tipo ideal.

“3. O tipo ideal é o modo de construção de conceitos peculiar ao método histórico ou individualizante. Como elaborar o conceito rigoroso de uma realidade singular se não se pode proceder por generalização, no sentido da tomada de consciência das analogias e das semelhanças com outras realidades, já que tal medida subordina os fenômenos a leis ou a conceitos genéricos que precisamente despojam o singular de seus caracteres distintivos e particulares? Mais brevemente: é possível formar conceitos individuais, embora admitindo-se corretamente que só existem conceitos gerais?

Todo conceito é conceito de uma espécie. Portanto o indivíduo (que é singular) escaparia ao conhecimento racional. Neste sentido, não se pode ter conceito do individual, pois só pode haver conhecimento racional do genérico. Isto significa que ciências como História, a Sociologia, etc., estariam todas condenadas, nunca poderiam ter uma base racional. Weber tenta resolver isto através do conceito do tipo. Quando pensamos em tipo, lembramo-nos de protótipo, arquétipo, de um modelo passível de muitas cópias, o que por sua vez seria o conceito de espécie. Não é disto o de que Weber fala.

“Acredita Weber achar a solução no conceito de tipo, entendido de uma certa maneira. Esta noção de tipo pode:

(a) tomar o sentido de um conjunto de traços comuns, que constituem então o tipo médio; (b) mas também o de uma estilização que põe em evidência os elementos característicos, distintos ou ‘típicos’; [este é o tipo ideal].”

A busca deste traço singularizante é a chave do tipo ideal. Para saber como se faz isto, é só ler os grandes romancistas -- porque o grande romancista vai pegar, da vida do personagem, momentos que singularizam,

excluindo o restante.

“Harpagão não é o avarento médio; graças a um processo de aumento, de exagero e de amplificação, Molière lhe deu a significação de uma individualidade características. Não resume os traços comuns dos avarentos, mas é um personagem estilizado.”

Claro que dificilmente se achará um avarento que seja igual a Don Quixote, etc. Porque nestes personagens os traços estão muito amplificados, exagerados e por estarem exagerados é que você. Não fosse assim e os traços dos personagens se diluíram numa média, o personagem não pareceria estar fazendo (nem sendo) nada de singular.

Nosso procedimento será portanto o de fazer vários tipos ideais, um para cada horóscopo. Alguém pode alegar que isto é algo impossível de se fazer, dado que Balzac, em sua obra (de uns 18 volumes) criou 30 tipos característicos. Porém, no nosso caso, não precisaremos dar uma expressão plena a este tipos ideais, a estes personagens. Vamos nos limitar a indicá-los numa linguagem técnica, o que fará com que a nossa caracterologia pareça, sob este aspecto, uma tipologia. Vamos aplicar quatro ou cinco conceitos descritivos que podem ser aplicados a todos os casos, de todos os horóscopos. Assim, o conceito das faculdades é o mesmo para todos os tipos e veremos a diferença, para cada indivíduo, apenas através de uma dosagem, de uma proporção mútua, de um relacionamento quantitativo entre estas faculdades. De modo que usaremos uma linguagem tipológica, mas não se iludam: não estaremos fazendo uma tipologia mas sim uma caracterologia, porque este processo de singularização em astrocaracterologia pode ser levado ad infinitum. Usando apenas os seis critérios que temos, isso gera 2.800.000 tipos; acrescentando um item astrológico, teremos aqueles 2.800.00, vezes doze; se incluíssemos Urano e Netuno, teríamos 2.800.000 vezes doze ao quadrado tipos. É uma cifra que escapa à nossa imaginação, uma combinatória de tipos humanos tal que chegamos a uma caracterologia. Uma tipologia é composta de tipos médios e uma caracterologia é composta de tipos ideais.

Cada individualidade tem o seu tipo ideal a que chamamos caráter.

A astrologia é um processo dedutivo, que parte de alguns elementos intuitivos. O procedimento por excelência da astrologia é do tipo ideal individual, o qual terá de ser contrastado com existência real na qual existem outras causas intervenientes. Todo bom astrólogo sabe perceber a diferença entre o horóscopo e a realidade e por isso dá um desconto em cada caso. Faz (ou deve fazer) o que já dizia São Tomás de Aquino: o astrólogo prognostica genericamente, não entra na realidade concreta. Pois isto seria confundir caráter com personalidade.

“Weber fala, em sua definição, de uma acentuação ou amplificação unilateral de pontos de vista. A idealidade desta construção é uma utopia, que nunca se encontra ou só raramente é encontrada em sua pureza na realidade empírica e concreta. O tipo ideal do ‘capitalismo’ compreende os traços característicos que definem a sua originalidade, as tendências e os fins a que ele visa como objetivo, mas que não tenham sido realizados plenamente em parte alguma. O tipo ideal representa os seu ‘desenho’ racional, isto é, a sua estrutura lógica, independentemente das flutuações do real. Ele consiste numa totalidade histórica singular, obtida por meio de racionalização utópica e de acentuação unilateral dos traços característicos e originais, para dar uma significação coerente e rigorosa ao que aparece como confuso e caótico em nossa experiência puramente existencial.”

O que vai construir a singularidade do estudo astrológico é que lidaremos com um tipo ideal não inventado por nós, mas um tipo ideal que é construído por nós a partir de um protótipo que é dado num simbolismo natural. Este será mais tarde um grande problema, não para nós, mas para a astrologia pura. Se verificarmos de fato que estes tipos existem, não como concebidos pelo homem, mas existem na natureza -- que é o que a astrologia parece indicar -- estaremos numa espécie de pensamento cósmico captando realmente um indício de que existe uma espécie de racionalidade cósmica que é prévia ao nosso pensamento. E isto é um enigma, um mistério que levaria mais de mil anos para ser convenientemente investigado. O pressuposto mesmo da astrologia é que o cosmos pensa e pensa humanamente, tem intenção. A astrocaracterologia resolverá um problema à custa de criar um outro. Só que este outro já está equacionado.

“Weber faz aqui certas precisões negativas, para evitar confusões. Em primeiro lugar, ele opõe o conceito

de tipo ideal ao de substância, que pretende captar a realidade das coisas no seio de uma hierarquia de espécies e de gêneros. O tipo ideal não precisa identificar-se com a realidade 'autêntica'. A idéia que fazemos, por exemplo, de uma época ou de uma doutrina, sob a forma de tipo ideal, não corresponde forçosamente à idéia que os seus contemporâneos faziam dela."

O tipo ideal não é a essência. Porém, poderá em certas circunstâncias coincidir com ela. O tipo ideal é concebido, inventado pela acentuação de certos caracteres, independentemente de serem reais ou imaginários, o que interessa é se o esquema funciona ou não. Em certos casos, ele vai coincidir com a situação real.

"Em segundo lugar, a idealidade dessa construção nada tem em comum com o ideal ou dever-ser no sentido ético. Sua única perfeição é de ordem lógica e não moral."

Quando se diz "tipo ideal", não quer isto dizer que seja ideal do ponto de vista ético. Ao contrário, eticamente pode ser a pior coisa do mundo. O tipo ideal da só é bom do ponto de vista do tirânico.

"[É preciso cuidado para não conferir indevidamente ao tipo ideal uma realidade empírica, o que poderia dar a ilusão de podermos] elaborar uma síntese definitiva da realidade."

É o que fazem os astrólogos: a partir de um conjunto de tipos ideais -- Áries, Touros, Gêmeos, etc, etc -- sentenciam: é o cosmos.

O tipo ideal pode coincidir ou não com a realidade.

Quais são as causas da crise do Oriente Médio? Você não terá respondido esta pergunta simplesmente quando mencionar várias leis gerais que podem causar crises históricas, como problema de fronteiras, ocupação de territórios ricos em minerais, etc. Tudo isso são leis gerais e toda lei geral é sempre potencial, nunca é atual, efetiva. Quando você descobrir todas as leis gerais que estão em jogo, ainda assim não saberá qual foi a causa. Na história, o método não é o de encontrar leis gerais, mas encadear fatos singulares causadores de outros e assim por diante.

"2. Embora todos os elementos da constelação intervenham na produção de um acontecimento, não adquirem eles todos a mesma importância aos do historiador. Este faz uma seleção, de modo que nos vemos diante do problema: como determinar o peso de uma causa? Qual a operação lógica que permite ao historiador introduzir uma desigualdade significativa entre os antecedentes do objeto que analisa?

Nas ciências naturais existe a possibilidade de um experimento que, tendo hipótese todo um conjunto de causas, suprime, efetivamente, algumas delas, para ver o que acontece. Porém, na história nós não podemos fazer isto porque os eventos já aconteceram e não voltam mais. Não podemos des-acontecê-los. A investigação das causas desenvolve-se sempre por comparação do peso de uma causa com o peso de outra ou com a presença de uma causa e ausência de outra). Só que em ciências naturais é possível reproduzir experimentalmente a situação porque são situações repetíveis, como o processo pelo qual uma doença se instala e evolui.

"Para atribuir importância à batalha de Maratona, o historiador formula, implicitamente pelo menos, a pergunta: que teria acontecido se os persas tivessem vencido? Esta pergunta é análoga à do criminologista ou do juiz que indaga a si mesmo sob que condição pode afirmar que um indivíduo é responsável por seus atos. O historiador isola em pensamento uma causa, para indagar a si mesmo se o curso dos acontecimentos teria sido o mesmo ou diferente sem ela. Fazendo o historiador essa abstração, constrói um curso possível das coisas, para determinar as causas reais ou suficientes. 'Para determinar as relações causais reais', diz Weber, 'construímos causas irreais'."

Investigação de causa é o mesmo que investigação de culpas. Quem foi que fez tal coisa? Como é que procede o delegado, investigador ou juiz inquérito? Comparando as várias possibilidades de ação, dos vários suspeitos envolvidos. Em História, em Psicologia, é a mesma coisa.

"3. Em quê é objetiva essa possibilidade? A objetividade se fundamenta em nosso saber positivo das condições existentes e em nosso saber nomológico, apoiado nas regras gerais da experiência. Não é uma visão arbitrária do espírito, uma hipótese gratuita, mas sim uma suposição racional, que se deixa justificar por certo número de elementos conhecidos."

O tipo ideal é a descrição ideal de um estado, de um modo de ser de uma conduta. Possibilidade objetiva é um esquema causal ideal: dado certas causas, certos efeitos decorrerão necessariamente por um encadeamento evidente.

"Como o tipo ideal, a possibilidade objetiva constrói um 'quadro imaginário', uma utopia, ou melhor, uma ucronia, exceto que, em vez de acentuar traços característicos, ela faz abstração, pelo pensamento, de um vários elementos da realidade, para indagar o que teria podido acontecer no caso considerado. A possibilidade não é a expressão de um não-saber, pois se refere ao que conhecemos por experiência."

Consideramos o seguinte: Saddam Hussein invadiu o Kuwait. Fazia um ano que a CIA estava avisando o Pentágono de que iria fazer isto. Por que o Pentágono não fez nada? Seria lógico que fizesse algo, tendo em vista o interesse nacional americano. Como sabemos que um determinado procedimento seria lógico, contrastamo-lo com o que aconteceu de fato. Daí levantamos hipóteses: os EUA não o fizeram por negligência, etc. Não é possível fazer isso sem um tipo ideal de conduta.

"Erraríamos, no entanto, se concluíssemos que a condição assim modificada, ou suprimida, seria a única causa do acontecimento; ela toma somente a significação de uma condição importante entre outras, pois a História não conhece causa única. 'Não temos necessidade de saber o que teria acontecido', diz Raymond Aron;' basta-nos saber que as coisas teriam sido diferentes.' "

A atitude do Pentágono perante a crise evidentemente não pode ser tomada como única causa,. Porque os outros também agem. Precisaria encaixar uma linha de explicação com outras hipóteses. Tudo isso iria formar a constelação das causas.

A descrição do que teria acontecido não precisaria ser completa. É só suprimir imaginariamente um fator e ver se ele teria mudado alguma coisa.

"4. Assim fica precisada a natureza da causalidade nas ciências humanas: ela é de ordem probalística. E isto não somente por causa da imperfeição do nosso saber, mas também em virtude da multiplicidade dos antecedentes. Por mais completo que possa ser o nosso saber, o inevitável momento subjetivo da seleção bastaria para introduzir a probabilidade.

O processo explicativo em ciências humanas, sendo de ordem probalística, significa que o tipo de explicação a que chegamos é do tipo: dadas tais ou quais condições, haverá uma tendência de x % de acontecer isto, x % de acontecer aquilo. Não dá para ir mais além.

"5. O grau de probabilidade que resulta de uma construção objetivamente possível é variável. Embora o grau de possibilidade objetiva em favor de um curso de acontecimentos diferente do que teve lugar seja fraco, não se poderia, entretanto, dizer que sua significação tenha sido absolutamente nula. Inversamente, embora o grau de possibilidade objetiva de um desenvolvimento tivesse sido muito grande, não se pode dizer que essa evolução seria absolutamente inevitável. O papel da categoria da possibilidade objetiva não é, pois formar julgamentos de necessidade, mas sim pesar a significação das diversas causas. Quando a probabilidade, resultante de uma construção objetivamente possível, é muito grande, Weber sugere que se fale de um causalidade adequada; e quando ele é fraca, de causalidade acidental."

É este o ponto aonde devemos aspirar chegar, ou seja, descrever a causa adequada de um comportamento, de um ato, de uma situação e saber distingui-la das causas manifestadamente acidentais. Dada uma causa, construímos um comportamento decorrente de modelo lógico; suprimimo-la imaginativamente do desenrolar dos acontecimentos e observamos então que isso alteraria pouco o comportamento. Dizemos tratar-se então de uma causa acidental.

Se isso fosse dotado como um princípio ético na convivência dos seres humanos, a vida seria bem melhor. Com a prática decorrente do estudo da história, astrologia, psicologia, sociologia, é quase impossível não acabar por adquirir-se um senso dos motivos das ações alheias. Isto permite fazer julgamentos que, com grande probabilidade, serão mais justos.

"6. A recusa de Weber em aplicar a palavra 'necessário' em vez de 'adequado', se explica por sua preocupação de sustentar para o devir seu caráter irracional."

Podemos dizer que se encontramos uma causa com alto grau de probabilidade, encontramos a causa necessária, efetiva. Weber não completou a simetria contrapondo o acidental ao necessário, mas contrapôs

o acidental ao adequado (ou provável). Porque * Weber * diz que o devir tomado na sua totalidade não pode ser dito racional nem irracional a priori, pois não sabemos e não cabe à ciência fazê-lo, por tratar-se de uma decisão de ordem metafísica.

"A história não é racional em si mesma, mas o historiador consegue racionalizá-la relativamente: na medida em que ele consegue formular julgamentos objetivos de ordem probalística sob a forma de uma relação adequada entre a causa e o efeito, é possível um conhecimento científico da História. Não existe obstáculo lógico para uma ciência singular."

Não existe obstáculo lógico para uma ciência do singular e uma caracterologia na mesma base é possível, sendo que, ademais, contamos que os esquemas básicos em cima dos quais construiremos descritivamente os tipos ideais já estão dados pela infinidade dos horóscopos.

AULA 40

A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA

1. "Tem o sábio o direito de aproveitar a autoridade adquirida em matéria puramente científica, para tentar impor seus pontos de vista pessoais e partidários?

A posição de Weber é tanto mais irritante quanto despida de toda mesquinharia de espírito. O que ele admitia era que se apresentassem como verdades científicas convicções pessoais subjetivas sob o hábil subterfúgio que confunde, com uma pretensa boa-fé, as observações empíricas constatáveis ou cientificamente controláveis e as tomadas de posição ou julgamentos de valor cuja justificativa se apoia unicamente numa crença em fins últimos contestáveis e arbitrários.

Weber se opõe, em princípio, às avaliações feitas do alto da cátedra. Entretanto, num século em que triunfa a especialização universitária, não se compreende que um sábio sinta a necessidade de incultar nos seus estudantes, além da matéria especial que é objeto de seu ensino, uma concepção do mundo. Não há especialidades acadêmicas revestidas da condição de profecias professorais. Por uma simples questão de dignidade pessoal, o professor deveria, em sua qualidade de professor, dar cumprimento à sua tarefa pedagógica sem fazer as vezes de reformador cultural sem meios práticos, ou se atribuir qualidades de chefe de Estado a quem fala o essencial: a coletividade estatal. Caso se considere a sala de aula o lugar onde se podem debater problemas ideológicos e práticos, é preciso conceber o mesmo direito às opiniões contrárias. É a isto que se chega com a liberdade de se fazer advogado de idéias práticos: a função de professor perde todo seu crédito.

Aos olhos de Weber, a conduta de um professor deveria ser a seguinte: cumprir com simplicidade a sua tarefa, subtraindo sua pessoa, para servir apenas à causa do ensino; não ignorar, quando da exposição dos problemas da sua disciplina, os fatos desagradáveis e sobretudo os que poderiam vir a sê-lo de sua posição pessoal, e fazer a distinção entre a constatação empírica e os julgamentos de valor. Isso implica estar ele próprio em condições de tomar consciência da heterogeneidade entre a esfera da ciência e a da convicção. A neutralidade axiológica no campo da pedagogia depende, também ela, de uma avaliação."

O que o texto esclarece é o óbvio. Só que no campo da astrologia, as pessoas que estão pretendendo divulgá-la e entendê-la, junto com isso estão passando sua própria concepção de mundo. Vender concepções do mundo é um negócio de grande rentabilidade.

Se supomos que ao pesquisar o fato astrológico devemos fazer os outros aceitarem em novas concepções sobre a natureza da matéria, sobre a estrutura do cosmos ou sobre outro assunto qualquer, fugimos inteiramente do campo da astrologia.

Estas teses podem até ser defensáveis, porém dentro de um outro estudo, dentro de um outro esquema. Devo dizer-lhes que eu mesmo fiz isto: no meu texto Astrologia e Ciências (1977), vendi concepções do mundo e vendi barato. Pensava que para a astrologia ser aceitável teria que modificar toda a concepção de ciência. Dizia isto porque simplesmente tinha o conhecimento médio das escolas universitárias. O que eu falava passava por perfeitamente respeitável. A luz de estudos mais aprofundados, vejo que falei um monte de bobagens. Era jovem, tinha 29 anos. É perdoável mas não tolerável.

Passados 15 anos, ainda há quem esteja falando a mesma coisa, repetindo as mesmas teses. Ainda não perceberam que estas pretensões são exageradas, pois a astrologia não pode se oferecer como reforma da estrutura do pensamento científico. E é nisso em que praticamente todos os astrólogos acreditam.

Em recente congresso de astrologia, um astrólogo, por sinal muito inteligente, defendia precisamente o fato de que nós estamos entrando numa época onde há uma nova concepção da interdependência cósmica (tese de Fritzjof Capra). Só porque novos problemas em discussão, isso não quer dizer que temos uma nova concepção pronta, uma nova metodologia. Sobretudo, pelo de termos uma necessidade qualquer, isso não significa que a satisfação dessa necessidade ocorra. Em ciência, leva séculos.

O que vemos é no máximo uma tentativa de adaptar, de maneira mais ou menos improvisada, certas concepções do microcosmos e do macrocosmos, a lei da analogia, a teoria das simpatias, para dar alguns exemplos. Estas concepções medievais ou gregas, que ficaram fora de moda durante uns quatro séculos agora estão voltando.

O fato de se tentar fazer um aproveitamento científico destas idéias não quer dizer que a metodologia para isto já existia. É a mesma coisa que, contatado o problema da inflação no Brasil, considerar que já exista algum novo sistema econômico que esteja funcionando.

Pode-se tentar um enfoque um pouco diferente do puro enfoque causal linear, como um Ecologia, onde há uma multiplicidade de causas operando ao mesmo tempo e que convergem para um determinado resultado. Este não é um novo conceito de ciência, é o velho método de Weber. E o que se vê portanto é apenas o oferecimento de novas idéias velhas, que estão aí desde São Tomás de Aquino. Como disse um cientista político, “meu livro tem algumas idéias novas e algumas idéias boas. Vocês podem objetivar que as boas não são novas e as novas não são boas.”

Quando Weber fala das condições pessoais do professor, ele quer dizer que existe uma postura moral implícita no fato de um homem de ciência, enquanto atua no campo da pedagogia, não tomar posição quanto a temas religiosos ou morais. Não podemos escapar totalmente das avaliações morais, porém não devemos deixar de apresentá-las como aquilo que são. O professor deve esclarecer quando o que diz é opinião sua, é fruto de sua postura pessoal, etc. Ele tem o direito de fazer isso, mas não o de fazer passar como um fato confirmado em ciência uma postura pessoal sua. A astrologia, inclusive, na medida em que uma parte do público a aceita, adquire uma autoridade, pelo menos dentro desse círculo, e por conta desta autoridade o astrólogo passa todas as suas convicções morais, como por exemplo a moral: da sutilização energética -- que é um princípio indefensável mas que no entanto é vendido por conta da astrologia -- como se fosse impossível a compreensão de alguma coisa sem o endosso de uma moral energética, que faz da sutilização um bem, uma obrigação; cria o compromisso de passar de níveis mais grosseiros para níveis mais finos de matéria como se isto fizesse alguma diferença do ponto de vista ético.

2. “Não é o que acontece no campo da pesquisa. Essencialmente a ciência é refratária aos julgamentos de valor. Ela não quer agir por força de convicções pessoais, mas sim mostrar que suas proposições se impõem a todos os que querem a verdade.”

Isto quer dizer que o homem de ciência não pode aceitar nem mesmo que seu público aceite as suas afirmações simplesmente por respeito a ele. Não pode se contestar com isso.

A força do hábito de estar ouvindo um professor há algum tempo faz com que você aceite suas teses. Mas, se há um intuito científico, isso não pode acontecer, pois você pode estar ajudando o professor a se enganar a si mesmo. A autoridade pessoal não serve como garantia para tudo o que o homem de ciência faz.

Há uma distinção necessária entre convencer e persuadir. Persuadir é tornar uma pessoa simpática ao que se está fazendo; convencer é dar a uma pessoa uma convicção intelectual, de maneira que ela mesma será capaz de fazer a demonstração para si mesma e sustentar perante si mesma aquela tese e defendê-la contra as críticas que ela mesma emite.

Em qualquer estudo científico devemos tentar fazer com que o aluno alcance esta convicção pessoal, reduzindo ao mínimo o papel da persuasão psicológica. De forma que o que estou dizendo, vocês devem ouvir como se estivessem lendo um livro, vocês podem voltar atrás, podem ler de novo, podem pensar um

pouco, examinar bem. Caso contrário não vamos adquirir a clareza necessária para que as nossas conclusões possam ser firmes.

"É verdade e continua a sê-lo, que na esfera das ciências sociais uma demonstração científica, metodicamente correta, que pretende ter atingido seu fim, deve poder ser reconhecida como exata igualmente por um chinês, embora não seja talvez possível realizá-lo plenamente, em virtude de uma insuficiência de ordem material." Nada proíbe ao sociólogo que tome por objeto de suas pesquisas as opiniões diversas dos indivíduos sobre uma determinada questão, porém não está mais fazendo ciência quando omite outra opinião sobre essas opiniões. Se o investigador topa com fatos que não pode explicar com os meios atuais da investigação científica, não lhe cabe negá-los em nome de uma concepção subjetiva, ignorá-los ou relegá-los à esfera da superstição."

Os fatos desagradáveis têm sido sempre, no debate astrológico, omitidos tanto pelos defensores quanto inimigos da astrologia. Todos escondem fatos, sem exceção. A comprovação do fenômemo astrológico não comprova a veracidade da ciência astrológica. Há confusão entre matéria e forma, entre o assunto e a ciência, entre o tema e o saber.

O meio astrológico, embora tenha algumas pessoas de certa cultura, em geral é preenchido por uma mentalidade um pouco primitiva e mágica, quando se depara com o raciocínio lógico o teme, como se fosse uma terrível armadilha.

O primitivo ao ouvir uma demonstração, teme ser enganado, pois o outro raciocina, fala mais claro do que ele, dialetiza. Faz-se necessário dominar esta dialética. Caso não se dispunha de lógica, dialética, etc, só resta acreditar nas impressões pessoais e estas certamente são enganadoras com muito mais freqüência do que qualquer lógica do mundo. A credibilidade em relação às próprias impressões é alta e a desconfiança na demonstração lógica, extrema. A demonstração lógica só é valida coletivamente, enquanto as impressões pessoais são válidas apenas para aquele indivíduo. Mas se houver muitos indivíduos com impressões pessoais análogas, embora não idênticas, pode-se criar uma inter-confirmação, mas sem exame crítico.

Os encontros de astrólogos são deste tipo, de inter-confirmação. Um está lá para apoiar o outro. O problema não está em se conseguir a confirmação de outra pessoa, mas em você mesmo persuadir racionalmente, mediante um exame crítico. Se você reúne mil pessoas, todas fugindo do exame crítico e uma confirmando a outra, de que vale esta confirmação? É como um hospício: cada louco concorda com a loucura do outro porque cada um pensa que é Napoleão. É uma espécie de demência coletiva e isto é algo que existe em muitos lugares, não só no meio astrológico. Pode haver uma função psicológica, de reforço, para avaliara angústia, mas não estamos falando de psicoterapia. Para um astrônomo, por exemplo, que participa de outra atmosfera, que não participa deste sentimento, é normal que ele ache todos loucos.

3. "É verdade, observa Weber, que certos sábios e alguns espíritos simplórios que ocupam cátedras universitárias continuam animados de otimismo ingênuo, que lhes faz acreditar que poderão descobrir o caminho da felicidade individual e social. Pode-se sempre perguntar à ciência: Que devemos fazer? Como devemos viver? Ela não dará nenhuma resposta, porque ela é teoria. Essa resposta, cada deve procurar em si mesmo, de acordo com seu gênio ou sua fraqueza."

RESUMO

Alguns comentários que visam a esclarecer os conceitos usados.

Método generalizante:

Procura encontrar leis gerais que se apliquem a todos os seres de uma espécie. Tende a buscar uma perfeição matemática.

Método individualizante:

Ocupa-se de singularidade (como as propriedades particulares de um ente, por exemplo). Tende a apoiar-se na intuição.

O método generalizante era atribuído às ciências da natureza e o individualizante, às ciências da cultura.

O método quantitativo é uma qualidade do método generalizante e o intuito, do método individualizante.

Não são, porém, a mesma coisa. Para se definir o método individualizante não basta dizer que ele é intuitivo, assim como para definir o método generalizante não basta dizer que ele é quantitativo.

Weber: todas as ciências fazem uso dos dois métodos.

Explicar e compreender:

Explicar é buscar uma causa segundo uma lei geral.

Compreender é o entendimento da coisa mesma, do seu significado.

O intuicionismo é uma empatia que se tem. A empatia dá a conhecer algo, porém, sem qualidade universal. A não ser que o conteúdo seja transposto a uma forma conceitual e em seguida submetido à verificação.

A intuição apenas coloca o objeto, sem nada afirmar. Por exemplo, quando você tem a recordação de algo, quando lembra uma cena, visualiza-a, pode fazê-lo com o intuito de dizer: "foi assim" Mas também pode lembrar da mesma cena com o intuito de dizer: "poderia ter sido assim!" Qual das duas coisas você poderá dizer não é algo que a intuição esclareça, pois não trás consigo uma afirmação explícita.

Intuição não implica juízo e só pode haver veracidade ou falsidade no juízo. Há que haver portanto a transposição conceitual e submissão desse conceito a um juízo e este juízo à verificação.

A intuição também é seletiva. No método quantitativo é fácil perceber a intuição: é só tomar um caráter comum a vários fenômenos e somar quantas vezes este fenômemo apareceu sob tal aspecto.

A intuição é presidida pela atenção. Só é possível intuir aquilo no que se presta atenção.

Há uma crença em que o devir físico é mais racional do que tudo quanto é próprio da subjetividade humana. E isto é o que não sabemos porque, depois de Weber, a física descobriu várias coisas no campo da matéria que parecem perfeitamente irracionais. Existe uma partícula, o neutrino, que tem a particularidade de nunca estar em lugar nenhum. No entanto, existe. Também o buraco negro, a anti-matéria, o universo paralelo .. que são hipóteses levantadas no mundo científico e que parecem estar escapando da esfera do racional. Do mesmo modo que os eventos psíquicos, alguns escapam à esfera do racional. Por outro lado, os eventos psíquicos estão hoje em dia sendo remetidos ao ADN, uma combinatória matemática. E tudo isso dá razão a Weber.

Temos uma impressão de estabilidade do universo físico e uma impressão de instabilidade do mundo emocional. Isso se deve principalmente a uma diferença de escala: observamos o universo físico desde uma escala macroscópica. Por exemplo, pode ser que, ao virmos uma pessoa rotineira, que parece estar sempre fazendo a mesma coisa, não consigamos observar uma grande instabilidade emocional presente nelas. Do mesmo modo, o universo físico, observado sob certa escala, parece estar (assim como o que o compõe), imóvel. Ao observar por uma outra escala, vemos acontecer uma indefinida quantidade de coisas. Ou seja, tudo são impressões que têm que ser corrigidas pela crítica racional. Deve-se conferir o conteúdo intuído com a razão e depois a conclusão racional pela intuição. Se a pessoa acredita na impressão e não a compara com outras impressões que não teve mas que poderia ter tido, então se engana.

Se você examina uma paisagem de longe, parece que está tudo parado. Olhando mais de perto, o que se vê é outra coisa, conta-se por exemplo que algumas coisas se movem. A intuição não pode fornecer este dado na medida em que só há intuição do que está presente. O possível não existe para a intuição, só para a razão, do mesmo modo que para a razão não existe o fato. Uma (a intuição), fornece o fato; a outra (razão), a possibilidade. É o contraste de uma coisa (fato) com a outra (possibilidade) que chegamos à coisa inteira. De forma que mesmo admitindo que o mundo seja irracional -- há quem o admita -- não há motivo para deixar de estudá-lo racionalmente.

Não se deve confundir determinismo com racionalidade.

Determinismo: determinadas condições serão causas necessárias de determinada direção dos acontecimentos.

O encadeamento causal obedece a uma lei, a uma regularidade prévia. Determinismo é portanto a concepção que remete todo processo causal a leis gerais. Isto é, existem leis gerais que presidem todo o devir e nada escapa destas leis gerais. Neste caso, só poderíamos ter um conhecimento racional de um

evento caso conseguíssemos remetê-lo à lei geral que o constitui. Toda explicação buscaria remeter o fato particular a uma lei geral. E é isto precisamente o que Weber nega.

Uma coisa pode ser racional. Por exemplo, quero ir ao banheiro, porém, no meio do caminho desvio. Este desvio teve causa. O acontecimento que nos parece fortuito ou acidental também tem causa. O que não pode ser submetido a uma lei geral nem por isso acontece do nada. Existem causas particulares que podem se somar em grande número e formar uma constelação de acidentes e provocar o evento, sem que isso obedeça a lei alguma.

Causalidade e legalidade

É erro identificar uma coisa com outra. Legalidade é remeter o singular à lei e o fato de não se conseguir fazer isso não significa que o fato não tenha causa.

Razão de ser e razão de conhecer

Razão de ser: é o que de fato dá causa ao ente, evento, etc. O que se identifica com causa eficiente, pois existem causas finais que poderiam ser razão de ser. O que é causa realmente do fenômeno é simplesmente a lei geral sob a qual ele ocorre.

Razão de conhecer: é o conhecimento das leis gerais que nos dá a razão de ser, as leis próprias daquele fenômeno. Quando se conhece a lei geral pela qual o fato acontece não se sabe qual a causa, apenas se sabe que espécie de causas intervieram.

É como o caso do soldado que se apropriou de um carro para ir ao quartel. Não se configurou o caso como furto na medida em que ele apenas usou e o devolveu. Não havia pena para furto para uso. Este caso seria possível de ser enfocado pela razão de ser, mas não pela razão de conhecer, pois o princípio geral a que pudesse ser remetido.

Os princípios gerais tanto podem ser estabelecidos pela quantidade (análise de inúmeros casos semelhantes) quanto por pura dedução. Em geral, é por método indutivo; dispondo uma série de eventos numa mesma seqüência, chega-se a conhecer esquematicamente qual deverá ser o encadeamento do próximo evento, porém de maneira genérica, não efetiva.

Diferente noção de causa no método generalizante e no método individualizante. No caso do método generalizante a causa é remetida à lei e no método individualizante, à causa singular.

O método generalizante enfatiza a ratio cognoscendi, embora sem descartar também a ratio essendi; o método individualizante enfatiza a ratio essendi sem descartar totalmente a ratio cognoscendi.

A limitação de todo conhecimento causal é não só devido ao fator de haver causa desconhecida mas também por haver causa da causa, o que, prosseguindo, remeteria a uma causa indefinita. Todo conhecimento causal é limitado mais ou menos arbitrariamente, pois existe a causa da causa da causa. Com que autoridade é possível circunscrevê-la? Com a autoridade de quem só se interessa por conhecer até aquele ponto. No caso das ciências humanas este critério é dado pela relação com os valores.

Esses valores seriam aqueles relativos ao interesse particular do indivíduo, da justificativa social do problema, da justificativa cultural, aos interesses de Estado, etc. Previamente à seleção do tema existe a indicação mais ou menos vaga, depois o levantamento do valor deste tema para i indivíduo pessoalmente, pois não se escolhe um tema pelo qual não haja interesse pessoal. O indivíduo é o que escolhe o tema e por isso é o primeiro critério, o que porém não basta. É necessário observar a sociedade onde ela está, como ela encara o tema. Caso não se saiba isso, será difícil limitar o tema.

E se eu perguntar como a sociedade encara a Astrocaracterologia? Simplesmente não encara. Tenho que saber que é um tema ausente, mas não sem importância, porque há certos temas em discussão na sociedade que só poderiam ser resolvidos través deste estudo. Então, estou localizando o tema.

...

Se proponho um curso de astrocaracterologia, simplesmente a sociedade não encarará este tema, pois é um tema ausente. Ausente mas não sem importância, pois há certos temas em discussão na sociedade que poderiam ser resolvidos através deste estudo.

Pode ser que este tema seja de interesse para um grupo, para determinado meio científico. No caso dos astrólogos, este tema poderia ser de interesse mas não é ainda). Dessa forma delimita-se a importância meramente potencial do tema, pois é um tema que poderia ter diversas conseqüências dentro deste campo de estudos. As conseqüências possíveis deste estudo, se viradas ao contrário, estão delimitando este âmbito de estudos. Isso é como espelhos que vamos colocando para enxergar melhor a coisa.

No século XII, o papa Inocêncio III baixou um decreto dividindo dois tipos de conhecimentos: sagrados e profanos. Formalizou por decreto uma distinção que já existia informalmente na sociedade. Na época, isso não parecia ter grande importância. Olhando à luz de três ou quatro séculos de evolução histórica posterior, vê-se que isso teve enormes conseqüências. Se não sei que isto passou despercebido na época mas que hoje é perceptível, já não sei qual é o tema. Se quero estudar este decreto do papa e simplesmente não sei que na época ninguém reparou e que hoje tem importância, onde foi parar minha visão do tema? Como o objeto de estudo no caso não é material -- são relações entre ações humanas -- como é que se faz para delimitá-lo, para delimitar a ação humana? Não é à luz de outras ações humanas que circundam? Do mesmo modo os valores e significados. Para eu delimitar uma esfera de significados, preciso contrastá-la com outras esferas de significados. Assim, aos poucos aquilo vai adquirindo uma figura para mim. É isto que é a relação com os valores. Embora difícil, é uma operação meramente preliminar.

6. “Em resumo, este é o papel da relação com os valores:

(a) Determina, a seleção do tema, destacando um objeto da realidade difusa.

(b) Orienta, no tema escolhido, a triagem entre o essencial e o acessório, isto é, define a individualidade histórica ou a unidade do problema, vencendo a infinidade dos detalhes.

(c) É a razão do relacionamento entre os diversos elementos e da significação que se lhes atribui.

(d) Indica as relações de causalidade a estabelecer e até que ponto é preciso levar a regressão causal.

(e) Por não ser valorativa e exigir um pensamento articulado, afasta o simplesmente “vivido” ou vagamente “sentido”.

7. Daí segue-se que toda ciência humana procede por interpretação. Esta consiste no método a nos fazer compreender o sentido de uma atividade ou de um fenômemo e a significação dos diversos elementos uns em relação aos outros.

Sendo o devir, em si mesmo, humanamente indiferente, é a interpretação fundamentada na relação com os valores que lhe confere uma significação, colocando em evidência os motivos e os fins de uma atividade.

A interpretação método das ciências humanas, abrange dois elementos: compreensão e explicação. Weber dá o nome de interpretação à síntese desses dois momentos. Compreender primeiro, explicar depois.

Compreender é captar o sentido que aquela ação teve para aquele indivíduo que praticou, para os outros sobre quem ela foi praticada, para nós hoje.

Exemplo deste caso pode ser eleição da diretoria da SBA. O sentido é a expectativa de que a SBA fique melhor estruturada, pois estava ficando definitiva a diretoria provisória. A sociedade não seria extinta se não houvesse eleição. Não havendo eleição de diretoria, isso implicaria numa desestruturação progressiva da entidade, pois uma diretoria provisória vai perdendo o gás. Este foi o sentido que deram à eleição da diretoria. Até aí, houve compreensão. E a explicação? O que se compreendeu foi o motivo ou foi a causa? Foi o motivo. O motivo já existia há meses -- a nova diretoria deveria ter sido eleita no terceiro mês de aula. Porém, isso não ocorreu. E uma causa deve ter determinado a eleição. E esta causa fui eu mesmo que determinei: ou elege nova diretoria ou fecho a sociedade. A causa é este ultimato. Um simples estado de coisas não é causa de nada. A constatação do estado de coisas é a constatação do motivo, do motivo subjetivo: as pessoas têm motivo, reconhecem a necessidade de alguma coisa. Porém, isso não é suficiente para que façam alguma coisa. Algo tem que determinar este fazer: ou eu ou alguém teria que desenvolver uma ação. Esta ação é causa. A partir disso, percebe-se a diferença entre buscar os motivos e buscar a causa.

Caso apenas se saiba de algo e não o motivo, nada se entende.

Conhecendo o motivo sem a causa, dá para saber que não foi uma ação insensata, que ela tem sentido

embora não se saiba por que aconteceu.

A investigação em Sociologia, em Psicologia, em todas as ciências humanas, enfim, visa a no mínimo saber o motivo e, se possível a saber também a causa.

Não se pode tomar o motivo pela causa, pois o motivo não faz acontecer nada. A compreensão é o motivo e a explicação a causa. Este é o segredo é o segredo de toda e qualquer ciência, é a quintessência do método científico -- conhecer o quê e o por quê. Em termos de ciências, de ações humanas, o quê é a ação e seu motivo, o valor, o significado daquilo para quem fez. Se não há significado ou motivo, não é ação humana. Como no caso da tosse: não é ação humana e por isso ser estudado sob o aspecto do significado. Não tendo significado, não tem intenção. Poderia ser estudado sob o aspecto fisiológico, fisiopatológico, epidemiológico, etc, mas não sob o aspecto humano. Em ciências humanas, primeiro deve-se conhecer o motivo. Quando se estiver suficientemente seguro do que foi a ação e qual foi o seu motivo -- o motivo faz parte da ação, o motivo é a própria natureza da ação -- parte-se para a investigação das causas.

Suponhamos, ainda neste caso da eleição da SBA, que muitas pessoas soubessem os motivos mas não a causa. Isso não as impediria de agir. Eu sabia o motivo e a causa, mesmo porque a causa fui eu mesmo. Nenhuma diferença faria (como não fez) o fato de saber quem requisitou a eleição. Havendo um sentido para agir naquele sentido, já está desencadeada a causa bastando apenas aderir ao movimento.

No caso de uma eleição, digamos, para Presidente da República, digamos que você votou em tal candidato, o seu motivo é querer que ele seja o Presidente. Porém, qual é a causa da candidatura deste candidato? Alguém precisaria tê-lo lançado candidato; uma discussão interna do partido, provavelmente. Não é necessário essa (ou outra) causa para votar nele. A causa já foi desencadeada e apenas pego o bonde andando. Todos os motivos que todos os eleitores teriam para votar nele não o fariam candidato. De maneira que a explicação pelos motivos dá sentido à ação mas não explica. Conhecer apenas a causa sem o motivo, é non sense. Para saber qual a é a causa, tem-se que considerar que o ato é um ato voluntário. O homem é um gerador de causas.

No caso daquela eleição -- para Presidente da República -- posso ter votado no candidato sem que isso se tratasse de um ato voluntário: posso ter sido coagido a fazê-lo. Porém, se o voto é ato livre, o indivíduo é a causa. Em ciências humanas, se não se admite a existências do ato voluntário, uma infinidade de coisas fica sem explicação.

Vamos supor: por que o furto dá cadeia? Não é porque é imoral furtar mas porque decidiu ser esta a conseqüência para tal ato. Imaginemos que um determinado lugar todos concordem que uma coisa é feia, horrível, mas ninguém toma a iniciativa de fazer uma lei que proíba aquilo. Aquilo então continuará acontecendo. Quer dizer que entre um estado de coisas e o acontecido, existe uma passagem e esta passagem chama-se causa. Em certos caso, a causa é voluntária, é um fato voluntário, condição em que não adianta mais procurar causa, porque neste caso a intenção do indivíduo se torna causa. Isto é o que podemos chamar um ato completo e perfeitamente evidente, onde o motivo se torna causa: o indivíduo, tendo um motivo, desencadeia a ação, isto é, põe em ação meios para realizar um fim. Ele mesmo, o indivíduo, na sua intenção, é a causa e nada mais é necessário. Este é o ato mais óbvio, não fazendo sentido mais causas, sendo isso um ponto terminal. Poder- se-ia explicar a causa em função de toda a sua vida. Pode-se dizer: ele fez porque quis, pois nada o obrigava. Mas por que ele quis? Qual o processo bibliográfico que fez com que ele gostasse mais disso ou daquilo? Nem por isso o ato deixa de ser livre.

No processo de formação das instituições que existem -- governo, administração, as leis -- sempre existe uma passagem, uma transição que é feita por um ato humano. Por exemplo, porque, se entra alguém na sua casa, sem a sua permissão, você pode chamar a polícia para tirá-la? É porque existe uma lei que o permite e esta não caiu da árvore.

Desde que existe o homem, ninguém gosta de ter o seu domicílio invadido. Se não existisse lei, você mesmo teria que tirá-lo à força. Existe uma lei, que não é produto da natureza. A jurisprudência é a explicação de lei a casos concretos que não estão explicitados na lei.

Se existe lei, é porque ela foi votada, com o que o juiz nada tem a ver. Quem vota a lei são os deputados. A jurisprudência pode ser causa de uma lei, portanto. Pode-se ouvir: “não tem lei nenhuma, mas todo juiz quando decide a respeito disso, decide tal coisa.” Pode então virar lei, o que não é automático, não

acontece sozinho. Isso pode ficar assim indefinidamente, por séculos. Se não houver a interferência de deputados, senadores, tudo fica do mesmo jeito. Pode o país inteiro achar que é daquele jeito, pode haver uma necessidade gritante, mas se não existe a ação humana, nada acontece. No caso da ação que é completa e autoevidente, é a ação humana que desencadeia o processo causal. Tem muita coisa que acontece cujo processo causal ninguém desencadeou -- aconteceu sozinho, por uma combinação fortuita de ações não intencionais. É como no caso da inflação brasileira: quando o governo decreta uma desvalorização do dinheiro, está apenas assinando embaixo de um fato consumado, reconhecendo-o. O fato de que o dinheiro vale menos é um dado. Não é possível saber quem começou o processo inflacionário. Cada um contribui um pouco com este processo, tratando-se de uma combinação fortuita de ações, que por sinal não é nada evidente. É processo de difícil compreensão, de difícil explicação. Pode-se compreender suas conseqüências, mas não compreendê-lo como intenção.

Significado nem sempre é intenção. Significado é intenção para quem faz. Para quem padece, é valor. Posso perguntar: que intenção eu tenho com a inflação? Nenhuma. Apenas dou-lhe valor negativo. Esse é o significado dela para nós, ninguém teve intenção nenhuma de fazê-la.

O fenômeno não é razão de ser. Você o estuda sob o aspecto da razão de ser ou da razão de conhecer, que não são nomes de coisas, mas de posturas cognitivas que assumo, de forma que enfoco o dado sob tal ou qual aspecto.

8. “Os malentendidos se originam de que “interpretação” é tomada em diversos sentidos. Weber distingue três:

10. A interpretação filosófica. -- Consiste na apreensão do sentido literal de um texto, na crítica dos documentos, etc. É um trabalho preparatório.

20. A interpretação avaliativa ou axiológica. -- Faz sobre o objeto um julgamento de aprovação ou de desaprovação. Comporta vários graus, desde a avaliação puramente emocional por endopatia até a esfera mais apurada dos julgamentos estéticos e éticos.

30. A interpretação racional. -- Seu fim é fazernos compreender, pela causalidade ou pela compreensão, as relações significativas entre os fenômenos ou os elementos de um fenômeno.

A segunda não é um procedimento científico, embora o sábio por vezes deva levá-la em conta. A interpretação racional é detentora do sentido, quer tente o sábio determinar a significação que indivíduos dão a seus próprios atos, ligando-os a estes ou `aqueles valores, quer se refira aos nossos valores para extrair a significação história ou sociológica de uma doutrina, de um acontecimento ou do desenvolvimento de uma situação. É uma análise que se propõe precisar quais os valores que estavam em jogo no curso de uma atividade.

Weber insiste em que esta interpretação se submeta aos procedimentos ordinários do conhecimento científico e à administração da prova. Por isto chama-se também interpretação causal ou explicativa.

O primeiro sentido -- fisiológico -- trata-se de exame dos documentos, da linguagem, etc.

O segundo -- avaliativa ou axiológica -- remete à coerência da coisa com os valores, podendo ser uma avaliação mais endopática ou causalista. Não é válida, a interpretação axiológica, nas ciências que são teórico-explicativas, mas nas ciências que são de ordem prática, normativa (lógica, ética, jurisprudência, etc).

O terceiro -- racional -- junta os dois aspectos: razão de ser e de conhecer.

9. “Toda atividade vincula-se à relação de meios com um fim; compreendemos, com um alto grau de evidência, a atividade que se volta para um fim consciente, com pleno conhecimento dos meios com um fim; compreendemos, com um alto grau de evidência, a atividade que se volta para um fim consciente, com pleno conhecimento dos meios mais apropriados. Neste caso, os meios se tornam as causas do fim esperado. A interpretação racional se esforça por captar a relação significativa entre os meios utilizados e o fim desejado; é importante que ela permaneça no plano que lhe é dado empiricamente, sem se pronunciar sobre o valor ético do fim ou dos meios”.

Refere-se portanto à interpretação racional com elucidação de fins e meios -- coerência dos meios em

relação aos fins pretendidos.

4. O “tipo ideal”

1. “Obtém-se um tipo ideal acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos, ... que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente, para formarem em quadro de pensamento homogêneo.”

2. [A relação com os valores, primeiro momento da seleção operada pelo sábio,] apenas orienta o trabalho. Não lhe confere ainda rigor conceitual. Este é o papel do tipo ideal.

3. O tipo ideal é o modo de construção de conceitos peculiar ao método histórico ou individualizante.

Como elaborar o conceito rigoroso de uma realidade singular se não se pode proceder por generalização, no sentido da tomada de consciência das analogias e das semelhanças com outras realidades, já que tal medida subordina os fenômenos a leis ou a conceitos genéricos que precisamente despojam o singular de seus caracteres distintivos e particulares? Mais brevemente: é possível formar conceitos individuais, embora admitindo-se corretamente que só existem conceitos gerais?

Acredita Weber achar a solução no conceito de tipo, entendido de uma certa maneira. Esta noção de tipo pode:

(a) tomar o sentido de um conjunto de traços comuns, que constituem então o tipo médio:

(b) mas também de uma estilização que põe em evidência os elementos característicos, distintivos ou “típicos”; [este é o tipo ideal].

Harpagão [personagem de “O Avarento”, de Molière] não é o avarento médio; graças a um processo de aumento, de exagero e de amplificação, Molière lhe deu a significação de uma individualidade característica. Não resume os traços comuns aos traços comuns aos avarentos, mas é um personagem estilizados.”

O tipo ideal é portanto uma escala, que se constrói ressaltando exagerada e unilateralmente alguns aspectos. Funciona como elemento de medição e contraste, como um padrão-referência.

A diferença entre tipo médio e tipo ideal é a seguinte:

Tipo médio: traços comuns a vários eventos ou pessoas.

Tipo ideal: traços incomuns.

4. “Weber fala, em sua definição, de uma acentuação ou amplificação unilateral dos pontos de vista.

A idealidade desta construção é uma utopia, que nunca se encontra ou só raramente é encontrada em sua pureza na realidade empírica e concreta. O tipo ideal do “capitalismo” compreende os traços característicos que definem a sua originalidade, as tendências e os fins a que ele visa como objetivo, mesmo que não tenham sido realizados plenamente em parte alguma.

O tipo ideal apresenta o seu “desenho” racional, isto é, a sua estrutura lógica, independentemente das frustrações do real. Ele consiste numa totalidade histórica singular, obtida por meio de racionalização utópica e de acentuação unilateral dos traços característicos e originais, para dar significação coerente e rigorosa ao que aparece como confusão e caótico em nossa experiência puramente existencial.

5. Weber faz aqui certas precisões negativas, para evitar confusões. Em primeiro lugar, ele opõe o conceito de tipo ideal ao de substância, que pretende captar a realidade das coisas no seio de uma hierarquia de espécies e de gêneros. O tipo ideal não precisa identificar-se com a realidade “autêntica”. A idéia que fazemos, por exemplo, de uma época ou de uma doutrina, sob a forma de tipo ideal, não corresponde forçosamente à idéia que os seus contemporâneos faziam dela.

Em segundo lugar, a idealidade dessa construção nada tem em comum com o ideal ou com dever-ser no sentido ético. Sua única perfeição é de ordem lógica e não moral.

[É preciso cuidado para não conferir indevidamente ao tipo ideal uma realidade empírica, o que poderia dar a ilusão de podermos] elaborar uma síntese definitiva da realidade. O sábio nunca deve perder de vista

os limites dos seus conceitos. Quando ele acredita ter penetrado o sentido do devir, a humanidade pode bruscamente tomar outro rumo.

Os tipos ideais, em si mesmos, não são verdadeiros nem falsos: são úteis ou inúteis. Como a ciência é uma pesquisa indefinida, os conceitos são sempre superados.

Conforme a necessidade, o sábio poderá construir diferentes tipos ideais de um fenômeno, para compreedê-lo através de todos os pontos de vista possíveis.

6. O verdadeiro papel do tipo ideal é ser um fator de inteligibilidade, nos dois níveis da pesquisa e da exposição. No primeiro aspecto, permite formar julgamentos de imputação causal, porque guia a elaboração das hipóteses, com base numa imaginação nutrida da experiência e disciplina por um método rigoroso. Permite determinar a singularidade de um desenvolvimento, indicando, em cada caso particular, até que ponto a realidade se afasta do quadro de pensamento homogêneo e irreal. O tipo ideal serve, por assim dizer, de instrumento de medida.

No plano da exposição, ele não pretende absolutamente reproduzir a realidade, mas sem dotar a descrição de meios de expressão unívocos e precisos. O historiador e o sociólogo que renunciam a construir tipos ideais os utilizam ainda assim, embora inconscientemente e sem elaboração lógica, e acabam por tomar julgamentos de valor como ciência."

O tipo ideal não é ideal no sentido moral, nem quer dizer que seja o tipo melhor. Ideal apenas significa que ele existe na idéia e não no real. É ideal por ser contrário a real e não por ser bom (ou ruim).

Weber diz que todo mundo usa o tipo ideal mesmo sem saber. Basta usar certos conceitos como, por exemplo, capitalismo. Tal conceito não se constrói por média. É mais que evidente que não foi construído indutivamente por média, mas como um comportamento ideal, no qual o indivíduo mobiliza o seu dinheiro a fim de ter um lucro.

5. Possibilidade objetiva e causa adequada

1. A categoria da possibilidade objetiva situa sob uma outra forma o problema da imputação causal.

Querer explicar um acontecimento histórico enquadrando-o sob uma lei geral é desvirtuar a História, que é formada de uma sucessão de acontecimentos singulares. O único método compatível é o método individualizante, que vincula um fato singular que Weber denomina uma constelação.

2. Embora todos os elementos da constelação intervenham na produção de um acontecimento, não adquirem eles todos a mesma importância aos olhos do historiador. Este faz uma seleção, de modo que nos vemos diante do problema: como determinar o peso de uma causa? Qual a operação lógica que permite ao historiador introduzir uma igualdade significativa entre os antecedentes do objeto que analisa?

Para atribuir importância à batalha de Maratona. O historiador formula, implicitamente pelo menos, a pergunta: que teria acontecido se os persas tivessem vencido? Esta pergunta é análoga à do criminologista ou do juiz que indaga a si mesmo sob que condição pode afirmar que um indivíduo é responsável por seus atos. O historiador isola em pensamento uma causa, para indagar a si mesmo se o curso dos acontecimentos teria sido o mesmo ou diferente sem ela. Fazendo o historiador essa abstração, constrói um curso possível das coisas, para determinar as causas reais ou suficientes. 'Para determinar as relações causais reais', diz Weber, 'construímos causas irreais'."

O método singularizante é necessário porque não há como repetir o fenômeno (dado histórico).

Consideramos um determinado acontecimento histórico que não tem possibilidade de repetição (o que é próprio de todo acontecimento histórico), para chegar à sua compreensão e explicação. Levamos em conta as causas geralmente admitidas naqueles casos. Vamos excluindo uma e outra causa até chagar a determinada causa que seria necessária para existência daquele fenômemo histórico. Por exemplo., no caso do nazismo, perguntamos: ele seria possível sem o antisemitismo? Sim, seria; seria o fascismo em geral. Apenas, a exclusão deste componente, tiraria a sua tonalidade especificamente germânica. A apologia da saúde física é característica do nazi-facismo em geral. Todo regime nazi- facista adora esporte, perfeição física homem perfeito. Sem isso seria difícil o fascismo, são coisas que não se poderiam excluir. Mas a ênfase particularmente anti-judaica poderia ser excluída. As incursões de Mussolini contra os judeus na

Itália era apenas para patentear o seu apoio a Hitler, pois os judeus não tinham tanto poder na Itália a ponto de sua perseguição poder ser um elemento de união nacional. Mussolini os perseguiu apenas para agradar aos alemães. Na Alemanha, não, os judeus tinham realmente muito dinheiro. Qualquer governo que quisesse fazer alguma coisa na Alemanha acabaria encontrando um choque com interesses bancários que coincidiam ser judaicos. No lugar onde banqueiros não fossem judeus, não seria necessário falar em anti-setismo. Podemos portanto dizer que o anti-semitismo é uma característica, uma causa acidental do nazismo, mas não uma causa adequada. Foi algo importante não em suas causas mas em suas conseqüências: matou muitos judeus, transplantou populações inteiras. A quantidade de judeus que saiu da Alemanha e dos territórios ocupados pelos nazistas é quase o que é a população de Israel hoje. Um transplante de população deste tamanho, ainda mais sendo uma população de pessoas cultas, ricas, muda a história do mundo. O antisemitismo pode ser colocado entre as causas da guerra, pois onde quer que existisse uma comunidade judaica dotada de influência, dinheiro, etc, essa comunidade forçou o governo local a entrar em guerra com a Alemanha. Neste sentido o antisemitismo foi causa da guerra.

3. “Em quê é objetivada essa possibilidade? A objetividade se fundamenta em nosso saber positivo das condições existentes e em nosso saber nomológico, apoiado nas regras gerais da experiência. Não é uma visão arbitrária do espírito, uma hipótese gratuita, mas sim uma suposição racional, que se deixa justificar por certo número de elementos conhecidos.

Como o tipo ideal, a possibilidade objetiva constrói um “quadro imaginário”, uma utopia, ou melhor, uma ucronia, exceto que, em vez de acentuar traços característicos, ela faz abstração, pelo pensamento, de um ou vários elementos da realidade, para indagar o que teria podido acontecer no caso considerado. A possibilidade não é a expressão de um não-saber, pois se refere ao que conhecemos por experiência.

Erraríamos, no entanto, se concluíssemos que a condição assim modificada, ou suprimida, seria a única causa do acontecimento; ela toma somente a significação de uma condição importante entre outras, pois a História não conhece causa única. “Não temos necessidade de saber o que teria acontecido”, diz Raymond Aron; “basta-nos saber que as coisas teriam sido diferentes.”

4. Assim fica precisada a natureza da causalidade nas ciências humanas: ela é de ordem probalística. E isto não somente por causa da imperfeição do nosso saber, mas também em virtude da multiplicidade dos antecedentes. Por mais completo que possa ser o nosso saber, o inevitável momento subjetivo da seleção bastaria para introduzir a probabilidade.

5. O grau de probabilidade que resulta de uma construção objetivamente possível é variável.

Embora o grau de possibilidade objetiva em favor de um curso de acontecimentos diferente do que teve lugar seja fraco, não se poderia, entretanto, dizer que sua significação tenha sido absolutamente nula. Inversamente, embora o grau de possibilidade objetiva de um desenvolvimento tivesse sido muito grande, não se pode dizer que essa evolução seria absolutamente inevitável.

O papel da categoria da possibilidade objetiva não é, pois formar julgamentos de necessidade, mas sim pesar a significação das diversas causas.

Quando a probabilidade, resultante de uma construção objetivamente possível, é muito grande, Weber sugere que se fale de uma causalidade adequada; e quando ela é fraca, de causalidade acidental.

6. A recusa de Weber em aplicar a palavra “necessário” em vez de “adequado”, se explica por sua preocupação de sustentar para devir um caráter irracional.

A História não é racional em si mesma, mas o historiador consegue racionalizá- la relativamente: na medida em que ele consegue formular julgamentos objetivos de ordem probalística sob a forma de uma relação adequada entre a causa e o efeito, é possível um conhecimento científico da história. Não existe obstáculo lógico para uma ciência do singular.

7. Conquanto a História se ocupa de atos singulares da vontade, ou decisões, e que a Sociologia se esforce para estabelecer regras gerais, seguem as duas, em certos pontos, um método comum, por tratarem ambas da atividade humana. Para Weber não há diferença de natureza entre uma atividade individual social.

O sociólogo se vê, como historiador, diante de uma ação realizada e dada, cujas é preciso explicar a posteriori, compreendendo-se pelo fim e analisando os meios empregados para atingi-lo. Para saber se os

meios eram apropriados, é preciso construir o tipo ideal da ação racional por finalidade. Desta maneira, pode-se medir o afastamento entre a atividade de tipo ideal objetivamente possível e a atividade empírica, e descobrir a parte do irracional ou do acaso, a intervenção de elementos acidentais, passionais ou outros. A relação teológica, de meio a fim, não é senão uma simples inversão da relação causal. Em outras palavras, como atividade humana, individual ou social, que implica uma relação causal, as categorias de possibilidade objetiva e de causalidade adequada lhe são aplicáveis.

A atividade social se caracteriza pelo fato de se relacionar significativamente com o comportamento dos outros. Desde que o sociólogo indaga a si mesmo se o agente podia efetivamente contar com um comportamento determinado dos outros e, por conseguinte, se suas posições eram justas, não existe outra solução senão construir pela imaginação. É somente comparando a atividade real do agente com a atividade ideal que ele poderá saber se o agente tinha razão de contar com as expectativas que nortearam, quais os erros cometidos durante o empreendimento ou quais os elementos exteriores que desviaram a atividade do seu objetivo inicial."

Para saber se a causa tem fundamento, usa-se aquele método (5.1 e 5.2), porém contrastando várias causas e dosando cuidadosamente a importância das causas retiradas.

Na melhor das hipóteses, chegaremos a um resultado estatisticamente significativo.

Podem existir causas que, mesmo sendo importantes, não são unilateralmente determinantes, caso em que seria causa necessária. Por exemplo (de causa necessária), no corpo humano, se certos órgãos forem atingidos, a morte se segue como conseqüência necessária, não precisando haver interferência de nenhuma outra causa. Se perfuro o coração de alguém, isso é causa necessária, pois não há como evitar a morte. Weber é cuidadoso mesmo quando uma causa é extremamente importante. Tem um certo receio de dizer que é necessária -- diz que adequada. É uma preocupação que adota.

Existe uma franja de irracionalidade que não podemos excluir a priori, embora às vezes possamos fazê-lo a posterior. Se obtém explicação suficiente, o fator irracional está excluído. Não se pode pressupor antes da investigação que tem que haver uma explicação inteiramente racional. Mesmo porque existem atos humanos cuja motivação é irracional, embora as suas conseqüências possam ser estudadas racionalmente.

Quanto a causas irracionais, pode-se pensar no caso da interferência dos métodos e técnicas usadas pelas seitas. Observam-se nestes casos várias ações aparentemente imotivadas. Weber dizia que se a explicação racional não basta, recorre-se ao irracional: o sujeito ficou louco, agiu sob hipnose, era uma demência coletiva ou algo assim. Porém, deve-se antes tentar explicar o que quer que seja por alguma motivação racional do indivíduo.

Com tudo isso que falamos estamos longe ainda de haver explicado o método de Weber a ponto de poder torná-lo operativo. Antes de poder usá-lo, ainda falta mais uma coisa, que é -- além de saber que ele existe, de conhecê-lo teoricamente -- ver uma aplicação prática. Transformado num instrumento para uso, será possível aplicá-lo até a conjuntos enormemente complexos de eventos e de causas.

O intuito de Weber foi de transformar as ciências humanas em ciências no sentido rigoroso do termo, intuito que não teve tempo de levar a termo. Na verdade, a única aplicação extensiva que ele fez foi um estudo que visava a responder a seguinte pergunta: porque a formação que denominamos idealmente capitalismo só aconteceu no Ocidente? Por que não existiu um capitalismo na China, na Índia e assim por diante? Seria necessário prosseguir, respondendo as causas do capitalismo na civilização do Ocidente e sondar pelo menos mais duas outras civilizações.

Weber fez essa pesquisa com relação à civilização da Europa ocidental, à civilização da Índia e ao judaísmo antigo. A pergunta é muito curiosa: por quê não existiu um capitalismo entre os judeus? Por que veio surgir aqui no mundo cristão? Por que só surgiu em tal época e não em outra?

Em primeiro lugar, teria que demonstrar quais as épocas em que não houve capitalismo (já aplicando o método). Teria que distinguir primeiro o que é o capitalismo na sua forma mais aproximada do tipo ideal e, em seguida, quais as formas incipientes ou insuficientes, ou seja, o que seriam fenômenos capitalistas? Essa pesquisa, Weber nunca a terminou.

Weber escreveu quatro livros: A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo; O Judaísmo Antigo; A

Religião da China e A Religião da Índia.

Ele encontrou uma conexão entre uma certa ética, certo grupo de princípios éticos protestantes e o surgimento do capitalismo. Não é que dissesse que o protestantismo causou o capitalismo, mas sim que uma ética do tipo protestante é uma condição necessária para existir um capitalismo. Sem isso ele não surge. A atenção dele foi chamada para isso quando ele começou a fazer estatísticas de quem eram os maiores capitalistas da Europa e viu que eram sempre protestantes -- nem católicos, nem judeus (capitalismo é associado geralmente à imagem do judeu).

Weber verificou também que os cargos de direção (pessoas que não eram proprietárias) das grandes empresas, mesmo em países de maioria católica, eram na maior parte constituídos de protestantes. O que foi suficiente para lançar uma hipótese. Decidiu então fazer dois tipos ideais: o espírito do capitalismo e a ética protestante, compará-los e depois ver se isso existiu em outros lugares.

O país mais capitalista do mundo é protestante (na época de Weber, embora os Estados Unidos já fossem uma nação rica, não tinham a importância que têm hoje). Essa importância surgiu depois da 1a Guerra Mundial.

Essa foi de fato a única amostra completa da aplicação do método de Weber. Porém, depois disso, já houve muita coisa. Para conhecer até onde pode ir esse negócio, é só ler o livro do talvez principal continuador de Weber que é Raimond Aron.

Esse método pode ser aplicado não só em grandes problemas como este, mas também a coisas muito mais restritas. Em princípio até a algum comportamento individual. Até um ato qualquer do indivíduo pode e deve ser estudado sob este aspecto. Na verdade, não existe outro método. Não é que este seja o melhor -- este é o único, todos os demais sendo apenas um de seus aspectos. Mesmo o método marxista, que não é um método de sociologia geral, pois só analisa um determinado aspecto, pode ser inserido dentro do método de Weber. Sendo o único método, é a ele que devemos apelar.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA Max Weber

"Deve entender-se por sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra, que se emprega com tão diversos significados) uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social, para desta maneira explicá-la casualmente em seu desenrolar e efeitos. Por "ação" deve entender-se uma conduta humana (quer consista num fazer interno ou externo, quer num omitir ou permitir), sempre que o sujeito ou sujeitos da ação enlacem a ela um sentido subjetivo. A "ação social", portanto, é uma ação na qual o sentido mentado pelo sujeito -- ou pelos sujeitos -- está referido à conduta de outros, orientando-se por esta o seu desenrolar.

Sociologia é a ciência explicativa da ação social humana. Ação é o ato dotado (para quem o comete) de sentido, ou seja, da intenção ou valor. Esta delimitação não admite qualquer possibilidade. Significa que o ato puramente reflexo escapa disso.

"A 'ação social', portanto, é uma ação na qual o sentido mentado pelo sujeito -- ou pelos sujeitos -- está referido à conduta de outros, orientando-se por esta o seu desenrolar."

A ação humana é uma ação dotada de sentido. A ação social é a ação na qual a previsão ou expectativa de ações alheias funciona como um dos determinantes da ação.

1. "Por 'sentido' entendemos o sentido mentado e subjetivo dos sujeitos da ação, quer seja: (A) existente de fato, a ( ) num caso historicamente dado; (b) como média e de modo aproximativo; quer seja (B) tal como construído num tipo ideal com atores deste caráter. De maneira alguma trata-se de um sentido 'objetivamente justo' ou de um sentido 'verdadeiro' metafisicamente fundado. Aqui enraíza-se precisamente a diferença entre as ciências da ação -- a sociologia e a história -- e toda ciência dogmática: jurisprudência, lógica, ética, estética, as quais pretendem investigar em seus objetos o sentido 'justo' e 'válido' ".

2. "Os limites entre uma ação com sentido e um modo de conduta simplesmente reativo (como o denominamos), não unido a um sentido subjetivamente mentado, são inteiramente elásticos. Uma parte muito importante dos modos de conduta que são de interesse para a sociologia, especialmente a ação puramente tradicional, se encontra na fronteira entre ambos. Uma ação com sentido, isto é compreensível,

está ausente em vários casos de processos psicofísicos, e em outros casos só existe para os especialistas; os processos místicos, não comunicáveis adequadamente por meio da palavra, não podem ser compreendidos com plenitude pelos que não são acessíveis a esse tipo de experiência. Mas tampouco é necessário possuir pessoalmente a capacidade de produzir por si mesmo uma ação semelhante à alheia para poder compreendê-la: 'Não é preciso ser um César para compreender César'. Poder reviver de modo pleno algo de alheio é importante para a evidência da compreensão, mas não é condição absoluta para a interpretação do sentido. Amiúde os elementos compreensíveis e os não compreensíveis de um processo estão unidos e mesclados entre si."

Quando se fala de uma ação que tem sentido, é o sentido que tem para aquele indivíduo, ainda que ele esteja completamente errado, o que não vem ao caso.

Para cada caso, a fronteira do que é a ação com sentido e do que é a ação meramente reativa ou reflexa, tem que ser examinada com muito cuidado e caso a caso. O fato de se dar uma definição a priori -- ação com sentido é isso, ação reflexa é aquilo -- não quer dizer que na realidade essas coisas apareçam sempre distintas. Ao contrário, em geral se mesclam. Mesmo porque o conjunto das nossas habilidades reflexas funciona como base de operações de nossas ações intencionais. Se tenho uma intenção, não é preciso que todos os atos com que vou realizar essa intenção sejam refletidos. Muito deles podem ser automáticos. Toda ação intencional abarca um instrumento, um conjunto de ações reflexas.

Por ação tradicional deve-se entender a ação que um indivíduo pratica porque a comunidade na qual está a pratica há muito tempo. Existe uma intenção nela escondida há muito séculos e o indivíduo, sem saber por que está fazendo aquilo, continua fazendo. Isso é uma ação com sentido ou uma ação puramente reativa? Diz Weber que este é o caso típico de mistura.

Existe uma parte de toda ação que pode ser incompreensível, o que quer dizer que seja absurda. Esta parte incompreensível pode ser explicada casualmente, pois tem causa e tem uma racionalidade causal. Ela carece de sentido, de significado. Por exemplo, o caso da tosse: só tem causa, pode ser explicada, mas não pode ser compreendida.

3. "Toda interpretação, como toda ciência em geral, tende à 'evidência'. A evidência da compreensão pode ser de caráter racional (e, então, quer lógica, quer matemática), ou de caráter endopático: afetiva, receptivo-artística."

Há dois tipos de compreensão: compreensão lógica e compreensão endopática. No caso desta última, o sujeito pratica uma ação que me parece irracional mas compreendo que naquela situação, o indivíduo poderia estar sentindo isto ou aquilo, o que levaria a agir desta ou daquela maneira. Chama-se compreensão endopática porque eu sinto mais ou menos a mesma coisa ou me imagino sentindo. Este tipo de compreensão também vale como método, contando que seja submetida a controle, contanto que possa ser verificada por outros meios.

"No domínio da ação é racionalmente evidente, sobre tudo, aquilo que de sua 'conexão de sentido' se compreende intelectualmente de modo diáfano e exaustivo. E há evidência endopática da ação quando se revive plenamente a 'conexão de sentimentos' que nela se viveu."

Existem dois tipos de evidências: a evidência racional, quando eu, tentando explicar a ação de um outro, compreendo o enlace lógico que o sujeito faz entre fins e meios; e compreensão endopática, quando compreendo o encadeamento dos sentimentos que levaram a tal ou qual ação. Ainda que esse encadeamento não tenha validade lógica.

"Racionalmente compreensíveis -- isto é, neste caso: captáveis intelectualmente em seu sentido de um modo imediato e unívoco --são sobretudo, e em grau máximo, as conexões significativas, reciprocamente referidas, contidas nas proposições lógicas e matemáticas."

Se o sujeito faz uma conta, um raciocínio matemático, é só reconstruir a mesma conta que fica auto-evidente por que o sujeito chegou àquele resultado. Se ele soma 2+2= 4, eu fazendo a mesma conta, vou chegar ao mesmo resultado. Entendi então com total evidência racional aquela ação.

Compreendemos assim de um modo unívoco o que se dá a entender quando alguém, pensando ou argumentando, faz uso da proposição 2x2= 4, ou dos teoremas pitagóricos, ou extrai uma conclusão lógica

de um modo -- segundo nossos hábitos mentais -- ‘correto’”.

Por exemplo, por que o sujeito construiu esta casa assim? Por que ela tem este formato, este espaço onde nós estamos? Como você faria para compreender isso?

Uma parte dos motivos que podem ser compreendidos por evidência intelectual: o construtor somou o peso da lage e viu que ia precisar parede e colunas de tal jeito e em tal lugar. Tudo isso posso compreender por uma evidência de tipo intelectual. Porém, tem uma outra parte que não posso fazê-lo, pois é uma parte na qual ele procedeu por motivos que não tinham fundamento racional para ele mesmo. Por que pintou dessa cor? Por que ele deu precisamente este formato quando não havia motivos técnicos suficientes para isso? Essa parte, não posso compreendê-la por evidência racional. Vejamos se a evidência endopática seria evidente para nós: consigo imaginativamente captar o que o sujeito imaginou, o encadeamento, por assim dizer, estético, que levou a fazer a casa com esta forma. Às vezes, consigo captar isso, às vezes não. Caso a coisa tenha uma referência estética em si mesma, eu capto; se não tem, tenho que admitir que foi decisão mais ou menos arbitrária. Posso captar a desatenção estética do sujeito. O que me permite ter a evidência endopática de que o sujeito num certo momento agiu arbitrariamente. A evidência racional e a compreensão endopática são formas de evidências completamente diferentes. Mas uma não é menos evidente do que a outra.

“De igual modo, quando alguém, baseando-se nos dados oferecidos por ‘fatos’ da experiência que nos sejam conhecidos, e em finalidades dadas, deduz para sua ação as conseqüências claramente inferíveis (segundo a nossa experiência) acerca da classe de ‘meios’ a empregar.”

Voltando um pouco à evidência endopática, nem de longe se imagine que a evidência intelectual é mais clara ou mais evidente. Pode ser, pode não ser. Um sujeito pode ter construído uma máquina de tal ou qual maneira porque ele fez um cálculo enormemente complicado e esse mesmo cálculo poderia ser feito de uma infinidade de maneiras mais simples. Há até o preceito alemão “para que simplificar se complicando também funciona. Às vezes fica difícil obter-se evidência intelectual de por que se procedeu assim ou assado. Por outro lado, há certas evidências endopáticas que são imediatas: o sujeito chegou em casa e encontrou a mulher na cama, com o vizinho e matou os dois. Nada há mais endopaticamente evidente de que isto.

É meramente questão de hábito pensar que as coisas que são mais matematizáveis, que são lógicas, são mais evidentes que outras que não são tão matematizáveis. O que é evidente é evidente e não importa a causa dessa evidência. A evidência endopática de um motivo emocional óbvio é mais clara do que a evidência intelectual de um procedimento lógico complicado ou gratuito, imotivado.

Podem acostumar-se com esta idéia: às vezes o sujeito agiu de uma maneira estritamente lógica. Mas essa maneira lógica é tão difícil de você reconstruir que fica obscura.

Suponhamos: consideremos o procedimento de um indivíduo ambicioso que deseja conseguir o poder dentro de uma firma. A sua ação é inteiramente lógica. Cada palavra que ele fala é premeditada, com vistas a um fim. Porém, ao mesmo tempo, esta ação é despistada. Reconstruir aquele encadeamento lógico pode ser quase impossível. E às vezes a evidência endopática de um sentimento salta aos olhos.

Cada caso é um caso. É hábito pensar que lógico quer dizer claro e sentimental, obscuro. Só quem nunca estudou matemática pensa que o que é lógico é claro. Pode ser extremamente obscuro o jeito de se fazer um cálculo. Como no caso de um sujeito que tenha um grande gênio matemático mas que nunca tenha estudado sistematicamente a matéria. Ele pode fazer contas de maneira enormemente complicada.

“Toda interpretação de uma ação conforme a fins orientada racionalmente dessa maneira possui -- para a inteligência dos meios empregados -- o grau máximo de evidência. Com não idêntica evidência, porém suficiente para nossas exigências de explicação, compreendemos também aqueles ‘erros’ (inclusive confusões de problemas) em que somos capazes de incorrer ou de cujo surgimento poderíamos ter uma experiência própria. Ao contrário, muitos dos ‘valores’ e ‘fins’ de caráter último que parecem orientar a ação de um homem, com freqüência não os podemos compreender com plena evidência, mas apenas, em certas circunstâncias, captá-los intelectualmente ...”

Isto é muito importante. Há fins de caráter ético, emocional, etc, que não se pode captar endopaticamente

por não se participar daquilo nem imaginariamente, por ser capaz de imaginar--se sentindo aquilo. Embora o encadeamento da ação não seja lógico, porém emocional, você vai ter de captá-lo intelectualmente e não emocionalmente.

Por exemplo, chego a uma sessão espírita e vejo as pessoas falando com vozes do além. Eu pessoalmente não posso captar isso endopáticamente porque isso não acontece. Não me acontece nem imagino isso me acontecendo. Mas entendo que existe uma finalidade declarada naquilo e que o encadeamento emocional que fazem é esse, mais esse, mais esse. Entendo o processo, porém o captei intelectualmente, não endopáticamente.

A compreensão intelectual pode ser direta ou indireta, conforme o grau de evidência. Se o sujeito faz uma conta de 2+2= e chega ao resultado 4, eu sei que ele chegou a esse resultado: porque é inevitável que chegue. Isto é imediatamente evidente. Se for um cálculo mais complexo, a evidência intelectual é indireta: tenho que reconstituir todos os passos. Do mesmo modo , na endopatia: há sentimentos que funcionam imediatamente como motivos de certos atos e eu os compreendo imediatamente. Como no caso de o sujeito encontrar sua mulher com o vizinho. Bate nos dois, mata os dois -- compreendo isso imediatamente, sem necessidade de explicação. Porém, se o sujeito chegar em casa e, flagrando a mulher com o vizinho, ao invés de reclamar, liga a televisão, isso não tem evidência. Posso compreender isso mas tenho que reconstruir a situação mentalmente. Suponhamos que eu fique sabendo que esse sujeito deu graças a Deus de ela transar com o vizinho pois faz 20 anos que não agüenta mais: tornou-se evidente a questão para mim. Não de imediato. Sempre ode haver necessidade de uma reconstrução. Quanto mais reconstrução, mais elemento intelectual entra e mais se afasta da endopatia pura.

Não é necessário, na endopatia, uma empatia (ser igual) ao sujeito. Só é necessário captar seu motivo como suficiente para aquele ato, o que não quer dizer que você agiria do mesmo jeito. Apenas aquilo surge a você como possível, faz sentido para você. Na verdade, toda a convivência humana se baseia nisso, na atribuição de motivos por endopatia imediata. Fazemos isso o tempo todo. Se não fizéssemos isso, não conseguiríamos agir, nunca. Observe os casos de atos que têm motivação emocial que você nem questiona os motivos. Não, pois a ligação causa e efeito lhe parece imediata. Portanto, o motivo que o sujeito tem para sair bravo, também é auto-evidente.

Há casos em que não há evidência: no mesmo exemplo da batida de carro, o sujeito sai rindo. O carro não era dele e, sim, de seu maior inimigo.

Não é necessário que você participe do motivo. Apenas você o capta porque ele se expressa a si mesmo.

"... mas tropeçando, com dificuldades crescentes em poder 'revivê-los' por meio da fantasia endopática, à medida que se afastam mais rapidamente de nossas próprias valorações últimas."

Quanto mais estranho, quanto mais afastado de seus hábitos é a ação, mais você tem dificuldade de captar endopaticamente e, mais, você precisa de uma reconstrução intelectual que calce a endopatia. Por exemplo, você detesta futebol e você vai ao campo e vê as pessoas se emocionando, ficando contentes quando o time marca um gol. Isso dá para ter endopatia, não é algo tão estranho assim. Embora você não participe daqueles sentimentos, dá para saber o que é. Mas há outros casos onde o comportamento pode ser completamente estranho.

Na evidência endopática sempre entra um quantum de sentimento, no sentido em Weber usa esse termo: endo = para dentro, pathos = sentir.

"Temos então de contentar-nos, conforme o caso, com sua interpretação exclusivamente intelectual ou, em determinadas circunstâncias -- se bem que isto possa falhar -- com, aceitar aqueles fins e valores simplesmente como dados, para em seguida tratar de tornar-nos compreensível o desenvolvimento da ação por eles motivada, pela melhor interpretação intelectual possível ou revivendo seus pontos de orientação o mais de perto possível."

Em muitos casos, o motivo do sujeito é tão esquisito para nós que é impossível ter endopatia direta ou indireta. Por mais que ele explique, você não entende e passa a tomar aquilo como dado. Por exemplo, o sujeito que acredita que todos os coelhinhos são filhos do demônio e animais muito perigosos. Não tem endopatia que resista a isso. Você não é capaz de sentir ou mesmo imaginar que alguém sinta uma coisa

dessas. Toma então aquilo como dado: o sujeito tem medo de coelhinhos, portanto onde ele vir coelhinhos, vai sair correndo. A partir daí, tem lógica, ou seja, a partir do dado, tem lógica. Mas o dado em si mesmo não é compreensível. Talvez possa ser explicável.

Por exemplo, toda pessoa que tem problema pulmonar fica com medo de cachorro. É um dado. Mas quer dizer que toda pessoa que tem medo de cachorro tenha problema pulmonar. É um dado que foi observado em clínica médica, que não dá para compreender. Pode ter uma explicação bio-físio-patológica qualquer. É um processo psíquico que se pode explicar. Se for investigado, faz surgir uma explicação. Mas isso não tem uma intenção, não tem significado para o que investiga. Ela pode fazer uma atribuição posterior de significado, uma racionalização, inventar uma história do tipo "o cachorro o mordeu"...

Numa compreensão endopática, não é necessário recorrer à lógica. Toma-se aquilo como um dado. Em certos casos, é necessariamente preciso recorrer à lógica (o que não se trata de compreensão endopática).

Estudando as coisas assim, vemos que a quase totalidade das ações humanas tem uma lógica absolutamente implacável. E que se está acostumado a achar que se a ação for lógica, vai dar certo. Não é necessário assim. Porque toda ação lógica vai partir de alguma premissa, de alguma coisa -- e a premissa pode estar errada.

"A esta classe pertencem, por exemplo certas ações virtuosas religiosas e caritativas, para o insensível a elas; de igual modo, muitos fanatismos de racionalismo extremado ('direitos do homem'), para quem os aborreça."

Por exemplo, no budismo existe a "máquina de rezar". É assim: é preciso rezar para os quatro pontos cardeais. O sujeito o dia inteiro girando aquilo. Tem compreensão endopática que resista a um negócio desses? Pode-se até dizer: "no fundo, estão rezando". Mas se ele está rezando, a reza interior está virada para o Norte, Sul, Leste ou Oeste? Não está virada para parte alguma, por certo. Trata-se de uma ação ritual da qual podemos participar endopáticamente. Pode-se dizer que tem uma explicação, uma razão teológica. Mas não é endopático. Porém, se você desde pequeno faz gesto e está acostumado a botar ali uma intenção piedosa, para você a coisa mais óbvia do mundo é a máquina de rezar. Nós não podemos participar endopaticamente disso. Precisamos reconstruir os motivos, intelectualmente. No caso, não existe uma evidência imediata -- existe uma evidência imediata.

"Muitos afetos reais (medos, cólera, ambição, inveja, ciúmes, amor, entusiasmo, orgulho, vingança, piedade, devoção e apetências de todo tipo) e as reações irracionais (desde o ponto de vista da ação racional segundo fins) derivadas deles, podemos 'revivê-los' afetivamente de modo tanto mais evidente quanto mais sejamos suscetíveis desses mesmos afetos .. "

Quanto mais você é suscetível a -- a suscetível: não quer dizer que você tenha -- um determinado sentimento, mais fácil é você obter a endopatia. Não quer dizer que seja uma empatia, que você participe do sentimento, mas quer dizer que você o admite como possível em você, faz parte do repertório de sentimentos conhecidos.

"... e, em todo caso, ainda que excedam em absoluto as nossas possibilidades, por sua intensidade, podemos comprende-los endopaticamente e calcular intelectualmente seus efeitos sobre a direção e os meios da ação.

O método científico que consiste na construção de tipos investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais, afetivamente condicionadas, do comportamento, que influam na ação, como 'desvios' de um desenvolvimento da mesma 'construído' como puramente racional segundo fins."

Quando falamos da "máquina de rezar", falamos consequentemente de um comportamento tradicional. Quer dizer que o indivíduo não precisa estar plenamente consciente das intenções daquilo. Se disséssemos assim: "a comunidade, de um modo geral, está ..." mas quem é a comunidade? Alguém na comunidade talvez esteja, ou pelo menos a comunidade teria obrigação de estar. A ação tradicional fica no limite compreensível e do incompreensível, porque em parte é ação reflexa. Como compreendê- la? Endopáticamente não dá. Tem que ser reconstruído. Mas reconstruído, você pode chegar num ponto onde você esbarra no ato reflexo. Pode-se perguntar por que aquele sujeito em particular está virando a máquina de rezar. É diferente você saber que no budismo em geral existe este princípio. Isso não explica por que ele

está girando. Isto é ratio cognoscendi. Mas por que ele está girando? Ele talvez não saiba. Isso é uma ação tradicional, ele repete a comunidade, ele já criou este reflexo desde pequeno. Ele nunca pensou se aquilo deve ter ou não intenção. Há no caso uma mistura de elemento compreensível com elemento incompreensível; há um elemento intencional e um elemento reflexo. Você vê dois homens rezando: um é um teólogo budista que estudou todos os livros e escreveu uma teoria sobre a "máquina de rezar" e um outro que está fazendo a máquina desde que nasceu -- o ato é o mesmo. Só que num caso houve uma assimilação intencional de um simbolismo, pelo teólogo que está girando por motivos que lhe são plenamente conhecidos; o outro, está praticando um ato reflexo. Numa missa, temos todos os tipos de ações misturadas. Aparentemente, todos estão fazendo a mesma coisa. Estudando caso por caso, é possível ver que o significado da ação é diferente em cada caso.

"Por exemplo, para a explicação de um 'pânico na bolsa de valores" será conveniente fixar primeiro como se desenvolverá ação fora de todo influxo de afetos irracionais, para introduzir depois, como 'pertubações' aqueles componentes irracionais."

Trata-se aí de um tipo ideal. Supondo que houvesse, por exemplo, uma baixa repentina dos títulos na Bolsa de Valores, quais seriam as conseqüências lógicas? O que aconteceria se não houvesse nenhuma interferência irracional? Por exemplo, chego lá e espalho um boato, de que tais ou quais títulos vão descer formidavelmente. Daí espalha-se o pânico. No pânico evidentemente houve a interferência de um elemento irracional. Porém , qual é o peso, qual é o peso deste elemento? Só posso saber isso se primeiro descrever qual seria o encadeamento de causas a interferência do elemento irracional. Ou seja as conseqüências que adviriam logicamente da baixa de valores daqueles títulos. Daí eu posso saber qual foi o peso do elemento irracional na conduta dos indivíduos. Se não souber isso, nada relevante saberei. Senão que ficar em pânico? Para saber se tem sentido o pânico, só sabendo suas conseqüências lógicas. Tira-se então o pânico e descreve-se as conseqüências puramente lógicas.

Fazer requer uma grande paciência, o que geralmente as pessoas não têm. Julgam que as coisas na esfera humana são malucas, nada dá para compreender ... Isso é tão maluco quanto a natureza mesma.

"De igual modo procederíamos na explicação de uma ação política ou militar: teríamos de fixar, primeiro, como se haveria desenrolado a ação caso se houvesse conhecido todas as circunstancias e todas as intenções dos protagonistas e se houvesse orientado a escolha dos meios -- conforme os dados da experiência considerados por nós como existentes -- de um modo rigorosamente racional segundo fins."

Para sabermos exatamente, por exemplo, as causas do conflito no Oriente Médio, é preciso considerar a situação, com todos os dados possíveis e imagináveis, supor que todos os atores envolvidos no evento conhecem esses dados e como deveriam agir logicamente para atingir os fins a que cada qual visa neste caso. Somente aí 'q que saberei onde houve interferência de um elemento irracional, de um elemento fortuito. O fortuito e o irracional têm que ficar para o fim.

"Só assim seria possível a imputação dos desvios às irracionalidades que os condicionaram. A construção de uma ação rigorosamente racional segundo fins serve nestes casos à sociologia -- graças à sua evidente inteligibilidade e, enquanto racional, de sua univocidade -- como um tipo (tipo ideal), mediante o qual compreender a ação real, influída por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como um desvio do desenvolvimento esperado da ação racional."

Você constrói um modelo que tenha um único sentido, que não tenha pluralidade de significados e daí você o compara com o que efetivamente aconteceu.

Para você medir o desvio, só sabendo primeiro qual seria a rota correta. A rota correta seria aquela que, por um encadeamento lógico de meios, levasse ao fim desejado.

"Deste modo, mas só em virtude desses fundamentos de conveniência metodológica, pode dizer-se que o método da sociologia 'compreensiva' é 'racionalista'. "

Neste sentido é racionalista porque coloca um motivo racional em primeiro plano. Não quer dizer que ele predomine realmente. Por uma preocupação metológica, procuramos primeiro explicar a ação por motivos racionais. Se falhar, apelamos para o irracional. Porque se apelar para o irracional logo de início, então é preciso explicar mais nada, pois aí entramos no arbitrário. Porém. É facílimo ver que a quase totalidade

das ações humanas tem motivos racionais, mesmo quando possuem uma franja irracional. Porque se for ação irracional, o erro ou acerto dependendo do acaso.

“Este procedimento não deve, pois, interpretar-se como um preconceito racionalista da sociologia, mas só como um recurso metódico.”

Weber não acreditava no que Hegel acreditava: que “o real é racional”. Eu acredito e acredito que a totalidade do real tem uma estrutura rigidamente racional. Mas, tanto o método dele não pressupõe nem uma coisa nem outra que até eu, que acredito no contrário do que ele acreditava, posso usá-lo. Sua ênfase irracionalista -- acreditava numa profunda irracionalidade das coisas -- em nada altera o fato de, em seu método, o motivo racional vem em primeiro lugar e o racional em segundo. Mesmo um irracionalista não pode negar que as pessoas “não dão ponto sem nó.”

O universo pode ser um absurdo, mas o fato é que quando alguém quer alguma coisa, age logicamente, ou pelo menos de acordo com os meios que ele conhece. Procura empregar esses meios da melhor maneira que lhe pareça. Pode-se objetar: e se o sujeito reza? Por exemplo, um índio reza para ter bastante peixe. Após ter rezado para ter bastante peixe, não se omite de pescar. Além da cadeia causal completa, acrescenta ainda mais um item, que um sujeito descrente poderia julgar desnecessário. Na verdade, ele está sendo muito racional, pois está levando em conta o acaso: “Pode ser que apesar de tudo que fiz, de por a linha convenientemente, o anzol, ainda falte algo e só falta rezar”. E reza. Está agindo perfeitamente segundo a razão.

“... e muito menos, portanto, como se implicasse a crença de um predomínio do racional na vida.” Weber realmente não acredita nisso. “Pois nada nos diz, no mais mínimo até que ponto, na realidade, as ações reais estão ou não determinadas por considerações racionais de fins.”

Ele não está pressupondo nem mesmo que as ações humanas na maior parte dos casos seja racional, coisa que eu estou pressupondo. Mesmo não pressupondo isso, teríamos que começar pela tentativa de explicá-las racionalmente.

(“Não pode negar-se a existência do perigo de interpretações racionalistas em lugares inadequados. Toda a experiência confirma, por desgraça, esta assertiva.)

Claro, não se deve atribuir todo um cálculo a uma situação onde houve cálculo. Hoje em dia, é comum atribuir a um sujeito louco toda uma constelação de motivos filosóficos. Não querem acreditar racionalmente o acaso é absurdo.

* * *

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA Max Weber*

Deve-se entender-se por sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra, que se emprega com tão diversos significados) uma ciência que pretende entender, interpretando- a; a ação social, para desta maneira explicá-la causalmente em seu desenrolar e efeitos. Por “ação” deve-se entender-se uma conduta humana (quer consista num fazer interno ou externo, quer num omitir ou permitir), sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação enlacem a ela um sentido subjetivo. “A ação social”, portanto., é uma ação na qual o sentido pelo sujeito -- ou pelos sujeitos -- está à conduta de outros orientando-se por esta o seu desenrolar.

1. Por “sentido” entendemos o sentido mentado e subjetivo dos sujeitos da ação, quer seja: (A) existente de fato, (a) num caso historicamente dado; (b) como média e de um modo aproximativo; quer seja (B) tal construído num tipo ideal com atores deste caráter. De maneira alguma trata-se de um sentido “objetivamente justo” ou de um sentido “verdadeiro” metafisicamente fundado. Aqui enraíza-se precisamente a diferença entre as ciências empíricas da ação -- a sociologia e a história -- e toda ciência dogmática: jurisprudência, lógica, ética, estética, as quais pretendem investigar em seus objetos o sentido “justo” e válido”.

2. Os limites entre uma ação com sentido e um modo de conduta simplesmente reativo (como aqui o denominaremos), não unido a um sentido subjetivamente mentado, são inteiramente elásticos. Uma parte muito importante dos modos de conduta que são de interesse para a sociologia, especialmente a ação puramente tradicional, se encontra na fronteira entre ambos. Uma ação com sentido, isto é, compreensível, está ausente em vários casos de processos psicofísicos, e com outros casos só existe para os especialistas;

os processos místicos, não comunicáveis adequadamente por meio da palavra, não podem ser compreendidos com plenitude pelos que não são acessíveis a esse tipo de experiências. Mas tampouco possuir pessoalmente a capacidade de produzir por si mesmo uma ação semelhante à alheia para poder compreendê-la: "Não é preciso ser César para compreender César". Poder reviver de modo pleno de alheio é importante para a evidência da compreensão, mas não é condição absoluta para a interpretação do sentido. Amiúde os elementos compreensíveis e os não compreensíveis de um processo estão unidos e mesclados entre si.

3. Toda interpretação, como toda ciência em geral, tende à "evidência". A evidência da compreensão pode ser de caráter racional (e, então, quer lógica, quer matemática), ou de caráter endopático: afetiva, receptivo-artística. No domínio da ação é racionalmente evidente, sobretudo, aquilo que sua "conexão de sentido" se compreende intelectualmente de um modo diáfano e exaustivo. E há evidência endopática da ação quando se revive plenamente a "conexão de sentimentos" que nela se viveu. Racionalmente compreensíveis -- isto é, neste caso: captáveis intelectualmente em seu sentido de um modo imediato e unívoco -- são sobretudo, e em grau máximo significativas, reciprocamente referidas, contidas nas proposições lógicas e matemáticas. Compreendemos assim de modo unívoco o que se dá a entender quando alguém, pensando ou argumentando, faz uso da proposição 2 x 2 = 4, ou dos teoremas pitagóricos, ou extrai uma conclusão lógica de um modo -- segundo nossos hábitos mentais -- "correto". De igual modo, quando alguém, baseando-se nos dados oferecidos por "fatos" da experiência que nos sejam conhecidos, e em finalidades dadas, deduz para sua ação as conseqüências claramente inferíveis (segundo a nossa experiência) acerca da classe de "meios" a empregar. Toda interpretação de uma ação conforme a fins orienta racionalmente dessa maneira possui -- para a inteligência dos meios empregados -- o grau máximo de evidência. Com não idêntica evidência, porém suficiente para nossas exigências de explicação, compreendemos também aqueles "erros" (inclusive confusões de problemas) em que somos capazes de incorrer ou de cujo surgimento poderíamos ter uma experiência própria. Ao contrário, muitos dos "valores" e "fins" de caráter que parecem orientar a ação de um homem, com freqüência não os podemos compreender com plena evidência, mas apenas, em certas circunstâncias, captá-los intelectualmente, mas tropeçando com dificuldades crescentes em poder "revivê-los" por meio da fantasia endopática, à medida que se afastam mais radicalmente de nossas próprias valorações últimas. Temos então de contentar-nos, conforme o caso, com sua interpretação exclusivamente intelectual ou, em determinadas circunstâncias -- se bem que isto possa falhar -- , com aceitar aqueles fins e valores simplesmente como dados, para em seguida tratar de tornar-nos compreensível o desenvolvimento da ação por eles motivada, pela melhor interpretação intelectual possível ou revivendo seus pontos de orientação o mais de perto possível. A esta classe pertencem, por exemplo, certas ações virtuosas, religiosas e caritativas, para o insensível a elas; de igual modo, muitos fanatismos e racionalismo extremo ("direitos do homem"), para quem os aborreça. Muitos afetos reais (medo, cólera, ambição, inveja, ciúmes, amor, entusiasmo, orgulho, vingança, piedade, devoção e apetências de todo tipo) e as reações irracionais (desde o ponto de vista da ação racional segundo fins) derivadas deles, podemos "revivê-los" afetivamente de modo tanto evidente quanto mais sejamos suscetíveis desses afetos; e, em todo caso, ainda que excedam em absoluto as nossas possibilidades, por sua intensidade, podemos compreendê- los endopaticamente e calcular intelectualmente seus efeitos sobre a direção e os meios da ação.

O método científico que consiste na construção de tipos investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais, efetivamente condicionadas, do comportamento, que influam na ação, como "desvios" de um desenvolvimento da mesma "construído" como puramente racional segundo fins. Por exemplo, para a explicação de um "pânico na bolsa de valores" será conveniente fixar primeiro como se desenvolveria a ação fora de todo influxo de afetos irracionais, para introduzir depois, como "pertubações", aqueles componentes irracionais. De igual modo procederíamos na explicação de uma ação política ou militar: teríamos de fixar, primeiro, como se haveria desenrolado a ação caso se houvesse conhecido todas as circunstâncias e todas as intenções dos protagonistas e se houvesse orientado a escolha dos meios -- conforme os dados da experiência considerados por nós existentes -- de um modo rigorosamente racional segundo fins. Só assim seria possível a imputação dos desvios às irracionalidades que os condicionaram. A construção de uma ação rigorosamente racional segundo fins serve nestes casos à sociologia -- graças à sua evidente inteligibilidade e, enquanto racional, de sua univocidade -- como um tipo (tipo ideal), mediante o qual compreender a ação real, influída por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros), como um desvio

do desenvolvimento esperado da ação racional.

Deste modo, mas só em virtude desses fundamentos de conveniência metodológica, pode dizer-se que o método da sociologia "compreensiva" é "racionalista". Este procedimento não deve, pois, interpretar-se como um preconceito racionalista da sociologia, mas só um recurso metódico; e muito menos, portanto, como se implicasse a crença de um predomínio do racional na vida. Pois nada nos diz, no mais mínimo, até que ponto, na realidade, as ações reais estão ou não determinadas por considerações racionais de fins. (Não pode negar-se a existência do perigo de interpretações racionalistas em lugar inadequados. Toda a experiência confirma, por desgraça, esta assertiva).

4. Os processos e objetivos alheios ao sentido entram no âmbito das ciências da ação como ocasião, resultado, estímulo ou obstáculo da ação humana. Ser alheio ao sentido não significa "inanimado" ou "não humano". Todo artefato, quer máquina, por exemplo, se compreende e se interpreta, no fim das contas, pelo sentido que a ação humana (com finalidades possivelmente muito diversas) empresta (ou desejaria emprestar) à sua produção e emprego; sem o recurso a este sentido, permanece completamente incompreensível. O compreensível é, pois, sua referência à ação humana, seja como "meio", seja como "fim" imaginado pelo ator ou atores, e que orienta sua ação. Só mediante estas categorias cabe uma compreensão de semelhantes objetos. Ao contrário, permanecem alheios ao sentido todos os processos ou estados -- animados, inanimados, humanos e extra-humanos -- em que não se menta um sentido, enquanto não apareçam na ação a relação de "meio" ou de "fim", e só sejam, para a mesma, ocasião, estímulo ou obstáculo. A formação do Dollart (1), no ano de 1277, tem (talvez !) significação histórica como provocadora de certos assentamentos populacionais de considerável alcance histórico. O ritmo da morte e o ciclo orgânico da vida, desde o desvalimento da criança ao desvalimento do ancião, têm naturalmente alcance sociológico de primeira força, pelos diversos modos em que a ação humana se orientou e se orienta por esses fatos. Outra classe de categorias está constituída por certos conhecimentos sobre o desenvolvimento de alguns fenômenos físicos ou psicofísicos (cansaço, hábito, memória, etc.; e também, por exemplo, euforias típicas em determinadas formas de debilitação, diferenças típicas dos modos de reação segundo ritmo, modo, claridade, etc.) que, se apoiam na experiência, não implicam compreensão. A situação é, sem embargo, a mesma que a existente em outros fatos opacos à compreensão: a "atitude compreensiva" aceita-os da forma que o faz qualquer atividade prática, como, "dados" com que é preciso contar.

Cabe a possibilidade de que a investigação futura encontre regularidades não sujeitas à compreensão em determinadas condutas dotadas de sentido, por escassa que tenha sido até agora tal coisa. Diferenças na herança biológica (das "raças", por exemplo) -- quando e na medida em que se fornecesse a prova estatística de sua influência nos modos de conduta de alcance sociológico; especialmente na ação social no que diz respeito à maneira de estar referida a seu sentido -- seriam aceitos pela sociologia como dados, nem mais nem menos do que os fatos fisiológicos do tipo da necessidade de alimentação ou dos efeitos da velhice sobre a ação humana. E o reconhecimento de seu significado causal não alteraria em nada a tarefa da sociologia (e das ciências da ação em geral): compreender, interpretando-as, as ações orientadas por um sentido. Não faria senão enxertar em determinados pontos de suas conexões de motivos, compreensíveis e interpretáveis, fatos não compreensíveis (assim: conexões típicas entre a freqüência de determinadas finalidades de ação ou o grau de sua racionalidade e o índice craniano, a cor da pele ou quaisquer outras modalidades fisiológicas hereditárias), como hoje em dia ocorre nessa matéria.

5. Pode entender-se por compreensão: 1, a compreensão atual do sentido mentado numa ação (inclusive: de uma manifestação). Compreendemos, por exemplo, de um modo atual o sentido d proposição 2 x 2 = 4, que ouvimos ou lemos (compreensão racional, atual, de pensamentos), ou uma explosão de cólera manifestada em expressões faciais, interjeições ou movimentos irracionais (compreensão irracional, atual, de afetos), ou a conduta de um lenhador ou de alguém que põe sua mão na maçaneta da porta para fechá-la, ou que dispara sobre um animal (compreensão racional, atual, se ações); -- também: 2, a compreensão explicativa. Compreendemos por seus motivos quê sentido pôs nisto quem formulou ou escreveu a proposição 2 x 2 = 4, para quê o fez precisamente nesse momento ou nessa conexão, quando o vemos ocupado numa operação mercantil, numa demonstração científica, num cálculo técnico ou outra ação a cuja conexão total pertence aquela proposição pelo sentido que a ela vemos vinculado; isto é, essa proposição obtém uma "conexão de sentido" compreensível para nós (compreensão racional por motivos).

Compreendemos o lenhador ou aquele que aponta uma arma, não só de modo atual, mas por seus motivos, quando sabemos que o primeiro executa essa ação para ganhar um salário ou para cobrir suas necessidades ou por diversão (motivo racional) ou porque "reagiu de tal modo a uma excitação" (irracional), ou que aquele que dispara a arma o faz por uma ordem de executar alguém, ou de defesa contra o inimigo (racional), ou então por vingança (afetiva e, neste sentido, irracional). Compreendemos, por último, um ato de cólera, por seus motivos, quando sabemos que por trás dele há ciúme, vaidade enfermiça ou honra ferida (efetivamente condicionados: compreensão irracional por motivos). Todas estas representam conexões de sentido compreensíveis, cuja compreensão temos por uma explicação do desenvolvimento da ação. "Explicar" significa, desta maneira, para a ciência que se ocupa do sentido da ação, algo assim como: captação da conexão de sentido em que inclui uma ação, já compreendida de modo atual, segundo o seu sentido "subjetivamente mentado". (Sobre a significação causal deste "explicar", cf. No 6.) Em todos esses casos, também nos processos afetivos, entendemos por sentido subjetivo do fato, inclusive da conexão de sentido, o sentido "mentado"(afastando-nos do uso habitual, no qual "mentar", com a significação aludida, só se emprega a respeito das ações racionais referidas a fins).

6. Compreensão eqüivale, em todos esses casos, a: captação, a: captação interpretativa do sentido ou conexão de sentido: (a) mentado realmente na ação particular (no enfoque histórico); (b) mentado em média e de modo aproximativo (no enfoque sociológico em massa); (c) construído cientificamente (pelo método tipológico) para a elaboração do tipo ideal se um fenômeno freqüente. Semelhantes construções típico-ideais dão-se, por exemplo, nos conceitos e leis da teria econômica pura. Expõem como se desenrolaria uma forma específica de conduta humana, se o fizesse com todo rigor segundo a finalidade, sem perturbação alguma de erros e afetos, e se estivesse orientada de um modo unívoco por uma só finalidade (e economia). Mas a ação real só em casos raros (Bolsa), e isto de maneira aproximada, transcorre tal como foi construída no tipo ideal (a respeito da finalidade de tais construções, cf. Archiv f. Sozialmiss. , XIX, pp. 64 ss., e infra, no 8).

Toda interpretação busca a evidência. Mas nenhuma interpretação de sentido, por evidente que seja, pode pretender, graças a esse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida. Em si, não é outra coisa senão uma hipótese causal particularmente evidente (a) Com freqüência, "motivos" pretextados e "repressões" (isto é, motivos não aceitos) encobrem, mesmo para o próprio ator, a conexão real da trama de sua ação, de modo que o próprio testemunho subjetivo, mesmo sincero, só tem valor relativo. Neste caso, a tarefa que incumbe à sociologia é averiguar e interpretar essa conexão, mesmo que não tenha sido elevada à consciência, ou, o que ocorre no mais das vezes não o tenha sido com toda a plenitude com que foi mentada em concreto: um caso da interpretação de sentido. (b) Manifestações externas da ação tidas por nós como "iguais" ou "semelhantes" podem apoiar-se em conexões de sentido muito diversas no ator ou atores; e "compreendemos" também um atuar fortemente diverso, amiúde de sentido cabalmente oposto, frente a situações que julgamos "semelhantes" entre si. (Exemplos em Simmel: Probl. Der Geschichtsphil.) (c) Em situações dadas, os homens estão submetidos, em sua ação, à luta de impulsos contrários, todos eles "compreensíveis". Qual seja a intensidade com que se manifestam na ação as distintas referências significativas subjacentes na "luta de motivos", para nós igualmente compreensíveis, é coisa que, segundo a experiência, não se pode apreciar nunca com toda a segurança, e na maior parte dos casos nem sequer de um modo aproximado. Só o resultado da luta de motivos nos ilustra a esse respeito. Como em toda hipótese, é indispensável o controle da interpretação compreensiva de sentidos pelos resultados: a direção que a realidade manifeste. Só nos casos e especialmente adequados da experimentação psicológica pode obter-se um controle de precisão relativa. Também por meio da estatística, e com extraordinárias diferenças de aproximação, nos casos (também limitados) de fenômenos em massa suscetíveis de quantificação e correlação. Nos demais casos, e como tarefa importante da sociologia comparada, só resta a possibilidade de comparar o maior número possível de fatos da vida histórica ou cotidiana que, semelhantes entre si, só difiram num ponto decisivo: o "motivo" ou "ocasião", que precisamente por sua importância prática tratamos de investigar. Amiúde só resta, desgraçadamente, o meio inseguro do "experimento ideal", isto é, pensar como não presentes certos elementos constitutivos da cadeia causal e "construir" então o curso provável que teria a ação, para alcançar assim uma imputação causal.

A chamada "lei de Gresham" (2), por exemplo, é uma interpretação racional evidente da conduta humana em determinadas condições e desde o pressuposto típico-ideal de uma ação estritamente racional segundo

fins. Até que ponto a conduta real concorda com a construção é coisa que só nos pode ser ensinada por uma experiência (expressável, em princípio, em alguma forma estatística) que comprove, nas relações econômicas, a desaparição efetiva da moeda de mais valor; isto nos institui sobre a ampla validade da lei. Na realidade, a marcha do conhecimento é esta: primeiro existiram as observações da experiência e depois veio a fórmula interpretativa. Sem esta interpretação conseguida por nós, teria permanecido insatisfeita nossa necessidade causal. Mas sem a prova, por outro lado, de que o desenvolvimento idealmente construído dos modos de conduta se encarna, em alguma medida, também na realidade, uma lei semelhante, em si tão evidente quanto se queira, teria sido uma construção sem valor para o conhecimento da ação real. Neste exemplo é concludente a concordância entre adequação de sentido e prova empírica, e os casos são suficientemente numerosos para que se tenha a prova como suficientemente segura. A hipótese de Eduard Meyer sobre a significação causal das batalhas de Maratona, Salamina e Platéia com relação à peculiaridade do desenvolvimento da cultura helênica (e, com ela, da ocidental) -- hipótese inferida por adequação de sentido e apoiada engenhosamente em fatos sintomáticos (atitude dos oráculos e dos profetas helênicos para com os persas) -- só poderia fortalecer-se com a prova obtida dos exemplos da conduta seguida pelos persas nos casos de vitória (Jerusalém, Egito, Ásia Menor) e, portanto, em muitos aspectos, tem de permanecer incompleta. A evidência racional interpretativa da hipótese tem de permanecer incompleta. A evidência racional interpretativa da hipótese tem aqui de servir forçosamente como apoio. Em outros muitos casos de imputação histórica, de grande evidência ao que parece, nem sequer cabe a prova do caso citado. Por conseguinte, a imputação permanece definitivamente como uma simples hipótese.

7. Chamamos “motivo” a conexão de sentido que para o ator ou o observador aparece como o “fundamento” com sentido de uma conduta. Dizemos que a conduta que se desenvolve como um todo coerente é “adequada pelo sentido, na medida em que afirmamos que a relação entre seus elementos constitui uma “conexão de sentido” típica (ou, como costumamos dizer, “correta”) conforme os hábitos mentais e efetivos médios. Dizemos, ao contrário, que uma sucessão de fatos é “causalmente adequada”, na medida em que, segundo regras de experiência, exista esta probabilidade: de que sempre transcorra de igual maneira. (Adequada por seu sentido é, por exemplo, a solução correta de um problema aritmético, de acordo com as normas habituais do pensamento e do cálculo. É causalmente adequada -- no âmbito do acontecer estatístico -- a probabilidade existente, de acordo com regras comprovadas da existência, de uma solução “correta” ou “falsa” -- desde o ponto de vista de nossas normais habituais -- e também de um “erro de cálculo” típico ou de uma confusão de problemas também típica). A explicação causal significa, pois, esta afirmação: que, de acordo com uma determinada regra de probabilidade -- qualquer que seja o modo de calculá-la, e só em casos raros e ideais pode ser segundo dados mensuráveis -- , um determinado processo (interno ou externo) observado segue-se outro processo determinado (ou aparece juntamente com ele).

Texto adaptado e resumido de Julien Freud, Sociologia de Max Weber, trad. Luís Cláudio de Castro e Costa, Rio, Forense, 2a ed. 1975, Cap. II, pp 32-66.

Max Weber; Cap. XIV pg. 231 in: Teoria Sociológica -- Nicholas S. Timasheff; Zahar Editores; 1979.

* Extraído de: Max Weber, Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología Compreensiva, ed. Johannes Winckelmann, trad. José Medina Ecnavarría et al., México, Fondo de Cultura Económica, 2a ed., 1964, pp. 5 - 18.